

Walfredo Rodríguez

roteiro sentimental de uma cidade



EDITORA BRASILIENSE

ROTEIRO SENTIMENTAL DE UMA CIDADE

Walfredo Rodríguez

Há cerca de um quarto de século assistimos na Academia Paulista de Letras a uma conferência de Afrânio Peixoto em que, discorrendo, eruditamente, sobre motivos históricos brasileiros e a que estando presente Alcântara Machado, o criador do bairrismo handoitante, em vez de verberar o sentimento bairrista, o poligrado baiano o defendeu brilhantemente, com lógica irrefutável: "O bairrismo é plenamente justificável, porque quem ama a pátria pequenina é porque ama ainda com mais ardor a grande mãe-pátria."

Afinando por esse diapásio é que Walfredo Rodríguez, jornalista e escritor de João Pessoa, após ter escrito uma "História do Teatro da Família", largamente elogiada pela crítica, veio de trazer à luz o seu "ROTEIRO SENTIMENTAL DE UMA CIDADE" em que, em páginas de acendrado bairrismo eo de bom patriotismo, além de descrever os aspectos mais pitorescos de sua cidade, aludindo a fatos, homens e coisas de várias décadas, cita, como que em ânsia incoerente de tudo revelar, pôr à vista do leitor, nomes de pessoas e de artérias, em relato circunstanciado que só se justifica pelo fato de tudo querer conservar indelével.

WALFREDO RODRÍGUEZ

ROTEIRO
SENTIMENTAL
DE UMA CIDADE



EDITORA BRASILIENSE

As memórias de Antônio Emiliano Rodríguez Pe-
reyra, meu avô paterno e de Emiliano Rodríguez
Pereyra, autor dos meus dias, pelo amoroso legado,
traduzido no muito querer a essa grande Pátria e mui
particularmente à Província da Paraíba do Norte.

Por que lembrar o passado
Se não há ressurreição
Para o sonho sepultado,
No fundo do coração?

MÁRIO LINHARES

Para Severino Ramos, grande
sensibilidade nordestina e forte
fraterno abraço* de Walfrido
Rodríguez - Outubro de 1969,

esse abraço, não é, nem será
nunca aquela abraço, que já
tomou o papel carbono de
a a publicidade desta cidade

As memórias de Antônio Emiliano Rodríguez Pereyra, meu avô paterno e de Emiliano Rodríguez Pereyra, autor dos meus dias, pelo amoroso legado, traduzido no muito querer a essa grande Pátria e mui particularmente à Província da Paraíba do Norte.

Por que lembrar o passado
Se não há ressurreição
Para o sonho sepultado,
No fundo do coração?

MÁRIO LINHARES

Para Severino Ramos, grande
sensibilidade nordestina o forte
fraterno abraço* de Walfredo
Rodríguez - Outubro de 1969,

esse abraço, não é; nem será
nunca aqule abraço, que já
tomou o papel carbono de
da a publicidade desta cidade.

AO WALFREDO:

*Depois de longo tempo e muita lida,
Finalmente a batalha foi vencida
E eis aí, então, pronto o "Roteiro".
Quisera ser dentre outros o primeiro
A elevar, assim, a nossa terra,
Por tudo que de bom a mesma encerra,
Como o fizeste, tão singelamente
De coração e devotadamente.
Alcançaste, a meu ver, dupla vitória:
O relato fiel de nossa história
Plasmado unicamente na verdade
E o retrato perene da cidade...*

CHICO PEREIRA

São Paulo, 1961.

HOMENAGENS

Aos abnegados libaneses da Paraíba, representados por ELIAS, MIGUEL e JOSÉ METRI, que se portaram sempre com decência e sinceridade, dignos dos aplausos da coletividade Paraibana.

Ao Clube Monte Líbano, liderado pelas famílias SAFFARDI, SCAFF e CARONE, às quais rendemos os protestos de veneração que bem merecem, juntamente aos demais membros da colônia em São Paulo domiciliada, como pioneiros na formação da indústria brasileira.

A MÁRIO GRACIOTTI, homem de sensibilidade, ilustre membro da cultura paulistana, nosso preito de admiração e apreço.

A AFONSO SCHMIDT, nosso gentil cicerone no setor da inteligência de São Paulo, o nosso muito obrigado.

Ao DR. CAIO PRADO JÚNIOR, com a admiração à sua grande e variada cultura.

A ALFREDO BISORDI, parente e amigo que muito contribuiu para que este livro fôsse publicado, com a minha gratidão.

Por fim, a razão mais forte da edição deste livro, foi a colaboração material, o estímulo para tanto, que jamais faltou do espírito forte do nosso irmão, FRANCISCO RODRIGUES PEREIRA, a ele tôda a nossa estima e a imorredoura gratidão.

São Paulo, dezembro de 1961

WALFREDO RODRÍGUEZ

São Paulo, 10 de abril de 1962.

Prezado amigo WALFREDO RODRIGUEZ:

Recebi, através dos confrades, que dirigem a tradicional *Editôra Brasiliense*, as provas de seu "*Roteiro Sentimental de Uma Cidade*", pelas quais pude avaliar o esforço, o devotamento, o carinho pelo seu querido berço natal, a lendária *Filipéia de 1585*.

Creio não ser possível levantar-se a topografia geográfica e humana melhor do que o amigo fez com a heróica *Paraíba*, hoje *João Pessoa*, em homenagem a um de seus mais distintos filhos. Não conheço, na literatura do mundo, de tudo o que tenho lido, no gênero, como escritor e editor dos mais modestos, livro assim completo. Os primeiros dias da povoação, quando era *Varadouro*; quando nasceram os "sítios" característicos dessa histórica região brasileira e surgem as ruas com várias e pitorescas denominações. Andei pelas praças, ladeiras e avenidas, encantando-me com as suas páginas de simplicidade tocante; contemplei as lojas, os armazéns, as oficinas, com o nome dos proprietários, de toda aquela extraordinária gente que ajudou a erguer a sua, a nossa estremeçada *Paraíba*. Visitei os navios da *Companhia Pernambucana* e do *Lóide*, que, semanalmente, atracam no pôrto; vi as repartições públicas, a iluminação, o abastecimento de água; hauri os perfumes locais, os famosos manacás e mangeronas; deliciei-me com as trovas populares, com o brinquedo das crianças, das nossas sempre adoradas crianças; conversei com os tipos de rua, com os aprendizes marinheiros, e li os jornais da terra, percorrendo as suas igrejas e sentando-me na platéia do seu conhecido *Teatro Santa Rosa*... Andei, ora, caro *Walfredo*, revê, aos poucos, na saudade dos tempos idos, a glória de seu rincão nativo com a mesma ternura no coração, quando eu percorri, há tempos, o bairro onde nasci, o meu velho *Bom Retiro*, plantado à beira

do Rio Tietê, o nosso rio sagrado, em cujas águas, nas cheias, eu molhava os meus pés de menino feliz. Compreendo e respeito, portanto, todo êsse amor que as suas páginas transmitem a quem as ler com os olhos da alma.

Neste momento em que lhe escrevo, caro Rodriguez, meu espírito está tomado por grandes e comovedoras alegrias: escrever estas linhas de introdução ao seu livro sôbre a Paraíba, despertando o interêsse dos jovens para o culto de nossos maiores e de nossas riquezas, morais e materiais; prefaciar, humildemente, um livro do mestre Machado de Assis, que está sendo lançado em Milão, na Itália, pela Editorial Ceschina, na tradução da escritora italiana Lorenza Aghito, como iniciativa nossa, visando o maior conhecimento do imortal escritor e receber, como galardão a um de meus mais diletos livros, "Portugal", o "Prêmio Internacional Silva Martha", outorgado pela Associação Comercial de Lisboa, através de um júri do qual fazem parte o Sr. Conde de Faria, o Prof. Mosés Alamyach e Prof. Damião Peres, eminentes professôres universitários, cuja decisão é a maior recompensa a que eu podia almejar, como o mais pequeno dos brasileiros, que procurou, nessas páginas, através das glórias lusas, amar e servir o Brasil.

Eis porque estou vivendo horas de intenso júbilo. Rogo, até, que me perdoe esta variante sentimental da presente carta, que pretende saudar o seu belo, carinhoso e instrutivo livro, que é a afirmação de que estamos unidos, nós todos, brasileiros, no culto de nossas tradições, que constituem o alicerce da grandeza do Brasil, presente e futura, para a qual, mesmo enfrentando os mil percalços de uma Nação em crescimento, juramos ofertar o que temos de mais sério e de mais profundo em nossas vidas.

Creia-me seu amigo, patricio e admirador,

MÁRIO GRACIOTTI

PREFÁCIO

Depois da “História do Teatro da Paraíba”, Walfredo Rodríguez apresenta novo livro, este “Roteiro Sentimental de Uma Cidade”. O exercício, por longo tempo, da direção do Teatro Santa Rosa, além de suas qualidades de estudioso e conhecedor profundo da arte cênica, inclusive sua história, fizeram do seu primeiro livro uma obra essencial para o estudo do desenvolvimento do teatro no Brasil. Ainda agora, a Biblioteca do Congresso de Washington, incorporou ao seu notável acervo a obra inicial de Walfredo Rodríguez. É ainda em virtude desse caráter de historiador consciencioso e òtimamente documentado, que escreve e organiza o “Roteiro Sentimental”.

A origem dos dois livros, pode dizer-se, é a mesma — seu amor pela cidade. Nascido e criado na antiga Paraíba do Norte, atual João Pessoa, Walfredo Rodríguez jamais abandonou a cidade, ou melhor sempre se abandonou à cidade, vivendo intencionalmente a sua vida. Homem viajado e esclarecido, a sedução de outras terras nunca lhe foi tão poderosa ao ponto de olvidar suas raízes sentimentais que se confundiram e se confundem com a alma encantadora da cidade, que compreende e ama, como ninguém nas suas mais íntimas belezas.

Este “Roteiro Sentimental” é um complemento lógico à “História do Teatro” — de um certo modo, pelos dois livros, unem-se a realidade e a fantasia. A visão maravilhosa do palco, através da memória das noites admiráveis que encheram de sonhos a cidade beata e colonial, é substituída agora, neste “Roteiro”, pela normalização realística da indicação de lugares e ruas e da enumeração de fatos característicos do viver comum. A vivência sentimental, entretanto, faz deste livro também um documento comovido de saudade — as próprias figuras e os lugares como se movimentam, vivem, dinamizam-se por essa vibração sentimental.

Nenhum cronista, desde que longamente vivido em sua terra, se desfaz dessa cinza do tempo que esconde a brasa viva, pois, para esse cronista, as coisas não morreram. Tem êle o poder de conservar viva a imagem do que foi como se conti-

nuasse existindo. A cidade passa a uma categoria superior, desprende-se dos elementos mais definitivamente reais, para representar-se como entidade anímica, no dizer mesmo do poeta jovem de João Pessoa, Josmar Morais de Souto — “cidade verde de acácias sôlta de algarismos”. Assim é que se apresenta para Walfredo Rodriguez sua cidade — sôlta de algarismos — quer dizer independente da materialidade pura, possuída duma existência além do concreto e que raros, como êle, por ter aqui vivido e se rendido à alma da cidade, poderão sentir e compreender.

O “Roteiro”, evidentemente, ainda é obra de historiador. Mas dum historiador, como já se indicou, voltado mais para os aspectos pitorescos, aquêles mais significativos da psicologia duma cidade, do que mais a distingue, sentimentalmente. O que se vai ler são pedaços de ecologia da alma duma cidade brasileira, colonial, nordestina, debruçada sôbre as margens do Rio Sanhaú, “emoldurada pelo verde das praias atlânticas.”

Seu início é o princípio da colonização nordestina — índios e portugueses que se juntam nos primeiros arruados. A cultura da cana-de-açúcar florescerá com extraordinário vigor, solidificando a fundação, a tal ponto que os mapas holandeses apontarão a região paraibana como a produtora do melhor açúcar da América. O número das ruas aumenta constantemente, sempre em tôrno de igrejas e conventos. Lado a lado, caminham índios, portugueses, negros, padres, engrandecendo a povoação que passa sucessivamente a vila, cidade. A paisagem é que continua a mesma, ainda hoje — a “moldura verde das praias”, a cidade debruçada sôbre as margens do Rio Sanhaú.

Entre o rio e o mar, decorre a vida da cidade. O primeiro é ponto de escoadouro, de comércio, por onde saem os pães-de-açúcar, depois de pesados na balança do “Passo”. Pelo mar passam as jangadas, as caravelas, as fragatas e os brigues. À beira dêle, nas praias, durante os meses de verão, se aninha quase meia cidade. Uma sociedade migratória aí se organiza, dela nos trazem ressumado de comoção e saudade, um relato integral, certas páginas de Walfredo Rodriguez.

Em tanta água, entre mar e rio, brasileiroamente, a cidade se debate longos anos com o problema da falta d’água. Desde o século XIX que os paraibanos sonharam em dotar a capital de água abundante. Sômente nos começos do século atual é que o sonho seria realizado. Walfredo Rodriguez, neste “Roteiro” narra a história ricamente documentada, da água como também a da energia elétrica — eternos problemas essenciais de cidade brasileira.

Mas o que se observa do relato do autor, dessa crônica comovida, é que a sua cidade, a cidade atual de João Pessoa,

solidificou-se ao longo dos tempos, solidificou-se e cresceu. Para tanto, houve seus apaixonados, como êste mesmo Walfredo Rodríguez e aquêle outro, de tempos recuados, Duarte Gomes da Silveira, que dava de sua bolsa 10 mil-réis para quem construísse uma casa, 20 mil-réis, se a construção fôsse de sobrado. E fêz-se assim, por esta e outras emulações, uma cidade de sobrados. E tanto que o poeta Josmar Moraes de Souto assim vê os seus inícios:

“E agora vão passando
de arcabuz e cachecol.
Ouviram missa bem cedo
(antes de nascer do sol.)
Depois entraram na História,
seguiram juntos a pé,
Frutuoso e o Ouvidor
para olhar aquelas terras
que depois seriam tôrres
bonitas sempre ali por
serem no alto da colina
e terem do verde a côr.”

Cidade que se personaliza também, que se faz conhecida e dividida por velhos “sítios” e “chácaras”, a maioria dêles até com nomes próprios, nome de gente personificando lugares, como Roggers, Bessa, e tantos outros. Nesses “sítios”, nessas “chácaras”, nessas praias, a sensibilidade de Walfredo Rodríguez vai descobrindo figuras vivas que o tempo ocultou. Nessas ruas, êle está vendo militares honorários com a farda vistosa da Guarda Nacional, entre carros de bois e bondes a burros, mais tarde. Diz êle mesmo que vai... “pondo em evidência nomes daqueles tempos que vão longe, dos quais sòmente a saudade perdura, ficando na nossa sensibilidade bailando como uma canção tristonha, escutada na infância longínqua.”

Originando-se de um problema de sensibilidade, tem êste “Roteiro”, curiosamente, um valor sociológico, justamente aquêle resultante da seleção dos aspectos mais característicos da cidade de João Pessoa é que correspondem aos aspectos típicos de cidade brasileira, nordestina, colonial, beata. E que a inteligência do autor soube distinguir o que havia de mais accidental. Seu interêsse, embora determinado por razões afetivas, foi o de realizar a história de sua cidade, através da vida encerrada nos lugares, por meio dessa personificação de lugares. E por isso, sendo a cidade uma cidade típica, estamos diante de um “roteiro” que, afastadas as peculiaridades nativas, é o roteiro comum a cidade brasileira localizada nos trópicos e com a mesma

condição de nascimento, isto é, cidade nordestina de índios, portugueses, negros, padres.

Walfredo Rodríguez, há muitos anos, se dedica ao levantamento histórico da cidade de João Pessoa. Manteve coluna quase diária, nos jornais da terra, relatando curiosidades, fatos pitorescos, tudo aquilo que a história mais ou menos oficial obscurecia. Anos seguidos, num labor paciente, recolheu desenhos antigos, fotografou também aquilo que o tempo conseguiria fazer desaparecer. Seu acervo, nesse ramo, é notável e grande parte faz complemento ao texto do atual volume, através de ilustrações que revivem fatos, coisas, pessoas.

Publica, agora, este “Roteiro Sentimental de uma Cidade” quase ao mesmo tempo em que Josmar Moraes de Souto edita em verso, o “Itinerário Lírico” da mesma cidade de João Pessoa. Antes, Juárez Batista, outro impenitente amoroso da terra, publicara o “Caminhos, Sombras e Ladeiras” — a que chamou tentativa de ensaio ecológico. Já no título, entretanto, Juárez Batista revelava sua tendência impressionista, aliás numa síntese admirável do espírito e da fisionomia da cidade, ao ver nela talvez apenas — “caminhos, sombras e ladeiras”. Josmar Moraes de Souto vê principalmente o verde, essa “moldura verde” na expressão de outro poeta, muito do agrado de Walfredo Rodríguez:

“seus verdes cobrindo
subúrbios maiores,
subindo e descendo,
descendo e subindo
sobre claros Rógeres
Mira-mares azuis,
Tambiás antigos
e Mandacarus.
Ah! e Mandacarus.”

Os poetas viram o que Walfredo Rodríguez traduz em prosa, depois de muito ter pesquisado e vivido. Além de documento, este “Roteiro Sentimental” valoriza-se pela presença comovida de sua saudade e, dêle, parafraseando e completando, pode dizer-se que, quem o toca, não está somente tocando um homem, mas também uma cidade, aqui palpitante.

João Pessoa, novembro de 1961.

VIRGÍNIUS DA GAMA E MELO

ROTEIRO SENTIMENTAL
DE UMA CIDADE

CAPÍTULO I
PRIMEIROS DIAS

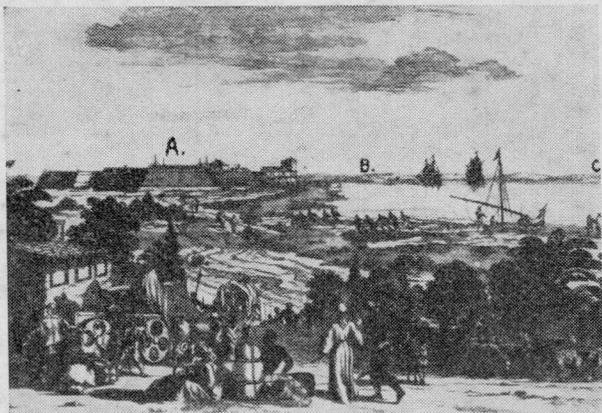
Todos os que escreveram sobre a história da Paraíba são acordes em afirmar que, após a paz com o índio Piragibe, cacique dos Tabajaras, os portugueses capitaneados por João Tavares se estabeleceram no *Varadouro*, à margem direita do Rio *Sanhauá*, sítio próximo ao lugar onde o acôrdo fôra firmado, em 5 de agosto de 1585. E, exatamente nesse local, se acha, hoje, situada a capital do Estado da Paraíba, denominada Nossa Senhora das Neves, em homenagem à santa do dia.

A 4 de novembro dêsse ano, o Ouvidor Geral Martim Leitão, aportava em terras paraibanas, trazendo soldados, colonos e famílias, artesãos e padres da Companhia de Jesus, no intuito de firmar o novo núcleo colonial que, então, tomou o nome de Filipéia, em honra a Filipe II da Espanha, nessa época dominando Portugal.

De suas primeiras providências resultaram a construção dum forte no "Varadouro", e de várias casas, onde se alojaram os oficiais e soldados encarregados de sua defesa.

Nos primitivos dias, depois da fundação da cidade, quase tudo ainda era selva; apenas, o Varadouro, demorando junto ao barranco do rio, com o minarete de seu forte e os seus oito canhões de grosso calibre refletindo a luz dourada do sol tropical, lhe impunha foros de cidade.

Tendo recebido ordens, no sentido de procurar sítio para a construção duma Capela, o mestre de obras del-Rei, Manuel Fernandes, de-



Em 1624 era esta a vista da entrada do Pôrto de Cabedelo. Vendo-se o triângulo de fortificações: A) Forte de Santa Catarina; B) Fortim da Restinga; C) Forte de S. Antônio.

pois de percorrer a cavalo, uma colina na qual foi além do ribeiro, denominado Jaguaribe, resolveu de acôrdo com o Capitão Tavares, o Ouvidor Martim Leitão e Duarte Gomes a edificação, ali mesmo, naquela elevação, da Capela, sob a proteção de N. S. das Neves. Circundando a futura Matriz dos paraibanos, e estendendo-se, no *plateau*, em demanda do sul, surgiram as primeiras moradias, onde se alojaram os primitivos artífices da novel colônia. As casas para a cadeia, o açougue e a câmara foram, também, ali construídas e, sòmente depois de 1612, transferidas para outro local.

A rua existente, à sombra do forte do “Varadouro”, em 1588, já era considerada velha; daí as sesmarias, então concedidas, citarem o nome de Nova, aquela onde se encontram hoje o velho Convento de S. Bento e a Matriz de Nossa Senhora das Neves.

Quando das nossas vitórias no Paraguai, por edital da Câmara, a citada rua passou a denominar-se Marquês do Herval; dêsse nome jamais a população tomou conhecimento para as suas identificações, perdurando, sempre, o de Rua Nova.

No regime republicano, tôdas as placas com título de nobreza do passado foram substituídas, recebendo a Rua Nova o crisma oficial de General Osório e que outro não seria senão o mesmo Marquês, com a farda de General da República.

Depois da construção da Igreja de S. Gonçalo, vizinha ao Colégio dos Padres Jesuítas (antigo Liceu e atual Faculdade de Direito) foram

se edificando as primeiras moradias em seguimento, alinhadas até a próxima Igreja do Rosário dos Pretos, cuja construção foi iniciada em 1728; até aí, êsse trecho de rua era conhecido por S. Gonçalo, ou rua do Colégio.

A Igreja de São Gonçalo, citada por Jabotão como primor arquitetônico — quando daqui foram expulsos os jesuítas — passou longo tempo abandonada até que, em 1828, voltou à atividade religiosa, regida pelos militares da época, sob a proteção de N. S. da Conceição, cuja confraria, depois de aprovado o seu compromisso em 1858,



Vista da Rua Nova, assim chamada desde os alvares de 1585 e tirada em 1877, pelo Capitão das Milícias, Antônio Emiliano Rodríguez Pereyra. Atual Av. General Osório.

pela Lei n.º 12, era tida como uma das primeiras da cidade.

Desde essa data, conforme portaria da Secretaria do Estado assinada por José Clemente Pereira, o batalhão de 1.^a linha aqui sediado começou a utilizar-se dêsse templo como Capela para o culto católico oficializado.

Anos depois da fundação da cidade, ainda na época colonial, se procedia à reconstrução da primitiva Capela da Padroeira N. S. das Neves, no tempo do Capitão-mor João da Maia da Gama, em 1716, concluída, sòmente, em 1741, no govêrno do Capitão-mor Pedro Monteiro de Macedo.

Aquêlê governador, com o seu jeitão de “fintar” os moradores, teria conseguido dezenove mil cruzados da população para a referida obra, pelo que lhe valeu os “mui saudaes e gratidão do rei portuguez que louvou a deligência e devoção na supersão de *muítas* despesas de sua real fazenda” tão pobre que não podia dar oito mil cruzados.”

Contudo, essas obras levadas a efeito ali, naquela época, não satisfizeram, totalmente, dado o material empregado.

A cidade crescia e era natural que tivesse outras aspirações relativas ao confôrto, durante os momentos dedicados ao culto de sua religião preferida.

E foi assim que surgiu a alma abnegada do vigário Padre Francisco de Paula Melo Cavalcante que, com a idade de cinqüenta e seis anos, assumiu consigo mesmo o compromisso de erigir um templo que abrigasse melhor os fervorosos fiéis da Virgem padroeira dos paraibanos.

Congregando todos os elementos de que podia dispor, naquele ano de 1878, êsse sacerdote, cuja memória honra o clero conterrâneo, ajudado sem diferenciação de classes da população, deu início às obras da futura catedral, considerada, até nos dias presentes, como uma jóia da arquitetura clássica.

Para realização dessa obra, na qual tôda a cidade se empenhava numa colaboração espontânea, quem não dispunha de um vintém, carregava tijolos do Pôrto do Capim até o local de sua construção. Nesse tempo, viam-se filas intermináveis de homens, mulheres e crianças, levando, à cabeça, tijolos e caixas com cal e areia.



1920 — Final da Rua S. Gonçalo e comêço da antiga Rua da Baixa. Nomes desaparecidos dando lugar ao atual Ponto de “Cem-réis”. Direção: Sul-Norte.

Dessa maneira, o culto religioso ali ficou privado, sendo por êsse tempo transferido para a Igreja da Conceição, também chamada dos Militares que, dêsse modo, se tornou a Matriz católica da cidade.

Lá, por vários anos a cidade em pêso rendeu homenagem à Virgem Santa das Neves, quando da sua festa no mês de agôsto, até que o seu primeiro bispo, D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, chegando aqui, de Roma, onde fôra sagrado, em 7 de janeiro de 1894, ali tomou posse, aos quatro dias do mês de março, do referido ano.



1906 — Parte da fachada do Palácio do Govêrno, notando-se a Igreja da Conceição, atualmente desaparecida.

Nesse ano, terminadas as obras da Matriz da Rua Nova, em 5 de agôsto, o nosso saudoso bispo consagrou o novo templo, elevando-a à Catedral Metropolitana, e dando por terminados então os festejos consagrados à Virgem padroeira dos paraibanos.

A citada Igreja da Conceição foi demolida no govêrno do Presidente João Pessoa, em 1929, dela só restando a tôrre, também remodelada pela mesma administração. O local dêsse templo constituiu, hoje, a área ajardinada anexa ao Palácio

do Govêrno. Na sua tôrre, existiu o “telégrafo-ótico”, onde, num mastro de ferro, eram anunciados, por meio de bandeiras, os navios que então demandavam o nosso pôrto.

Em 1897, foi extinto o referido serviço, em vista de demanda da Irmandade da Conceição, que cobrava a importância de 700 mil-réis, por quanto teriam sido avaliados os respectivos reparos e caiação da tôrre, maltratada pelos empregados do tal “telégrafo.”

Posteriormente, já neste século, quando das administrações Sousa Mattos e Cunha Lima, no antigo “Melhoramento do Pôrto”, no mesmo mastro, era visto subir um balãozinho esférico, de côr vermelha, que assinalava, aos habitantes da velha cidade, a hora do meio-dia.

Certa vez, quando palestrávamos com o grande Presidente Pessoa, lembramos essa tradição que êle também alcançara na mocidade, vindo daí a sua idéia de restaurar a tôrre, modernizando aquela utilidade, instalando ali um relógio.

Infelizmente, temos a lamentar a não objetivação do feliz pensamento do querido administrador paraibano. As conseqüências da torpe

campanha de Princesa privaram os paraibanos de terem, atualmente, a hora certa marcada no alto daquela torre.

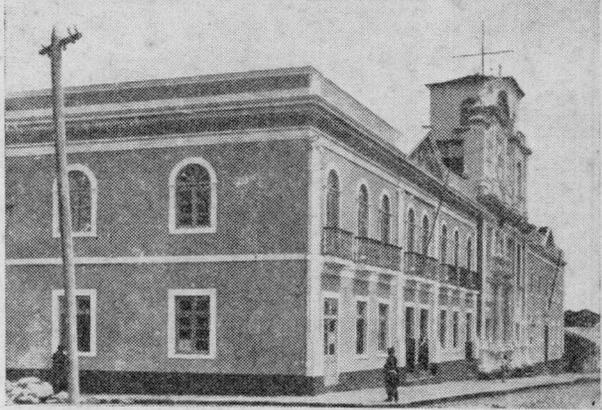
Todvia, ainda resta lá, uma moldura circular em calça, encimando as quatro faces da referida construção, base de um passado que lembrará aos vindouros um detalhe da utilíssima idéia duma administração que a maldade humana jamais consentiu se completasse.

Voltemos à primitiva Igreja de S. Gonçalo (construída em 1754, em terrenos cedidos pelo Senado da Câmara) onde, por doação dos habitantes da cidade, principalmente, de Manuel da Cruz Lima e sua mulher Luísa do Espírito Santo (com a dádiva de 30 mil cruzados) foram abertas aulas de primeiras letras, Latim e Filosofia, para os jovens da época, benefício que durou pouco em vista do banimento dos mestres jesuítas de nossa terra, onze anos depois. Largo tempo foi abandonado aquêle vetusto casarão.

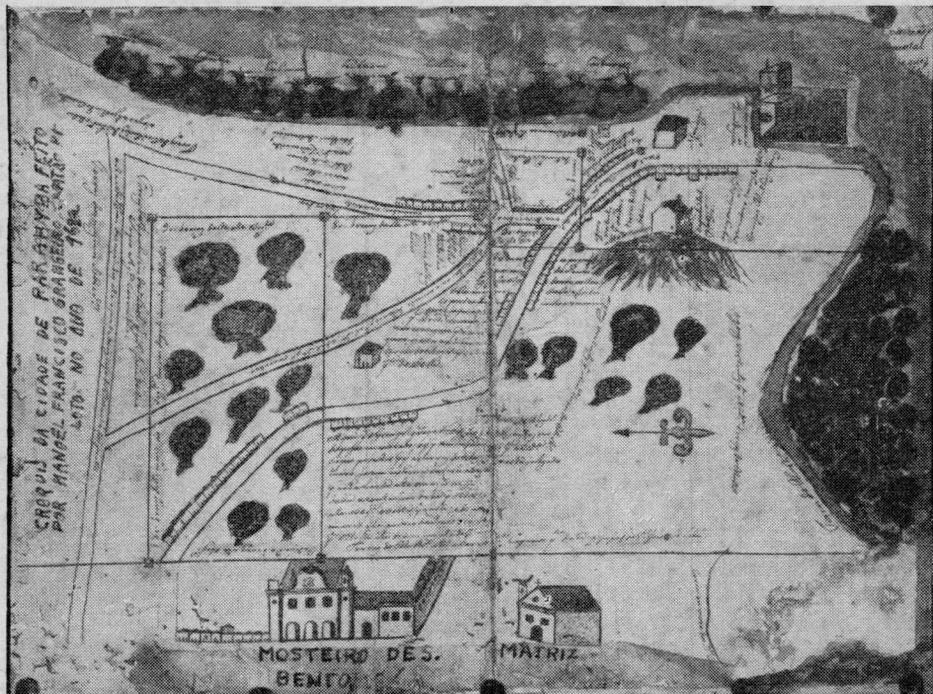
O tempo foi então exercendo a sua influência no material, até que, em 1828, depois de reparado, ali se encontravam funcionando as repartições da Secretaria Militar e as Escolas de Geometria e a de Primeiras Letras. Posteriormente, funcionou lá, desde sua fundação, em 1836, o Liceu Paraibano, no andar térreo, e a Escola Normal, no pavimento de cima, até quando dali foi mudada nos primeiros anos dêste século.

O Liceu, somente dali se transferiu em 1938, quando da inauguração do moderno edifício (construído na Avenida Getúlio Vargas), embora, antes, o Presidente João Pessoa tenha reformado o velho prédio e adaptado às suas finalidades.

A Escola Normal, mudou-se, aos primeiros anos dêste século, para o antigo palacete da Instrução Pública, onde hoje se encontra a Biblioteca Pública, situada na Rua General Osório. Muitos anos funcionou naquele prédio, tendo dali saído, quando do governo de Camilo de Holanda, em 1918, instalando-se, condignamente, no palácio construído para êsse fim.



Antiga Igreja de N. S. da Conceição dos Militares, ladeada à esquerda pelo Palácio do Govêno e à direita pelo antigo Liceu Paraibano. 1906.



Mapa antigo da cidade, feito pelo Capitão-Piloto, Manuel Francisco Grangeiro, datado do ano de 1692, onde se lêem as seguintes anotações:

Alto do Varadouro. Águas vertentes dos moradores, nas terras do Marechal-de-Campo. Capela de S. Frei Pedro Gonçalves. Águas vertentes do Varadouro, nas terras do Marechal-de-Campo Matias Soarez. Alfândega. Pôrto do Varadouro. "Passo". Terras de Sesmarias do licenciado que foram do seu sogro Augusto Carvalho. Estrada que vai das cacimbas até a porta da Igreja do Rosário dos Pretos. Rua do Varadouro para a Cidade. Varadouro para as cacimbas e portinho. Estrada ou caminho do Carro para a Cidade. Casa onde morou Maria Ribeiro, onde tomou posse o Desembargador Luís, marido de Maria da Conceição. Nesta quadra 50 braças de terra de Paulo Gonsalvez. 40 braças da data do Desembargador Luís. Daqui para Leste tudo são terras do Mosteiro. Cêrca ou muro do Mosteiro de S. Antônio. Terras do Mosteiro.

Lá se encontra, presentemente, o Tribunal de Justiça e serviços correlatos desde que, em 1938, dali saiu o aludido educandário indo, então, para o citado edifício da Avenida Getúlio Vargas.

Pelo lado sul, anexo ao referido Templo de S. Gonçalo, foi construída, no século XVIII, a ala destinada à residência dos padres da Companhia de Jesus. Com a saída dos mesmos, começou a servir de moradia aos governadores, sendo pagos, por ordem régia, desde 1738, quarenta mil-réis anuais pelo aluguel das casas particulares, onde então residiam os capitães-mores.

Data do ano de 1771, em 19 de abril, a carta régia que permitiu o Governador transferir a sua residência para a Casa do Colégio dos Je-

suítas que daqui foram banidos. Essa casa, depois de inúmeras reformas, na primeira das quais, gastou o Presidente Sá e Albuquerque, em 1851, 11:478\$313, embora descaracterizada do primitivo estilo, é, nos dias atuais, o Palácio do Govêrno, denominado Palácio da Redenção. É propriedade da Fazenda Pública, pelo Breve do Papa Clemente XIV, expedido em 21 de julho de 1773 com o alvará 10, de 9 de setembro do aludido ano, e avaliado, naquele tempo, por doze contos de réis.

Positivamente, fora da Rua do "Passo", no "Varadouro", e da Rua Nova que, começando junto à primitiva Capela de Nossa Senhora das Neves se estendeu, em demanda do sul, e da avoenga Rua do Colégio, ou de S. Gonçalo, depois conhecida há muitos anos, por "Direita" (na atualidade Rua "Duque de Caxias"), a cidade não possuiu, até o século XVIII, nenhum conjunto de residências que se pudesse chamar de rua. Existiam esparsas aqui e ali, chácaras e vivendas em sítios, cujos nomes ainda perduram: Sítio "Cruz do Peixe"; Sítio do "Forte", no atual Bairro das "Trincheiras"; Sítio dos "Frades", anexo ao Convento de S. Antônio; "Rogers" que é, hoje, populoso arrabalde; "Riacho", nas adjacências do Matadouro; "Camboim", cujo açude fêz as delícias da rapaziada da segunda década do século passado; dos "Coelhos"; do "Cecê"; da "Lagoa", que pertenceu aos jesuítas e foi vendido por 40 mil-réis e é, atualmente,

o Parque "Solon de Luce-na"; do "Portinho; do "Sanhauá", pertencente à família Hardman, com a circunstância de êle ter sido o terreno onde foi edificada a cadeia nova em 1853; da "Matinha", também, vendida parte para ser edificado o Cemitério Público, pelo seu proprietário, Padre Matias Leal de Lemos, morador no Sítio do "Coqueiro"; Sítio "Padre Antônio", nos arredores do "Tambiá", conhecido bairro da cidade. O Sítio "Trincheiras", na atualidade um dos principais bairros, foi confiscado aos jesuítas, quando daqui saíram e vendido, em leilão, conjuntamente, com o seu anexo o "Jaguaribe", que, também, é hoje bairro da cidade.



Antigo Convento, Igreja e Colégio de S. Gonçalo, dos Padres Jesuítas, serviu de moradia, também, aos Capitães-Mores. Depois de sucessivas reformas é, presentemente, o Palácio da Redenção, desde 1930.

O Sítio "Jaguaricumbe", cujas águas do seu riacho são captadas para o atual abastecimento da Capital, foi dado, em sesmaria, a Manuel

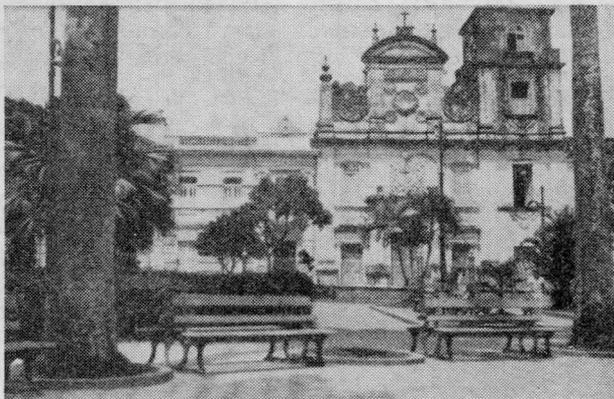
Caetano Veloso e sua mulher Sofia da Franca Veloso, tendo pertencido, depois de 1856, a vários outros até que, em 1907, o seu dono, nesse tempo Antônio Furtado da Mota, vendeu-o à Fazenda Pública, por cinco contos de réis.

O Sítio “Paul”, era citado, antigamente, como o maior, quando, em maio de 1856, foi registrado, de acôrdo com a lei posta em prática, desde 1854, como pertencente a Joaquim Moreira Lima. Hoje, é de propriedade da Fazenda Pública e nêle já estêve instalada a Inspetoria Agrícola Federal. Confina com o remoto Sítio da “Bica do Tambiá” que é, em nossos dias, o Parque Arruda Câmara.

“Imbiribeira”, na antiga estrada para a Praia do “Tambaú, em tempo remoto, pertenceu a Claudino Joaquim Bezerra Cavalcante de Albuquerque e, depois, a Manuel Deodato de Almeida fazendo parte, na atualidade, do Patrimônio Estadual. Foi adquirido, nos primeiros anos dêste século,

para por ali passar os trilhos da extinta ferrovia em demanda daquela praia.

Dizia Joana do Sacramento Monteiro da Franca, quando, em dezembro de 1855, registrava a posse de seu Sítio *MANDACARU* que o houvera por herança de seus pais, a presumível raiz dos Monteiro da Franca, ainda existente na cidade, cujo dito sítio confinava com outro, anexo, pertencente a sua irmã Francisca, e conhecido por Mandacaru da Ponte. Êsse trato de ter-



1918 — Antiga Igreja da Conceição dos Militares, construída no século XVIII e demolida em 1928.

ra dadivosa para os seus posseiros e moradores, pelo seu encanto paisagístico é hoje, embora não tão pleno daquela poesia cheia de misticismo, na qual se saturou Antônio Bôto, um populoso bairro onde se nota, ainda, algo que relembra o bucolismo de outrora.

Muitos nomes de sítios, nos arredores da cidade, e outros mesmos que são as ruas e praças atuais perderam as primitivas denominações.

Como exemplo, temos *ABURINOZA* que era o nome pelo qual os antigos habitantes da cidade conheciam o sítio que o inglês Ricardo Roger e sua mulher, a paraibana Francisca Romana, registraram, em setembro de 1855.

Com o tempo, a voz popular seguiu a lei natural e, no fim do século passado, já não mais se ouvia falar em *Aburinoza*. Surgiu o *Roger* que é, atualmente, um populoso bairro.

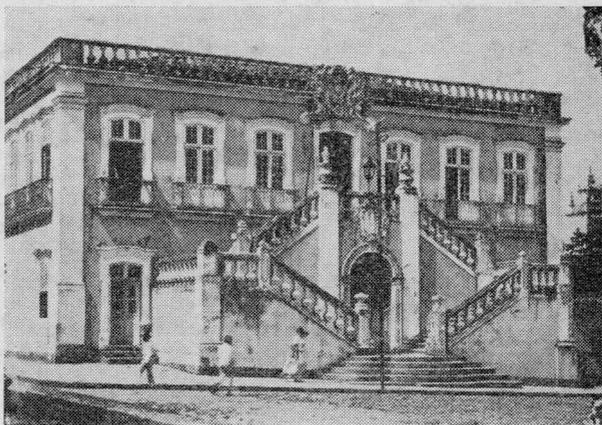
O Sítio *Martins*, antigamente, também, conhecido como *Pôrto Grande* e que ficava à margem do Paraíba, em busca do Cabedelo, pertencia a Antônio Vicente Magalhães, em 1855, quando o registrou.

Outro nome que desapareceu da memória popular, foi o do Sítio *Pedreiras*, junto ao Sítio *Tanque*, pertencente, no passado, ao patrimônio do Mosteiro de São Bento e aforado, perpétuamente, a Francisco Antônio Fernandes.

Possivelmente, a geração atual jamais ouviu falar do Sítio do *Quebra*. Pertencia a Joaquim Moreira Lima, no século passado, sendo, depois, absorvido pelo Sítio *Paul* que, atualmente, é a Fazenda Simões Lopes, pertencente ao Patrimônio Estadual.

Outro nome de sítio que não é mais mencionado, é o das *Môças*, muito conhecido até os primeiros anos deste século pela mocidade residente na antiga Rua da Ponte, hoje, denominada de Rua da República. O seu terreno alonga-se até a beira do Rio Sanhauá, onde, presentemente, se encontram os edifícios construídos pela firma Matarazzo, sucessora de Kronck & Co., adquirente do aludido terreno. Quando o conhecemos, existia, ainda, uma grande casa de quatro águas, circundada de alpendres, dominando a elevação onde fôra construída.

O acesso àquela propriedade, era feito por um terreno baldio, entre duas casas, no alinhamento da Rua da Ponte. Ali, precisamente, foi construída, mais ou menos em 1929, a residência do súbdito alemão Pedro Otto, onde, nos dias atuais, se encontra funcionando a sede do *Ipiranga Foot Ball Club*. As mais remotas citações do Sítio Cabo Branco, datam de 1701, pertencendo, então, por sêsmaria, ao licenciado Vital Curato (sacerdote do hábito de S. Pedro, irmão de Salvador Curato Vidal), desde um marco de pedra pelo lado do Sul até o Rio Gramame. O dito sacerdote era filho de Antônio Curato Vidal e neto de Lopo Curato Garro que foi Governador, nas guerras desta capitania.



Antiga moradia dos Capitães-Mores, construção do século XVIII, posteriormente Provedoria da Fazenda Provincial e Delegacia Fiscal, até 1915, quando foi destruída por incêndio. Flagrante obtido em 1905.

Jaime d'Altavilla, comentando um documento de 7 de setembro de 1730, do ganancioso administrador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira, sobre a cidade da Paraíba, que ele detestava, mas que todavia queria anexá-la e, dessa maneira, ter sob seu domínio maior território "sobre o qual pudesse vibrar o seu bastão, com um pulso rijo de soldado disfarçado sob os punhos de rendas", dizia, em defesa da cidade do século XVIII, que não era verdade o que afirmava a respeito da pobreza da Paraíba, o truculento governador reinol.

Dessa magnífica tese, cheia de verdade e amor a esta terra pequenina, são as palavras que aqui transcrevemos:

"Naquela fase construtiva já as esporas de prata dos senhores de engenho retiniam, sobre os tijolos côr de brasa dos alpendres das boas casas coloniais; já ardiam, perenemente, nos santuários entalhados de jacarandá as lâmpadas votivas aos santos que haviam protegido as caravelas da colonização através dos mares americanos; já olhavam, por trás dos caixilhos azuis das janelinhas, os formosos olhos negros patricios à espreita do cavaleiro destemeroso que, sabia morrer, gloriosamente, pela sua dama, pela sua pátria, pelo seu rei; já se viam, através das mantilhas floradas, nas igrejas, os colos de senhoras adornados de filigranas e as mãos enlaçadas de anéis; já haviam, nas bainhas lustrosas, as espadas de têmpera, vindas de Toledo; já repousavam, nos vastos prateleiros, de vinhático, a louçaria indiana; já haviam arcas que guardavam prataria de fino lavor e já, nas mansões senhoriais, os pêndulos sonoros marcavam as horas e recordavam os passos airosos do minuete da Côte". É um retrato simbólico e fiel da velha cidade do tempo das Capitânias.

CAPÍTULO II

DEPOIS DO DOMÍNIO HOLANDES

A cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves estava em mãos dos holandeses, em conseqüência da guerra entre a Holanda e a Espanha de quem éramos colônia, desde 24 de dezembro de 1634 — data da entrada do exército invasor — até a rendição negociada e conseguida, por Vidal de Negreiros, no Campo de Taborda, em 1654. É depois dêsse período que vamos encontrar a cidade, em estado de penúria, com os seus conventos saqueados e profanados, notadamente, o de S. Francisco onde estêve alojada a cavalaria das tropas flamengas, sendo, por isto, novamente sagrado por D. José Fialho, Bispo de Olinda que aqui estêve, no ano de 1734. É depois da rendição que situamos as novas sesmarias e doações de chãos para residências; vem dêsse tempo a denominação popular de “Restauração.”

No século dezoito eram, ainda, por demais precárias as construções da cidade.

Nota-se, pelas sesmarias concedidas naquele século, o estado, quase embrionário das ruas, como se constata pelo seu teor:

“o Capitão-mor Hipolito Bandeira de Melo e o Padre Dionisio Alves de Brito, moradores nesta cidade, querendo fazer casas para aumento dela, dizem devolutos chãos pegados às moradas de Luzia Pinto, correndo pela Rua Direita acima a entestar com chãos do Sargento-mor João Ferreira Batista” (Sesmaria, n.º 61, de 15 de junho de 1706, no govêrno de Fernando de Barros e Vasconcelos.)

“Aos moradores desta cidade, João Luís da Rocha e o Capitão Paulo de Almeida se dessem, de sesmaria, os chãos devolutos por ser conveniente ao ornato desta cidade, entre as casas do Sargento-mor João Ferreira Batista junto aos chãos de morgado que instituiu Duarte Gomes da Silveira, que estavam situados à Rua Direita indo para o S. Francisco.” (Sesmaria n.º 70 de 8 de outubro de 1707.)

Em setembro de 1708, Antônio Gonsalves de Souza pedia *uma braça e meia de chão*, “para sua filha aumentar uma casa de pedra e cal, que possuía na Rua da Boa Vista, atualmente, Rua Dr. Sá Andrade”. Essa concessão foi feita, no govêrno de João da Maia da Gama.



Mapa da Capitania da Paraíba, copiado de antigo livro holandês e relativo à invasão em 1624.

O Capitão Antônio Velho Gondim, “sem casa própria para morar”, em outubro de 1708, tendo notícia de que: “defronte às casas do Padre Antônio de Sousa Ferraz, na Rua Direita, no canto que vai para S. Bento, existia chão sem senhorio, desde os tempos dos Flamengos, começando das paredes da Casa da Pólvora antiga, até o canto pela frente da dita Rua Direita e daí correndo pelo beco que vai para a Rua Nova e S. Bento entestando com chãos do Capitão Brás Alves”, solicitou-o e: “como é para aumento da cidade”, foi concedida a sesmaria, no governo de João da Maia da Gama. Anos depois da expulsão dos holandeses, notava-se, ainda, a pobreza e a desolação na cidade, particularmente, no setor residencial.

D. Leonarda Pires de Gusmão, viúva do Dr. Dionísio Pires de Gusmão, peticionava, aos poderes do governo, em 30 de dezembro de 1709, dizendo que: “se achavam devolutos uns chãos de casas que corriam das moradas de Matias Soares Taveira, até o quintal de Gonsalves Reis, junto à Casa da Pólvora, na Rua Nova, com fronteira para Oeste, traseira para Leste e fundo até entestar com quintais das casas de Luís de Sousa Furna, na Rua Direita, tendo oito braças, e como era para embelezamento da cidade esperava mercê.”

Salvador Quaresma Dourado e o ajudante Luís Quaresma Dourado, também, diziam que, na Rua Nova, na parte que vai do norte a sul, por detrás de S. Gonçalo, se achavam devolutos, desde a retirada dos holandeses, em uma e outra banda da referida rua, começando junto da parte direita do curral da casa do Meirinho do Mar, Manuel Pereira Lisboa, e, na esquerda, de Antônia da Silva, crioula fôrra. E como era "*da utilidade da cidade reformar-se a despovoada rua como se levantarem novas casas*", foram concedidas 20 braças de frente e 15 de fundos, em fevereiro de 1711. Govêrno de João da Maia da Gama.

O Tenente-Coronel Rodrigues de Castro, alegando serviços prestados a el-Rei, pedia chãos para casas na parte da *Rua Nova*, do lado do Poente, entestando, pelo Norte, com as casas do Padre André Rodrigues e Custódio Rodrigues de Castro e confinando, pelo sul, com a travessa que vai para o *Varadouro*, posteriormente, chamada Ladeira das Pedras, e identificada, na atualidade, pelos mais velhos ainda como tal.



Mapa de feitura holandesa onde se vêem localizadas as fortificações da antiga Capitania da Paraíba, ao tempo da invasão em 1624.

Desde o tempo do Flamengo, diziam o Capitão Antônio Carvalho Guimarães e Manuel Rodrigues Coelho que, na "*Rua Nova*, no canto que vai para a *Rua Direita*, existiam chãos sem senhorio, confrontando com a casa de Barbosa Coelho, no Sul, e, no Norte, fazem o dito canto (esquina) e daí correndo pelo beco que vai para a supradita *Rua Direita* e entestar com a casa de Gaspar Barboza, quanto aos terrenos que começam no canto parece que nêles houve já casas de pedra e cal e têm de testada, pela *Rua Nova*, cinco braças que ainda mostram os alicerces antigos, com



Antigo Beco da Misericórdia, em 1877, ligando a Rua Direita a Rua Nova, atualmente Rua Peregrino de Carvalho

chãos teriam seis braças de frente, a medir da casa da preta Antônia, correndo para o norte e correndo para leste até onde fizer meio com as fronteiras das casas da *Rua do Rosário* que ficam os quintais a oeste da dita rua."

No ano seguinte, 1713, em 25 de janeiro, encontramos, no registro de terras da cidade, o mesmo Desembargador Soares Romão requerendo "onze braças de chão pegadas às suas casas, entestando com fronteiras das casas da Travessa da "Misericórdia", que podiam a êle suplicante servir de quintal das outras casas suas, situadas no canto da *Ladeira* que fazendo parede endireitando a dita rua."

Em 1790, falava-se numa Estrada Velha, atrás da Casa da Pólvora, por trás da Rua das Trincheiras que ia ter, também, na Estrada da Cacimba do Povo e vinha sair nos fundos do Palácio.

Fica demonstrado, dêsse modo, o estado das edificações nas poucas ruas existentes na cidade, até o século dezoito.

a condição de serem restituídos aparecendo dono com título legal. Dêsse modo foram concedidos, pelo govêrno de João da Maia da Gama, em 12 de dezembro de 1711.

Igualmente, o Desembargador Cristóvão Soares Romão, em 26 de agosto de 1712, requeria, dizendo "que no fim da *Rua Nova*, no princípio da *Ladeira* que corre para o Sul estavam chãos devolutos, desde o tempo da *Restauração*, que se podiam fabricar casas para continuar a dita *Ladeira*, em benefício, para aumentar-se a cidade, êstes

Em seguida, transpomos o século dezenove onde, lentamente, se processou o progresso urbano.

Francisca Fernandes de Lima, em maio de 1856, registrando a posse de suas terras dizia: possuir “um sítio, no lugar Boi-Só, anexo a outro que, antigamente, se denominava Afoga-Boi. Essa denominação Boi-Só provém do nome do primitivo proprietário, o francês *Boisôt* que o popular inulto aportuguesou para *Boi-Só*.”

Desde de 1856, em julho, data a posse dêsse sítio ao novo adquirente Simplício Narciso de Carvalho. Dessa época em diante, tornou-se o celeiro alimentício da cidade, suprindo-a de verduras, frutas e cereais. Daí a abundância de seu dono que possuía casa na cidade onde, era voz corrente, só comia em baixela de prata. Êle, homem de côr, era casado com a

paraibana Maria Juliana Teixeira que, dada as desinteligências do casal, servia-se em outra baixela do mesmo metal, sòmente a si destinada.

Nesse particular, a estrêla do *Boi-Só* empalideceu; continua não obstante, como uma das boas propriedades, nos arredores da capital, confinando com o antigo Sítio do *Tenente* onde hoje funciona o Asilo da Velhice Desamparada Carneiro da Cunha, o qual, por sua vez faz extrema na estrada começada na atual Avenida Epitácio Pessoa, separa o terreno da Usina de Luz do Tambiá e vai ter no falado *Boi-Só* cujo proprietário, na época presente, é o Dr. Isidro Gomes da Silva, figura acatada nos círculos sociais e políticos de nossa terra.

Outro sítio em evidência, antigamente, foi a Ilha de José Velho, situada à margem esquerda do Rio Sanhauá, onde hoje se encontra o edifício da Usina de Luz da Cidade.

Em junho de 1856, diziam: “Margarida Vieira de Carvalho, viúva de José Velho Barreto e Gernuíno José Velho e as filhas do falecido Hortênsio José Velho, Catarina Umbelina de Almeida e Albuquerque e João Crisóstomo de Almeida que eram consenhores e possuidores da Ilha de José Velho por tal conhecida e que confinava, pelo nascente, com terras



Tambiá. Cruz do Peixe — 1910 — Estação nova da Ferro Carril Paraibana. Ao fundo, Estação da Ferrovia de Tambaú, inaugurada em 1907. A árvore à esquerda, assinala o caminho do Sítio Boi-Só.

da Santa Casa, pelo poente, com terras do Engenho Santo Amaro, tendo, pelo meio, um braço de rio salgado. Limitava-se, pelo sul, com as terras do Engenho da Graça, e, pelo norte, com a ponte do Rio Sanhauá.

Ainda nesse ano, "Geraldo Bezerra Cavalcante, tutor de suas filhas menores, Maria e Ana", registrava, na repartição competente, "a posse a que tinham direito, no Beco da Misericórdia n.º 5, de uma morada de pedra e cal dividindo, pelo nascente, com a casa do Dr. José Carlos da Costa Ribeiro, e, pelo poente, com o sobrado do Cel. José Teixeira de Vasconcelos, pelo quintal, que era todo murado, confinava com D. Joaquina Rosa Neiva.

Anteriormente a êsse movimento urbano de restauração e de aumento, a Câmara Municipal da cidade da qual era Presidente Inácio de Sousa Gouveia e conselheiros, Joaquim Batista Avundano, Silvério da Costa Cirne, Pe. José Antônio Lopes da Silveira, Pe. Joaquim Antônio Leitão e João José Inocêncio Poggi, de acôrdo com o Presidente da Província, Gabriel Getúlio mandavam colocar, no ano de 1830, sessenta travessões de pedras nas ruas da capital, cumprindo, dessa maneira, a concessão feita pelo Aviso Imperial, datado de 29 de outubro do ano anterior.

Nessa época, não existia nenhuma rua calçada; devia ser desolador, durante a estação chuvosa, o estado das mesmas! Daí a idéia econômica e as providências nesse sentido. De espaço a espaço, mediando, talvez, uns cinqüenta metros, era feito de lajões, uma passagem entre um lado e outro na rua; essa faixa, que dava lugar à passagem de duas pessoas, teria a vantagem de evitar as erosões nos terrenos em declive, onde foram edificadas as primeiras ruas da cidade.



1904 — Remota Rua da Imperatriz, fruto da administração Amorim Bezerra, em 1850. Popularmente conhecida por Estrada Nova. Hoje Rua da República.

Ficou positivada a abertura da Rua da Imperatriz, atual da República, em 14 de março de 1850, popularmente, conhecida por Estrada Nova. Amorim Bezerra, quando então governava a Província, em relatório, assim se expressava: "com assistência do engenheiro e fiscal da Câmara, mandei abrir uma estrada de reconhecida utilidade que, com o tempo, pode vir a ser rua, do oitão de oeste do Palácio dêste govêrno, em linha reta à Ponte Sa-

nhauá, para maior comodidade no trânsito dos que vierem em direção à cidade alta, a qual, a partir do dito oitão, tem a Rua do Sobradinho daí o nome de Rua Nova da Imperatriz por começada a 14 de março, aniversário natalício de Nossa Augusta Soberana.

Nesse mesmo ano foi também, aberta uma rua, por trás do Palácio, em direção à Ladeira do Rosário, com o nome de *Rua do Liceu*, onde já existia um caminho muito freqüentado. Por êsse mesmo local, passa, atualmente, a Avenida General Osório, iniciada em 1918, quando Camilo de Holanda, utilizando a antiga *Rua da Medalha*, antigamente chamada do *Sertãozinho*, num verdadeiro trabalho de amor à terra natal, consegue conciliar as diferenças de nível existente, transformando-as na conhecida avenida.

Ficou sòmente em projeto, a vontade daquele governador de 1850 de mandar abrir mais três ruas que seriam: uma, na continuação da ladeira, saindo na *Rua Direita*, em frente à Igreja do Rosário; outra, em seguimento da do Liceu, atravessando o Largo do Palácio, em direção à Casa da Pólvora, por trás da Rua das Trincheiras, e, finalmente, a terceira, que partindo dessa casa, seguiria para leste, saindo em frente à Igreja de São Bom Jesus, em nossos dias denominada por Igreja de Lourdes.

Uma das primeiras ruas calçadas com pedras regulares de granito foi a do Sanhauá. Em 1854, assim se expressava o Presidente Bandeira de Melo sòbre êsse melhoramento: *"o calçamento orçado pelo engenheiro da Província, a principiar da ponte do mesmo nome até a extensão de 1.120 palmos pela quantia de 5:841\$950. As escavações e barrancos que essa rua apresenta, tornam o trânsito, sumamente incômodo e perigoso, visto o número de carros e animais que a freqüentam, êsse melhoramento não pode deixar de chamar a vossa atenção. As ruas desta cidade estão em péssimo estado, incompatível com o aformoseamento da mesma e tão contrário à comodidade pública."*



1910 — Prédio do Tesouro do Estado, na antiga Ladeira do Rosário. Festividade da Posse do Governador Álvaro Machado.

Os paraibanos viveram, até então, dêsse modo, sem nenhum confôrto material; e, quanto à vida fora de portas, pouco ou nada se distanciava do viver entre as suas moradas.

E assim ia passando o tempo quando, em 1858, o Tenente-Coronel Henrique Beaurepaire Rohan assume a presidência da Província.

Espírito lúcido, logo lança suas vistas para a cidade, onde tudo materialmente, faltava.

Fazendo nossas as suas palavras para aqui evocamos algo dos seus planos de embelezamento da capital que, nesse particular, foram a base do atual progresso que, ainda desfrutamos.

Dizia: *“Os arruamentos nesta cidade nunca foram nem ainda estão sujeitos a plano algum quer em relação aos alinhamentos quer ao nivelamento, cada um edifica à sua vontade e daí resulta êsse labirinto em que se vai sensivelmente convertendo a cidade.”*

“Verdade é que a construção de qualquer prédio é sempre precedida de uma cerimônia a que chamam cordeação, a qual comparecem os fiscais da câmara municipal; mas essa intervenção oficial, longe de produzir um bem, nenhum outro resultado apresenta, senão o de sancionar a vontade do edificador e legalizar os defeitos ou alinhamentos. Êste inconveniente



1909 — Fotografia tomada nesta data, da Rua do Melão, aberta em 1895, na administração Henrique de Beaurepaire Rohan.

tão palpável já foi sentido pelos legisladores paraibanos e o § 6.º do artigo 5.º da Lei n.º 22 de 15 de outubro de 1857, autorizou a presidência a mandar levantar a planta da cidade com o alinhamento das ruas e designação das praças. A planta já se encontra feita, primoroso trabalho do 1.º tenente engenheiro Alfredo de Barros Vasconcelos. Mandeí proceder ao nivelamento geral para um sistema de esgotos, questão que interessa a salubridade pública. A construção que mandei

fazer no muro do Palácio, deu lugar a uma nova rua em direção a Caçimba do Povo, atravessando os terrenos de João José de Almeida que os cedeu gratuitamente e já se encontra demolido o caixão do sobrado que pertencia ao Major João Pinto Monteiro da Silva, na Rua Direita, em frente a Igreja do Rosário. Foi feita a aquisição desta pela quantia de 3:000\$000. Não basta, porém que a demolição se tenha efetuado à servidão pública o terreno respectivo, falta remover-se todo o atêrro que fica no alto da ladeira para que o trânsito se torne praticável. Novas direções

foram dadas às águas que afluem a Rua da Baixa, que prejudicavam a saúde pública.”

Dessa maneira, foi alargado o antigo e estreitíssimo beco da Ladeira do Rosário, tendo os proprietários dos terrenos, Drs. Lindolfo Correia das Neves, José Lucas de Sousa Rangel, Vitorino Maia e Joaquim de Melo Azêdo, oferecido-os gratuitamente.

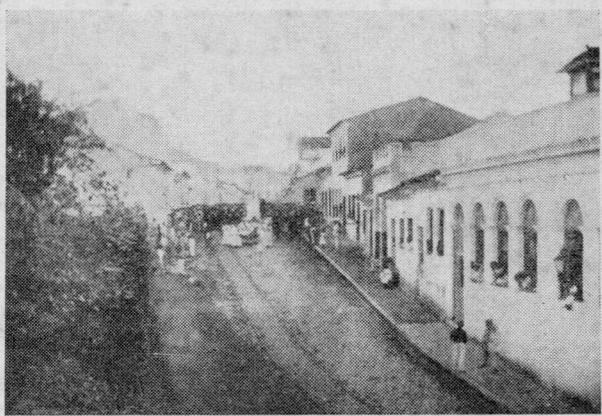
É, também, desse tempo a abertura da rua que, partindo da Rua da Areia passava pela frente do Quartel e Hospital Militar prolongando-se até a *Rua da Imperatriz*, atual da *República*, e que se chamou do *Melão*, por muitos anos, para ser, atualmente, conhecida com o nome de seu idealizador: *Beaurepaire Rohan*.

Ainda êsse Presidente mandou construir a estrada do atêrro paralelo ao Rio Sanhauá, ligando a ponte do mesmo nome à remota Praça da *Gameleira*, a *Alvaro Machado* dos nossos dias.

Justificava êsse empreendimento, o inconveniente no trânsito de tropas e cavalhadas vindas do interior, as quais tinham de subir a íngreme ladeira da referida ponte até às principais ruas do comércio.

Essa estrada, anos depois, foi aproveitada, em parte, pela Estrada de Ferro Conde d'Eu transformada depois na "*Great Western*". Aquêlo terreno foi cedido pelo Dr. Leonardo Antunes Meira Henriques por parte de seus constituintes menores Feliciano e Samuel Hardman, pois, pertenciam aos mesmos fazendo parte do Sítio *Portinho do Sanhauá*.

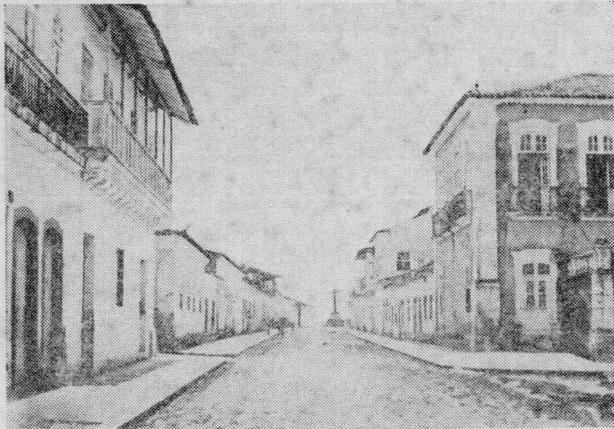
Em 1859, levantada a planta da cidade, como já falamos, cujo autor foi o engenheiro *Bless* o então Presidente *Rohan* ordena a abertura das seguintes ruas: *Quintais*, ao oeste da *Direita*, de *S. Gonçalo* e paralela a da *Imperatriz*; *Formosa*, perpendicular a estas (a mesma que hoje, tem o nome daquele Presidente e que, também, antigamente, era chamada do *Melão*); *Conciliação* que ligava a Rua da Areia ao Largo do Quartel, posteriormente, conhecida por *Travessa do Teatro*, atualmente, *Gama Rosa Jardim*, entre a do Imperador e a da Imperatriz; *Palma*, desde a do *Liceu* até a do *Melão*, paralela a *Ladeira do Rosário*; chamou-se do *Império* e, depois, da *Palha* e, finalmente, *Silva Jardim*.



1897 — Bando precatório, em favor das vítimas da Guerra de Canudos. Trecho da Estrada do Carro.

No tocante a êsse setor, era esta a visão urbanística da antiga Filipéia, na segunda metade do século passado.

Afinal, em 1889, já vamos encontrar, oficialmente, dividida em baixa e alta, existindo, na primeira, 31 ruas com os nomes de: *Visconde de Inhaúma, Conde d'Eu, Barão de Passagem, Barão do Triunfo, Viração, Alegria, Gameleira, Boa Vista, Flôres, Rapôsa, Gravatá, Mulungu, Quartel, Limoeiro, Império, Macaíba, Fogo, Medalha, Tanque, S. Frei Pedro Gonsalves, Bica, Dos Milagres, Formosa, Imperatriz, Cajueiro, Visconde de Itaparica, Matinha, Riacho, Estrada Nova, Consumo, Cadeia Nova e Cemitério*. Dessas ruas, somente sete eram calçadas: Visconde de Inhaúma, S. Frei Pedro Gonsalves, Conde d'Eu (que já se chamou das *Convertidas* e é, na atualidade, *Maciel Pinheiro*, em tempo remoto a principal artéria do comércio retalhista paraibano); da *Gameleira, Barão do Triunfo* (antiga *Estrada do Carro*), Visconde de Itaparica (no passado *Rua da Ponte* e, também, do *Sobradinho*), do *Fogo* (depois *Ladeira do Rosário*) e a *Barão da Passagem*, mais conhecida pelo nome de *Rua da Areia*. Existiam, ainda, 9 travessas e 13 becos; as travessas tinham as seguintes denominações: da Rapôsa, da Boa Vista, Barão do Triunfo, Visconde de Itaparica, do



Sobrado colonial que pertenceu à Cia. de Comércio, onde, em 1874, funcionou o Consulado Paraguaio. À direita, o prédio da antiga Provedoria da Fazenda e ao fundo o cruzeiro do Convento de S. Francisco, no fim da Rua Direita.

Cajueiro, Barão da Passagem, do Teatro, da Alegria e da Macaíba, as quais não tinham calçamento. Os becos, tinham os seguintes nomes: da Alfândega, de S. Frei Pedro Gonsalves, da Estação, do Montinho, da Quitandinha, dos Milagres, do Tanque, de João Magro, de Carlos Holmes, das Cacimbas, dos Medeiros, do Império e do Melão, todos com calçamento. Contava também a cidade com as seguintes praças: D. Pedro II, Largo da Gameleira, Pátio da Alfândega, Pátio de S. Frei Pedro Gonsalves, Largo da Viração, Cam-

po do Conselheiro Diogo, Largo da Cadeia Nova, Pátio do Quartel de Polícia, Largo do Sobradinho e Largo do Sanhauá.

A maior parte dessas praças, conquanto assim crismadas oficialmente, não tinham arborização nem assentos; todavia, sendo terrenos nivelados nêles vicejavam o capim nativo e o mata-pasto.

Nessa parte da cidade existia então duas fontes públicas: a Bica dos Milagres e a do Gravatá.

Demoravam aí, os edifícios públicos: do Tesouro Provincial, Quartel da Linha, Enfermaria Militar, Quartel de Polícia, Cadeia Nova, Trapiche da Alfândega, Capitania dos Portos, Trem de Guerra, Matadouro, Casa da Pólvora, Vigia da Alfândega, Guarda da Ponte, e os edifícios pertencentes a entidades particulares: Estação da Estrada de Ferro Conde d'Eu e Armazém da mesma empresa.

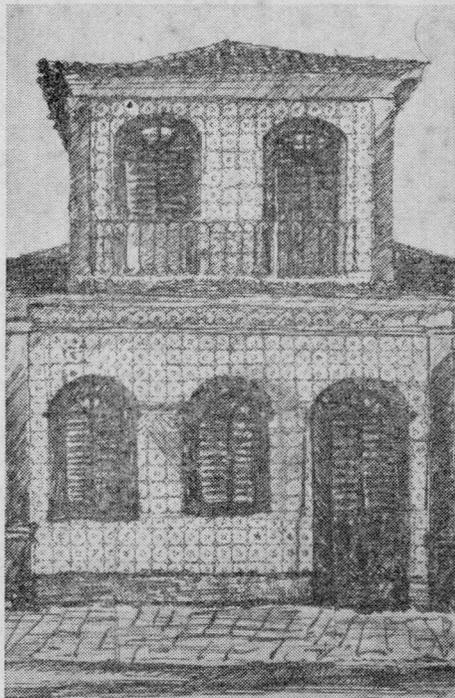
Por fim, a nordeste-sudeste, numa eminência, fica o Cemitério do Senhor da Boa Sentença. Nesse bairro da cidade baixa, também chamado do Varadouro, fica a Igreja de S. Frei Pedro Gonsalves.

O trânsito da cidade baixa para a alta era antes como hoje feito pelas seguintes vias: Ladeira de S. Francisco (mesma Rua do Tanque), Ladeira da Matriz, também conhecida por Travessa Barão da Passagem, Ladeira dos Góis, Beco do mesmo nome, Ladeira das Pedras (antiga dos Monteiros), Ladeira do Rosário que era a continuação da Rua do Fogo, atual Avenida Guedes Pereira, Ladeira da Estrada Nova, ou Rua da Imperatriz, desde 1850, a qual é, hoje, a Rua da República, Ladeira da Sodoma, ou Cajueiro de Baixo, crismada em 1918, com o nome de Padre Ibiapina e Beco do Liceu subindo pelas Ruas do Império e Macaíba.

Nesse perímetro, estavam localizados 1.112 prédios de pedra e cal dos quais 50 eram sobrados na maioria de dois andares, existindo alguns de três pavimentos, sem contar o térreo.

Por esse tempo, era comum a moradia em casas de palhas distribuídas ao sabor das conveniências, pelas ladeiras e ruas, dando aos que olhavam de perto, uma visão pitoresca e ampliada de um presépio, em noite de Natal. Aquela zona da cidade, possuía 361 casas de palha e mais 16 na ladeirosa Rua de S. Mamede, por trás do Convento de São Bento e paralela ao mesmo.

Na cidade alta era a seguinte a divisão urbanística, contendo 28 ruas: Marquês de Herval, primitiva Rua Nova; Duque de Caxias, mais



1900 — Sobrado da antiga Rua da Baixa n.º 37, pertencente à família Lemos. Reconstruído em estilo moderno, em 1950. Situado à frente do Ponto de “Cem-réis.”



Igreja de N. S.^a da Mãe dos Homens, erigida no início do século XIX e demolida em 1923. Bairro do Tambiá.

conhecida pelo crisma popular de Rua Direita; *Visconde de Pelotas*, antiga da Cadeia Velha; *Nova da Lagoa*, atual 13 de Maio; *Lagoa de Traz*, hoje Diogo Velho; *Mangueira*; *Palmeira*, em seguimento dessa e, atualmente, uma só com o nome oficial de Rodrigues de Aquino; *Trincheiras*; *Jaguaribe*; *Tambiá*; (estas três últimas, populosos bairros atuais); *Carmo*; *Misericórdia*, até 1917, quando foi, oficialmente, crismada de Peregrino de Carvalho, por ocasião das festas do centenário da Revolução de 1817, em homenagem a um dos seus chefes, o mártir paraibano Peregrino de Carvalho que ali residiu, num velho sobrado ainda conservado em nossos dias. *S. Bento*; *Matriz*; *São Francisco*; *Aurora*, *Mãe dos Homens*; *Major Moreira*; *Bica*; *Emboca*; *S. José*, atual Desembargador Souto Maior; *Santo Elias*; *Santo Antônio*; *Diniz*; *Senzala*; *Laranjeiras*; *Tesoura e Rua do Muro de S. Francisco*. Sete eram as travessas assim discriminadas: *Bom*

Jesus; das *Mercês*; da *Alagoa*; *Visconde de Pelotas*; *Mangueiras*; o *Chão Duro*; e *Jaguaribe*.

Os vinte becos existentes na cidade alta eram chamados: do *Diniz*; das *Mercês*; de *Santa Teresa*; da *Companhia*, atual Brás Florentino; do *Hospital*, hoje Rua Miguel Couto; do *Barão* que, antigamente, ligava a Rua Direita ao oitão da Igreja das Mercês, atualmente desaparecido; do *Góis*, atual Ladeira Feliciano Coelho; do Rosário, já transformado na Avenida Guedes Pereira; das *Almas*, absorvido pela atual Rua Padre Meira; do *Barracão*; do *Xinxirra*, e do *Bairro Alto* (todos, no presente, desaparecidos) do *Beiriz*; dos *Macacos*; dos *Passinhos*, atualmente, Avenida Pedro II; do *Liceu*, atual Padre Malagrida; do *Jaguaribe*, também desaparecido; da *Mãe dos Homens*; de *João Carlos*; e do *Cipriano*; (estes, fechados.)

As praças se contavam em número de dez: *Pátio do Palácio*; *Campo do Conselheiro Henriques*; *Praça Coronel Luís Inácio*, atual Largo de S. Francisco; *Largo do Erário*, depois chamado Largo da Independência, da

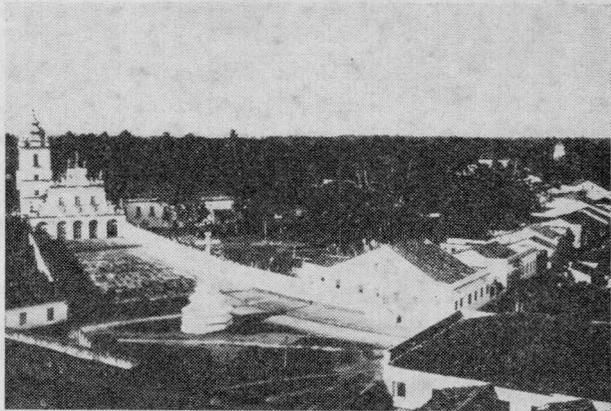
Prefeitura, e, finalmente, Praça Rio Branco; *Pátio das Mercês*, depois de 1917 conhecido por 1817; *Largo da Mangueira*, desaparecido e absorvido por uma avenida; *Pátio da Mãe dos Homens*; (nessa praça numa campanha memorável, empreendida em 1925, pelo jornal *O Combate*, dirigido pelo seu proprietário, Bacharel Antônio Bôto de Meneses, foi erigido um monumento ao Cel. Antônio Pessoa, saudoso Presidente do Estado, nome cuja memória os paraibanos da nossa geração reverenciam como a do restaurador das finanças públicas de então. Por isso, é, hoje, chamada Praça Antônio Pessoa); e finalmente, o *Largo da Matriz*, cuja placa atualmente tem o nome de D. Ulrico.

Duas fontes públicas existiam na parte alta da cidade: a *Bica do Tambiá* e a *Cacimba do Povo*. Eram três os conventos: de *S. Francisco*; do *Carmo*; e de *S. Bento*; oito as igrejas: da *Matriz*, nesse tempo, ainda, em reconstrução; do *Colégio*; do *Rosário*, ambas demolidas e construídas noutros locais, mas com estilo diverso; *Martírios*; *São Bento*; *Carmo*; *Santa Teresa*; e *São Francisco*.

Ali eram situados dez edifícios públicos, a saber: Palácio do Govêrno; Liceu; Tesouraria da Fazenda; Paço Municipal; Casa do Mercado; Palacete da Instrução Primária; Repartição dos Correios; Próprio Provincial da Cruz do Peixe e Casa da Pólvora; além de mais dois prédios particulares: o Hospital da Santa Casa de Misericórdia e o Teatro Santa Cruz. Existia, também, o Cemitério da Cruz do Peixe, pertencente àquela instituição.

A cidade alta nesse tempo sômente contava com quatro ruas calçadas de pedras irregulares de granito, e com um Jardim Público, idealizado na presidência do Padre Felipe Benício Galvão, cuja primeira pedra do meio muro que sustentava o gradil de seus quatro lados, foi cimentada, na presença daquela autoridade, e de todos os

que faziam parte de seu partido político, na tarde de 24 de maio de 1879. O largo destinado a êsse jardim tinha, até então, o nome de Comendador Felizardo, passando, dessa data em diante, a ser chamado de Jardim Público. Ali, em volta do antigo coreto de forma ortogonal, cuja cober-



Panorama apanhado da tôle da Catedral, datado de 1894: à esquerda o velho Convento de S. Francisco e à direita o Colégio Diocesano, no princípio da Rua do Tambiá.



Portaria da Igreja do antigo Convento de S. Francisco, ressagrado por D. José Fialho, Bispo de Olinda, em 1734.

agente fiscal em Pernambuco, naquele ano de 1879. Dessas mudas, também destinadas a outros “largos”, no presente desaparecidos, é um dos exemplares das sete palmeiras plantadas, posteriormente àquela data, em volta do velho edifício do Tesouro, então hospital, remodelado e ampliado, na gestão do Presidente João Pessoa, em 1929, e desde aquela data servindo de Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Na época a que nos reportamos, registrava-se a existência, na parte alta da cidade, de 984 residências, entre as quais 44 sobrados e 410 casas de palha, das quais 28 se situavam por trás da Rua das Trincheiras, encravadas no Sítio “Forte”.

tura se assemelhava aos pavilhões dos castelos suíços, a banda de música do antigo Batalhão de Segurança deliciou toda uma geração de paraibanos com a execução das maviotas valsas, tão ao sabor desse tempo, sob a batuta do José Grande e, depois, já neste século, sob a regência do Alferes Camilo Ribeiro. Recordemos um detalhe quando dos serviços de embelezamento do referido largo: foi contratado, na Tesouraria da Fazenda, com a firma pernambucana Cardoso & Irmãos, pela quantia de 7:000\$000, o gradil e quatro portões de ferro trabalhado, que lhe eram destinados, os quais foram entregues, no prazo de seis meses, mediante o adiantamento da metade daquela importância, conforme rezava o contrato.

As palmeiras imperiais que, ainda se encontram no mesmo local, onde, desde abril de 1933, ficou situada a Praça João Pessoa, foram adquiridas as mudas, pelo nosso

CAPÍTULO III

ÚLTIMOS DIAS DO SÉCULO XIX

Assim, transpomos os últimos dias do século XIX, durante o qual a nossa urbe ainda apresentava as características das velhas cidades do império colonial português.

Passados os primeiros anos dêste século, nada mudou, ou foi mudado, no setor das habitações; perduravam os velhos hábitos. Pouca cousa tentou-se pela iniciativa particular, em matéria de construções. Alguns remontes e adaptações que descaracterizaram os antigos prédios públicos e nada mais foi digno de registro.

Para sermos precisos, registramos o início do progresso material da cidade, no período governamental do Dr. Camilo de Holanda.

É, pois, do ano de 1918, a seguinte nomenclatura das ruas e praças existentes e abertas então.

Avenidas: *Sanhauá*, antiga Estrada do Atêrro ao longo da via férrea. Nome indígena do rio onde corre, paralelamente.

Vasco da Gama, nome que relembra o conhecido navegador português, velho caminho aberto, cortando os antigos sítios localizados no planalto do Rio Jaguaribe, hoje, populoso bairro.

Vera Cruz, de início, rua, depois alargada para avenida; nome popular que relembra a primeira denominação dada ao Brasil pelos descobridores.

João Machado, velha travessa do São Bom Jesus, cortando o antigo Sítio do Boi-chôco, corruptela popular do nome do seu primitivo dono, Boichô. A sua denominação é uma justa homenagem ao presidente parai-bano que a idealizando adquiriu todos os seus terrenos, deixando-a, práticamente aberta ao tráfego e, mais ainda, facilitando a passagem do enca-namento geral distribuidor d'água do abastecimento do Buraquinho.

Hipódromo, atualmente Avenida 1.º de Maio.

General Osório, a mais antiga rua da cidade alta, surgida após a retirada do velho sobrado que fazia canto com o antigo Beco da Misericórdia, e depois de feita a ligação da remota Rua do Sertãozinho, posterior da Medalha, com o velho caminho do Liceu também conhecido por Rua dos Quintais. Sòmente, após essas transformações, foi oficialmente aposta a placa de: Avenida General Osório.

12 de Outubro, conhecida, quando aberta, por Maria Eulina, possivelmente o nome da proprietária do sítio onde demora, no Bairro de



Torre do antigo Convento de S. Francisco, onde se vê a data da colocação de azulejos portugueses, da Cidade do Pôrto.

Jaguaribe; tem início na Praça General João Neiva, popularmente, chamada “pátio da feira” e termina na Rua Marechal Almeida Barreto.

Avenida S. Paulo, situada no fim da Rua das Trincheiras, um dos nomes mais antigos, conhecido desde 1754, e seguindo em frente até a Praça Bela Vista, aberta nos terrenos do sítio de Manuel da Cunha.

Maximiano Machado, antiga Rua do Meio, começando na Filipéia e terminando na Marechal Almeida Barreto; pertence ao Bairro do Jaguaribe.

Beaurepaire Rohan, no mesmo local da velha Rua do Melão, por sua vez, aberta desde 1858, quando, ainda, governava a Província êsse Presidente, cujo nome é relembado em suas placas. Pertence ao bairro da cidade baixa, começando na Praça Pedro Américo e terminando na Rua Piragibe.

Peregrino de Carvalho, antigo Beco da Misericórdia; tem o seu início na Praça Aristides Lôbo, terminando na Rua Duque de Caxias.

24 de Maio, conhecida por Rua do Mulungu; liga a Rua do Portinho (atual Amaro Coutinho), à Maciel Pinheiro.

Rui Barbosa, antiga Rua do Norte, com início na Avenida Sanhauá e fim na Praça Firmino da Silveira.

Saldanha da Gama, ex-Rua do Oriente começando na Rua do Tambiá e sem limite final, naquele tempo.

Silva Jardim, antiga Rua da Palha. Tem o seu início na Sanhauá, terminando na General Osório.

Filipéia, conhecida, no passado, por Rua da Palmeira. Começa na Praça Comendador Felizardo e vai até a Avenida Paulista.

Rodrigues Chaves, antigo Passeio Geral, paralela a Rua das Trincheiras, na cidade alta, e situada no bairro dêsse nome.

Da Independência, posteriormente, denominada Capitão José Pessoa, em homenagem aos feitos dêsse heróico paraibano, na guerra de 1914.

Floriano Peixoto, avenida nova, desde o início batizada com êsse nome.

Minas Gerais, antiga Rua da Glória, no Bairro de Jaguaribe.

Benjamim Constant, também, no mesmo bairro; desde a sua abertura teve essa denominação.

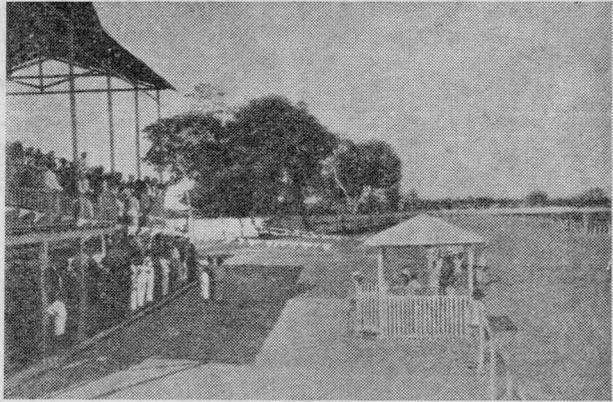
Concórdia, assim chamada desde sua inauguração.

Avenida D. Adauto, no Bairro do Tambiá, aberta ao tráfego com êsse nome.

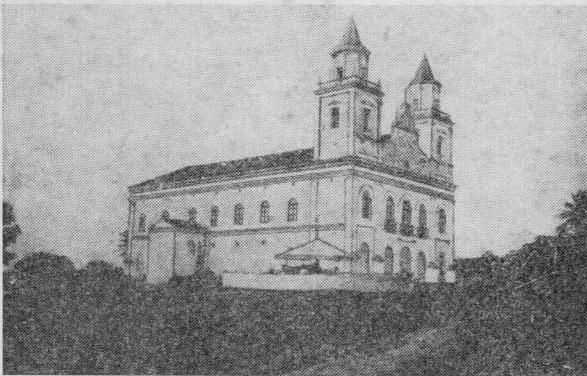
Rua Amaro Coutinho, mais conhecida por Rua do Portinho e, depois, por Rua do Quartel. O seu primeiro nome significa uma homenagem ao chefe da revolução e ao Governo Provisório da República, instalado na Paraíba, em 1817. Amaro Coutinho, foi decapitado, em Pernambuco naquele ano, tendo sua cabeça e mãos expostas, no lugar Zumbi, nesta cidade.

Artur Aquiles, chamada, em 1881, Travessa do Diniz. Artur Aquiles foi um grande jornalista paraibano.

Rua Joaquim Nabuco, antes da Aurora; placa dessa artéria, que fica no Bairro do Tambiá, relembra o grande abolicionista.



1918 — Prado Paraibano, de duração efêmera. Situado no local do atual campo de esportes do Cabo Branco. Atual Av. 1.º de Maio, Bairro das Trincheiras.



1902 — A Catedral Metropolitana, ao lado vê-se um carrossel manual, primitiva diversão nas festas da Padroeira.

Barão da Passagem, uma das mais antigas do bairro baixo do Varadouro. É conhecida e, ainda, é chamada Rua da Areia. A sua atual denominação traduz homenagem a Delfim de Carvalho, capitão-de-mar-e-guerra, herói da Passagem do Humaitá, na Guerra do Paraguai.

Barão do Triunfo, velho caminho, do tempo colonial, conhecido por Estrada do Carro.

Homenagem dos paraibanos ao grande soldado, o General José Joaquim de Andrade Neves, cuja atuação na Guerra do Rosas tornou-o notável.

Rua dos Cariris, antiga Bela Vista.

Belo Horizonte, sempre assim denominada.

Tiradentes, antigamente, conhecida por Rua do Bombardeio. Consagração do nome do precursor da nossa independência.

Rua Borges da Fonseca, outrora Travessa 13 de Maio. Antônio Borges da Fonseca, bacharel em direito, tribuno, jornalista e propagandista republicano, um dos chefes da revolução de 1848 em Pernambuco e na Paraíba; era natural desta cidade.

Cruz Cordeiro, em outros tempos Rua da Cadeia Nova. A sua placa oficial lembra o nome do grande médico paraibano Antônio da Cruz Cordeiro Júnior; literato, publicista e deputado provincial.

Cardoso Vieira, antiga Montenegro, também conhecida por Rua dos Portões. Manuel Pedro Cardoso Vieira, formado em direito, advogado, jornalista, grande orador, deputado geral; natural d'êste Estado.

Rua da Catedral, assim chamada, desde sua origem, por se encontrar nas proximidades da nossa antiga matriz.



Antigo Beco do Carmo, atual Travessa Conselheiro Henriques. Fotografia tomada em 1877.

5 de Agosto, formada pelos antigos becos do Pena, do Moutinho e depois, do Castro. Relembra a data em que foi feita a paz com os tabajaras.

Rua Conselheiro Henriques, antigo Beco do Carmo. Homenagem ao ilustre paraibano, notável jurisconsulto.

Desembargador Trindade, no tempo colonial conhecida por Rua das Olarias, depois, da Gameleira, ostentando, em seguida gravado, em placa, o nome de Antônio

da Trindade Antunes Meira Henriques, magistrado paraibano, e acatado deputado estadual e federal.

Augusto dos Anjos, antigo Beco do Deserto. Homenagem ao famoso poeta paraibano.

Rua 18 de Novembro, segunda transversal do Roger. Lembra a data em que se instituiu o Governo Republicano na Paraíba, em 1889.

Frutuoso Barbosa, até há poucos anos conhecida por Rua do Cisco. Esse capitão colonial, anos depois da fundação da cidade, foi o primeiro que a governou, com o título de capitão-mor.

Rua Diogo Velho, antiga da Alagoa de Detraz. Diogo Velho Cavalcânti de Albuquerque foi deputado provincial e geral, senador do Império, por 3 vêzes, Ministro na Monarquia; Presidente das Províncias do Piauí, Ceará e Pernambuco, nascido na Vila de Pilar dêste Estado.

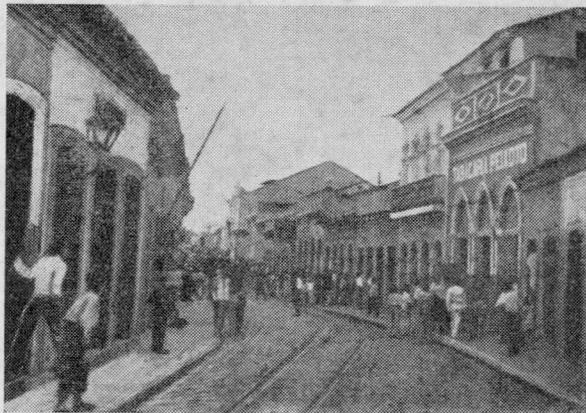
Duarte da Silveira, conhecida por Rua do Hospital, devido à proximidade da Santa Casa de Misericórdia onde existiu, anexo, o Hospital Sta. Isabel. Duarte Gomes da Silveira, natural de Pernambuco, no passado, um dos nossos maiores benfeitores, fundou aquêle hospital e instituiu o patrimônio da Santa Casa de Misericórdia, construindo-a com seus próprios haveres. Por muitos anos, após a fundação da cidade, estabeleceu premios em dinheiro para fomentar construções de casas para moradias, neste torrão por êle tão querido.

Duque de Caxias, antiga Rua Direita. Luís Alves de Lima e Silva, barão, visconde, marquês e duque de Caxias, marechal do Exército, Chefe das Fôrças Brasileiras, no Paraguai, Ministro de Estado, várias vêzes conselheiro, senador do Império pelo Rio Grande do Sul donde provinha e, atualmente, considerado o "patrono" do Exército brasileiro.

Epitácio Pessoa, antiga Rua Bom Jesus dos Martírios e, depois, das Trincheiras. Justa homenagem da cidade ao ilustre paraibano nascido na Vila de Umbuzeiro. Bacharel em Direito, notável orador, deputado à Constituinte Federal de 1891, lente de Direito da Academia do Recife, Ministro do Interior e do Supremo Tribunal Federal, donde saiu para presidir os destinos do Brasil.

Silva Jardim, antiga Rua do Gravatá e da Palha. Homenagem ao nome nacional do colaborador da República, em 1889.

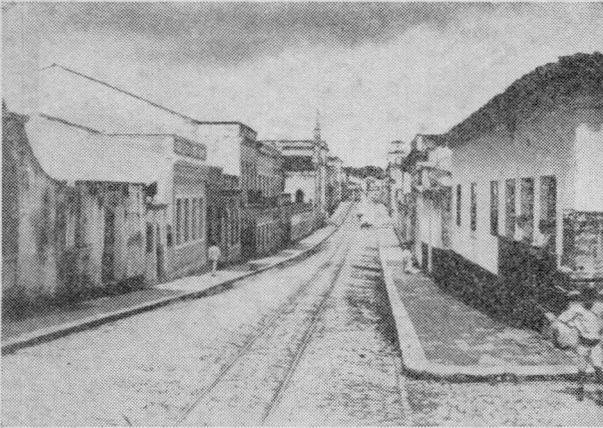
Do Sertão, até o emplacamento moderno das ruas da cidade conhecida por Rua da Beleza; situada no *plateau* sul da capital, no aprazível



Rua do Comércio, no Varadouro, em 1903, então crismada Maciel Pinheiro.

Bairro das Trincheiras, então pitoresca região, caracterizada pela totalidade de suas casinhas cobertas de palhas; daí seu crisma popular.

Gama e Melo, ainda chamada pelos tradicionalistas como Rua da Viração. O propósito, é relembrar a figura do Generico, muito conhecida na cidade, irmão do não menos conhecido Comandante do Corpo de Segurança, no fim do passado século. Generico repetia, invariavelmente, ao encontrar amigos, depois dos cumprimentos usuais de então: “venho de tal lugar e agora me dirijo à casa do meu mano para gozar a fresca e amena brisa da Rua da Viração.” Hoje ela homenageia o paraibano Antô-



Rua Direita, antiga da Baixa. Esquina do vetusto Beco da Misericórdia — 1903. — Casa onde funcionava o “Café Chic”, no qual se reunia a mocidade da época. Posteriormente, ali instalou-se o Cinema Rio Branco que, por seu turno, deu lugar ao Cine Rex, atual.

nio Alfredo da Gama e Melo, bacharel em direito, lente do Liceu Paraibano, deputado provincial, vice-presidente da Província, Presidente do Estado, Senador Federal.

Branca Dias, antigamente Rua do Cordão Azul. O seu nome lembra a antiga história da judia paraibana, filha de portugueses, queimada, segundo a tradição, em Lisboa, nos tempos da Santa Inquisição.

Irineu Joffily, no passado Rua da Laranjeira. Irineu Ceciliano Pereira Joffily, bacharel em direito, magis-

trado, jornalista, publicista, deputado provincial, nascido em Campina Grande, neste Estado.

Irineu Pinto, antigamente, Rua do Pau-Quebrado. Hoje, recorda o nome do ilustre historiógrafo paraibano.

João Tavares, também curiosamente, alcunhada de Rua Quero Porque Quero. João Tavares, escrivão da Câmara de Olinda, na qualidade de emissário do Ouvidor Geral Martim Leitão, considerado o principal fundador desta cidade, fêz as pazes com os seus primitivos habitantes, tendo governado a cidade como seu capitão-mor.

3 de Maio, antiga Rua do Juazeiro.

Lusitânia, terceira travessa do Bairro do Roger, assim denominada em homenagem a Portugal.

Maciel Pinheiro, chamada, antigamente, Rua das Convertidas, depois, de Conde d'Eu, durante o Segundo Império. Luís Ferreira Maciel Pinheiro, bacharel em direito, magistrado, jornalista e republicano histórico.

Padre Rolim, antiga Rua do Grude, depois Major Moreira, no Bairro de Tambiá. Atualmente, homenageia o ilustre intelectual e grande benfeitor Padre Rolim.

Marcos Barbosa, em outros tempos, foi a Rua do Amendoim. Marcos Barbosa, grande músico, gramático, mecânico, inventor de uma máquina de voar, precursora do avião, natural da cidade paraibana de Mamanguape.

Almeida Barreto, compreendendo as antigas travessas da Mangueira e Jaguaribe e parte da estrada dêsse último nome. José Almeida Barreto, foi marechal do Exército e senador federal; era natural da cidade de Sousa, dêste Estado.

Martim Leitão, no Bairro das Trincheiras, popularmente conhecida por Rua do Cordão Encarnado, em oposição à Rua do Cordão Azul, já citada e que demora perto no mesmo bairro. Martim Leitão, bacharel em direito, ouvidor geral de Pernambuco, e autor da primeira denominação da cidade: Filipéia de Nossa Senhora das Neves, em honra a Filipe II da Espanha, que então dominava Portugal.

Milagres, antiga Rua da Bica dos Milagres. Situada no Bairro Baixo do Varadouro, contorna o morro onde se encontra a cidade alta, tomando o nome da conhecida fonte que ali foi edificada a qual se encontra, hoje, imperdoavelmente abandonada.

Monsenhor Walfredo, parte da antiga Rua Cruz do Peixe, no fim do Bairro de Tambiá. Walfredo Leal, paraibano, nascido na cidade de Areia, monsenhor, antigo vigário de Guarabira, deputado estadual e federal, vice-presidente do Estado, administrando-o, por duas vêzes, foi, também, senador federal.

Rui Barbosa, até então chamada do Norte. Glorificação ao genial representante da intelectualidade brasileira.

Saldanha da Gama, velha Rua do Oriente; lembra, hoje, o nome do eminente vulto da armada brasileira.



1902 — Cruzamento da Ladeira das Pedras e Rua da Areia. Na descida, à esquerda, em 1905, foi construída por Antônio Vergara, uma série de casas que tomou o nome de Rua da Carioca.

Padre Antônio Pereira, é a popular Rua de S. Pedro Gonçalves. Antônio Pereira de Albuquerque Melo, sacerdote, latinista, membro da Junta Governativa Republicana de 1817. Enforcado em Recife, teve sua cabeça e mãos expostas na Vila de Pilar, donde era natural.

S. Miguel, antiga Rua da Matinha; começa na Rua da República e termina no Matadouro. É situada no sul da cidade.

Riachuelo, popularmente chamada Rua da Rapôsa, desde 1850. Começa na Rua Maciel Pinheiro e termina na Avenida General Osório.

Da Redenção. Assim chamada desde que ficou servindo ao tráfego entre as Ruas 13 de Maio e Diogo Velho, no bairro central da cidade alta, perto da antiga lagoa, atualmente, transformada no belo logradouro público: Parque Solon de Lucena.

Roger, com início na antiga Rua da Aurora, indo até a linha férrea. O seu nome lembra o remoto proprietário do Sítio Aburinoza, Ricardo Roger.

Avenida Filipéia, substituta da Rua da Palmeira, e pertencendo ao Bairro das Trincheiras.

Rua Tenente Retumba, antigamente, desde 1858, chamada Rua do Jardim, por ir ter ao Jardim Botânico, criado pelo Presidente Beaupaire Rohan, e localizado entre os bairros alto e baixo da cidade, correndo paralela à Ladeira do Rosário, na direção leste oeste.

Da Federação, ex-Rua do Gravata, situada no sopé da antiga Ladeira do Sobradinho por onde, atualmente, se prolonga a Rua Maciel Pinheiro; também, tinha o nome de Gravata uma fonte ali existente, onde terminava aquela via pública.

Padre Azevedo, em homenagem ao grande paraibano, inventor da máquina de escrever. Posteriormente, foi substituído por Rua das Flôres.



Trecho da Rua da Areia, esquina do Beco do Tanque — 1895.

Da Conceição nome pelo qual sempre foi chamada, aberta por entre terrenos de antigos sítios, na zona do Jaguaribe, tendo sido alargada nesse tempo para avenida.

Rua do Cajueiro de Cima, crismada, modernamente, de Índio Pirajibe, lembrando a figura do chefe Tabajara que fez a paz com os portugueses quando da fundação da cidade.

Cajueiro de Baixo, velha rua nesse tempo quase composta de casas de palha, ostentando desde o ano de 1918 o nome de Padre Ibiapina.

Da Cadeia Velha, assim denominada desde os tempos coloniais por passar pelos fundos da primeira cadeia edificada na cidade alta, no século dezoito, no ano de 1703.

Após as vitórias brasileiras no Paraguai, o Conselho Municipal houve por bem homenagear os heróis dessa guerra pondo o nome de Visconde de Pelotas à velha artéria citadina.

Da Boa Vista, de onde antigamente se descortinava o belo panorama do Vale do Paraíba que os filhos desta região, tão bem sentiam e admiravam para deixarem gravado na placa dessa rua; posteriormente, passou a denominar-se Sá Andrade, em homenagem ao ilustre médico paraibano.

Existiam também várias estradas, dentre as quais citaremos a de JAGUARIBE, que passou a chamar-se Marechal Almeida Barreto, depois que o seu terreno se encheu de pitorescas casinhas, e a dos MACACOS que tomou o nome de Rua D. Pedro II.

As mais antigas, porém, desde os tempos coloniais, teriam sido as estradas do CARRO e NOVA que receberam crisma oficial de Ruas Barão do Triunfo e da República, respectivamente.

Seguem-se as Ladeiras: da CATEDRAL que, por iniciativa dos conselheiros municipais de 1918, tomou o nome de Rua da Borborema; a do GÓIS, Rua Feliciano Coelho, e das PEDRAS, Peregrino de Carvalho; contudo, conservaram os nomes antigos nas ladeiras do ROSÁRIO, de S. FRANCISCO e de S. PEDRO GONÇALVES.

Depois é a vez das travessas e dos becos:

Do Amendoim que é a Branca Dias, de Boa Vista com o nome de Sá Andrade; das Flôres; Travessa Riachuelo e a do Liceu que conservou esse nome.

Ainda lembramos a Travessa da Macaíba que ficou chamada Silva Jardim, a da Mangueira: Marechal Almeida Barreto; a do Mata Negro: Cardoso Vieira; a das Mercês: Rua Padre Meira; a dos Milagres conservando essa denominação; a do Norte: Rui Barbosa; a do Portinho: Travessa Amaro Coritinho; a de S. Francisco conservando o nome tradicional do convento de sua proximidade.

A 13 de Maio passou a Rua Borges da Fonseca e a Travessa da Viração que, no passado, foi o Beco da Quitandinha tomou a denominação de Travessa Barão da Passagem.

E vamos, também, lembrar os tradicionais becos da velha cidade Filipéia de N. S. das Neves, cujos nomes gravados pela sensibilidade popular representam a característica da época.

O mais antigo seria talvez o Beco da Companhia, ao lado de um sobrado existente na velha Rua Direita, tendo sido a sede da companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, criação do cérebro privilegiado do Marquês de Pombal, o incorruptível ministro de D. José, monarca português.

Esse beco pouco ou nada mudou então; o pré-falado sobrado, duas vezes centenário, pois que quando a citada companhia ali instalou os seus escritórios, em março de 1755, já tinha sido construído anos antes, conserva-se, ainda de pé. Essa construção, embora descaracterizada no estilo primitivo, lembra aos presentes de como se construía no passado. A clássica placa de ágata azul com letras brancas foi substituída por outra com a legenda de Rua Dr. Brás Florentino.



1906 — Pátio do Palácio do Governô. — Atual Praça Venâncio Neiva.

Beco do Deserto, antiga passagem da Rua Barão do Triunfo à Rua Maciel Pinheiro, ostenta a nova denominação de Rua Augusto dos Anjos.

O Beco de João Carlos pertencente ao antigo Bairro do Tambiá e desde então Travessa 7 de Setembro.

O Beco do Londres lembrando o nome dêsse cidadão cheio de virtudes, o farmacêutico Francisco Londres conhecido por tôda a cidade por Nozinho Lon-

dres, foi antes, no comêço do século passado, chamado beco das cacimbas; foi porém conservada aquela denominação até quando na interventoria dêste Estado, o Dr. Rui Carneiro mandou demolir as velhas casas que ficavam em frente à Rua Barão do Triunfo, abrindo e prolongando essa rua até a nova Estação da "Great Western".

Do Pau-d'Arco, velho beco, no Tambiá, que ia ter à bica do mesmo nome, passando a ser chamado Travessa do Tambiá.

O de S. Pedro Gonçalves cuja placa foi modificada para travessa dêsse nome.

O do Tanque que passou a ser Rua do Zumbi e o da Viração que depois de alargado é o prolongamento da Rua 5 de Agosto.

Naquele tempo, quando governou o Estado o General Dr. Camilo de Holanda, tendo como Prefeito da Capital o Bacharel Diógenes Pena cujos espíritos dinâmicos atestam as obras de utilidade pública levadas a efeito então, e que ainda perduram, a cidade transformou-se completamente no seu aspecto da decadência material. Várias praças foram reconstruídas e arborizadas e outras projetadas e feitas sob os moldes dos parques europeus.

A Praça da Cadeia passou a ser chamada Firmino da Silveira. A da Estação voltou a homenagear o nome de Álvaro Machado, responsável pelo seu calçamento e arborização, em 1895, ficando dessa maneira transformado o velho Largo da Gameleira.

Do Hospital da Cruz do Peixe, que tomou o nome de Caldas Brandão.

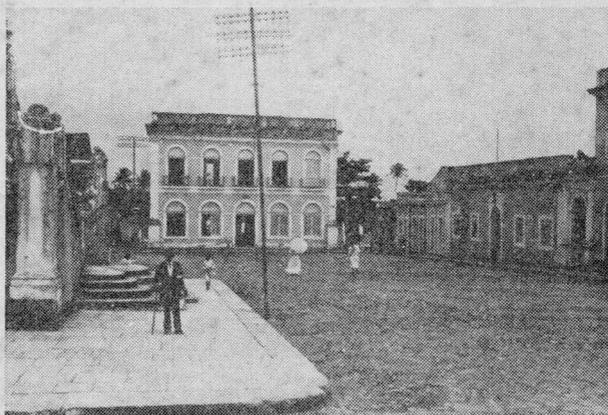
A do Hipódromo foi crismada General João Neiva, conhecida popularmente, agora, pelo pátio da feira de Jaguaribe.

O antigo Largo do Palácio, desde 1905, denominado Praça da Independência quando ali foi aposta essa denominação, em placa doada por José Pereira Neves Bahia, ao Instituto Histórico que, na data de 7 de setembro, solenemente a colocou. A placa foi projetada pelo arquiteto Otávio Freire; no ângulo norte oeste, foi construído magnífico pavilhão circular, misto de grego e renascença que, apesar do pouco trato que tem recebido dos poderes competentes ainda está de pé; é o seu ponto mais pitoresco de onde se descortina lindo panorama da cidade a par do "pôr do sol" característico da região.

No centro da praça, foi colocada uma fonte circular de mármore italiano tendo como motivo central o grupo estatuário: as três Graças cuja cópia foi feita pelo escultor francês Sesi por encomenda, daquele governador. Infelizmente, os tempos passaram modificando o bom gosto e angustiando a tradição. Foi retirado dali aquêlo primor de trabalho. Certo dia, vimos com pesar, no depósito das Obras Públicas, algumas lajes de mármore em forma circular, condenadas, segundo ouvimos dizer, a serem queimadas para a produção de cal. Veio-nos então à lembrança uma época em que tôda a cidade, em tardes domingueiras, e noites outras passeava em volta daquela fonte ouvindo o deslizar sonoro de suas águas casado ao som das valsas executadas pela banda de música do batalhão de polícia.

Largo da Intendência, mais antigo Largo do Erário, depois de ajardinado foi transformado na Praça Rio Branco.

O antigo Largo da Mãe dos Homens que passou a ser chamado Praça Coronel Antônio Pessoa.



Antigo Largo do Erário e depois da Intendência, em 1910.

O Largo do Mercado, foi arborizado e crismado com o nome de Barão do Abiaí.

A Praça das Mercês, denominada, quando das festas do centenário da revolução de 1817, de Praça 1817.

O largo em frente ao Palácio do Govêrno, chamado Praça Comendador Felizardo.

O Largo do Pôrto, antigo Pedro II, foi beneficiado e teve nova placa com a denominação de Praça 15 de Novembro.

O Largo do Quartel, mais antigo Campo do Diogo, dêsse tempo em diante, logo que ali foi colocado e solenemente inaugurado o busto de Pedro Américo, chamado Praça Pedro Américo.

O antigo Largo do Cel. Inácio voltou a ser chamado de S. Francisco.

O Largo de S. Pedro Gonçalves continuou com o mesmo nome.

O Largo do Tesouro totalmente reconstruído, circundado de balaustada, e aproveitadas as diferenças de nível com escadarias que ladeiam a herma de Aristides Lôbo, do qual ostenta o nome.

Largo da Viração crismado desde 1918 de Praça Arruda Câmara. Na atualidade lembra, por sua placa, o nome do farmacêutico Antônio Rabelo, cujo coração magnânimo a pobreza da cidade recorda agradecida.

E por fim o Largo do Zumbi, transformado na Praça Santos Dumont.

CAPÍTULO IV

PASSEIO RETROSPECTIVO

Venha môço, vamos fazer um passeio. Deixe que ajudado pela memória, lhe mostre algo do passado da nossa cidade.

Vamos recuar muitos anos. Não é a João Pessoa da atualidade não; essa você bem a conhece, com o seu progresso, defeitos e irreverências.

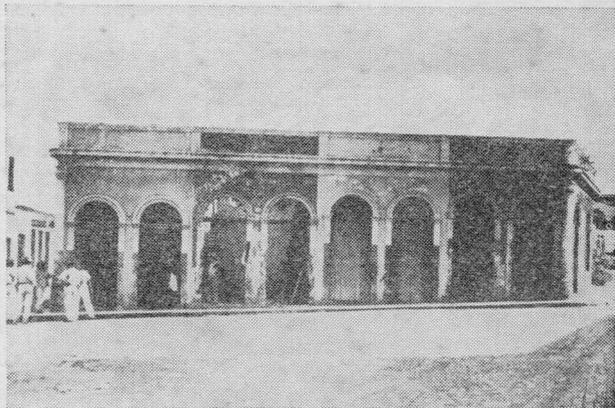
É a antiga capital da Província da Paraíba do Norte, sua vida, seus homens, especialmente seus negócios, razão de ser dessa mesma vida.

Imperava então a pacatez natural, sem afetação, onde tudo se resolvia a contento de todos. Não existia ainda essa cópia caricata de outros costumes, tomados de empréstimo à vida de outras gentes, cuja diferenciação é patente nos dias que passam cheios de utilitarismos parasitários do nosso sentimento.

O que havia era o respeito mútuo, às instituições, aos mais velhos, e, aos sagrados direitos do próximo.

Bem compreendo, jovem, o pouco valor de comparativos dessa natureza; pouco ou nada adianta lembrar os homens e as instituições do passado, e, se assim o faço, é dedicado a você, para que tenha uma visão daquilo que representava o código do bom viver.

Para que, quando chegar a sua vez, possa transmitir aos seus re-bentos, alguma coisa daquela vida, sem que perturbe as interferências dos mitos modernos, traduzidos nas histórias em quadrinhos, impingidas à infância atual.



1929 — As quatro “casas de açougue”, da cidade baixa. Demolidas em 1932. No local está a Secretaria da Fazenda, atualmente.

Dessa forma estou providenciando para que você conheça as nossas tradições e normas, preparando-o para quando lhe chegar o inverno da vida, não seja tão vazia essa velhice, sem nenhum ponto de apoio e conforto espiritual, como está fadada a ter a mocidade dos dias que correm.

A evasão para o pretérito é uma maneira gentil da falta de interesse pelos dias atuais.

Em mim dá-se verdadeiro milagre de simbiose animal se assim posso dizer — quando um som de remota canção que ouvi alhures, logo associa a uma época distante.

É vivo novamente pelos sentidos. O instante que passa, sempre errante, finda no princípio de outro momento, dessa mesma vida agitada que ora atravessamos.

É sabido, no dizer dos mestres, que o subconsciente assemelha-se a chapa fotográfica; grava a imagem e conserva-a em estado latente para depois ser submetida à ação química reveladora.

No meu caso, é o bem-querer e a saudade o agente revelador dessas imagens de costumes e coisas da nossa pequenina terra.

Roteiro sentimental onde se relembra nomes, os quais a geração a que você pertence não conheceu, mas que representaram então o tipo padrão de caráter, não deturpado pelas crises universais.

Bem, agora vamos retroceder no tempo e no espaço. A cidade é pequena, nem precisamos de transporte rápido; poderíamos nos utilizar dos pitorescos bondezinhos da “Ferro-Carril” puxados a burro, porém existe o inconveniente de assim não podermos percorrer tôdas as ruas, para que — como já disse — você veja através do meu sentir, a comunidade paraibana que viveu no ano de 1899.

O dia está lindo. Brilha o sol numa manhã tropical pelas quietas ruas. Vamos começar a nossa peregrinação pelo bairro baixo, isto é, pelo Varadouro.

Sendo a carne o principal alimento dos paraibanos, ali estão os açougues na Rua da “Viração” — atual Gama e Melo — dois pertencem a Francisco Joaquim de Vasconcelos Paiva, um a José de Oliveira Diniz e outro a Luís Antônio de Sousa que na Rua Maciel Pinheiro tem mais um, na casa n.º 79.

Essas três figuras de conterrâneos por muitos anos alimentaram a coletividade, com a carne gorda do gado vindo de Itabaiana e que era retalhada a uma pataca o quilo, 320 réis na moeda do tempo.

Nessa rua, vemos também a marcenaria de Antônio Vicente Magalhães, a venda de Augusto & Irmão e na esquina com o “Beco do Castro” a padaria de Francisco Rodríguez Pereyra.

Passemos à Rua “Visconde de Inhaúma” que, em tempos mais remotos, se chamou dos “Ferreiros”, no prédio n.º 34, negocia Antônio José Gomes, também atendendo os seus patrícios no consulado de Portugal. É um dos bons armazéns de gêneros de estiva, nos baixos daquele so-

bradão de quatro andares, como aliás são quase todos dêsse lado da rua. Sob o n.º 40, Alfredo Cerf e no 64, Lemos & Cia.; todos com o mesmo ramo de negócio. Os armazéns de Algodão, Açúcar, Couros e Sal, estão ali; o n.º 2 é de Cahn Frères & Cia.; o de n.º 6 de Castro Irmão; sob o n.º 42, está Paiva Valente; no n.º 34 negocia a firma alemã Neessen & Cia.; Severino de Castro Régis Franco está na casa n.º 20 e José Moreira Lima desenvolve as suas atividades no prédio n.º 18, vendendo sal a granel.

Já no fim dessa, esquinando com a Rua do “Zumbi”, funciona a “Saboaria Paraibana” de Lemos Moreira e Monte; é um grande prédio construído em 1888 e tem o n.º 84.

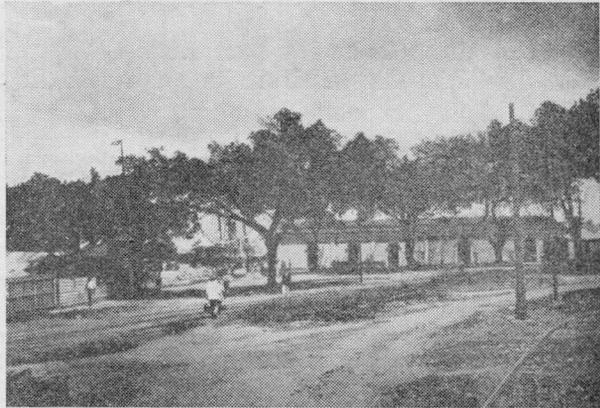
Uma grande firma, também é a de D. João Fábregas y Plá, com negócio de exportação dos nossos produtos. O chefe dessa casa é aqui entre nós, cônsul da Espanha, sua terra natal.

Reside no sobrado n.º 12 dessa mesma artéria, o Engenheiro Paulino Roberto Soares de Sousa.

Os guarda-livros dêsse bairro, Carlos José de Araújo Lima e Vicente Ferreira, residem: o primeiro na casa n.º 18 e o outro no sobrado n.º 68, com a mesma profissão, Francisco Ramalho Sobrinho, tem o seu escritório sob o n.º 9, junto ao depósito de mobílias austríacas, de propriedade de Manuel Henriques de Sá.

Naquele sobrado, ali, na esquina com a Ladeira de S. Frei Pedro Gonçalves, de n.º 26, acha-se instalada a fábrica de cigarros e charutos, pertencente a Joaquim Gomes de Freitas. Vamos subindo, na esquina do outro lado, vemos o “Hotel Universal”, de Vicente Montenegro, onde reside o Engenheiro Júlio Geiger.

Mais adiante, o sobrado de três andares, inclusive o térreo onde se encontra o salão de refeições do hotel de Manuel Gomes Ribeiro. Mais além, está a venda de Josias Isaías da Mota, é essa a casa que tem o n.º II. Na esquina do “beco” da Igreja de S. Frei Pedro Gonçalves, com a rua em que estamos, no térreo do sobradinho n.º 6, está a barbearia de Manuel Maria das Neves Leite, mais conhecido por Manoca; ainda



1910 — Trecho de cais da cidade. Outrora ali ancoraram grandes veleiros, quando da intensa navegação daquele tipo de navio. Vê-se um navio a vapor, de 10 mil toneladas, carregando algodão de fibra longa.

ali, êle exerce a profissão de arrancar dentes, daí a sabedoria da velha sentença popular: “a quem lhe dói o dente, vaia a casa do barbeiro.”

Continuando a subida da rua, quero mostrar-lhe a Fábrica de Cigarros “Planêta”, no piso térreo do sobrado de três andares, o primeiro dessa importante via tem o n.º 2 e está situado, como estamos vendo, no lado direito.

Êsse estabelecimento pertence a Clodomiro de Paula Bastos tendo por caixeiros Francisco Teixeira e seu irmão Diocleciano.

Junto a êsse sobrado vemos outro, contudo de um só andar, no térreo está o “Bilhar do Comércio” de Júlio Moreira de Barros, tem o n.º 136, pois é o último pertencente à numeração da Rua da Areia. Nêle mora no andar de cima o advogado Dr. João Gomes de Barbosa Almeida.

Vamos entrar na Rua Maciel Pinheiro — para ser mais fiel, Rua do Comércio nela encontrando os negociantes de comestíveis: Augusto Falção, na casa n.º 65 — atualmente é a Alfaiataria Griza — Figueiredo Júnior está no 24, Fonseca Irmão no 33, Benevenuto & Cia. no 71 — na atualidade é um sobrado servindo de depósito sob o n.º 129 — o negócio de Antônio de Luna fica no prédio n.º 73, no outro lado, sob o n.º 55, está Francisco Fernandes Pacote, no 64, está Lemos & Cia. e por fim, a grande casa de secos e molhados de Paiva Valente & Cia. — exato local onde se encontra o atual “Banco do Estado”, tendo aquela firma como guarda-livros Antônio Lambert.



1880 — Antiga Rua dos Ferreiros, então Visconde de Inhaúna, atualmente João Suaçuna.

Vejamos agora, os armazéns de fazendas, cujas firmas são Castro Irmão & Cia., situado no n.º 14, Brito Lira & Cia., no 47, onde trabalha o guarda-livros Vicente Ferreira do Amaral e Ribeiro Irmão sob o n.º 54.

As fazendas estão associadas a manufaturas de roupas, logo, temos aí os que vestiram por muitos anos a geração que passou: Antônio Pereira Jurubeba com a sua alfaiataria,

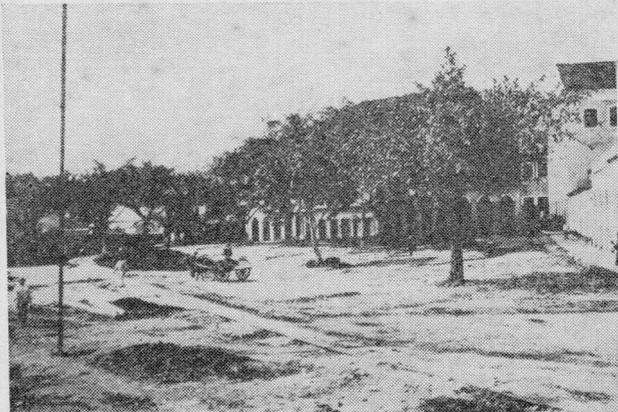
onde o estamos vendo, com o sorriso franco de homem probo, a dar lições de costuras ao seu aprendiz Davi dos Santos Sampaio, aliás, já o melhor costureiro de calças da terra, essa casa tem o n.º, 9.

Na casinha n.º 20, está o Franklin José de Santana, e mais além, no n.º 440, tem a firma de Manuel Henriques de Sá a alfaiataria, cujo cortador é aquêlo moreno gordo que estamos vendo lá, Manuel Roberto. As lojas de fazendas a retalho, nesse tempo que estamos vendo e vivendo recuados da época presente, são:

Félix Marciano, casa n.º 4, José Sorrentino, na n.º 6, Domingos Scarrano, na n.º 10, na n.º 16, aquela figura que vemos debruçada na varanda é o Dr. José de Azevedo Maia que reside no primeiro andar.

Prosseguindo no nosso passeio, na Rua do "Comércio" vemos: Antônio Ciraulo na casa n.º 24, com a sua "A Primavera", na n.º 13, Bartolomeu Trocoli, Vito Cozza & Irmão, o simpático italiano Nicolau, êsses dois filhos de Törtora, Província de Cosensa, são considerados como parte da turma de pioneiros do comércio a retalho, na nossa terra. Essa casa atualmente abriga outro filho da Itália, todavia de outra Província, Potenza, que é o Brás Cantisani.

Severo Bruno, está na de n.º 42. Com a sua "Le Paradis" vemos Manuel José da Cunha, Virgílio da Silva Barbosa, sob o n.º 34. Na n.º 48 encontra-se Misael da Costa Lira, Espínola & Cia. na n.º 41 vende as últimas novidades; Borges & Irmão, lá, sob o n.º 10 está Francisco Cavalcânti de Melo Castro, João Caçador, é aquêlo que se encontra sob as empanadas de sua loja, que tem o n.º 51 e também uma placa com uma figura do caçador com o clássico cachorro ao lado. Luís Trocoli, ocupa a casa n.º 54, Francisco Petrucci na n.º 60, Domingos Griza sob o n.º 58, na casa n.º 61, está Belí & Cia., como você vê, meu filho a colônia italiana supera a portuguesa, no comércio de fazendas a retalho. Os reinóis dedicavam-se mais aos artigos comestíveis, uma vez que seria mais fácil então, importar da santa terrinha: o bacalhau, o azeite, o grão-de-bico, as conservas, o toucinho e as carnes fumadas e, enfim, o bom vinho das quintas dos parentes, ou mesmo das que haviam sido deixadas na "beira alta."



1910 — Praça 15 de Novembro no Varadouro, onde em época remota existiu a balança do pêso dos produtos da terra (açúcares). Local conhecido dos coevos, pelo nome de "Passo."

Ainda em seguimento, vemos: Francisco Lianza, na n.º 83, assim como, Hermenegildo Ferreira Dias, (sem miné) está na n.º 98.

João Batista Magalhães, (João Guibé), tem a sua loja, na casa n.º 93 e João Ferreira Dias, está ali, no prédio sob n.º 100. Nesse mesmo lado, mais abaixo, encontra-se: Joaquim Etelvino e o velho Montenegro negociando com calçados com a “A Botina Elegante”, casa n.º 50, a mais procurada da praça, não só pelo seu sortimento como pela atraente e enleante figura de seu caixeiro Eduardo Cunha.

As lojas de ferragens da Rua do “Comércio” estão sob os n.ºs 31, 66, 70, 63 e 46, pertencentes respectivamente à Dario de Barros & Cia., Félix de Belli & Cia., Carmine Primola, José Pereira Neves Bahia e Vidal & Alverga, trabalhando nessa última o guarda-livros, Francisco Vidal.

Aquela esquina é a do “Beco da Estação”, crismado com placa oficial desde 1895: Beco do Pena; ali, sob o n.º 30 se encontra no seu negócio de chapéus, a figura dinâmica do pernambucano Antônio Gonçalves Pena que, na mesma casa mantém ainda uma seção de livros escolares. Na esquina oposta, está a “Sapataria Pessoa” cujo prédio tem o n.º 28; são seus proprietários: Antônio da Costa Pessoa e seu irmão Trajano. É ainda comanditário da mesma firma o pai dos referidos negociantes, Tomás da Costa Pessoa. Junto dêsse negócio vemos a casa com o título de “O Pelicano” cujo dono é o lisboeta da gema, Cândido Jaime da

Costa Seixas, com sortimento de louças, vidros e objetos para escritórios, mantendo ainda na casa, mais acima, n.º 34, as oficinas de tipografia, litografia e encadernação.

Mais adiante, ainda vemos: João Fortunato da Costa e Florêncio Bastos com as suas lojas de calçados.

Em frente do sobrado já citado, do Dr. José de Azevedo Maia, fica a melhor mercearia do bairro, intitulada “Despensa Familiar”,



Ancoradouro da capital da Paraíba de Norte - Brazil

1904 - Velho ancoradouro do cais da capital, onde vários veleiros descarregam no Trapiche dos Franceses.

pertencente a João Figueiredo Martins (é atualmente a Mercearia Maia), adquirida àquele no começo dêste século por Antônio Maia, cuja tradição de bem servir a sua numerosa freguesia vem sendo mantida pelos seus sobrinhos, muito amigos, o Afonso e o não menos “tripeiro” Carlos.

Na época presente, ainda se pode ver numa grade de ferro lá existente na porta direita, as iniciais: J. F. M. (Esse trabalho honra aos artesãos do século pretérito.)

Negociando nas suas "Tavernas", nessa rua, estão: Tobia de Pace, Valdevino de Albuquerque Montenegro e Francisco Rossi. Em demanda do fim dessa via comercial reside Maria Golzio, que tem carroças de aluguel. Lá está a casa de n.º 128, residência de Marcionilo da Costa Bezerra, mais conhecido por Negueré, agente das loterias nacionais.

Entre a farmácia de Nozinho Londres e a grande casa de Paiva Valente & Cia., deparamo-nos com a loja de jóias e consertos de relógios, cujo título é "A Pêndula Paraibana", casa pertencente a Joaquim Nunes Vieira, que tem o n.º 80.

Bem perto dela, está a sapataria de Henrique de Almeida, figura de real prestígio entre os seus conterrâneos e mais ainda junto àqueles que têm a sorte de sua amizade.

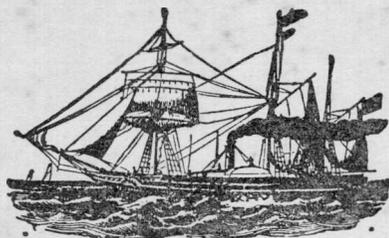
Ainda nesse trecho, encontra-se um dos barbeiros mais conhecidos: Nestor Balduino de Freitas, na casa n.º 89. E no comêço da rua, na casa de duas portas, n.º 7, João Tavares Cardoso, e na outra, junto, Jacinto Aristides de Melo.

Trabalham também e são procurados nessa zona, exercendo a profissão de funileiros: Ricardo Antônio da Rocha e Tomás do Monte e Silva.

Encontram-se nos seus escritórios e residências, os *estivadores* preferidos: (Encarregados dos serviços de Estiva), Francisco Holmes, José Maria Vergara, Carlos Maul e Henrique Maul.

Mais além, no sobradinho n.º 122, vemos Antônio Golzio de Lima Pinheiro, com a sua padaria no térreo e residindo no andar de cima. Outra padaria afamada é a de Montezuma & Cia. Fica também num sobrado, mais abaixo daquele, que, por sua vez, abriga o "Telégrafo Nacional", no piso do primeiro e único andar que não podemos ver o número, porque encoberto está pela "empanada". No prédio n.º 81, está a padaria de Medeiros & Correia. Lá, no alto da ladeira, dessa rua em que estamos ainda, chamada do "Quartel" em época remota, no lado direito, fazendo esquina com a Visconde de Itaparica, mais conhecida pela Rua da "Ponte", está a "venda" de Alfredo de Ataíde e Melo.

Onde estamos agora, bem mais embaixo, podemos ver as fábricas de cigarros: a de Ferreira & Cia., manufactureiros dos afamados "Populares", e a de Antônio Pereira Peixoto, intitulada "Industrial", produtora dos cigarros "Fidalgos" e "Pérolas Finas", merecedores de medalhas de ouro e prata numa exposição de Paris. Ainda posso lhe mostrar os agentes das companhias de navegação: "Pernambucana a Vapor", "Lóide Brasileiro", "Empresa de Navegação Gran Pará", "Harrison Transatlântica", "Comp. Alemã Hamburgo-Sudamerica", "A. C. de Freitas Sud-Brasil-Linie", respectivamente: Augusto Gomes e Silva, Ribeiro Irmão & Cia., Cahn Frères & Cia. e Castro Irmão & Cia.



LLOYD BRAZILEIRO

PORTOS DO SUL

O PAQUETE

ESPIRITO SANTO

Commandante *Azevedo*

esperado dos portos do sul, até o dia de Agosto o paquete *Planeta* a qual seguirá no mesmo dia para os portos do norte ás 3 horas tarde.

3 de Agosto de 1897

Semanalmente, temos no nosso pôrto da Capital, os navios: Beberibe, Jaboatão, S. Francisco, Jacuípe e Una, pertencentes à referida companhia Pernambuco. E da frota do Lóide, são os seguintes os navios que fazem as viagens à nossa terra: Brasil, S. Salvador, Olinda, Manaus, Maranhão, Alagoas, Espírito Santo, Pernambuco e Planeta.

Os mais acatados guarda-livros dessa zona são: Elias Francisco Mindêlo, que reside na casa n.º 21, e Manuel Mo-

reira da Silva, exercendo as suas atividades no armazém n.º 29. Ainda temos José Joaquim de Abreu, empregado chefe das escritas da fábrica de tecidos do Tibiri, cujos escritórios funcionam no prédio n.º 135 da Rua da Areia, aonde vamos passar agora.

Antes, porém, de deixarmos a Rua do Comércio, vou lhe mostrar as boticas e drogarias: "A Amazonas" de M. Tomás e João Ribeiro de Morais, na casa n.º 1, a "A Imperial", do Dr. Antônio Tomás Carneiro da Cunha, na n.º 72, a de Manuel Soares Londres, na esquina do antigo "Beco das Cacimbas" (já se chamando "Beco do Londres" por influência do nome dêsse abnegado conterrâneo, e, por fim, Antônio José Rabelo, com a sua não menos conhecida "Botica Rabelo".

Vamos fazer uma volta pela Rua da Areia no sobrado n.º 132, cuja fachada é revestida de azulejos, onde mora o médico Dr. Francisco Alves de Lima Filho. Álvaro de Sousa Carvalho, reside no sobrado de três andares, n.º 84, possuindo na próxima Rua do "Tanque" uma planta de capim e cocheira, para pouso com carroças de aluguel. Junto dêsse solar, está

outro, n.º 86, parecendo ter sido edificado pelo mesmo mestre de obras, tanto se assemelham no tamanho e no estilo. Aquela figura que vemos lá, de estatura mediana, moreno de longas e bem tratadas barbas brancas, é a representante da França, encarnada na pessoa de Aron Cahn, cônsul de sua pátria e alto negociante no comércio de exportação.

No mesmo lado, perto do "Beco dos Milagres", chamado assim pela proximidade da "Bica" daquele nome, fornecedora da água nessa zona, está residindo e tem o seu consultório, sob o n.º 64, o dentista e maestro regente: Elias Pompílio. Em seguimento à referida "Bica dos Milagres", vamos ver os fabricos de cal, nas respectivas caieiras: de Urbano de Figueiredo e de Cahn Frères & Cia.

Voltamos, então, à Rua da Areia: Francisco Sabella tem a sua "venda" em uma pequena casa com o n.º 20, na calçada da qual estamos passando agora, em demanda do alto da ladeira, onde na primeira casa do lado direito, sob o n.º 2, está o sapateiro Bento de Lucena, o velho. No lado contrário, vemos a vivenda do engenheiro português Antônio Augusto de Figueiredo Carvalho.

Vamos descendo, atravessamos a Rua Maciel Pinheiro, na altura do "Beco de João Magro", e entramos na Rua da "Gameleira".

Esta rua, nos primitivos tempos, quando da fundação da cidade, logo se chamou das "Olarias."

Era por aqui e arredores que se estabeleceram as primeiras fábricas de tijolos e telhas, que fomentaram as edificações da nossa querida terra natal.

De certa forma os nossos humildes antepassados estão ligados às atividades da então Colônia Portuguesa nas terras do Norte do Brasil.

No século XVIII, um obscuro espanhol Antônio Emiliano Rodríguez Pereyra, por estas bandas guerreara e, de El Rey, obtivera o pôsto de capitão.

Depois da paz, se estabelecera, êle, em terras do antigo "Sítio do Portinho do Sanhauá", aforadas ao seu proprietário de então, o inglês Samuel Hardman.

Essa "Olaria", conhecida por "Olaria da Ponte", ou do Capitão Emiliano, estava localizada nas proximidades da primitiva ponte sobre o Rio Sanhauá, que naquele tempo era inteiramente de madeira. Vicente Gomes Jardim, agrimensor da Província em 1881, quando das medições das terras para a passagem dos trilhos da Empresa "Conde d'Eu", faz citação de "Camboa", propriedade da mencionada olaria do referido Capitão Emiliano, que, por isso, recebeu indenização do Govêrno.

Bem. Agora vamos ver as atividades dos moradores da citada Rua da "Gameleira": José Antônio Soares, é estabelecido com cocheira para pouso de animais e carroças para aluguel, dessa maneira também estão os herdeiros de Carlos Holmes.

Ainda separadamente, José Holmes também possui carroças para o mesmo fim. Joaquim Xavier de Oliveira, no pequeno prédio n.º 43, tem

a sua "casa de pasto". Bem perto da mesma, Manuel Holmes resolve as dificuldades da praça, servindo de intérprete da língua inglesa.

As tavernas da zona pertencem a: Antônio T. Ribeiro, Afonso Camilo da Cunha, José Antônio Soares e Antônio Tranquilino Rodrigues. Como você está vendo, é uma rua pobre, com raras edificações, na maioria são pequenas casas construídas nos terrenos excedentes dos quintais das casas da Rua Maciel Pinheiro.

Vamos olhar a Praça Álvaro Machado que, até agosto de 1895, se chamou "Largo da Gameleira". A melhor "casa de pasto" desta, é a de Joaquim R. Ferreira de Melo. Aqui, no início, à direita, neste "Chalet", em cuja calçada estamos pisando, está alojada a Escola de Aprendizes Marinheiros. Esta Escola tinha sido criada pelo Decreto n.º 4.680, de 17 de janeiro de 1871, sendo a mais antiga aqui funcionando desde o Império. Foi primeiramente instalada, a Escola, na Fortaleza do Cabedelo, tendo sido transportada para a Capital em 1877, data quando o governo conseguiu, por empréstimo, parte do Convento de S. Francisco, no qual se demorou até o Aviso Ministerial de 11 de abril de 1890, n.º 1.190, B., quando foi transferida para a cidade de Natal. Nessa decorrência de 19 anos de serviços incontestáveis à Pátria, daqui partiram grande número de marujos que honraram as tradições patrióticas da nossa cidade.

Restabelecida por força do art. 2.º, da Lei n.º 87, de 20 de setembro de 1892, foi então instalada no dito "Chalet". Aquêles que ali está, é o Capitão-Tenente Irênio Américo da Costa, seu comandante, que também ocupa o posto de Capitão do Pôrto. A "Escola da Marinha" tem ainda como comissário o guarda-marinha, Júlio da Cunha Souto Maior; Médico, o 2.º Tenente Dr. Nuno Bayenna; Mestre, 1.º Sargento Alfredo Joaquim da Silveira; Fiel, Antônio Joaquim de Meneses; Enfermeiro, Manuel Domingues Ferreira e Professor Vicente Ferraz de Lemos.

As tavernas ou "vendas" desta praça, são aquelas de José Marques Guimarães, a de João Daniel da Cruz e a de Ribeiro Pessoa & Cia.

No mesmo lado da "Marinha", está Antônio Pires & Cia., que mantém uma refinação de açúcar. No lado do poente, para onde estamos voltados agora, vêem-se um prédio de um andar, um sobrado, que serve de estação da "Estrada Conde d'Eu Railway Company", seguindo-se, à direita, dois grandes armazéns, construídos inteiramente de fôlhas de ferro corrugadas, vulgarmente chamadas de "telhas de zinco."

Passemos à praça anexa, que já foi chamada de Pedro II, em homenagem ao Monarca, quando por aqui passou e esteve por quatro dias no ano de 1859.

Cunha Cirne & Cia., funcionam no armazém de sob o n.º 18, exportando açúcar. E também vemos Manuel Gomes Ribeiro, junto daqueles, com o seu armazém vendedor de sal. É o leiloeiro oficial dessa praça, Manuel Francisco Rabelo.

Ali, no outro lado, onde está a maré, na margem da mesma, naquele prédio baixo de quatro águas, em cuja fachada ainda se vê a coroa imperial, pintada num losango de zinco, funciona a Capitânia dos Portos. Está à frente do seu expediente o comandante Capitão-Tenente Irênio Américo da Costa, figura exemplar de marinheiro e patriota, tendo por secretário Benjamim Constant Lins de Albuquerque, fazendo parte dêsse comando o patrão-mor, Manuel Lins do Nascimento.

Em um sobradinho em frente a onde nos encontramos, está a Inspetoria Geral de Saúde dos Portos, na qual atua como inspetor o Dr. Agnelo Cândido Lins Fialho, tendo como guardas: Diomedes da Cunha Souto Maior e Joaquim Henrique da Silva.

Caminhamos, pois, mais um pouco, e eis à nossa frente o prédio da Alfândega; velha construção de dois sobrados de um andar, separados por longa escada de alvenaria, presumivelmente reconstruídos no comêço do século XIX, de vez que, pelo o que se tem notícia, a primitiva casa teria sido demolida no século anterior.

Vou lhe apresentar o corpo de funcionários que ora trabalham: Inspetor em comissão, Felinto Elísio do Nascimento; primeiros escriturários: Aprígio de Lima Mindêlo, Antônio da Cruz Ribeiro, José Peregrino Gonçalves de Medeiros e Teodoro José de Sousa. Segundos escriturários: Manuel Tertuliano de Avelar, Vitorino da Silva Coelho Maia, João de Brito de Lima e Moura, Jônatas Edmundo de Sá Leitão, Epaminondas de Sousa Gouveia e José de Arimatéia da Costa Pontes; Tesoureiro: Joaquim Soares de Pinho, tendo como Fiel, Henrique de Sá Leitão. Por fim, lá no canto do salão estão o porteiro Antônio José Henriques, o contínuo João Severiano e o Fiel dos armazéns José Ferreira da Silva Machado.

Passemos, agora, a ver então outro próprio nacional, que é a sede das Capatazias, situada em frente ao cais, num sobradinho que estamos vendo e que dá a frente para a maré. Essa repartição é administrada por Cândido Clementino Cavalcante de Albuquerque, figura de real prestígio, pertencente a uma das famílias tradicionais da nossa terra. Da força de Guardas, comandada por Joaquim Francisco Cavalcante de Albuquerque, fazem parte: Odorico Augusto Policarpo Martins, José dos Passos de Carvalho, Carolino Antônio de Castro Filho, Nivaldo de Araújo Soares, Antônio Odorico Uzeda, João Batista Ezequiel de Oliveira, Francisco Antônio Moura, Sebastião da Silva Cabral, Alfredo Amorim Fialho, Herminio José dos Santos Jaime, Minervino de Freitas Feitosa, Antônio Joaquim Potter e Filadelfo Francisco Xavier.

Exercendo as atividades de Despachantes encontramos Artur Aquiles dos Santos, Artur das Neves Estrêla e Manuel Francisco Rabelo, tendo por ajudantes Floripes Clementino Augusto Rosas, José Joaquim de Matos Dourado e Afonso Costa.

Voltamos da Alfândega e Capatazia — mostrando a êsse jovem que me acompanha, numa tentativa de recomposição de tôdas as ativi-

dades da nossa terra — situadas nas adjacências do antigo e extinto “Passo” local, onde estaria a balança para o pêso oficial dos açúcares, que primitivamente era nas imediações do Engenho “Tibiri”, e para aqui no “Varadouro” perto do pôrto foi transferida por Carta Régia de 7 de novembro de 1675. Continuando, mostro-lhe uma oficina na qual algo se produziu, em benefício da coletividade paraibana: “Comissão do Melhoramento do Pôrto da Paraíba.”

Estando então, sob a direção do Engenheiro-Chefe, Dr. Luís de Sousa Matos, tendo como ajudante o engenheiro Dr. Júlio Geiger, chefe da 2.^a secção e ainda engenheiro-auxiliar o Dr. Herculano Ramos. A Secretaria está a cargo do pagador Ricardo Augusto de Medeiros. São Almoxarife, Amanuense e auxiliar de Escrita: Júlio Henrique da Silva, Afonso Martins e Francisco Marques Camacho, respectivamente.

O encarregado do Observatório Meteorológico é João Medeiros Rapôso, que tem como auxiliar Afonso de Sousa Gouveia. Administra a 1.^a secção Adelino Polari e são adjuntos e apontadores da mesma: Alfredo Polari e Manuel Eduardo de Figueiredo. Toma conta das chaves dêsse próprio federal, exercendo o cargo de porteiro, João Firmino da Costa.

(Tôda a cidade conhecia João Firmino, porque nas noites de luar, gostava de espantar as mágoas da vida, dedilhando com maestria o violão, ao lado do seu colega de repartição Alfredo Polari, que trilhava com acêrto o caminho das musas, cujas produções êle mesmo recitava, fazendo o João Firmino verter comovidas lágrimas nos versos cheios de amôres contrariados...)

Agora, meu amigo, já que estamos perto, vamos subir, mais uma vez, a Rua Visconde de Inhaúma, para vermos naquele sobrado, instalada a Junta Comercial. É seu presidente Manuel Joaquim de Sousa Lemos, tendo como Secretário o Oficial, Epímaco Batista dos Santos, Amanuense Artur de Deus e Costa e como Porteiro João Batista de Sousa. Funcionando como deputados: Manuel Alves de Sousa Ferreira, Eduardo A. de Melo Fernandes, Antônio José Rabelo e o mesmo que ocupa a presidência. São suplentes: Cândido Jaime da Costa Seixas, Manuel José da Cunha e Benevenuto Carlos do Nascimento.

Mais embaixo, noutro sobrado, está a Recebedoria de Rendas, criada pelo Decreto n.º 115, de 11 de janeiro de 1898. É administrada por Graciano Fontino Lordão, servindo de: 1.º Escriurário, Francisco José Rabelo Filho, de 2.º José Pordeus da Cunha Souto Maior, Conferentes: Augusto de Azevedo Belmonte, Floro Lins de Albuquerque, Agripino Pereira Maia, José Honorato Pereira, Anastácio Peregrino de Araújo e Ambrósio Dias Pinto. Exercem o cargo de Guardas: Francisco Jorge dos Santos, Antônio Pedro de Carvalho, João Avelino de Paula, João Ramos de Siqueira e Francisco Z. da Gama Cabral. É porteiro dessa repartição do fisco estadual, Sérgio Guilhermino de Barros Cavalcante, tendo, como ajudante o contínuo João Batista Ramos.

Em seguida, na mesma rua, paramos na porta, para tomar alento e subir dois lances de escada e de perto vemos a eficiência dos serviços da Delegacia do Tesouro Federal, cujo delegado Feliciano da Cunha Cirne, estava nessa hora da manhã, juntamente com todos que compunham o corpo de servidores nacionais, que eram: 1.^{os} escriturários, Júlio Maximiano da Silva e João Ribeiro da Veiga Pessoa, coadjuvados pelos 2.^{os} escriturários: Francisco Eugênio Gonçalves de Medeiros e Artur Carlos de Gouveia. Exercendo a função de Tesoureiro ali estava também, Aureliano Filgueiras com o Porteiro e o Contínuo, respectivamente, Sinfrônio Nazaré e Joaquim J. Henriques.

Noutro salão anexo, funcionava a Caixa Econômica, cujos serviços estavam distribuídos a José Joaquim do Couto Cartaxo e João Cavalcante de Albuquerque Vasconcelos, que atuava como Amanuense.

Continuamos subindo a Rua Visconde de Inhaúma, e vamos ter ao escritório da Diretoria da "Companhia de Tecidos Paraibana", cuja fábrica fôra instalada em 27 de maio de 1891, em terras do antigo Engenho "Tibiri", de Santa Rita.

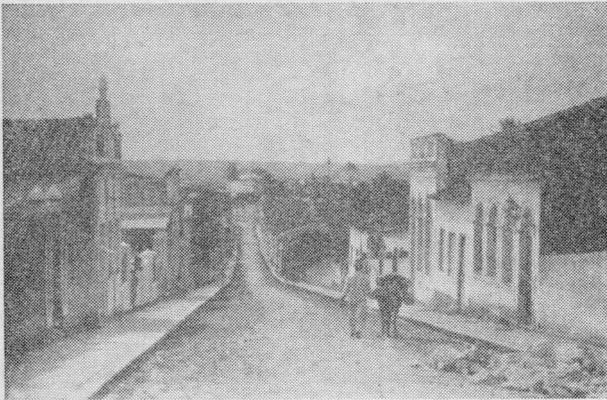
São componentes da mencionada diretoria: Adolfo Eugênio Soares, Antônio Pinto Guedes de Paiva e José Ricardo de Castro Ferreira; três portugueses aqui radicados a quem muito deve o comércio paraibano. Do conselho fiscal fazem parte: Dr. Manuel da Fonseca Xavier de Andrade, José Marques Guimarães e José Pereira Neves Bahia. É diretor-gerente do fabrico no "Tibiri", onde reside, o engenheiro Dr. Francisco Dias Cardoso Filho.

No prédio do lado esquerdo da rua, sob o n.º 7, está funcionando a Associação Comercial da Praça da Paraíba. É composta a sua diretoria dos seguintes cidadãos: Dr. Artur Quadros Colares Moreira, presidente; João Pedro Ribeiro, vice-dito; Manuel Garcia de Castro, 1.º secretário; Antônio de Azevedo Maia, 2.º secretário; Antônio Ricardo Mateus Ferreira, tesoureiro; e cinco suplentes, que são: Manuel de Oliveira Carvalho Bastos, Antônio Gonçalves Pena, José Pereira Neves Bahia, Cândido Jaime da Costa Seixas e Antônio Pereira Peixoto. Da comissão de contas fazem parte Antônio de Brito Lira, Firmino Vidal e Manuel Joaquim de Sousa Lemos, sendo membros da comissão arbitral: Manuel Henriques de Sá, Antônio de Luna, Roque de Paula Barbosa, Antônio da Costa Pessoa e Joaquim Fernando do Monte.

De acôrdo com um quadro, ali aposto, naquela sala, vemos os nomes dos negociantes que estão matriculados no presente ano de 1889; Augusto Gomes e Silva, Manuel Joaquim de Sousa Lemos, Antônio Pinto Guedes de Paiva, Antônio Veríssimo de Luna, João Pedro Ribeiro, José Pedro Ribeiro, Benevenuto Carlos do Nascimento, Antônio Ricardo Mateus Ferreira, Antônio Gonçalves Pena, José de Azevedo Maia, Adolfo Eugênio Soares, Misael da Costa Lira, Artur Quadros Colares Moreira, Eduardo A. de Melo Fernandes, José Lourenço da Silva, Joaquim Garcia de Castro, Joaquim Fernando do Monte, Roque de Paula

Barbosa, Manuel Alves de Sousa Ferreira, José Francisco Aranha da Fonseca, e Clodomiro de Paula Barbosa.

Antes, porém, de subir tôda a rua, dêmos uma olhadela no velho prédio da Estação da Estrada de Ferro Conde d'Eu, por onde já havíamos passado.



Alto da Rua da Areia, em 1906.

Esta companhia tem na nossa terra a sua linha principal que é de Cabedelo à Independência, num percurso de 116 quilômetros, tendo o seu ramal de Entroncamento ao Pilar, a distância de 25 quilômetros.

É Superintendente o súdito inglês H. G. Summer, contador, A. T. Connor, também britânico, igualmente o caixa James Scarle e o chefe da Locomoção, G. H. Armstrong. São

ainda chefes: da Oficina, Antônio Joaquim das Neves e do Tráfego, Carlos Auxêncio Monteiro da França que tem como ajudante Artur José de Almeida.

É Administrador do Molhe de Cabedelo, Francisco Roco e Inspetor do Telégrafo, Olídio da Silva Cabral.

Agora, de rota batida, seguimos pela Rua da Areia, passando pela "Travessa" do Teatro Santa Rosa, por onde chegamos à antiga "Estrada do Carro", crismada oficialmente com o nome de Rua Barão do Triunfo desde 1868, em homenagem aos feitos heróicos do nosso Exército nos campos do Paraguai.

Nessa artéria, fomos vendo: Felinto José R. da Silva, com a sua oficina de ourives. Dessa pequena tenda de exímio artesão, muitos lavôres em ouro e prata foram executados por mãos hábeis, para que as "meninas de famílias" os exhibissem nos dias festivos, bem assim os clássicos anéis da "boa morte".

Mais além, sob o n.º 38, está a "venda" de Ana Marinho e, adiante, na casa n.º 28, encontra-se a marcenaria de Manuel Ribeiro.

Em seguida, jovem, vamos ver o colégio do professor particular José Pedro de França Gonçalves, abnegado mestre no setor pesado da instrução, exímio em "abrir" certas cabeças para a compreensão das primeiras letras.

Ali estão sentados, e bem comportados, os alunos: Antônio Arcelas, Aurélio, Napoleão e Otacílio Filgueiras, Artur Aquiles Filho, Joaquim Pires Ferreira, João Luís de Sousa e Antônio Ezequiel de Sousa, Antônio Moreira Soares, João e Manuel da Cunha, Leonel e Augusto Estrêla, Álvaro e Anísio Pereira de Carvalho, Sinésio Cruz, Sinésio Bezerra, João Pires de Freitas, Benedito de Sousa Carvalho, Jáder Lima, Cândido Pessoa Cavalcânti, Carlos e Alfredo Monteiro, Ulisses Nunes Vieira, Orris e Oscar Soares, Rodolfo Barbosa, João Davino Flôres, Ferrer Júnior, José Lisboa e Leocádio das Chagas.

No outro lado, tem o seu consultório e oficina de dentista: Idalino Montezuma Filho. A mais higiênica e preferida barbearia da zona, é a do nosso conterrâneo, Manuel Pereira de Carvalho, situada na casa n.º 42, onde com maestria executa o corte de cabelo à “Brossecaré”, preferido e usado por sua distinta clientela. Depois, encontramos a barbearia de Diogo C. de Brito.

Vamos nos apressar um pouco, pois tenho algo ainda para mostrar-lhe nesse Bairro do “Varadouro”. Veja, naquele prédio, que tem a semelhança de uma pequena fortaleza, por sua platibanda cortada em “ameias”. É a Alfaiataria Lisboa, pertencente a Francisco da Silva Lisboa, cujo filho, o José, é uma promessa de primeiro flautista da cidade. Tanto entusiasmou os seus ouvintes, que seu pai lhe presenteou uma flauta legítima “Boehm”, inteiriça de prata.

Na esquina com a Rua da Viração, na qual vemos suspenso num braço ondulado de ferro um lampião a querosene da iluminação da cidade, a cargo do contratante José Pereira Neves Bahia, está a morada do médico Dr. Manuel de Azevedo Silva, figura querida pelos seus contemporâneos por suas virtudes de abnegado apóstolo da carreira que abraçou, sacrificando a própria existência.

Dêsse modo, vamos sair, novamente, na Rua Maciel Pinheiro. No sobrado n.º 46, está instalada a estação do Telégrafo Nacional onde vemos o encarregado do serviço: Sebastião Alexandrino do Amaral, que tem



Largo da Gameleira, até 1894, quando foi remodelado (calçamento) e passou a chamar-se Praça Álvaro Machado, em homenagem ao benemérito engenheiro paraibano e Governador Álvaro Lopes Machado

como auxiliares: Eudésio Silva, João Álvares César, João Pedro de Almeida e Manuel R. de Batista da Costa. Numa lousa, na entrada dêsse



Estações da Ferro-Carril e Estrada de Ferro Conde d'Eu. Construídas em 1894 e 1884, respectivamente.

prédio, estavam os nomes dos diversos encarregados do mesmo serviço, distribuídos pelo interior do Estado: Em Mamanguape: Augusto Hermes; em Areia: Cândido Viriato de Medeiros, com a auxiliar Lídia Medeiros; em Alagoa Grande: João Avelar Cavalcante; em Alagoa Nova: Antônio da Costa e Silva; em Campina Grande: Fernelon Bonavides; em Bananeiras: encarregada do Pôsto, Júlia Gondim; em Serraria: Guarda-Pôsto, Augusto

Justiniano Cabral de Carvalho; Pessoal da Linha: chefe da 6.^a Secção, José Luís do Rêgo Luna e auxiliar-feitor, Antônio da Cunha de Andrade Moura.

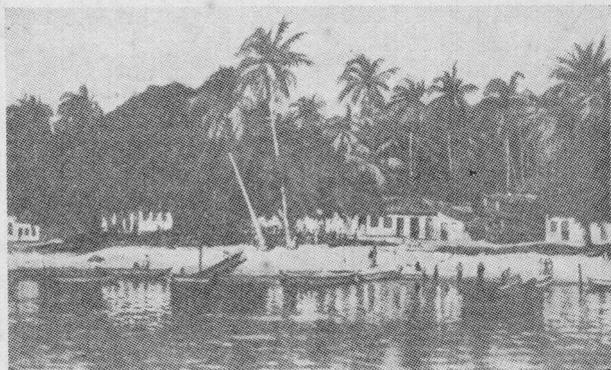
Seguimos subindo, outra vez, essa rua. Aquela casa ali, no seu lado direito, perto da residência da família Holmes, que tem uma placa em sua fachada, é a sede da "Società Italiana de Beneficenza — Amore Reciprico", dela fazem parte, no seu "Consiglio Direttivo", as figuras proeminentes da colônia italiana aqui radicadas: Presidente — Vítor Cozza, Vice-dito — Giuseppe Grisi, 1.^o Secretário — Nicola di Belli, 2.^o dito — Antônio Iório, Tesoureiro — Domênico Magliani, Procurador — Giuseppe Cozza, Zelador — Caetano Magliani. São Conselheiros: Antônio Grisi, Sabato Troccoli e Giuseppe Rattacaso e dois Suplentes: Giovanni Petrucci e Luigi Lianza.

Em demanda ao final dessa rua, vamos encontrar o Quartel do Corpo de Segurança. Êsse prédio foi adquirido pelo Govêrno Provincial, no ano de 1850, em vias de conclusão, para casa de morada, a Joaquim Batista Avundano e sua mulher Maria Josefa, o qual estava construindo, então, em terrenos antes pertencentes ao Reverendo Antônio Lourenço de Almeida que, por herança, passara ao domínio do Tenente-Coronel Bento Luís da Gama Maia. Êsse negócio da casa e terreno situado no antigo "Largo da Fonte do Gravatá", custara aos cofres da Província a importância de dois contos de réis.

Passemos a ver as figuras de cidadãos que integram o referido Corpo de Segurança: Comandante, Tenente-Coronel Bento José de Medeiros Pais; Major-Fiscal Bento Saraiva de Medeiros Pais; Capitão-Ajudante Manuel Francisco de Albuquerque Lima; Alferes-Secretário Tomás Bezerra Cavalcante, Alferes quartel mestre Severino Manuel de Barros. São Capitães: Belisário Frederico de Almeida e Albuquerque, Aureliano Lélis Pessoa de Melo, Vitorino do Rêgo Toscano de Brito e Ricardo Soares da Silveira. E Tenentes: Cristóvão Leite da Cruz, Luís Correia de Melo Araújo, Dionísio Eugênio Freire de Mendonça, José Dantas Correia de Góis e Francisco Leite Ferreira Tolentino, coadjuvados pelos Alferes: João Elói da Fonseca Milanez, Álvaro Xavier Pereira da Cunha, Sérgio Soares de Pinho, Manuel Luís Pessoa de Melo, José Lopes de Medeiros, Severino Machado da Costa, Joaquim Dantas Cavalcante, Ascelino Rodrigues Florentino e José Augusto Meira de Vasconcelos.

Vamos, agora, por essa ladeira esburacada, cheia de matos, chamada “Rua da Rapôsa”. O Conselho Municipal crismou-a, pomposamente de Rua do Riachuelo, mas o povo não encontrou razão na homenagem àquele feito heróico da campanha do Paraguai, senão na semelhança, talvez mesquinha, pelas erosões feitas pelo inverno ao longo dêsse caminho público. Saindo na Rua do “Quartel”, popularmente chamada do “Portinho” estão as “Tavernas” de Louro & Cia. e Francisco Alves.

A propósito do nome Riachuelo, contou-nos o nosso prezado amigo Nozinho Londres que, certa vez, quando o progresso urbano vagorosamente vinha surgindo, êle, que construíra várias casas na antiga e citada Rua da “Rapôsa”, teria encontrado o conhecido boêmio Sampaio numa “bodega”, a bebericar junto a outros da sua roda. Ao avistá-lo, fingindo não o conhecer, dissera, porém, em tom ferino para ser ouvido por Nozinho... é, meus amigos, quando neste lugar, cheio de casas de palhas e buracos, só morava canoieiros e gente pobre, era Rua da Rapôsa. Porém, logo que um Coronel toma conta da zona e constrói casas de telhas é Rua do Riacho...é...lo. E carregou na última sílaba para dar mais ironia à frase.



“Pôrto de Cabedelo” (1892). Tela do pintor Alfredo Andersen.



Farol da barra do Cabedelo, também chamado da "Pedra Sêca."

Estamos seguindo por essa rua que, embora tortuosa e cheia de terrenos devolutos, e outros tantos cercados, já possui várias casas. Vamos seguindo em direção ao Sul. Aqui, desde o século XVIII ao começo d'êste, aportaram as canoas carregadas de frutas e outros comestíveis, vindo pelo Rio Sanhauá, para o mercado da cidade. Logo o nome apropriado surgiu pela bôca do povo: "Rua do Portinho". Esse nome tinha sua razão, porque os terrenos da mencionada rua faziam parte dos antigos sítios do "Portinho do Sanhauá". Êstes sítios pertenciam, naquela época, ao súdito inglês Samuel Hardman, e ao português Joaquim da Silva Guimarães Ferreira. Essas "posses" foram registradas no livro competente, pelo Vigário Joaquim Antô-

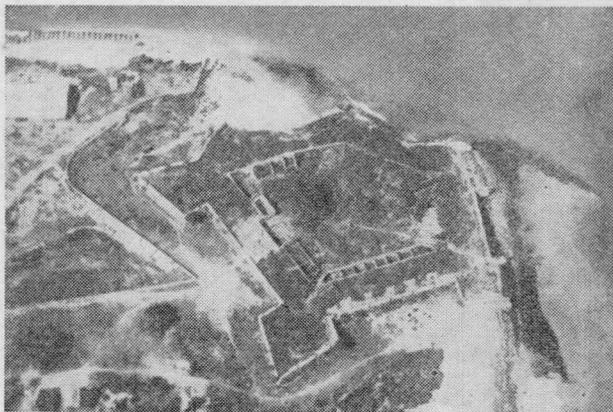
nio Marques; a primeira em 2 de julho de 1856, em nome da viúva do citado Samuel Hardman, e a segunda pelo seu herdeiro Manuel da Silva Guimarães Ferreira.

Continuando no nosso passeio, chegamos a uma viela, pitoresca, pela sua paisagem nativa, onde até uma "pingüela" feita com dois paus de coqueiro, tivemos de atravessar para chegar ao outro lado. Frondosos mulungus ladeavam as casinhas de palhas dessa "artéria" da nossa velha cidade, daí o nome regional e poético: "Rua dos Mulungus". A sabedoria demagógica do Conselho Municipal houve por bem, no ano de 1894, de fazer a oposição solene (onde não faltou discursos e foguetórios) de uma placa na qual se lia: "Travessa 24 de Maio", data evocativa da campanha do Paraguai.

Atravessamos o alto da antiga "Ladeira do Quartel" onde terminava a mencionada "Rua dos Mulungus" e fomos ter à Cadeia Pública, também chamada "Cadeia Nova". Êste prédio foi terminado em 1858. Em 1853, o Dr. Leonardo Antunes Meira Henriques, mais conhecido por Padre Meira, procurador de sua irmã, viúva Rosa Maria dos Prazeres Henriques Hardman, aforou perpétuamente à Fazenda Provincial, 94 braças em quadro de um terreno situado no sítio "Portinho do Sanhauá" pela quantia de 8\$440 réis anuais. Nessa escritura constava uma cláusula: "no caso da Administração das Rendas Provinciais querer dispôr, para o futuro edifício a construir-se, tinham os seus filhos menores e tutelados, Samuel e Feliciano Hardman, a preferência na compra do dito prédio."

Uma facêta interessante do nativismo dessa paraibana do século passado, ter doado, espontâneamente, o terreno necessário para a abertura da rua que daria acesso à mesma cadeia, começando da falada “Ladeira do Quartel” ou “Rua das Convertidas”.

Bem, meu rapaz, ali está a “Casa Amarela”, onde se encontram aquêles que, num gesto de insânia, julgaram poder fazer justiça pelas próprias mãos, ou também pensaram que poderiam dispor do alheio, com se próprio fôsse, acarretando por estas maneiras as conseqüências legais de perderem a liberdade. O Carcereiro-Chefe é: João Felipe da Silva Santiago, tendo como ajudantes: Manuel Leopoldino Camello, Antônio Domingos Correia Leonil e Tomás



Ruínas da Fortaleza de Santa Catarina, na entrada do Pôrto do Cabedelo.

Lourenço da Silva Pinto. Comanda a Guarda, composta de praças do “Corpo de Segurança”, o Alferes João Elói da Fonseca Milanez.

Passemos, agora, pelo “Largo da Detenção”, e vamos sair na “Rua da Ponte”, que remotamente se chamou do “Sobradinho”, e presentemente tem uma placa com a denominação: “Rua Visconde de Itaparica”, homenagem àquele herói da Guerra do Paraguai. Aqui estão as “bodegas” de José Amaro Evangelista, Lindolfo José de Holanda e a de Maria Joaquina da Conceição. Na esquina com o “largo” está José Lourenço da Silva, que tem a maior e melhor sortida mercearia da zona. Mais além, na casa n.º 37, está João Ferreira da Costa, em cujo balcão de sua taverna se encontram encostados, a bebericar e a cuspirem, os tipos mais populares dessa parte da cidade. E, por fim, vemos também a “venda” de Gonçalo Camilo Paredes, aquela que tem o n.º 50.

Descendo a “Rua da Ponte”, paramos onde esta rua começa a fazer pronunciada inclinação, para ir terminar no plano onde cruza com os trilhos da “Estrada de Ferro Conde d’Eu”, os quais passam em demanda do município próximo: Santa Rita.

Bem perto dêsses trilhos, se encontra a falada ponte, sôbre o Rio Sanhauá. Quando funcionava o Conselho Provincial, por decreto de 25 de outubro de 1831, foi mandado construir a tal ponte sôbre o citado

rio, tendo a Câmara Municipal entregado por ato de arrematação, as obras da mesma, a Leôncio Ozano de Magalhães, pela importância de 24:800\$000.

Trinta anos depois, ou por melhor detalhe, em 7 de março de 1861, foi mandada fazer nova ponte, pelo Governo da Província. Seria ainda de madeira, com 132 palmos de comprimento por trinta de largo, e, teria mais 504 ditos de atêrro de pedra, com 204 palmos de muralha de cada lado do rio, seguindo o alinhamento da rua em frente. Estas obras foram contratadas por Francisco da Silva Retumba por 71:150\$000.

Em outubro de 1865, já estava ela bem arruinada, tendo então o Barão do Livramento, figura tradicional do Estado de Pernambuco, construído outra ponte, por arrematação da importância de 215:000\$000, inclusive a demolição da antiga e mais a quantia de 60:000\$000 pelo trabalho de desobstrução do rio.

Esta que estamos vendo, no mesmo local das primitivas é, porém, de ferro, com aterros empedrados e lastro do mesmo material, assentado em 12 colunas de ferro e capitéis ornamentais, formando vãos de 81 palmos, no total de cinco. Tem, ainda, passeios laterais calçados com tijolos, e, com a dimensão total de 405 palmos de comprimento. A sua construção data do regime republicano no ano de 1892.

Para suavizar um tanto as despesas decorrentes, a Administração Provincial mandava a arrematação o pedágio da referida ponte, com uma tabela adrede organizada assim: homens, mulheres e animais escoteiros: 20 réis por cabeça; meninos, meninas: 10 réis; animais com cargas: 40 réis; carros de bois: 100 réis; carros de passeio: 80 réis e outros carros, 60 réis. Essa arrematação rendia sempre uma média, para os cofes públicos, na importância de 400 mil-réis anuais, e nesse ano foi o seu arrematante João Daniel da Cruz. Depois de vermos êsse próprio estadual, voltamos e entramos na remota "Travessa da Matinha", chamada nesse tempo: "Travessa Visconde de Itaparica". Saímos no "Largo do Campo-Santo" ou do Cemitério da Boa Sentença.

Quando governava esta Província o presidente Dr. Flávio Clementino da Silva Freire, futuro Barão de Mamanguape, em abril de 1855, foi afofado o terreno para a construção do Cemitério ao Padre Matias Leal de Lemos, pela quantia de sessenta mil-réis anuais, com as dimensões de 60 braças em quadro, tendo a condição expressa de: ser aberta uma estrada em linha reta, passando pelos sítios "Riacho" e "Forte", pertencentes, então, ao mesmo Reverendo Leal de Lemos. O mesmo Cemitério ficaria, como ficou, numa baixa, chamada da "Matinha", tendo o Sanhauá por limite, ao poente. O Presidente Leitão da Cunha, em 1858, adquiriu pela importância de *Um conto de réis*, do procurador do mencionado, Padre João José de Almeida, o domínio direto do tal terreno, sendo testemunhas dessa transação os Srs. Luís da Silva Batista e Cosme José de Vasconcelos, no tabelionato de José Jerônimo Chaves.

CAPÍTULO V

NOMENCLATURA DAS RUAS

Corresponde ao ano de 1898 a nomenclatura seguinte que passamos a transcrever pertencente aos chefes de famílias residentes na cidade, os quais faziam parte do alistamento eleitoral dêsse tempo.

Esses nomes representam os diversos ramos das árvores genealógicas aqui nascidas, pelo cruzamento das diversas sementes que, para cá foram transportadas. É um cadastro social urbano, de uma época que procuramos recompor com a verdade dos documentos, para que tenhamos a visão daquilo que foi, no setor humano, a velha capital da Paraíba beirando o final do século passado.

É evidente, também aqui, a fixação dos nomes mais remotos das vielas, caminhos e sítios, conhecidos outrora e popularmente crismados, nos dias presentes quase totalmente desaparecidos.

RUA DUQUE DE CAXIAS

(Do Convento de S. Francisco ao Tribunal da Relação, juntamente a Rua do Carmo).

Dr. Antônio da Trindade Antunes Meira Henriques; Dr. Antônio Bernardino dos Santos; Armand Morat; Ambrósio Dias Pinto; Astolfo José Meira Sobrinho; Antônio Minervino da Cruz; Antônio Domingos dos Santos; Aristo José da Silva; Adelino Polari; Antônio da Costa Mindêlo; Augusto Soares de Pinho; Antônio Francisco de Paula; Antônio Vital da Silva Lima; Dr. Cândido Soares de Pinho; Dario Nacor de Araújo Soares; Elias Francisco Mindêlo; Dr. Eugênio Toscano de Brito; Dr. Flávio Maroja; Francisco Eugênio Gonsalves de Medeiros; Francisco José do Rosário; Francisco Manuel de Paiva; Genuíno de Almeida e Albuquerque; Gerson Nacor de Araújo Soares; Inácio Evaristo Monteiro Sobrinho; Horácio Henrique da Silva; Inácio Toscano de Albuquerque Brito; João Hamilton; João Monteiro de Medeiros; João de Medeiros Rapôso; Joaquim da Silva Coelho Maia; João Francisco da Veiga Cabral; Júlio César da Silva Lima; João Fortunato da Costa; José Quintino da Silva Lima; João Cruz; José Dias de Meneses; José de Arimatéa Costa Pontes; José Florentino da Paiva; José Machado da Silva; João Luís de Castro e Silva; Manuel Marinho de Melo Lima; Pedro de Albuquerque Mara-

nhão; Rufino Olavo da Costa Machado; Rogério Ferreira da Silva; Virgílio da Silva Barbosa.

RUA DUQUE DE CAXIAS

(Do Tribunal da Relação ao Beco da Misericórdia).

Daniel da Cruz Cordeiro; Epaminondas de Sousa Gouveia; Esmerino Toscano de Brito; Dr. Francisco José Rabelo; Padre Firmino Herculano de Figueiredo; João da Costa Ferraz; João Cavalcante de Lacerda Lima; José Luís Castanhola; Jônatas Edmundo de Sá Leitão; Joaquim Manuel Soares de Medeiros; José Joaquim do Couto Cartaxo; Jorge Cavalcante de Albuquerque Chaves.

RUA DUQUE DE CAXIAS

(Da Igreja da Misericórdia ao Beco do Rosário).

Antônio Alexandrino da Silva; Agostinho Cavalcante de Lacerda Lima; Artur Carlos de Gouveia; Antônio Carlos de Gouveia; Antônio Carlos de Melo; Ernesto Pacheco; Francisco Marques Camacho; Joaquim Francisco Cavalcante de Albuquerque; José Gabriel da Silva Rêgo; João das Neves Lima Brainer; Mariano Rodrigues Pinto; Dr. Miguel de Santa Cruz Oliveira; Dr. Venâncio Augusto de Magalhães Neiva.

RUA DUQUE DE CAXIAS

(Da Rua do Rosário ao Pátio do Palácio).

Dr. Antônio Tomás Carneiro da Cunha; Dr. Agnelo Cândido Lins Fialho; Antônio Agripino de Nazaré; Dr. Claudino Francisco de Araújo Guarita; Deodato José das Mercês Paraíba; Francisco Primo Cavalcante de Albuquerque; Francisco Olavo de Medeiros; Inácio Evaristo Monteiro; José da Silva Neves Júnior; José Francisco de Moura; Júlio Joaquim de Melo; Júlio Adolfo de Vasconcelos; João Carlos de Melo; Luís da Silva Batista; Marcolino de Albuquerque Pessoa; Nestor Salgado Guarita.

RUA GENERAL OSÓRIO

(Da Rua da Misericórdia ao Beco do Góis).

Antônio José de Vasconcelos; Benjamim Constant Lins de Albuquerque Filho; Francisco Pedro Carneiro da Cunha; Francisco Fernandes Lima; João Casado de Almeida Nobre; José Bezerra Cavalcante de Albuquerque; João Evangelista de Oliveira e Melo; José de Oliveira Diniz; João Francisco de Melo Barreto; João Batista de Magalhães; José Caixão Rodrigues da Silva; João Florêncio da Costa; Dr. Lindolfo José Correia das Neves; Manuel Roberto das Neves; Ricardo Augusto de Medeiros; Taurino Rodopiano da Silva; Valdevino José Coelho Serrão.

RUA GENERAL OSÓRIO

(Do Beco do Carmo ao Beco do Góis).

Dr. Antônio Alfredo da Gama e Melo; Antônio Ascendino de Lima; Augusto José de Figueiredo Queiroz; Ângelo Antunes de Farias Tôrres;

Antônio Joaquim Póter; Antônio José Henriques; Benjamim Franklin de Oliveira e Melo; João Evangelista Freire de Melo; Joaquim Inácio de Lima e Moura Júnior; José Lopes Pereira; João Ribeiro da Veiga Pessoa; João Barbosa da Silva Neves; Miguel Machado da Silva; Manuel Carlos de Assunção; Pedro Batista dos Santos; Severino Correia Lima; Zózimo Ferreira Soares.

RUA GENERAL OSÓRIO

(Do Beco do Carmo ao Cruzeiro de S. Francisco).

Antônio José de Almeida; Carolino Antônio de Sousa Castro; Firmo de Melo; Francelino José da Silva Távora; Francisco de Sá Pereira; João Florêncio de Deus e Costa; Jacinto Aristides de Melo; Dr. João Fernandes da Silva; José Pacheco de Aragão; João da Mata Rêgo Moura; José do Rêgo Cavalcante; Dr. Maximiano José de Inojosa Varejão; Manuel Vitorino de Assis; Vicente Ferreira da Silva Amaral.

RUA SÃO BENTO

Aprígio de Lima Mindêlo; Dr. Belarmino Alves da Nóbrega Pinage; João Batista de Sousa.

RUA DE SÃO FRANCISCO

(Dessa Rua à Praça do Comendador Silvino da Cunha).

Antônio dos Santos Coelho; Dr. Antônio Dias Pinto; Francisco Vidal; Francisco Martins Botelho; Joaquim Dias Pinto; João Luís dos Santos Coelho; José Maria de Carvalho Serrano; José dos Passos de Carvalho Filho; João Antônio da Gama Furtado; Josué Lopes de Medeiros; Leôncio Hortênsio Cabral de Vasconcelos; Padre Dr. Leonardo Antunes Meira Henriques; Quintino Pavão de Vasconcelos; Dr. Tomás de Aquino Mindêlo; Vitorino Pereira Maia Vinagre.

RUA VISCONDE DE PELOTAS

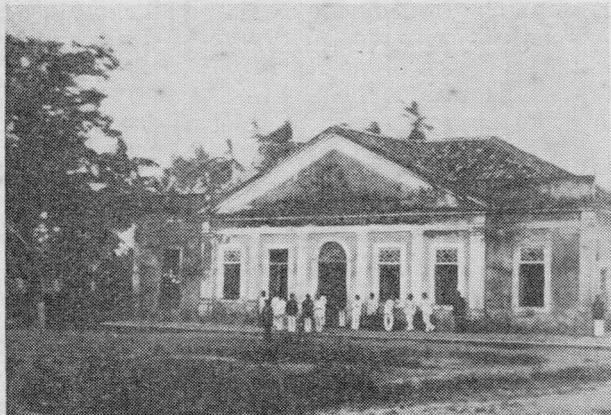
(Antiga da Cadeia. Da Praça do Comendador Silvino da Cunha ao Beco do Hospital).

Antônio José Rodrigues Chaves; Dr. Antônio de Sousa Gouveia; Antônio Carlos Gomes; Artur Póter; Henrique de Sá Leitão; João José Lopes Pereira; João Francisco Aranha; José João Soares Neiva; Jerônimo César de Albuquerque; Joaquim César de Albuquerque; Joaquim José da Silva; José Joaquim Peixoto de Miranda Henriques; Juvenal Espínola da França; João Batista Lins; Pedro Augusto Soares de Vasconcelos; Quintino Alves de Sousa.

RUA VISCONDE DE PELOTAS

(Do Beco do Hospital ao Beco das Pitombas).

Antônio José de Oliveira; Amaro Francisco da Silva; Alfredo Soares de Pinho; Antônio Peixoto de Vasconcelos; Antônio da Veiga Tôrres;



Quartel do Corpo de Segurança. 1890.

Alfredo Norat; Francisco do Vale Melo; Francisco Ernesto de Vasconcelos; Francisco Gomes de Lima; Francisco do Vale Melo Filho; Francisco Coutinho de Lima e Moura; João Firmino da Costa; Joaquim Figueiredo Soares; João Avelino de Paula; José Pereira Luna; José Manuel do Rosário; João Rodrigues Golzio; José Evaristo da Cruz Gouveia; Manuel Rodrigues de Paiva Sobrinho; Ni-

valdo de Araújo Soares; Olavo Francisco da Silva; Vicente Gomes Jardim.

RUA VISCONDE DE PELOTAS

(Do Beco das Pitombas ao Pátio do Palácio).

Antero da Silva Ramalho; Amêncio Teopômpio da Silva; Antônio Cândido Viana; Augusto Gomes e Silva; Artur de Deus e Costa; Antônio Gonçalves de Lima; Agripino Pereira Maia; Benjamim Constant Lins de Albuquerque; Carlos Augusto de Almeida e Albuquerque; Eulálio de Aragão e Melo; Francisco da Silva Ramalho Sobrinho; Francisco Xavier de Paula; Felismino Gomes da Silva; Germino José Velho Barreto; João Peixoto de Vasconcelos; José Silvino de Andrade Moura; João Ferreira Evangelista; João Manuel da Silva; Joaquim José da Silva Júnior; Matias da Gama Cabral de Vasconcelos; Manuel Gomes Pimentel; Maximiano Aureliano Monteiro da Franca; Rodolfo Henriques de Sousa; Teodoro Sodré Monteiro Júnior; Vicente Ferreira da Silva e Melo.

(Do Pátio de S. Francisco ao Portão do Carmo).

Aires Tertuliano de Sousa; Augusto José Vicente; Antônio Henriques de Gouveia Monteiro; Atanásio Alves de Sousa; Basílio Garcia do Amaral; Cassiano Hipólito Ribeiro dos Santos; Clementino Lucas dos Santos; Carlos Alexandre da Conceição; Feliciano da Cunha Cirne; Franklin José de Santana; Felício Benício de Santiago; Higino Alves de Araújo; José Gomes Jardim da Fonseca Júnior; José Batista de Araújo; João Batista da Mota; João Ivo de Sousa Lima; Manuel Deodato de Gouveia Monteiro;

Manuel Joaquim de Santana; Rodolfo Coriolano de Sousa Melo; Sidrônio Martins Pereira.

RUA 7 DE SETEMBRO

(Do Portão do Carmo ao Beco do Beiriz).

Antônio Vitorino da Costa Camará; Antônio Alves de Farias; Augusto Cândido Carneiro da Cunha; Bento Emídio de Sousa Carvalho; Carlos Auxêncio Monteiro da Franca; Francisco Aquino de Oliveira; Henrique Maul da Silva; José Cândido de Melo; João Miranda Batista do Amaral; João Ramos de Siqueira; Joaquim Alexandrino de Santiago; João Carlos de Carvalho; José Januário da Fonseca; João Crisóstomo da Fonseca; Joaquim Marques de Sousa; José Francisco Alves Gama; José Antônio de Figueiredo Júnior; José Francisco Cordeiro; Luís de Franca Machado; Manuel Francisco Rabelo; Manuel Heliodoro Monteiro de Franca; Vicente Ferreira dos Santos.

(Do Beco do Beiriz à Igreja da Mãe dos Homens).

Agápito Gil Fabiano; Francisco Gomes da Silva; Francisco Arcéia; Galdino Alves da Silva; João Etelvino Lins; João Batista do Rêgo; José Cândido de Melo Filho; José Aranha de Farias; Joaquim José da Silva Brandão; José Bernardino da Silva; João Nunes dos Santos; Joaquim da Silva Barbosa Júnior; Joaquim Severiano Maciel; João Ramos da Silva; Luís de Franca Oliveira Jardim; Manuel Luís Dias Paredes; Pedro Alves de Oliveira; Rosendo Tavares da Costa; Secundino Etelvino da Silva Brandão; Paulino Heráclito de Vasconcelos; Vitorino da Silva Coelho Maia.

(Da Igreja da Mãe dos Homens à Estrada do Mandacaru).

Antônio Soares de Pinho; Avelino José Soares; Benedito Manuel da Rocha; Dr. Cândido Soares de Pinho; Delfino Rodrigues Melo; Henrique Crisóstomo de Carvalho; José Dias Pinto; Jerônimo Tôrres; João da Cruz; Estanislau de Macedo; Julião Falconiere Monteiro da Franca; Joaquim Soares de Pinho; Joaquim Antônio Soares de Pinho; José Monteiro da Franca; João de Brito Lima e Moura; João Antônio Soares de Pinho; Marcolino Pereira; Possidônio Hermílio Ferreira Neves; Sérgio Antônio do Amaral; Salviano Bandeira de Melo; Severiano Elísio de Sousa Gouveia; Sátiro Fernandes Lima; Tito Francisco da Silva; Teodósio José Fonseca.

(Da Estrada do Mandacaru à Fonte do Tambaú).

Antônio Ribeiro de Albuquerque Montenegro; Antônio da Silva Barbosa; Cândido da Silva e Melo; Francisco José Teixeira; Filomeno Joaquim Teixeira; Francisco Bruno Jácome Bezerra; Dr. Gustavo Mariano

Soares de Pinho; João Clementino de Oliveira; João Antônio Marques; Joaquim Soares de Pinho; Manoel Félix dos Santos; Pedro da Silva Barbosa.

(Ruas da Aurora e Quatro Cantos, Bica de Tambiá ao Sítio do Rogers).

Adolfo Moreira Gomes; Antônio Quadro Batista de Araújo; José Honório Alves de Almeida; João José Rodrigues da Silva; José Tomás de Oliveira; João Câncio da Silva.

RUA SÃO JOSÉ

Antônio Lopes de Albuquerque; Dr. Cícero Brasiliense de Moura; Francisco Pedro Gondim; Floripes Clementino Augusto Rosas; Horácio Martiniano Gomes; João José Gomes da Silva; José Clementino da Costa Ferreira; João Rodrigues Coriolano de Medeiros; Leonardo José Maria; Odorico Policarpo Augusto Martins; Ponciano Francisco de Oliveira; Sérgio de Medeiros Chaves.

RUA DA TESOURA E RUA SANTO ELIAS

Antônio Correia de Farias; Antônio José Ferreira; Augusto José de Assunção; Alfredo Néelson de Araújo Soares; Brasileiro Pereira Lima Vanderlei; Francisco Alves de Figueiredo; Fausto José de Almeida; Franklin Francisco de Moura; Henrique dos Santos Maciel; Higino Moreno; João Balduíno Pereira; José Alexandre de Vasconcelos; José Severiano de Assunção; José Ferreira de Mendonça; Jesuíno Egipcíaco de Lima e Moura; João Ferreira de Mendonça Filho; Olegário da Silva Coelho; Pedro Teixeira de Vasconcelos; Umbelino Felipe de Santiago.

RUA 13 DE MAIO

(Da Rua do Diniz ao Chão Duro).

Alípio Efigênio Ferreira da Cruz; Abdon Fernandes Lima; Antônio Joaquim Ferreira das Neves; Belarmino Soares da Silva; Benedito Saldanha; Carlos José de Almeida; Ceciliano da Silva Coelho; Cândido Clementino Cavalcânti de Albuquerque; Carlos Eutiquiane Inácio de Loiola Barreto; Felinto Santiago de Oliveira; Francisco Wolmes de Macedo; Galdino Jerônimo Pereira; Honório Teodósio de Freitas Feitosa; José Ferreira da Costa; João Joaquim Barbosa; Joaquim José de Santos Rosa; José Honorato Pereira; José Marçal Pinheiro de Lima; José de Oliveira Diniz Filho; José Martins dos Santos Leal; José Ferreira da Silva Machado; Leôncio Pereira da Silva; Luís Davino dos Santos Sampaio; Manuel Pereira de Sousa; Manuel Maria de Carvalho; Manuel Gomes Ferreira Júnior; Manuel Lopes de Melo; Manuel Luís dos Santos; Manuel da Gama Cabral; Pedro de Alcântara Sousa; Tranquilino Alves Cavalcante.

(Ruas da Alagoa, Jaguaribe até a Passagem dos Macacos).

Antônio Miguel Pinto Ribeiro; Antônio Guilherme Bandeira de Melo; Antônio Cândido de Oliveira Seixas; Antônio Espínola da Cruz; André

Leite Leão; Carlos José Holmes; Clementino Ribeiro de Albuquerque; Camilo Alves de Lima; Deodato Lopes de Albuquerque; Emílio Cândido Soares de Pinho; Genésio de Lima Carvalho; Hermilo Leopoldo de Oliveira; João Félix de Meneses; João Batista Ezequiel de Oliveira; José Antônio Pereira Pelotrica; Joaquim Leopoldino de Oliveira; João Cândido de Oliveira; João Sabino do Nascimento; João Ângelo de Vasconcelos; Jacinto José da Cruz; Joaquim Pessoa; Manuel Joaquim Leite; Manuel Duarte Espínola.

Prosseguimos na relação dos nomes dos moradores desta cidade, situados nas escassas ruas, travessas, becos e alguns sítios que, então formavam o pequeno burgo provinciano no final do século passado.

Notam-se ainda vários nomes de ruas, nos presentes dias desaparecidos. Aquelas designações seriam as homenagens tácitas da sensibilidade popular, àqueles que, no período da nossa organização comunal, algo fizeram pela terra paraibana.

Rua General Barreto, Beco do Beiriz, Beco do Barão, do Góis, Rua do Diniz, Sítio do Rogers e Sítio do Barreto, são nomes que a tradição na angústia de ser superada pelo progresso, já esqueceu e vai esquecendo cada dia que passa.

Quatro Cantos, Beco das Pitombas, Rua da Palmeira, Rua Dois Caminhos e Passagem dos Macacos, são os mais remotos apelativos de caminhos primitivos e vêm da época de quando surgiram pela necessidade de identificação das moradas dos indivíduos que compunham o pequeno núcleo de sociedade em formação.

Não eram mais que veredas entre o matagal nativo, onde as residências situavam-se nas distâncias de cinquenta metros e talvez um quilômetro.

(Rua da Alagoa, Jaguaribe até a Passagem dos Macacos).

Miguel Félix de Araújo; Marçal José Antônio, Manuel Vitoriano Fernandes da Silva; Manuel Carlos de Almeida e Albuquerque; Manuel Tertuliano Soares de Avelar; Paulino Vítor de Lima Freire; Possidônio Tavares da Costa; Rodolfo Alípio de Andrade Espínola; Salustiano Pináculo Carneiro da Cunha; Sátiro Jorge Holmes; Venâncio Palácio Rodrigues Chaves; Vicente Ferreira de Paula.

(Da Estrada do Mandacaru à Ponte do Boi-só).

Antônio Bento Ferreira Machado; José Lopes de Oliveira Galvão; Teodomiro Ferreira Neves.

RUA GENERAL BARRETO

(Da Igreja do Bom Jesus ao Pátio do Palácio).

Alexandrino Adriano da Costa; Acácio José de Figueiredo; Antônio Galdino de Lima Botelho; Afonso da Silva Pessoa; Bento Pereira de Lucena; Coriolano Alves Saldanha; Frederico de Sousa Falcão; Florentino de Araújo Chaves; Francisco Freire da Costa; Gustavo de Oliveira



Samuel Hardman, tronco de importante família paraibana — 1850.

e Melo; João Tavares da Silva; Joaquim Pinto de Melo; João Ribeiro Pessoa de Vasconcelos; Dr. João Batista de Andrade; José Eduardo Marcos de Araújo; Luís José Dantas; Manuel da Silva Guimarães Ferreira; Manuel Pereira de Oliveira; Dr. Manuel da Fonseca Xavier de Andrade; Pedro Juvêncio Dias Vieira; Ulisses Elias de Carvalho.

RUA GENERAL BARRETO

(Da Igreja do Bom Jesus ao Dois Caminhos).

André Balduino de Freitas; Antônio Correia de Araújo; Artur das Neves Estrêla; Bento José Alves de Almeida; Emídio Fernandes da Costa; Francisco Câncio Galvão; Fausto Balduino de Freitas; Francisco Pereira Borges; Francisco Antônio de Moura; Francisco Alves Batista; Hercúano Vítor de Carvalho; Dr. Heráclito Cavalcante Carneiro Monteiro; Ismael Américo de Oliveira;

Joaquim Nunes da Silva; Possidônio dos Santos; Francisco de Albuquerque Maranhão; Ludugero José Vieira de Andrade; Manuel Batista dos Santos; Manuel José Rodrigues; Olímpio Gil de Freitas; Nestor Balduino de Freitas; Rafael Hermenegildo da Silveira; Sérgio José Henrique.

(Do Dois Caminhos ao Sítio do Barreto).

Antônio Peregrino Leite de Araújo; Cândido José do Nascimento; Eusébio Joaquim da Silva Coelho; Francisco Paulino de Figueiredo; Dr. Honório Horácio de Figueiredo; João Camelo de Melo; José Lucas da Silva Rangel; Dr. José Peregrino de Araújo; Manuel Martins Viegas.

(Do Sítio do Barreto ao Pátio do Palácio).

Antônio Ferreira Lourival; Antônio Fortunato de Andrade Espínola; Albino Suiteberto da Costa; Colatino Lopes de Albuquerque Machado; Crispiniano Ferreira da Nóbrega; Felizardo Leal de Lemos; Francisco Vieira de Araújo Lima; Fábio Cavalcante de Albuquerque; João da Fonseca Milanez; Joaquim Cavalcante de Albuquerque; Luís José Ferraz; Luís Aranha de Vasconcelos; Manuel Antônio de Carvalho Costa; Manuel Tertuliano Correia; Manuel da Fonseca Milanez Júnior; Manuel da Fonseca Milanez Senior; Salustiano de Basto e Silva; Sérgio Guilhermino de

Barros Cavalcante; Ulisses Gonçalves Guimarães; Vicente Ferraz de Lemos.

(Do Dois Caminhos à Alagoa Grande).

Antônio Ângelo Fernandes; Arlindo Eduardo Camboim; Américo Soares de Carvalho; Antônio Lucas Pereira; Adrião Quirino da Silva; Cândido Francisco Alves; Fortunato Francisco da Paixão; Francisco Torquato da Silva; Dr. Inácio da Silva Coelho; Dr. João Pereira de Castro Pinto; Lourenço Filgueiras da Graça; Manuel Coelho dos Santos; João Simplício Jovino Aranha; Manuel de Oliveira Borja; Manuel Felipe Santiago; Pedro de Alcântara Neves.

(Alagoa Grande, Alagoinha e Jaguaribe dos Crioulos).

Domingos Pereira de Sousa.

(Da Ponte de Tambaú à enseada do Cabo Branco).

Antônio Galdino de Abreu; Abraão Lincoln; Belisário Frederico de Almeida e Albuquerque; Diomedes Simpliciano Pereira de Sousa; Manuel Francisco Machado; Pastor Olímpio de Brito; Carolino Ferreira Soares; João Mendes da Rocha; Laurentino Nunes de Sousa; Tomás Ferreira Soares; Antônio Francisco das Neves; Diocleciano Monteiro da Silva; Domingos Martins Ribeiro; Felinto Monteiro da Silva; Francisco Melino da Costa Monteiro; José Vicente do Vale Melo; João Nepomuceno dos Santos; João Vicente Correia Dutra; João Antônio Nepomuceno; Jesuíno Cândido de Santa Rosa; Marcelino Vital da Silva; Pedro dos Santos Oliveira; Belarmino Ferreira de Melo; Benigno de Sá e Albuquerque; Fernando José Ferreira; Francisco Antônio de Figueiredo; Francisco Inácio do Rêgo Júnior; João Batista de Sousa Costa; José de Holanda do Nascimento; Laureano Joaquim da Silva; Manuel João Herculano; Manuel Florentino de Melo; Manuel Lopes de Oliveira.

RUA BARÃO DA PASSAGEM

(Da Ladeira das Pedras ao Beco do Tanque).

Augusto Alfredo de Lima Botelho; Antônio Francisco do Rêgo Barros; Alfredo Diomedes de Oliveira; Antônio Fernandes Pacote; Álvaro de Sousa Carvalho; Augusto da Silva Pires Ferreira; Antônio Joaquim das Neves; Antônio da Costa Fialho; Alfredo de Oliveira; Augusto Vicente de Magalhães; Aureliano Filgueiras; Ernesto Emílio Kauffman; Eugênio José da Silva Braga; Dr. Francisco Alves de Lima Filho; Francisco Ferreira de Paula; Francisco Fernandes Pacote; Fernando de Sousa Carvalho; Felismino Francisco Fernandes; João Crisóstomo Pires; Joaquim da Silva Barbosa; João Martins de Figueiredo; Joaquim Leôncio das Mercês; Luís Figueiredo Martins; Luís de Almeida Amendoim; Manuel Vicente de Lima; Manuel Teixeira da Silva Cousseiro; Manuel Eugênio da Costa; Manuel de Lima da Rocha; Manuel de Mendonça Rêgo Barros; Manuel Alexandrino dos Santos; Manuel Fernandes Rodrigues; Pedro de Barros Correia; Padre Teodolino da Silva Ramos; Ulisses Viana

da Silva Ramos; Venâncio Freire de Brito Franco; Vicente Ferreira da Silva.

RUA BARÃO DA PASSAGEM

(Do Beco do Tanque ao PASSO).

Antônio Inocêncio de Carvalho Costa; Antônio da Silva Pires Ferreira; Afonso Joaquim Teixeira; Cândido Marinho Falcão; Carlos Quanz; Francisco de Lemos Castro; Francisco Teixeira Oliveira; Carlos Maul; Francisco Freire da Boa Morte; Francisco Xavier Júnior; Francisco João da Silva; José Paulino de Vasconcelos Paiva; João José de Almeida Lima; José Olímpio de Paiva; João Pinto Rodrigues de Paiva; Manuel Borges dos Santos; Malaquias Sales; Tranquilino Gomes da Silveira.

RUA VISCONDE DE INHAÚMA

(Do PASSO ao Zumbi).

Altino Gentil do Prado Andrade; Carlos Maul Júnior; Feliciano Ribeiro Pessoa; Honorato Ferreira Xavier; José Domingos Pôrto; João Antônio de Carvalho Costa; José Ribeiro do Prado Andrade; João Pereira da Silva; Manuel Henriques de Sá Filho; Pedro Alexandrino de Alcântara; Rafael Ângelo de Morais Vale.

RUA S. FREI PEDRO GONÇALVES

(Do Zumbi, Beco do Tanque e Ladeira de S. Francisco).

Alvaro Coutinho de Sousa; Benedito Ferreira Dionísio; Bento José de Medeiros Pais; Francisco Martins Botelho; Francisco Pimenta de Medeiros Pais; Joaquim Vicente Tôrres; Jeremias Isaías da Mota; José Fernandes da Cunha Cirne; João Freire das Neves; João Bezerra de Andrade; João Jaime de Medeiros Pais.

RUA DA GAMELEIRA

Antônio Pereira Jurubeba; Antônio Joaquim de Oliveira; Diomedes de Alcântara César; Francisco Jorge dos Santos; José Maria Bezerra da Cunha; José Moreira Lima; Joaquim Londres Rabelo; João Florentino da Silva; Joaquim Guimarães de Oliveira Lima; José Eugênio Lins de Albuquerque; José Maria de Sousa Camelo; Luís Alexandrino de Oliveira Lima; Manuel Luís de Sousa.

RUA MACIEL PINHEIRO

(Do PASSO à Rua Barão do Triunfo).

Antônio Gonsalves Pena; Augusto de Sousa Falcão; Antônio Tranquilino Rodrigues; Antônio Rodrigues Pinto; Antônio Marques da Fonseca; Antônio Pedro de Alcântara; Adalgício Cordeiro de Lima; Alfredo Tavares Ferreira; Alfredo Celeste Cirne; Amâncio José Ribeiro; Antônio F. Xavier Duarte; Antônio da Costa Pessoa; Aristo Tavares Ferreira; Basílio Pereira dos Santos; Caitano José de Almeida; Cândido Jaime da Costa Seixas; Dionísio da Silva Marrafa; Francelino José dos Santos;

Gil Ferreira da Costa; Honório da Silva Moraes; Dr. José de Azevedo Maia; Joaquim Domingos Polari; João Francisco de Lima; João Francisco Soares da Silva; João Rodrigues da Cruz; João Ferreira Dias; José Francisco Barbosa; Joaquim Nunes Vieira; José Joaquim de Sousa Lemos Júnior; Joaquim Avelino Coutinho; João Antônio de Lima; João Batista de Oliveira; Leonídio Francisco de Oliveira; Lindolfo Moreira Franco; Lupicínio Maurício dos Santos Rosa; Leôncio Daniel de Figueiredo; Manuel Ferreira Dias; Moisés Gadelha de Sousa; Manuel Dias da Cruz Filho; Manuel Isidro Rodrigues Bastos; Manuel Domingos Correia Leonil; Nelson Venâncio da Costa Bahia; Orestes de Azevedo Cunha; Plério Wolfango Cordeiro; Porfírio José Ferreira; Samuel Olavo Carneiro da Cunha Aranha; Vicente Acioli Pereira de Andrade.

RUA MACIEL PINHEIRO

(Da Rua Barão do Triunfo à da BOA VISTA).

Balbino Gomes de Andrade; Brasilino Nicolau de Sousa; Hermínio José dos Santos Jaime; Hermenegildo Ferreira Dias; Francisco José Rodrigues; Joaquim Ferreira de Meneses; José Ferreira Dias; João Cardoso dos Santos; João Inácio da Costa; João Batista de Lima; Luís José de França; Manuel Joaquim de Sousa Lemos; Manuel Elisiário de Albuquerque; Manuel Maurício Lopes Lima; Manuel Pinheiro de Carvalho; Salustiano Muniz de Medeiros; Silvino Nascimento dos Santos; Sérgio Carivaldo da Silva Santiago; Temístocles Calisto Correia da Nóbrega; Urbano Felinto de Figueiredo.

RUA MACIEL PINHEIRO

(Da Rua da Boa Vista ao Quartel da Polícia).

Antônio Augusto de Figueiredo Carvalho; Antônio Batista de Aquino; Antônio José Rabelo; Alfredo José Rabelo; Antônio Joaquim Teixeira Filho; Antônio Luís Ribeiro da Costa; Antônio Galdino de Oliveira; Antônio Freire de Castro; Antônio de Freitas; Antônio Lourenço de Góis; Augusto Custódio de Sousa e Silva; Antero José Ribeiro; Antônio Correia Soares d'Assunção; Bernardino Lourenço de Góis; Benedito Ferreira da Silva; Bernardo Lourenço de Góis; Cressêncio Gomes de Oliveira; Claudiano Emiliano Cliston; Dario de Barros Wanderley; Domiciano Ribeiro Galvão; Epifânio da Cunha Siqueira; Dr. Franklin Cavalcante de Barros Rabelo; Felinto Domingos Moreira; Francisco Holmes; Francisco Pinto Pessoa de Oliveira; Francisco Antônio do Nascimento; Francisco de Almeida Pinto Ferreira; Francisco Soares de Medeiros; Felizardo Toscano de Brito; Francisco Pereira Lima; Guilherme Pereira da Cruz Filho; Guilherme Pereira da Cruz Sênior; Heráclito Augusto de Almeida; Henrique de Almeida Pinto Ferreira; Inácio Tavares de Lira; Ivo Pessoa de Oliveira; José Holmes; Joaquim Alves de Lima; João da Mata Pessoa de Oliveira; José Pedro de Alcântara; José Bernardo de Figueiredo; João da Silva Pôrto; José Calisto Correia da Nóbrega; Jerônimo Pinto Ferreira; João José de Maria; João Domingos

Batista; José Bandeira de Melo; Dr. Joaquim Moreira Lima; José Joaquim de Almeida e Albuquerque; Joaquim Pinheiro de Carvalho; João Batista dos Santos Filho; José Alfredo de Oliveira; João Felipe da Silva Santiago Filho; João Felipe da Silva Santiago Sênior; Joaquim Augusto de Almeida; João Lourenço da Silva; João José da Silva; José Francisco do Nascimento; João José Ferraz; João Bezerra de Sousa; José Maria Ramos Bezerra; João Pacífico da Silva Bandeira; João Soares Pôrto; Joaquim Feliz de Araújo; Joaquim Pinto Viana; Joaquim Alves Moreira; Manuel Jorge de Oliveira; Manuel de Miranda Pedra; Miguel Arcanjo de Moraes; Manuel Francisco Nascimento; Manuel Leopoldino Camelo; Peregrino Avondano da Silva; Pedro Custódio de Sousa e Silva; Pedro Bezerra de Sousa; Sinésio Pereira da Cruz; Sidalino Duarte da Silva; Tomás de Aquino Perpétuo.

RUA MACIEL PINHEIRO

(Do Quartel da Polícia à Rua Visconde de Itaparica).

Alfredo Pergentino de Ataíde Melo; Evaristo Antônio de Alcântara; Eleusipo da Silva Coelho; Gregório Pessoa de Oliveira; Honório Lopes Machado; José Pinto Ferreira; Justino Ferreira de Moraes; Luís da Costa Gadelha; Maurício Martins Lopes Lima; Nobertino Pereira de Andrade; Plácido Ferreira da Silva César.

RUA VISCONDE DE ITAPARICA

Afonso da Silva Pessoa; Amaro Pereira Campos; Aureliano Lopes Pessoa de Melo; Antônio Emiliano Rodríguez Pereyra; Antônio Marques Bezerra; Ângelo Batista Avondano; Antônio Henrique de Albuquerque Galvão; Agostinho Cirne de Azevedo; Antônio Domingos Correia Leonil; Brasilino Pereira Lima Wanderley Filho; Benjamim Avelino de Magalhães; Caio Tavares da Costa; Cassiano Pessoa de Melo; Cirilo Câmara; Demétrio Joaquim Pequeno; Diogo Félix Cardoso; Edivino Ferreira Neves; Fortunato Martins das Neves; Francisco Antônio de Vasconcelos; Frederico Francisco Xavier; Francisco Zacarias da Gama Cabral; Francisco Antônio Dias Paredes; Graciliano Tavares da Costa; Gonsalo Camilo Dias Paredes; Henrique José Pires; Irineu Melibeu de Lima; Joaquim José Henriques; João Ferreira do Nascimento Rêgo; João Leopoldino da Silva Flôres; José Ferreira da Nóbrega; José Benedito de Alcântara; José Gonsalves de Brito; João Francisco Sobral; José Roberto Cupertino; José Ramalho da Silva Miagino; José Teófilo de Sousa; José Nestor Ferreira de Aguiar; Manuel Vicente Ramos; Manuel Joaquim Pinheiro de Carvalho; Manuel Alexandre de Melo; Manuel Francisco Sobral; Filadelfo Francisco Xavier; Pedro Eugênio Soares; Rozendo Martins da Encarnação; Salustiano Soares de Oliveira; Targino Félix de Macedo; Verceilêncio Bezerra de Alcântara César.

RUA DO QUARTEL

Artur Aquiles dos Santos; Adolfo Paula Cavalcante de Albuquerque; Cleómenes Euniciano da Silva Coelho; Ildefonso Temístocles de Góis

Teles; José Ribeiro de Araújo; João Fernandes Alves de Carvalho; João José Rodrigues; Leocádio de Jesus Maciel; Manuel Rodrigues Correia Louro; Manuel Joaquim Ferreira de Sousa; Sebastião José de Santana.

RUA DO FOGO

Antônio Veríssimo de Luna; Aureliano Tasso Correia; Antônio Francisco Rapôso; Angelo Tranquilino de Sousa; Elias José Gonsalves de Noronha; Francisco Gomes da Silva; Joaquim Marques dos Santos; Jovino de Albuquerque Digno; João Francisco Davino de Oliveira; Jesuíno Leal de Lemos; João Lins de Albuquerque Júnior; Lúcio Teixeira de Vasconcelos; Ludugero Pereira Vidal; Manuel Francisco do Nascimento; Manuel Joaquim da Costa; Manuel Leopoldino das Neves; Manuel Rodrigues da Cruz; Minervino Ribeiro Pessoa Lins; Tito Henrique da Silva; Targino Gonsalves Cavalcante; Tomás do Monte Silva; Virgílio Feliz da Cunha Caxilé.

RUAS DA FEDERAÇÃO E REPÚBLICA

Antônio Frederico Bentemuler; Antônio Estolano de Alcântara; Alexandre Benício de Carvalho; Adelino da Silva Pereira; Avelino José dos Passos; Belarmino Ferreira de Melo; Bento da Gama Prado; Desidero Leonil de Pinho Rabelo;

Francisco Lopes Guimarães; Francisco José Rodrigues Chaves; Germano Correia Feio; José Joviniano; Joaquim Clementino dos Santos Pessoa; José Tomás de Melo; João Antônio de Santana; João Evangelista de Moura; Joaquim da Costa Moraes; João Soares da Silva; João José da Cunha; José Francisco dos Santos; João Ferreira Evangelista; José Antônio Bar-



Cadeia Pública. Construção de 1860. Fotografia feita em 1920.

bosa; Justiniano Maciel Monteiro; Luís Rodrigues de Sousa; Manuel José Gonsalves; Manuel Vicente Ferrer; Manuel Tomás da Silva Lisboa; Marcionilo da Costa Bezerra; Narciso Ferreira do Nascimento; Olímpio José da Costa; Pedro Manuel do Nascimento; Tomás Soares de Oliveira; Pedro Marques de Oliveira.

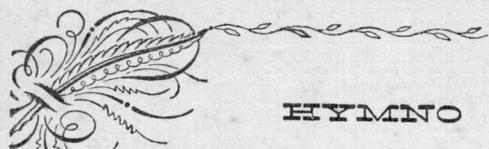
RUAS DA PALHA, MACAÍBA E BECO DA FEDERAÇÃO

Alcibíades Ferreira Dias; Antônio Muniz de Medeiros; Américo Hermenegildo Tomás; Augusto Constantino de Farias; Antônio Jacinto da Silva Viegas; Antônio Rodrigues do Nascimento; Antônio da Costa e Silva; Deodato Pereira Borges; Fausto de Carvalho; Francisco Benevenuto da Costa Ferreira; Felinto José Ribeiro da Silva; Francisco José

de Azevedo Dias; Francisco José Rabelo Filho; José Neves Bahia; José Pereira Borges; José Maria Vergara Filho; José Maria Vergara; João Batista da Costa; Luís Xavier de Barros; Manuel Pereira de Carvalho; Manuel Ribeiro de Melo; Manuel Félix do Nascimento; Manuel Pereira de Lacerda; Odorico Xavier de Barros; Adolfo Henriques Formiga; Vital de França Gonsalves Chaves.

RUAS DA
VIRAÇÃO
E
ALEGRIA

Antônio Félix Inocêncio; Antônio de Brito Lira; Antônio de Azevedo e Silva; Antônio Dagoberdo Polari; Antônio Jerônimo Monteiro; Antero Augusto de



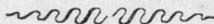
HYMNO

DO

ESTADO DA PARAHYBA

Poesia do Illustre Cidadão Dr. Lima Filho

Musica de José Rodrigues C. Lima



N'alvorada do futuro,
Por sobre ondas de luz,
Surge o pendão auriverde
Da terra da Santa Cruz

No seio conduz um mundo
Onde o sol do equador
Scintilla—ordem progresso,
Liberdade, paz, amor

CÔRO

Cidadãos eia! Marchar,
Santo é nosso dever;
Quem conquista a liberdade,
Livre só pode morrer.



Abreu; Benevenuto Carlos do Nascimento; Cecílio Pereira Mendes; Emiliano Rodríguez Pereyra; João Elias de Arruda; José Joaquim de Matos Dourado; Manuel Roberto Polari; Dr. Manuel de Azevedo e Silva; Umbelino José de Barros.

Marcial

canto

Nº al. vo.

RUAS DAS FLÔRES
E RAPOSA

Avelino Manuel de Jesus; André Evangelista de Freitas; Antônio Batista Ferreira dos Passos; Aristides Rodrigues das Chagas Cotô; Cristóvão de Holanda Chacon Dias Paredes; Félix Antônio de Carvalho; José Agripino de Mendonça Lins; Justiniano de Mendonça Lins; José Melício Nogueira de Moraes; Manuel Martins de Lima; Manuel Pereira de Carvalho;

Manuel da Silva Pôrto; Manuel Pereira da Silva; Manuel Ferreira da Silva; Manuel Ferreira Pinto; Manuel Quintino dos Santos; Silvino Abdécalas de Alcântara César; Tertuliano José dos Prazeres; Trajano Gomes da Costa.

RUA DA BOA VISTA

Antônio Maurício de Pontes; Antônio Justino Pereira da Silva;
Manuel Batista Júnior.

RUAS DA SODOMA, MATINHA, CAJUEIRO E FORMOSA

Antônio Aurélio de Novais; Antônio Álvaro Meneses; Antônio Grangeiro da Cunha; Cassiano Alves de Sousa; Custódio Lins Pires; Felinto Alves de Sousa; Francisco Soares Pinho; Gonçalo José Vieira; Manuel Gomes Aranha; Inácio Rodrigues das Neves; Júlio Maximiano da Silva; João Alves de Sousa; Jerônimo Pereira de Oliveira; João Félix Cardoso; Joaquim José Rodrigues; João Batista do Nascimento; João Nunes de Aguiar; José Lopes Pereira; João Batista Ramos; Dr. José Ferreira Novais; José Joaquim Curvelo; Luís Alves de Sousa; Luís Lopes da Silva; Manuel Luís Batista; Manuel Luís do Rêgo Filho; Preciliano Félix Cardoso.

CAPÍTULO VI

URBANISMO DOS DIAS PASSADOS

As tortuosidades na maioria das ruas da nossa cidade, são as conseqüências da falta de um plano preestabelecido, pelos governadores do século XVIII.

Para sermos fiéis ao que lemos e pesquisamos, nada foi feito nesse sentido até os meados do século passado.

Não se faz necessário ter a idade do Leão de S. Bento, nem do Galo de S. Francisco, para ter conhecido, ou ter escutado, referências a um tortuoso e estreitíssimo beco que dava saída aos quintais das casas das Ruas Nova e Direita, na antiga Rua da Misericórdia, desde 1906, crismada Peregrino de Carvalho.

O referido beco era situado entre o prédio da antiga Escola Normal, atual Biblioteca Pública, e a venda de João Evangelista, precisamente, onde ficam os sanitários do Clube Cabo Branco.

A geração passada teria alcunhado aquela viela de Beco do *Inferno*, nome pelo qual ainda a identificamos.

Considerando essas anomalias no setor urbanístico da velha cidade de N. S. das Neves, assim se expressava o Presidente Henrique de Beau-repaire Rohan, quando da sua mensagem informando o govêrno imperial e a nossa Assembléia Legislativa, em 1857:

“os arruamentos nesta cidade nunca foram nem ainda estão sujeitos a plano algum, quer em relação aos alinhamentos, quer em relação ao nivelamento.”

“cada um edifica à vontade sua e daí resulta êsse labirinto em que se vai convertendo a cidade.”

E como homem de larga visão, aqui chegando, logo nota as falhas das posturas municipais já remotas para aquela época.

Referindo-se ao mesmo assunto, comenta:

“verdade é que a construção de qualquer prédio é sempre precedida de uma cerimônia a que chamam *coordenação*, a qual comparecem os fiscais da câmara municipal; mas essa intervenção oficial, longe de produzir um bem, nenhum outro resultado apresenta, senão o de sancionar a vontade do edificador e legalizar os defeitos ou alinhamentos.”

Assim expondo, consegue dos legisladores paraibanos a Lei n.º 22 de 15 de outubro de 1857, autorizando a presidência a mandar executar a primeira planta da cidade, com o alinhamento das novas ruas e respectivas praças.

Aquêlê magnífico trabalho foi feito pelo então 1.º Tenente de engenheiros Alfredo de Barros Vasconcelos.

Surgiu uma nova era no sentido de arruar, embelezando aquêles caminhamentos distantes, tornando-os dignos de sua finalidade.

Contratam-se dois engenheiros estrangeiros: Bless e Polleman. A êsses, o Presidente Rohan ordena várias missões referentes ao embele-

zamento da velha capital da Província da Paraíba.

A outro engenheiro, nosso patriótico Francisco Soares da Silva Retumba, entrega a construção do muro do Palácio, dando lugar a abertura de uma rua no antigo caminho chamado do Liceu, a qual é na atualidade o seguimento da General Osório.

O plano daquele maravilhoso administrador, seria então o prolongamento da antiga Rua Nova até a "cacimba do povo", passando pelos terrenos de Antônio José de Almeida, local onde, posteriormente, chamaram Passeio Geral.

Para a objetivação dêsse plano tão avançado para a época — tanto que os caturras ad-

quis ta li-ber-da-de, li-vre

so' pu-de mor-rer Quem con-

quis ta li-ber-da-de li-vre

crest.

versários, amantes do “deixa assim mesmo”, tentaram demolir moralmente a sua obra, chamando-o de o louco sonhador — êle teria conseguido daquele proprietário a cessão gratuita dos citados terrenos.

Teve ainda subscrita, no orçameto de 1858, a verba necessária a vários outros cometimentos urbanísticos, notadamente a compra do caixão de sobrado ao Major João Pinto Monteiro, o qual ficava em frente à antiga Igreja do Rosário, cujo beco era estreitíssimo.

Fica ressaltada então a economia advinda com aquela aquisição que custara aos cofres da Província a importância de três contos de réis, em virtude da grande quantidade de pedras de cantaria resultante das demolições.

so' po. de mor-rer

1ª vez

2ª vez

CAPÍTULO VII

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A iluminação pública da Paraíba, nunca no tempo da colonização, fôra vista como um problema social, cuja solução dependia dos poderes públicos, no núcleo de moradores que então nascia.

As trevas da noite, na cidade da Paraíba, sòmente eram desfeitas em poucos pontos: nos frontispícios dos conventos, das igrejas, nas portas dos quartéis e nas casas das guardas do Palácio dos Governadores da primitiva cidade.

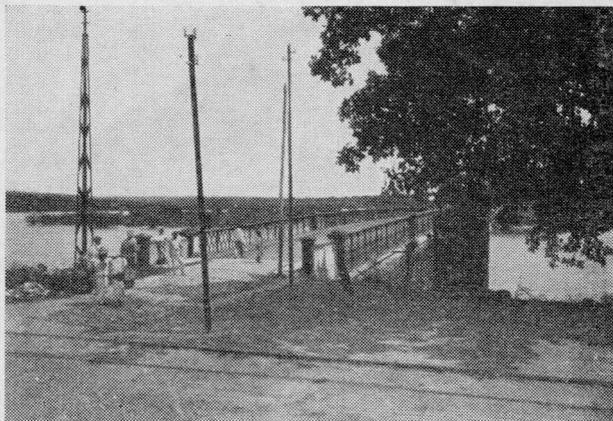
Ali refletia-se, nas lajes dos adros, um triângulo de luz amarelenta e oscilante pelo vento, da lâmpada de óleo de mamona, pendurada no alto e a mais das vêzes alimentada pelos óbolos dos devotos.

Aqui, por necessidade do serviço de guardas então o Provedor da Fazenda, destinava uma parca quantia trazida em alguns vinténs para compra do azeite com aquela finalidade.

O paraibano daquele tempo não sentia muito a falta da luz nas ruas, salvo algum raro, viajado em outras terras beneficiadas com tal utilidade.

Tudo faltava ainda na cidade, se assim podemos chamar aquêlê conjunto de poucas e tortuosas ruas e caminhos, abertos na mataria quase virgem, onde as casas eram raras.

Dessa forma, sem o movimento das cidades adiantadas da época, sem o conhecimento da vida noturna de outras terras, cada um em sua casa, depois dos afazeres diurnos recolhia-se cedo ao leito.



Ponte do Sanhauá. — Data de 1831, a ordem de sua construção em madeira, pelo Conselho Provincial. Em 1892, foi reconstruída com ferros importados da Inglaterra. Na mesma data foi instituído o pedágio, cuja tabela consta do "Roteiro."

Segundo os velhos hábitos de Portugal, a classe remediada fazia o serão familiar, logo após a última refeição, em volta da mesa, pois que não tinham lareira, nem o nosso inverno assim o exigia.

Todavia era sob o claro merencóreo da lâmpada de azeite que o morador de antanho comentava os últimos acontecimentos da terra comum.

Aquela tertúlia pouco passava no cotidiano, do toque de recolher no sino do Convento de S. Francisco e na Igreja de S. Gonçalo e cornetas das tropas estacionadas.

Sucedendo-se de tempos em tempos as festas religiosas, era quando então faziam-se as visitas noturnas, indo os ricos da terra carregados pelos escravos em suas rêdes e cadeirinhas, tendo, na frente, um fâmulos a levar o lampião para aclarar as ruas e caminhos.

Roberto Southey fala nas conseqüências da falta de luz das cidades, o que gerou o mau costume das emboscadas e atentados à moral.

Tratando-se de pessoas de certa categoria na cidade, o Governador Rapôso de Albuquerque, viu-se em sérias dificuldades para fazer sanar o tal abuso.

Quando o Capitão-Mor João da Maia da Gama, governava esta Capitania, foi expedida, em 1715, uma carta régia que mandava o Ouvidor Geral, auxiliar aquêles na execução da notificação aos donos de casas caídas desde a fuga, quando da invasão dos flamengos, para que “as

levantassem ou as vendessem dentro de um ano, por ser conveniente, não só à formosura da cidade como para se evitar os desmandos que nos tais pardieiros se cometiam à noite.”

Desta maneira, situadas as necessidades no setor da iluminação, passaram-se os anos na velha cidade colonial da Paraíba.

Surgiram com a nossa Independência, os governos das juntas.

Nelas colaboram os doutos filhos da terra.

Tínhamos uma constituição, a lei já não era



Portão lateral da antiga residência do Brigadeiro-Cirurgião, Feliciano José Henriques, no Brasil-Colônia e depois Conselheiro, na República. Na atualidade, pertence à Reitoria da Universidade da Paraíba.

Na antiga Travessa Visconde de Pelotas.

a vontade imperante dos capitães-mores *soi disant* emissários da metrópole, “cujo reflexo no juízo de Castro Pinto, quando aqui chegava era igual a luz de um sol quase pôsto.”

Nasceram assim as esperanças na administração pública dos patricios que, também, sentiam a necessidade de iluminar as ruas da cidade que governavam.

Prenunciou uma nova era: os reflexos mortiços dos quarenta lampiões de óleo de mamona que, em 1822, mandou a Junta colocar na cidade alta.

Viveu sete anos o "Varadouro" sem conhecer sequer um lampião em suas esquinas que aclarasse um pouco o escuro das primitivas noites, quando, em 1829, por ordem imperial, o Presidente Gabriel Getúlio, mandou estender o benefício da luz a tôda a cidade.

Era retirando-se a oitava parte das sobras das rendas provinciais, que se pagava a Antônio Henrique do Carmo, os cinqüenta lampiões contratados por 750\$000, anualmente.

Pouco tempo durou êsse contrato, por causar prejuízo. Em 1830, o Presidente Marechal Manuel Joaquim Pereira da Silva ajustou o mesmo serviço, com Claudino Vítor de Lima, então pela quantia de 1:180\$000. Uma das cláusulas do contrato era assim expressa:

"Fica obrigado principalmente a ter acesos os cinqüenta lampiões na cidade alta e baixa tôdas as noites que forem de escuro, desde às sete horas até as cinco da manhã e nas noites que não forem inteiramente de lua, quando a lua começar a sair às *nove* horas se acenderão logo às *sete* horas e se continuará sempre assim até ao sair da lua; e quando a lua se recolher às 9 horas se acenderão às mesmas 9 horas e se continuará pela hora em diante que a lua se fôr recolhendo; para o que terá três pessoas na cidade alta e duas na cidade baixa, encarregadas das luzes, a fim de que não haja falta em acendê-las nas horas determinadas e conservar acesas no seu devido tempo."

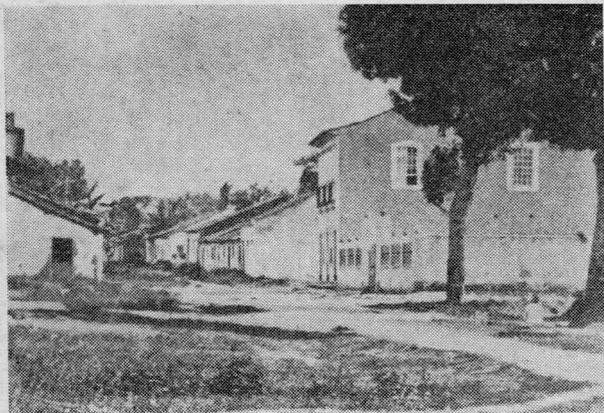
Quando em 1850, governava Amorim Bezerra, nenhum melhoramento foi introduzido na iluminação, nem mesmo na sua conservação de vez que sòmente existiam onze lampiões dos cinqüenta mencionados. Em 1851, estando na presidência da Província o Cel. Francisco Antônio de Almeida e Albuquerque, mandou-se fabricar no Recife 100 lampiões para recompor a iluminação da cidade, pela quantia de 2:160\$000. Porém, em vista do alto preço do azeite de mamona, não foram inaugurados nesse ano.

Passaram-se mais quatro anos até que assumindo a presidência o Dr. João Capistrano Bandeira de Melo, foi executado o § 34, da lei orçamentária do ano de 1854, contratando-se com Manuel da Silva Neves, a colocação de cem novos lampiões a azeite de carrapato, e o acendimento e conservação dos mesmos pela importância de 55\$950 rs. por cada combustor, anualmente.

Assim, com os recursos da época correspondia aquêlê administrador à expectativa dos seus administrados com "além de outras vantagens

essa espécie de decôro que anuncia o respeito, que a cidade devia a si mesma.”

Posteriormente, falava-se no aparecimento do querosene ou *gás*, na substituição do azeite então usado.



Palacete do Barão do Abiaí. Comêço da Rua das Trincheiras, antigo Pátio do Palácio.

Logo a Paraíba premuniu-se de verbas necessárias a êsse empreendimento. E a Lei n.º 77, de 11 de agosto de 1862, determinava “*se gastasse com a iluminação a gás líquido a quantia de 10 contos de réis*”. O Presidente Araújo Lima convida Raimundo Brito de Sousa, executante da mesma luz no Maranhão, para fazer o mesmo na nossa cidade. Por causas desconhecidas, aqui jamais chegou aquêlê empresário.

Decorrido porém um ano, era bem outra a opinião da Assembléia Provincial, autorizando a presidência, pela Lei n.º 138, de 29 de agosto de 1864, a incorporar uma companhia industrial para explorar o ramo do gás fluido, garantindo os juros de 7% sôbre o capital não superior a 200 contos.

No ano seguinte, não tendo aparecido propostas que objetivassem aquela idéia, e para que a cidade não continuasse às escuras, a dita Assembléia resolve mandar contratar, novamente, a iluminação a querosene, não ultrapassando, porém, as despesas a 20 contos.

Nessa alternativa, entre avanços e recuos a pacata Cidade de Nossa Senhora das Neves, viveu às escuras, desde 1856.

E, em 1868, continuávamos, ainda, contando, sômente, com a iluminação da lua nas noites de estio.

Nesse ano houve uma tentativa com a proposta do Dr. Cipriano Fenelon Guedes Alcoforado, nas bases do seu contrato de Fortaleza e Recife. Nada feito porém, em vista da exígua verba votada.

Quando em 1869 presidia os destinos da nossa terra, o Dr. Teodoro Machado, foi levado a efeito nova tentativa com o edital de 9 de janeiro para o contrato da iluminação pública.

O gerente da Companhia de Gás do Ceará, Joaquim da Cunha Freire e o Engenheiro Antônio Gonsalves da Justa Araújo, resolvem concorrer àquele serviço.

É Irineu Pinto que nos fornece a cópia do contrato lavrado na Secretaria do Govêrno e assim concebido:

1.^a — A iluminação abrangerá o seguinte perímetro da cidade: Rua do Zumbi, Largo do Varadouro, Rua da Gameleira, Largo do Quartel da Polícia, Rua do Sobradinho, Largo da Cadeia, Rua da Imperatriz, Rua das Trincheiras, Largo do Palácio, Rua do Jaguaribe, Rua da Tesoura, Rua da Mãe dos Homens, Rua do Tambiá, Rua da Aurora, Largo de S. Francisco, Travessa do Tanque, Rua de S. Pedro Gonsalves, até o Varadouro, competindo ao Presidente determinar as distâncias em que os combustores deverão ser colocados nas ruas e praças sendo que de um a outro não deva exceder de 150 palmos.

2.^a — O número de combustores não será inferior a 400, podendo elevar-se a mais se assim quizer e determinar o Presidente da Província. O preço geral da iluminação será de vinte e sete réis por hora, a cada lampião.

3.^a — Logo que houver mais de 600 lampiões, o preço para cada um será de: 25 réis por hora.

4.^a — Os empresários são obrigados a aumentar o número de lampiões com os combustores necessários, a juízo da Presidência, pela mesma forma e condições estabelecidas para os outros combustores e pelos preços fixados neste contrato.

5.^a — A luz de cada combustor será equivalente em intensidade a de dez velas de espermacete dos que consomem 120 grãos por hora. A luz deverá ser projetada em forma de leque.

6.^a — Tôdas as experiências fotométricas serão feitas na fábrica ou escritório do empresário, ou companhia, pelo engenheiro da Província, em presença do engenheiro da mesma Cia. ou de quem o substitua na sua ausência.

7.^a — A oficina para a produção do gás, a colocação dos maquinismos, aparelhos, canos, tudo o mais que fôr concernente à completa e eficaz iluminação da cidade, bem como o fornecimento e custeamento dos combustores das ruas e praças correrão por conta dos empresários.

8.^a — Os empresários obrigam-se a iluminar os estabelecimentos ou edificios públicos; e, neste caso, o preço será proporcional à quantia de gás consumido por cada combustor na razão de 27 réis por hora, pagando ao govêrno as despesas do encanamento, como qualquer particular.

9.^a — Poderão, também, contratar o mesmo serviço com particulares, mas nunca por preço maior do que estipulado para o govêrno.

10.^a — A iluminação durará nove horas, começando às 6 horas e meia da tarde e terminando às três e meia da manhã, em tôdas as noites do ano.

11.^a — Ficam garantidos aos empresários quinze minutos depois do tempo marcado para o princípio da iluminação, a fim de completar o acendimento dos lampiões.

12.^a — Os combustores serão colocados em arandelas ou colunas de ferro fixas sôbre os passeios das ruas, ou sôbre as paredes do edifício conforme a capacidade das ruas e conveniência do serviço o que será determinado de acôrdo com o govêrno.

13.^a — Os lampiões serão numerados e sua configuração, assim como a das arandelas e colunas serão conforme o modêlo que foi aprovado pelo govêrno da Província.

14.^a — O govêrno será ouvido na escolha do local destinado ao estabelecimento das oficinas para a produção do gás.

15.^a — Os empresários começarão a perceber pelos cofres provinciais o preço da iluminação na razão do número de combustores que segundo concordaram com o govêrno ao acenderem, por quarteirões.

16.^a — Os pagamentos que forem devidos pela iluminação, na conformidade das estipulações dêste contrato serão feitos por prestações mensais no Tesouro Nacional.

17.^a — Se depois do dia 15 de cada mês não se tiver realizado o pagamento da conta do mês precedente, o govêrno pagará por qualquer demora o juro da quantia respectiva de 9% ao ano.

18.^o — O preço da iluminação será regulado segundo o atual padrão monetário de quatro mil-réis por oitava de ouro de 22 quilates, equivalente a 27 dinheiros esterlinos por mil-réis.

19.^a — O Govêrno da Província concederá aos empresários ou à Companhia que êles organizarem, qualquer terreno devoluto que possuir e fôr preciso à construção dos gasômetros e suas dependências.

20.^a — Dando-se qualquer eventualidade que venha a interromper a iluminação, ficam os empresários obrigados a tratar imediatamente de reparar, tudo, em ordem a que funcione logo a mesma iluminação; sendo entretanto substituída provisoriamente por outra qualquer, que fôr convencionada sem que tenham direito por êste serviço a retribuição alguma.

21.^a — Os empresários durante o espaço de trinta anos têm direito de preferência a quaisquer outras pessoas, de contratar a iluminação de outra cidade ou vila da Província ficando a isto obrigados quando o número de combustores não fôr inferior a quinhentos.

As condições para o contrato neste caso serão as mesmas que já se acham estipuladas no presente contrato, ou outras mais vantagens para a Província, quando a isso acederem os empresários.

Entende-se, porém, que renunciando àquele direito, fica sem nenhum efeito a presente estipulação relativa às vilas e cidades da Província, sempre que convidados os empresários a iluminar uma cidade ou vila, não se prestam a isso, podendo então ser feita a iluminação como fôr determinado pelo poder competente.

22.^a — Findo o prazo dêste contrato, poderão os empresários ou companhia de acôrdo com o Poder Provincial competente, renová-lo para a iluminação, uma vez que êles ofereçam condições iguais ou mais vantajosas que as de qualquer outro proponente.

23.^a — Os empresários extrairão o gás das substâncias que recomenda o estado atual da ciência, para obter a luz brilhante, serena e inofensiva; e verificando-se no período da duração dêste contrato aperfeiçoamento ou descoberta científica de outro agente produtor de luz que possa resultar melhoramento notável no desempenho dêste serviço, deverão os empresários lançar mão dêles, obtendo o consentimento do Govêrno.

A Assembléa Provincial a quem foi apresentado o presente contrato, achou conveniente modificá-lo de acôrdo com a Lei n.º 436, de 11 de dezembro daquele mesmo ano de 1869.

Não se conformando com tal resolução os citados empresários declararam sem efeito o contrato, não apondo suas assinaturas no mesmo.

Diante dêsse fracasso, os moradores da cidade viram, mais uma vez, que teriam mesmo de viver no escuro.

Em 1871, surgiu uma proposta do contratante da luz de Maman-guape, Salustiano Efigênio Carneiro da Cunha, para estabelecer idêntico serviço aqui, não tendo porém sido assinado o contrato.

De acôrdo com a Lei n.º 445 de 19 de dezembro dêsse mesmo ano, Olegário Saraiva de Carvalho Neto, propõe, com vantagem, realizar o almejado benefício da iluminação da cidade.

Mas, nem êste, nem outro contrato redigido em 1873, quando da presidência de Francisco Teixeira de Sá, tiveram objetivação com assinaturas de seus proponentes.

Estava escrito: "MAKITUB" como diziam os árabes.

Os paraibanos do Segundo Império, jamais teriam os benefícios da luz do gás incandescente; viveriam como os avoengos da época colonial.

Estavam fadados os que aqui moraram, até 1884, a viverem sob os bruxulentos e amarelados raios das candeias de azeite.

As leis de então que seriam outros fachos a iluminar determinados setores das atividades coletivas tiveram, porém, quanto ao material da iluminação da velha cidade, a marca da pouca vontade.

Para desfazer talvez maus conceitos posteriores, o Presidente Bacharel Justino Ferreira Carneiro, ainda faz uma tentativa sancionando, em 20 de outubro de 1881, a Lei n.º 736 no sentido de "contratar a iluminação da Capital com quem melhores vantagens e garantias de cabal execução oferecer". E esta como as anteriores, não teve sorte.

Não sendo possível, de outro modo, aclarar as trevas da noite, nas indecisas ruas daquele tempo, a administração pública resolve contratar a iluminação a querosene em 18 de dezembro de 1885, com o negociante José Pereira Neves Bahia.

O contrato teria a duração de cinco anos, à razão de 9:500\$000 anuais, ou 791\$666 réis mensais correspondentes a 200 lampiões.

Cinco anos depois, foi reformado, com o aumento mensal de 47\$500 réis por mais 12 lampiões, colocados no jardim público da Praça Comendador Felizardo — atual João Pessoa.

Em julho de 1894, já no regime republicano, Álvaro Machado manda colocar seis lampiões no antigo Largo do Cel. Luís Inácio que, posteriormente, voltou ao primitivo nome de Largo de S. Francisco, ficando, por isto, elevada a prestação mensal de 862\$911 réis.

Houve mais um acréscimo de 8 lampiões grandes, ainda para o jardim público, de acôrdo com o ofício da presidência de 1.º de março de 1897.

Assim, o contratante recebia, dos cofres do Estado, a importância de 1:035\$492 réis mensais.

Em dezembro de 1899, conforme ordem presidencial n.º 273, foi elevado o pagamento mensal para 1:274\$492, em virtude da colocação de mais alguns lampiões no primitivo Largo do Diogo, depois do Quartel, naquela época chamado Largo do Cel. Bento da Gama e atual Praça Pedro Américo.

A iluminação da cidade, com o aumento de mais 20 lampiões, em agosto de 1902, custava 1:392\$962 réis, mensalmente. Compunha-se, então, de 246 lampiões a querosene, sendo distribuída entre 65 ruas, 6 pátios, 11 becos e duas travessas.

Na falta de coisa melhor, estariam os nossos antepassados mais ou menos acostumados à luz do querosene.

Contudo, Álvaro Machado assumindo o poder, procurou tornar realidade o sonho que, também como paraibano, acalentava há muito tempo.

Em maio de 1895, contratava com Adriano Loureiro & Cia. o serviço de iluminação elétrica da Capital.

Custaria a luz, para particulares, o preço de 4\$000 mensais por lâmpada de 16 velas, ou seja 13 réis a hora.

Evidenciou-se, então, que nenhum sistema rivalizaria com a luz elétrica.

Aquêles contratantes seriam os mesmos que estavam concluindo a montagem da iluminação da cidade de Maceió, pelo que logo aqui estariam iniciando a mesma.

Pura ilusão. Aqui jamais chegaram os tais senhores, a não ser por meio de um representante para obter prorrogação do prazo para início dos serviços, isto já no govêrno de Monsenhor Walfredo Leal, em 1896. Em 1906, na outra administração do Presidente Walfredo, o Decreto 289, de fevereiro do mesmo ano, tornou caduco o referido contrato.

Continuamos vivendo os primeiros anos do século XX, sob os fracos recursos da luz a querosene, do contratante Cel. José da Bahia.

A municipalidade da capital manda, em 9 de março de 1902, colocar um grande lampião, no centro do coreto do antigo jardim da Praça Comendador Felizardo.

Jubilosos ficaram os músicos da Banda da Polícia que ali faziam retrêta e todos aquêles que então amavam os melhoramentos da cidade.

Em 31 de março de 1903, o Govêrno do Estado manda colocar no salão do Palácio, duas lâmpadas a álcool, tipo "Monopole", fornecidas por Gomes Silva & Cia.

Na mesma data, era, também, instalada, na Imprensa Oficial, uma lâmpada a álcool incadescente, do mesmo tipo "Monopole".

O comando da Escola de Aprendizes Marinheiros resolve o problema da iluminação interna daquele educandário, com a instalação, em abril de 1903, de várias lâmpadas a álcool do pre-falado tipo.

Por sua vez, a direção do Teatro Santa Rosa, em julho de 1903, adota o novo sistema de iluminação, com a inauguração de 25 das referidas lâmpadas.

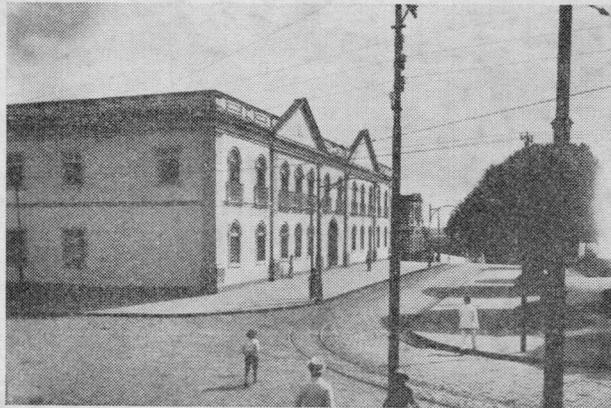
Diante do sucesso, os particulares vão aderindo pela necessidade de uma boa luz.

O botequim e café "Vale Quem Tem" de Jorge Pessoa, situado na Rua Barão do Triunfo, esquina em frente ao *Santa Rosa*, precisamente onde atualmente demora o seu congênere "A Botijinha", inaugurava, em 17 de abril de 1903, no arco do seu portão, uma possante lâmpada a álcool.

Surgem as primeiras experiências com o gás produzido pelo carbureto de cálcio, luz de intenso clarão azul esverdeado, conhecido por acetileno.

Nessa época, vem fixar residência na Paraíba o italiano Braz Iaceli, competente montador e fabricante dos geradores do referido gás acetileno.

O Dr. Alfredo Deodato Espínola, diretor dos Correios, contrata com aquêlê técnico a instalação de luz por tal sistema, cuja inauguração foi levada a efeito em 14 de julho de



1920 — Antigo Quartel do 27.º Batalhão de Linha, abrigando o 49.º B. C. Posteriormente adquirido pelo Estado, para o Batalhão Policial.



Tempo da iluminação a querosene. Praça das Mercês em 1910. Tipo popular do acendedor de lampião.

1903, quando ainda se encontrava instalada a referida repartição no no andar térreo do velho Tesouro do Estado, situado no Largo do Quartel, atualmente Praça Pedro Américo.

O então conhecidíssimo “*Café Chique*” ponto preferido pela melhor sociedade da terra, de propriedade do não menos conhecido Joca Aranha, o qual, satisfeito com o resultado da nova iluminação instalada em seu negócio, oferece, por êsse tempo, aos seus frequentadores um copo do saboroso *sorvete de caroço*, que outra coisa não era senão o nosso *minguzá* gelado, de cuja fórmula se dizia inventor.

Finalmente, em agôsto de 1908, é afixado o edital de concorrência para o serviço de iluminação elétrica nesta cidade, assinado pelo Dr. Pedro da Cunha Pedrosa, secretário geral do Estado, e um dos batalhadores da contemporânea geração paraibana favoráveis àquele melhoramento.

Enquanto os poderes públicos aguardavam as propostas para contrato da luz elétrica que demoraria algum tempo, o contratante da iluminação a querosene, que estava servindo à população, avisa que de ordem do govêrno tinha adquirido a aparelhagem necessária da luz acetilene que iria iluminar o Palácio e o Jardim Público.

Os comentários no sentido de a cidade ser dotada de um bom serviço de luz, compatível com o progresso existente se faziam ouvir, a cada momento.

Dentre todos os interessados nesse serviço, o contratante era o menos consuvel, por maior cuidado que teria em acautelar os seus interesses.

Os acendedores, porém, pobres serviçais com salários ínfimos, viviam a sonhar com a lua e mal esta aparecia no horizonte, êles estariam apagando os lampiões sem considerarem as noites invernosas.

Maior responsabilidade pesaria sôbre o fiscal por parte do poder público, encarregado de velar pelo fiel cumprimento do contrato.

Foi prontamente executado o encanamento do gás a carbureto de cálcio no Palácio do Govêrno, distribuído por 39 bicos de luz.

O serviço de montagem foi executado pelo próprio fabricante do aparelho, o habilidoso paraibano Cláudio Caminha.

Esse melhoramento teve a sua inauguração em 7 de setembro de 1908.

Na mesma data, efetuou-se, também, a inauguração da luz a acetilene no jardim público da Praça Comendador Felizardo.

O Clube "Astréia", antigo sodalício da elite paraibana, quando da presidência do Desembargador Cândido Pinho, tendo por tesoureiro Epaminondas de Sousa Gouveia, em 25 de maio de 1908, inaugurava, também, a referida iluminação.

Nesse tempo aquêle grêmio demorava no velho sobrado da Rua Duque de Caxias, onde presentemente tem a sua sede o Instituto Histórico Paraibano.

O paraibano estaria então encarando os problemas de sua vida cidadina com mais satisfação, uma vez que os seus dirigentes estavam tentando realizar aquilo que em remoto passado fôra um sonho.

No dia 5 de outubro de 1910, foi, na presença do Presidente Dr. João Machado, assinado o contrato da iluminação elétrica da Capital, pelos Engenheiros Alberto San Juan e Tiago Monteiro.

No ano seguinte, no dia 23 de maio, chegou o navio "Paranaguá" trazendo consignada à firma Moreira Lima & Cia., desta praça, a primeira remessa de postes para a iluminação elétrica da cidade.

Em seguida, a 16 de maio de 1911, aporta ao nosso ancoradouro o vapor alemão "Nessovia", com outra remessa do material destinado a êsse serviço.

Entrementes, foi inaugurada a iluminação a acetilene, no Quartel de Polícia, e Escola de Aprendizes Artífices, anexa ao mesmo prédio, na atual Praça Pedro Américo.

Ficou concluído o prédio para a Usina de Luz Elétrica, no Tambiá, em 1.º de dezembro de 1911. A chaminé que teria 43 metros de altura estava em vias de conclusão.

Na mesma data, foram iniciados os serviços de montagem da maquinaria.



Segunda Casa da Pólvora, construção do séc. XVIII, ano de 1708, quando governava a Capitania João da Maia da Gama.

Afinal, com as mais justas alegrias da população, efetuou-se a inauguração da luz elétrica, em 14 de março de 1912.

Às 7 horas da noite, na Usina do Tambiá, o Presidente Dr. João Machado e o secretário Dr. Pedro Pedrosa, foram recebidos pelos Drs. Tiago Monteiro, empresário e João de Lira Tavares, fiscal.

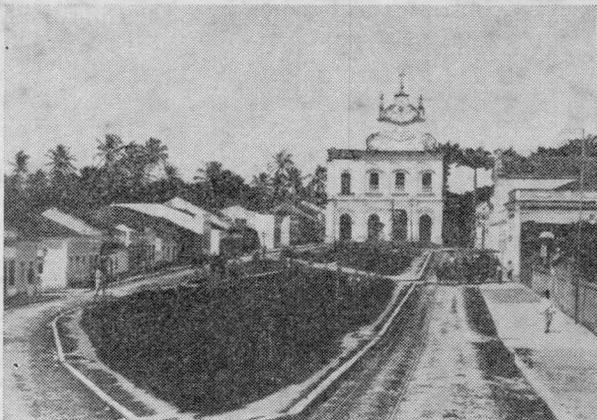
Diante do respectivo quadro distribuidor, aquele eminente homem de governo ligou a chave geral, correndo um frêmito de entusiasmo entre todos os presentes quando a sala e a cidade se iluminaram.

Nessa ocasião, ouviram-se os acordes da banda de música policial, sendo queimada uma salva de 21 tiros.

Falando aos seus conterrâneos disse o Presidente João Machado “da

sua sincera mágoa de não ter ao seu lado aquele outro paraibano tão amante de sua terra, porém, já desaparecido: o Senador Álvaro Machado, para juntos terem a ventura de ver estampada na fisionomia de todos a satisfação pela realidade do sonho tanto tempo acalentado.”

A máquina motora era do fabricante “R. Walf” de Magdeburg Bukan, tipo D.C.D.E. Locomóvel *compound*, condensação a vapor superaquecido, desen-



Praça das Mercês — 1910. Iluminação a querosene e bondes a burro.



TEATRO DO ESTADO — Paraíba do Norte — Brazil.

1902 — Vetusta Praça Cel. Bento da Gama. Local conhecido pelos contemporâneos por Campo do Diogo. O prédio ao fundo, onde na época funcionava o Teatrou do Estado, foi, todavia, construído para o Teatro Público, em 1853.

volvimento, 500 H. P., podendo, temporariamente, trabalhar com 10% de sobrecarga.

A ligação da geradora era direta, por meio da junta elástica *Zoodelvoith*.

A chaminé toda de ferro, montada sobre alvenaria, tinha a altura de 43 metros.

A água necessária para a alimentação e condensação era captada no Rio Padre Antônio, em poços adrede preparados, sendo elevada, por bomba, ao reservatório junto à usina.

O gerador elétrico, com a capacidade de 420 kilo-wolt-ampère, trifásico de 6.000 volts, 50 períodos montados no mesmo eixo da excitadora.

O quadro de distribuição era todo de mármore, dividido em 4 seções.

O material elétrico foi construído e fornecido pela "Allgemeine Elektrizitäts Gesellschaft", de Berlim.

Os serviços de montagens estiveram a cargo do engenheiro germânico Carl Lehmann, ajudado pelo sueco Rodolf.

A rede foi projetada e construída na cidade, dividida então em 8 zonas.

O primeiro prédio público a ter iluminação elétrica foi a Imprensa Oficial.

A sua inauguração foi em 16 de março de 1912. Nessa ocasião, usaram da palavra os tipógrafos Ulisses de Oliveira e Francisco Sales. Respondendo, o Presidente João Machado falou da sua satisfação pelo modo por que se vinha traduzindo o seu programa administrativo.

Ali então foram instaladas 29 lâmpadas de 22 velas e, na sala da redação da "A União", um lustre com lâmpadas de 50 velas.

Dos templos católicos da cidade, foi o Mosteiro de S. Bento, quem teve a primazia da instalação da luz elétrica, por ordem de D. Gaspar, prior, pela Empresa Tração, Luz e Fôrça. Na noite da inauguração, em 21 de julho de 1912, no alto da fachada da igreja, brilharam as lâmpadas de côres formando a legenda beneditina: PAZ S. B.

CAPÍTULO VIII

AGUA — ANTIGO ABASTECIMENTO

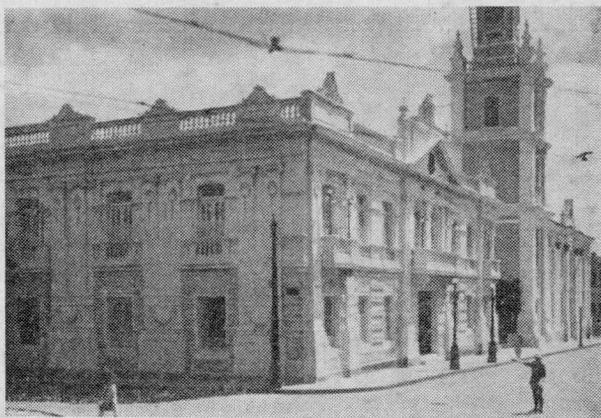
A água, elemento da vida, é parte integrante do remoto triângulo da sobrevivência das populações, do qual nos falam antigos físicos, antecessores dos modernos sanitaristas.

Pelas crônicas dos primeiros dias da cidade, deduz-se que o abastecimento d'água da então resumida população, provinha de uma fonte que servia aos primitivos moradores. Pertencia ao sítio do Padre João Vaz Salém, primeiro vigário da Freguesia de Nossa Senhora das Neves, sob cuja invocação foi fundada a cidade, tendo sido doado "*pela Câmara, Capitão-Mor, Provedor, Almojarife da Fazenda e o Povo*" aos padres de S. Bento, em 19 de setembro de 1599.

Era condição da referida doação: "*de qual fonte lhe dão a terça parte da area do posso que está feito, que em tempo algum não façam outro posso mais fundo nem outra bemfeitoria que faça prejuizo á dita agua, nem tapem nem tolhão ao povo, salvo a dita terça parte que lhe cober, servindo-se o dito posso com caldeirão.*"

Pelo que se tem notícia, só no comêço do século passado é que essa fonte ficou conhecida por "Bica dos Milagres".

Para situar um horripilante crime que alarmou a cidade, em 31 de julho de 1801, Irineu Pinto fala no seu "Datas e Notas" naquela vertente, então já denominada dos "Milagres".



Palácio do Governo. Nota-se a ausência da Igreja da Conceição dos Militares, restando da mesma, apenas, a tórre, já completada no estilo primitivo pelo Presidente João Pessoa, em 1929.

O emérito historiador, Professor Coriolano de Medeiros, lembrou-nos que, em tempos recuados, existiu um “caminho das cacimbas”, servindo por séculos aos moradores da cidade.

Esse caminho, que se vê na planta mandada levantar pela direção do Mosteiro de S. Bento, em 1692, servia para delimitar o então patrimônio daquela Instituição, bem assim as vertentes d’água da cidade.

O trabalho foi executado por Manuel Francisco Granjeiro, capitão piloto.

Identifica-se, positivamente, ser essa a denominação primitiva da antiga Ladeira do Rosário. Aliás está na dita planta bem legível: “estrada que vai das *cacimbas* até a porta da Igreja do Rosário dos Pretos” a qual descendo passava pela rua que depois se chamou das “FLÔRES”, indo terminar no *Portinho do Sanhauá*.”

Lá estavam situadas as cacimbas da velha cidade baixa, onde, segundo as praxes portuguesas, se tomava banho, aos domingos, a *dez réis*.

No período imperial, as primeiras notícias referentes às fontes urbanas, datam de quando Manuel Lôbo de Miranda Henriques, Vice-Presidente em exercício, sancionou a lei para vários serviços, inclusive a “*construção* de um *chafariz* na Fonte dos Milagres e reparos na do Gravatá.” Possivelmente, a idéia não passou do orçamento. Assim concluimos, em virtude do Presidente Frederico Carneiro de Campos, destinar, pela Lei n.º 18, que fixou as despesas para o ano de 1847, a importância de 200\$000 para aquêlê fim, quantia, na época, considerada exígua.

Na esperança de melhores dias, ficaram os moradores da pacata cidade até que, por ordem da Presidência, de 14 de novembro de 1848, foi contratada a construção de uma fachada na citada Fonte dos Milagres.

A partir de 1849, o povo se abastecia do precioso líquido que jorrava das duas torneiras de bronze, ladeadas por colunas de pedra, cujos capitéis, ligados entre si ao alto, eram rematados por uma cornija em semicírculo.

À semelhança das fontes portuguesas, de onde lhe proveio o estilo, tinha encimada entre as cornijas, no centro, a coroa com as armas imperiais em relêvo, e a data de 1849.

Infelizmente, para aquêles que amem qualquer traço que nos liguem ao passado da cidade, foi demolido e arrancado o brasão de armas do Império, segundo dizem, a mandado da diretoria do Colégio das Neves, sob pretexto fútil, talvez por se julgar proprietária daquele monumento.

O meu oportuno apêlo, no sentido de que se restaurasse aquela obra pertencente ao patrimônio da cidade, não teve eco; foi uma voz que se perdeu.

Sobram-nos razões para lamentar como se acha descaracterizado um dos poucos marcos que ainda nos restam do passado histórico da cidade. No comêço dêste século, era seu proprietário o secretário do antigo Conselho Municipal, Ceciliano da Silva Coelho, mais conhecido por *Cécéco*.

O sítio, em virtude do seu grande “tanque” era conhecido como um dos pontos de banho da cidade.

Posteriormente, passou à posse de Trajano da Costa Pessoa, sendo administrado por seu pai, o velho Tomasiño que jamais fazia questão, quando nos faltava o vintém para o costumeiro banho da tarde.

Quase ao findar o século passado, na infância, conheci outro “tanque” próximo daquele, no antigo e pitoresco caminho que, passando pela Bica dos Milagres, atravessava a Ladeira de S. Francisco. Trata-se do antigo *caminho das pedreiras*, citado nas cópias das sesmarias publicadas por Lira Tavares e que outro não é senão o caminho da caieira de Urbano Figueiredo. Dêle se serviu o Prefeito Guedes Pereira para abrir a Avenida Miramar, atual Gouveia da Nóbrega.

Era uma construção singela, coberta de telhas. Lembro-me, ainda, do seu formato já clássico: quadrangular, de lajes brancas. Assemelhando-se às modernas piscinas, teria, mais ou menos, três metros de comprimento por outros tantos de largura, ficando a superfície das águas, no nível do solo, para as quais se descia por uma escada de lajes calcárias. Pertencia, naquela época, ao português, Manuel Pereira da Cunha, antigo proprietário da Fábrica de Cigarros “Apolo”.

Independente do tamanho do banhista, cobrava-se 20 réis por pessoa.

Posteriormente, aquela vertente foi fator importante na montagem da Fábrica de Gêlo e Mosaicos S. José, levada a efeito sob o contrôlo financeiro do Cel. Luís Lucas de Melo, quando a inaugurou, em novembro de 1902.

Para matar as saudades, demorei-me, ali, certo dia, visitando os “pagos” da infância. Quase nada resta do passado. Só a paisagem resiste, ainda, aos ímpetos destruidores do homem. Contudo, lá encontrei o mesmo veio d’água, embora represado, agora, num cacimbão de cimento, servindo à lavagem dos animais empregados na tração dos produtos de indústria, lá instalada pela firma Soecia.

É lógica, pois, a identificação daquela zona pela denominação de “Tanque”, oficialmente reconhecida, pelas placas da rua e do beco. Gomes Jardim situa, em 1808, na antiga ladeira do Convento de S. Antônio, a falada Rua do Tanque e o Beco como sendo o atual de “Zumbi”.

A localização daqueles “tanques” se explica, naturalmente, por se encontrarem geralmente “olhos d’água” nos terrenos baixos circundados de morros.

A Fonte dos Milagres e os falados “tanques” pertencem ao lençol d’água, por infiltração, do alto das colinas, onde fôra edificada a cidade e em cujo sopé se encontram.

A cavaleiro daquela, no outro lado, a leste, se acha a Fonte de S. Antônio, edificada na base da mesma colina, em 1717, e privativa dos religiosos de S. Francisco.

A população não se utilizava de suas águas, excetuando-se nos anos calamitosos, quando foram instalados hospitais de emergência, no convento.

Talvez seja a mais remota notícia que se tem, referente ao abastecimento d'água na cidade, por encanamento.

Governava a Província, Basílio Quaresma Torreão, quando foi sancionada a lei orçamentária para o período de julho de 1837 a junho de

1838, na qual se destinava a importância de "um conto de réis" para o encanamento e condução das águas do Tambiá Grande, para o lugar do Tanque desta cidade."



1903 — Estrada do Carro, moderna Rua Barão do Triunfo. À direita, o "Recreio Vale Quem Tem" botequim afamado da época.

Outras vertentes apareceram, e outras tantas fontes se tornaram de utilidade pública.

A Fonte do Gravatá, construída mediante contribuição do povo, embora sob administração da Câmara Municipal (deliberação da Provedoria da Fazenda, de vinte de maio de 1781 e

expediente de 20 de outubro de 1784, consubstanciado na ordem da Junta, de 20 de agosto de 1785). O seu formato era de um quadrado murado de pedra com cornijas, ficando a superfície das águas abaixo do nível da rua e tendo torneiras de bronze com lavôres nas três faces das paredes de leste, norte e sul. No paredão do lado oeste, servindo de frontão mais elevado, ostentava as armas imperiais em pedra de cantaria. Nessa parede, estavam colocados os canos de esgôto das águas servidas.

Segundo dados oficiais de então, foram despendidos, pelos cofres da Província, nos anos de 1842 a 1860, com reparos na mesma fonte, a importância de 4:020\$340. Nessa importância se incluíam as despesas concernentes aos canos de ferro, ali montados pelo Engenheiro Francisco da Silva Retumba, em 1858, por ordem do Presidente Rohan.

Quando aqui, acidentalmente, dirigiu os serviços da Saúde Pública, um jovem sanitarista ordenou o aterramento daquela fonte. E êsse atentado à tradição foi sancionado pela Diretoria de Obras Públicas do Estado!

Lá estêve, também, montada, em 1922, uma bomba a motor para o serviço das estacas de cimento-armado, quando então se construía o mal-fadado ancoradouro da Capital.

Lamento, ainda hoje, aquela ordem que destruiu uma jóia da arquitetura seiscentista, marco representativo de uma época que jamais deveríamos esquecer. Nada foi poupado! Nada se guardou! Nem os

lavôres de bronze e de pedra, nem a coroa de armas imperiais, nem a placa de bronze ali aposta, quando dos reparos ordenados pelo Barão de Abiaí! A picareta irreverente dos modernistas tudo arrasou e o fogo completou a sua obra reduzindo-a a cinzas.

A Bica do Tambiá, outra vertente nativa sôbre a qual corria poética lenda: Aipré, virgem Potiguara, filha de cacique, teria amado um guerreiro inimigo, Tambiá, valente cariri, terror da Borborema, aprisionado por seu pai o qual, de acôrdo com as leis da guerra, a ofertara ao prisioneiro, como “espôsa da morte”. Assim, correu Aipré para o lado do ferido inimigo que já lhe havia roubado o coração. Debalde tôda a ciência do Pajé! A alma de Tambiá libertou-se. Tôda a nação indígena rendeu honras ao grande guerreiro, occulto no centro daquela floresta. Aipré chorou sôbre a tumba do amado, durante 50 luas, tendo as suas lágrimas originado uma fonte que, desde então, tomou o nome do seu amante o valente Tambiá. Muitas vêzes as lendas são mortas pela História, embora a sensibilidade popular guarde, pelo tempo a fora, aquela fragrância esquisita, como fica impregnado de perfume um velho lenço que se usou...

E assim aquela vertente foi servindo ao povo até que uma ordem emanada da Provedoria da Fazenda, datada de 2 de março de 1782, autorizou a edificação da Fonte do Tambiá, à custa de donativos e contribuições do povo.

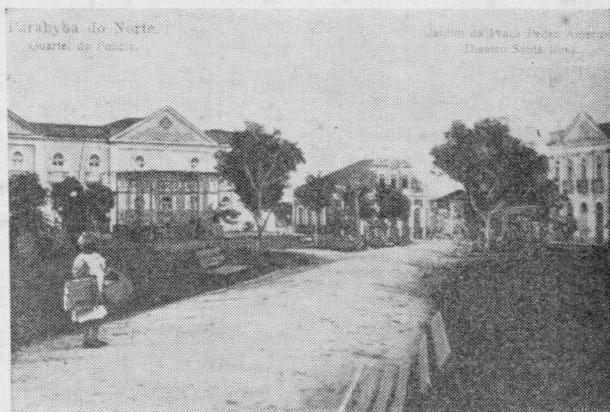
Em 2 de abril de 1831, a Fazenda Pública da Província, aumenta o seu patrimônio adquirindo, ao Vigário José Gonçalves de Medeiros, por 540\$000, 90 braças do terreno onde a “*dita fonte ficava no meio das ditas braças e fundos de extensão de igual 90 braças*”.

A sua avaliação no juízo civil, em 9 de setembro de 1839, foi de 3:000\$000.

É provável que alguma parte da importância de 5:000\$000

destinada, no orçamento do ano de 1842, aos reparos dos chafarizes da cidade, tenha sido nela aplicada.

O Dr. Flávio Clementino da Silva Freire, no ano de 1855, também se refere à Gravatá e Milagres “*que abasteciam água potável esta capital*”.



1912 — Aspecto do centro da cidade. Praça Pedro Américo.

Até então estariam todos os chafarizes da cidade a cargo da Câmara Municipal, por onde corriam os gastos com os respectivos reparos. Depois, em virtude do ato adicional que determinou a separação das rendas, passaram as despesas de consertos a ser pagas pelos cofres da Província.



Palácio do Govêrno, após reforma arquitetônica executada pelo então Governador General Dr. Camilo de Holanda — 1917.

Com essa fonte, durante os anos de 1843 a 1881, foram pagos, reparos na importância de 1:807\$590. O Presidente Gama Rosa, em 1889, ainda reconstruiu-a, tendo sido restaurada e melhorada no govêrno de Solon de Lucena, pelo Prefeito Guedes Pereira.

Atualmente, no local da primitiva floresta, que a lenda mencionou, situa-se um dos mais belos logradouros da cidade — o Parque Arruda Câmara — construído durante a eficiente

administração do Prefeito Guedes Pereira. Ali, felizmente, ainda se encontra a tradicional fonte, hoje, motivo ornamental do parque, embora já se encontre mutilado o escudo de pedra onde estariam as armas imperiais.

Surge com Pais Barreto, em 1854, a idéia de um encanamento d'água, do Riacho "Marés" até a cidade, a qual foi desprezada em vista do alto custo da obra, superior às rendas da Província.

Em 1855, o Vice-Presidente Flávio Clementino da Silva Freire, talvez *falando por falar*, à Assembléa, pede autorização para contratar aquêlê serviço "*que só poderia ser executado por companhia particular*", para trazer à cidade "a água excelente e abundante do Riacho "Marés". Sômente em 1860, foi afinal votada a Lei n.º 1, verdadeiramente número um, das que se tem notícia, autorizando o govêrno a incorporar uma companhia com tal finalidade. Santos Coelho Filho, no seu "*Respingando a História*" presume o fracasso da iniciativa "*talvez pela ponderação do Presidente Rohan de que era preciso averiguar em que proporção as águas do dito riacho diminuiriam na estação sêca*".

* * *

Servindo à pequena parte da população do Bairro de Trincheiras e adjacências, a "Cacimba do Povo" ali se encontra até hoje.

A construção dessa fonte foi concluída no govêrno do Dr. Manuel Clementino Carneiro da Cunha. Era situada no Sítio "Riacho" que, somente em 1866, fôra adquirido pelos cofres públicos ao seu proprietário, o Capitão da Guarda Nacional João José de Almeida. Na escritura de venda existe a referência seguinte: "O Sítio "*Riacho*" com oitenta braças de frente contadas para o norte da vertente que existe ali, e quarenta braças no rumo norte dêste paralelo ao riacho que serve de limite ao sul, do qual lhe vem o nome." A fonte, era formada por um tanque de pedra calcária de mais de 2 metros de comprimento e pouco menos de um metro de altura do solo.

* * *

Paralelamente às necessidades da população em crescimento, foram descobertas mais vertentes e outras cacimbas foram cavadas e postas à servidão pública.

A Bica de Maria Feia, existia a "*oito braças e três palmos*" da cêrca do Sítio "*Cruz do Peixe*", localizada pela escritura de compra feita em 1865 pelo Tesouro Provincial, para ali ser instalado o Colégio de Educandos.

Pertencia a Francisco Gomes Marques da Fonseca e sua mulher D. Felícia Augusta e era assinalada por "*um marco de pedra calcária lavrada de quatro faces*", o qual, no lado nascente, confinava com a referida "bica".

Vicente Jardim, agrimensor do serviço público provincial, referia-se àquela fonte "*como sendo de boa água de beber e abundante para canos*".

A Câmara Municipal da Capital, em 1854, autorizada pela Lei n.º 9, de 12 de outubro de 1853, destinava a quantia de *quinhentos mil réis* "para melhoramento do arroio Tambiá Grande, onde dá serventia pública e com a *biquinha de Maria Feia*".

No comêço dêste século, porém, essa pitoresca designação foi esquecida, transformando-se em outra talvez mais pitoresca para o seu proprietário, o Sr. Aprígio Mindêlo.

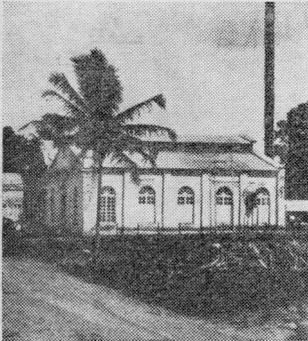
Conhecemo-la por Bica do Mandacaru, ou do Mindêlo, embora entre os membros daquela família e os seus íntimos fôsse mais conhecida por água do *Birreiro*.

Essa alcunha se justificava melhor porque ali existiu um frondoso birreiro, cujos frutos duríssimos eram apreciados no jôgo da carrapeta, pela gurizada da época.

Um pouco mais a leste da referida "bica", existiu outra vertente pouco conhecida, mas que conseguiu alguma importância, no *sistema antigo* do abastecimento d'água.

O Dr. Artur Quadros Colares Moreira mandou ali construir um poço, do que decorreu ficar conhecida pela cacimba do Dr. Moreira.

A cacimba da Jaqueira, pertencente ao sítio do mesmo nome, no passado, servia ao Convento de S. Bento. Situava-se quase no sopé da antiga



Usina de energia elétrica, inaugurada em 1912, no Tambiá. Fotografia tomada do lado leste.

Ladeira de S. Bento, depois da Catedral e atual da Borborema. Do lado direito de quem sobe, outra não seria senão a fonte citada na sesmaria concedida no governo de Feliciano Coelho de Carvalho, em 21 de janeiro de 1595, ao Padre Damião da Fonseca e que, em 1904, quando a conhecemos, pertencia aos terrenos do patrimônio do citado convento. Dali, saíam os jumentos carregados com quatro barris da saborosa água que era vendida à razão de 200 réis, aos moradores da Rua da Areia e arredores.

Ainda recorro as pitorescas alcunhas dos *aguadeiros* da minha zona: Massú, Zé Buchinho, Antônio Pepé e João Pinga Fogo.

Ao tempo, eram também conhecidas as cacimbas que vendiam água e banhos: a do Dr. Cícero Brasiense de Moura, na Rua da Tesoura; a de José Holmes, na Rua da Gameleira; a do Dr. Belino Souto, na Rua da Palmeira; a de Maroca Estrêla, situada no quintal de sua residência, na Rua das Trincheiras, cujo portão saía no Passeio Geral; a de Joca Marinheira, na Rua 13 de Maio e a de Manuel Lopes de Melo, na antiga Rua da Lagoa de Detrás, atual Diogo Velho.

Não obstante tentativas isoladas, uma espécie de cortina desceu sobre os esboçados projetos de canalização d'água para a cidade, até os fins do século dezenove.

Surge, porém, uma esperança no governo de Álvaro Machado quando, em 24 de abril de 1895, é publicado o edital de concorrência às obras do esperado encanamento.

Afinal foram contratados, em 30 de maio daquele ano, pelos capitalistas e negociantes matriculados em Pernambuco e Maceió, os Srs. Comendador José Vitorino de Paiva, Adriano de Oliveira Maia, João Antônio Loureiro, sob a razão social de Adriano Loureiro & Cia.

Prèviamente, foi visitado o local nas "Marés", pelos contratantes Loureiro, e o Engenheiro Sá Freire acompanhados do diretor das Obras Públicas, Antônio de Figueiredo Carvalho, onde procederam aos estudos preliminares do referido curso d'água.

As condições contratuais seriam o fornecimento d'água, com penas de 400 metros diários, ao custo de 266 réis, preço êsse inferior ao custo de uma carga d'água de 60 litros que então estaria sendo vendida das fontes.

A emprêsa, ainda pelo contrato, instalaria mais chafarizes públicos na cidade, onde forneceria água à razão de 20 réis o balde de 16 litros.

Ainda dessa vez, não se realizou o tal empreendimento.

Em 1889, o Presidente Gama e Melo, seguindo Alvaro Machado no projeto d'água, faz ciente à Assembléia, da fundação em Manchester, Inglaterra, da "Parahyba Water Company". São seus incorporadores os diretores da Casa Fieldn Brother, Srs. C. Hodgson & John Coks. Era uma notícia alvissareira, de vez que a citada companhia já adquirira as propriedades constantes do projeto e esperava, tão-sòmente, a vinda do necessário material para dar comêço às referidas obras.

Paralelamente, àquela comunicação, o Engenheiro Herculano Ramos, representante aqui da "Parahyba Water Company" adquirira a D. Maria da Glória Aranha a propriedade "Jaguaribe de Baixo" na qual se encontravam as vertentes de Cruz das Almas, por 3:000\$000, em 3 de abril de 1899. Ainda no mesmo ano, em novembro, foi efetivada a compra do terreno de propriedade de Felismino Lopes da Silva, pela quantia de 400\$000 réis.

Contudo, nada ali foi feito nem nenhum maquinismo foi instalado. Mais uma desilusão tivemos com a "Parahyba Water"!

Quando do Segundo Império, aqui estivera o Engenheiro-militar, João Claudino de Oliveira Cruz, estudando melhoramentos a serem introduzidos na capital. De um documento firmado por aquêlê profissional extraímos: *"em distância, relativamente pequena, existem algumas fontes e bem assim rios, cujas águas em alguns preenchem as condições necessárias; entre as primeiras citaremos a Fonte do Tambiá e entre os últimos os Rios Marés, Macacos e Jaguaribe."* *"Em segundo lugar essa água adquirida por elevado preço não oferece a menor garantia. Pela falta de cuidados de alguns proprietários de cacimbas, não podem algumas preencher as condições exigidas às águas potáveis."*

* * *

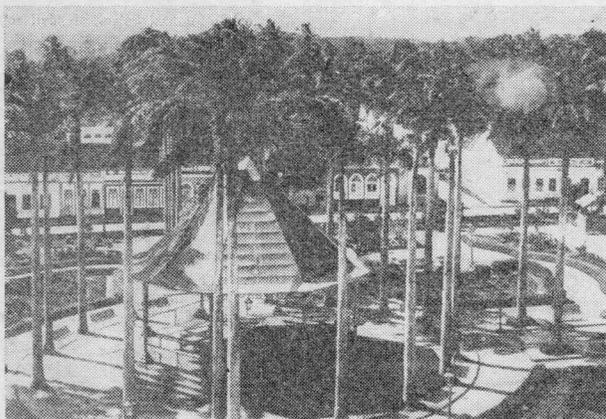
Raiou o século XX e com êle as esperanças surgiram novamente. Como vimos, Alvaro Machado não conseguira realizar, no seu govêrno, em 1894, o serviço de encanamento d'água. Porém, com as poucas finanças daquela época, levava a efeito uma experiência bem sucedida. Mandara perfurar um poço no comêço do antigo caminho dos Macacos depois "Rua Borges da Fonseca" e atual "Pedro II". Colocada uma bomba com a respectiva caixa d'água, teria a finalidade de abastecer o Palácio do Govêrno e também regar o Jardim Público, pois que ali, por muito tempo, fôra visto uma *águia de cimento* jorrando água por uma torneira aposta no bico da mesma. Chegamos à conclusão de que aquêlê



Cacimba de onde era retirada água, por meio de bomba, para a rega do Jardim Público, usada até 1912.

pequeno abastecimento jamais passara do jardim e dos seus quatro charizes, atualmente soterrados.

E tanto era assim que recordei ter visto, certo domingo de 1903, o Desembargador Peregrino de Araújo, saindo do Palácio, com toalha no ombro, para banhar-se lá onde demora, ainda, um portão com arco de ferro no alto do qual se lê: Dependência do jardim. Construído por iniciativa do Exmo. Presidente Dr. Álvaro Machado — 1893.



1910 — Antigo pavilhão do Jardim Público, construído em 1879. Hoje, no local, foi erigido o monumento a João Pessoa, na praça do mesmo nome.

Este detalhe testemunhado individualmente, mostra-nos o estado de penúria em que viveu a nossa cidade, por muitos anos, no setor do abastecimento d'água.

Seria possível que a coletividade paraibana assim continuasse, indefinidamente, banhan-

do-se aos domingos, nas águas do Jaguaribe, dos Macacos e nos pitorescos banheiros do Mandacarú? Isso somente para lembrar a higiene da nossa vida passada.

E fomos vivendo de esperanças.

No ano de 1905, o Dr. Francisco Alves de Lima Filho, médico conterrâneo, espírito empreendedor e estudioso dos nossos problemas, conseguiu canalizar a água de um poço no Rogers que, por força da gravidade, descia a Ladeira de S. Francisco até à sua residência, na Rua da Areia. No portão de sua casa que dava para a Rua S. Pedro Gonçalves — hoje Pe. Antônio Pereira, por algum tempo, foi vendida a lata d'água de 18 litros a 40 réis.

Só dissabores lhe trouxera aquela experiência. A caixa d'água que mandou construir, mais ou menos, junto ao novo seminário, na atual Rua Joaquim Nabuco, antiga da Aurora, rebentara, correndo as águas pelo Tambiá, em demanda da *Rua Santo Elias*, pelo que os moradores se apavoraram.

Em agosto de 1906, os proprietários das conhecidas cacimbas do *Sabino e do Amorim* avisam ao público que, pelo mal costume de alguns aguadeiros venderem água de péssima qualidade dizendo tratar-se das

nossas, resolvemos, a bem da higiene, desta data em diante marcar os barris e etiquetar as rôlhas dos mesmos.

Afinal, pelo Decreto n.º 288, de 15 de fevereiro de 1906, o govêrno de Monsenhor Walfredo Leal considera caduco o contrato celebrado, em 5 de setembro de 1895, com os Engenheiros Samuel Jonas e Herculano Ramos para o abastecimento d'água desta capital.

Depois do dia 17 de fevereiro dêsse ano, é expedido o Decreto n.º 289, que considera caduco, também, o contrato celebrado no mesmo sentido, com os Srs. Adriano Loureiro & Cia., assinado em 25 de março de 1895.

Pelo artigo 2.º dêsse decreto, ficou pertencendo ao Estado a caução de 5:000\$000 recolhida ao Tesouro em vista das multas impostas aos mesmos contratantes, desde 1.º de abril de 1896, até a presente data.

Antes porém da caducidade daqueles contratos, Álvaro Machado, em vista dos contínuos fracassos das tais emprêsas, em janeiro de 1906, visitou, em companhia de Monsenhor Walfredo Leal, Isidro Leite, Neiva de Figueiredo, Miguel Rapôso, Artur Moreira, Emílio Kauffman, Aprígio Mindêlo e Ernesto de Gouveia Monteiro, as vertentes da cidade.

O projeto de autoria do Dr. Miguel Rapôso que fôra apresentado no govêrno de Monsenhor Walfredo Leal, em 1907, era baseado nos estudos feitos, no ano anterior, por ordem de Álvaro Machado que, desde sua primeira administração, vinha "com denodo" se batendo para concretizar aquêlê melhoramento imprescindível à vida da cidade.

A administração Walfredo Leal manda, afinal, publicar edital de concorrência para execução daqueles serviços. Duas propostas foram apresentadas: dos Srs. Jones & Jonhson e Francisco Barreto, engenheiros residentes em Pernambuco. Em decorrência, é expedido o Decreto n.º 350, de 6 de novembro de 1907, concedendo aos Engenheiros G. Robert Jones e Edward Jonhson autorização para instalarem os serviços de abastecimento d'água e esgôto nesta capital.



Antigo Beco do Salvador, atual *Rua Santo Elias*, que liga o Bairro do Tambiá a Lagoa, presentemente, Parque Solon de Lucena. Aspecto tomado em 1920.

Não chega, porém, o govêrno a assinar o contrato com aquêles engenheiros, em virtude de não ter ficado de acôrdo com certas cláusulas por demais onerosas à economia pública.

Assumindo o govêrno, o Dr. João Machado, médico com tirocínio na capital da República, de início, viu que a cidade não poderia continuar exposta às conseqüências da falta dum abastecimento d'água potável, desde muito reclamado por sua população.

Decerto, João Machado teria sido influenciado pela vontade animadora daquele querido irmão cuja memória a posteridade cultua com um monumento mandado erigir, por um grupo de amigos, quando do govêrno Camilo de Holanda, em frente ao Palácio do Arcebispado.

Daí ter tomado a iniciativa de, com os próprios recursos do Estado, pôr em execução o citado projeto de Miguel Rapôso, dando comêço às obras preparativas em 17 de junho de 1909.

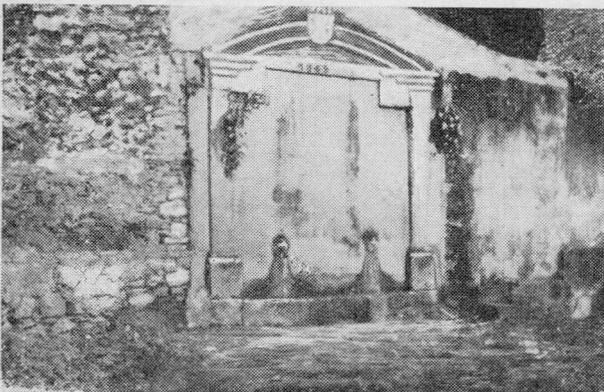
Iniciaram-se, então, os serviços de saneamento da bacia do Jaguaricumbe, virgem talvez, desde os primórdios da fundação da cidade, de limpeza e escoamento das águas que ali se encontravam em quase estado de estagnação.

Sem intuitos comparativos, evocamos as cifras dos bons tempos de quando se construía o poço n.º 1, ainda existente lá no *Buraquinho*.

As despesas realizadas até a conclusão do mesmo poço teriam sido de 5:303\$820, sendo 2:503\$870 com pessoal e 2:799\$950 com materiais, inclusive um motor a petróleo e bomba de 2 polegadas, única de maior diâmetro encontrada no nosso comércio, pelo custo de 1:699\$170.

Apanhada a primeira amostra d'água do referido poço, foi enviada ao exame dos laboratórios do Rio de Janeiro e de S. Paulo.

Das análises n.ºs 345, do Estado de S. Paulo, e 64.674 feita em 23 de dezembro de 1909, no Laboratório Nacional, pelo Dr. Borges da Costa, omitimos as colunas dos teores químicos para sòmente anotar as três palavras animadoras que deram lugar à realização do sonho dos progressistas governos dos irmãos Lopes Machado: *É água potável!*



A remota "Bica dos Milagres", construída na nascente natural, encontrada na "roça nova" dos terrenos doados aos franciscanos, nos primeiros dias da fundação da cidade. Reconstruída em 1849.

Em janeiro de 1910, deu-se comêço aos serviços de limpeza da bacia do *Buraquinho*, abertura de valas no Jaguaribe e nos Macacos.

A 24 de fevereiro, vem ajudar ao Rapôso o Engenheiro alemão Vítor Kromenaker que constrói os poços 2 e 3 e inicia o de n.º 4.

Para prosseguir-se num ritmo de trabalho eficiente, foi anulada a compra, por intermédio da firma Alberto Cerf, desta praça, de um *pulsômetro* e caldeira própria para escavação dos poços.

Na vizinha praça do Recife, foi adquirido um motor de 6 cavalos e um *pulsômetro* que teria sido usado nas obras de captação d'água daquela cidade, pela quantia de 7:380\$400 inclusive 955\$200 do transporte para a "Great Western". As despesas no primeiro semestre importaram em 25:627\$290, sendo de material 13:006\$040 e de pessoal 12:621\$250.

Se o govêrno tomou a deliberação e o encargo de tal melhoramento de que tanto necessitava a população cidadina foi mais uma questão de nativismo, porque diziam os derrotistas: o Estado não se encontrava naquele tempo financeiramente forte para obra de tal envergadura.

Porém, João Machado não desanimou e não tomou conhecimento das novas propostas de Jones & Jonhson.

O Engenheiro Dias Cardoso havia também apresentado proposta, porém, com elevada garantia de juros exigida para o capital, pelo que não foi aceita.

Ainda vieram os Srs. Rosa Borges & Cia., e Burle de Pernambuco, cujas semelhanças de propostas pareceram ter sido organizadas em colaboração. João Machado foi um verdadeiro e honesto guardião das rendas públicas e da economia de seus concidadãos.

Em novembro de 1910, ainda estiveram nesta cidade, os Srs. W. D. Forbes e Francis Write que, sôbre o assunto, conferenciaram com o Governador João Machado.

Proseguiram as obras. O govêrno mandou pagar, em 16-11-1910, aos negociantes de Hamburgo, Jok Berenbug Gossler & Cia., por intermédio de Kronck & Cia., representante nesta cidade do London Brazilian Bank Limited a quantia de 32:625\$000 igual a 25.000 marcos, na época, e correspondente a primeira prestação da encomenda de canos de ferro.

As caêdeiras e outras máquinas, assim como a tôrre hidráulica, foram encomendadas, em 21 de novembro de 1910, a James Simpson & Cia., 153 Quinen Victoria Street London, pelo preço aproximado de 3.842 *libras esterlinas*, pôsto a bordo Glasgow, Liverpool.

Em 22 de março de 1911, por intermédio de Moreira Lima desta praça, foi mandado pagar a James Simpson & Cia., £ 1.300 que ao câmbio de 15¾ corresponderam a 19:970\$380, como prestação daquela encomenda.

Chegou a barca "Randy" que trouxe o primeiro carregamento de canos para a rêde de abastecimento, em 8 de abril de 1911.

Em seguida, no dia nove do mesmo mês, foi descarregado do vapor alemão "Sieglinde", grande carregamento destinado, também, ao abastecimento.

8 de abril de 1911: nesse dia, com expressiva, simples e encantadora festa foi, com a presença do Dr. João Machado, inaugurada a chaminé da casa de máquinas do abastecimento.

A chaminé, com a altura de 28 metros, era formada de uma base de cimento de 3,50m x 3,50m com o diâmetro de 1,36m e seções verticais de 4 metros diminuindo, cada 15 centímetros em seu diâmetro.

Naquela ocasião, o Dr. Ascendino Cunha, brindou o governo, o engenheiro construtor, os operários e a população da cidade.

Até o dia 1.º de julho, estavam assentados os tubos condutores da rêde tronco que, partindo das bombas da casa de máquinas, seguia pela nova Avenida Central — atual João Machado, e iam até ao ponto destinado à caixa d'água distribuidora da cidade.

Foi paga a última prestação de £ 2.146, 11 *shillings*, e 7 dinheiros, que corresponderam, na mesma moeda, a 32:135\$920, aos mesmos citados Jok B. Gossler de Hamburgo, fornecedores das ferragens destinadas aos serviços d'água em vias de conclusão.

Também forneceram material para o abastecimento, por intermédio da firma Alberto Cerf de nosso comércio, a Cia., de "*Compteurs e Material d'Usine*" — Paris e Limon, Israel & Cia. de Hamburgo.

A casa James Simpson, de Londres, manda um engenheiro que aqui desembarca do vapor "Matador", juntamente com a *tôrre hidráulica*, para montá-la e fazê-la funcionar.

Mr. James, que era o referido engenheiro, pouco afeito a êsses serviços, em país tropical, aqui estêve acamado em 12 de março de 1912 com acesso febril, no Hotel Central, onde estava hospedado.

Até que chegou o venturoso dia 21 de abril de 1912, data da inauguração do tantas vêzes esperado abastecimento d'água.

A usina situada na antiga passagem do Rio Macacos ficou assim disposta: duas máquinas horizontais, sistemas "*Wartington*", de tríplice expansão com condensador de superfície resfriado pela própria água da distribuição, elevando 30 litros por segundo à altura de 80 metros, a 3.500 metros de distância.

A segunda seção possuindo caldeiras, multitubulares "*Babcock & Wilcox*". A montagem estêve a cargo do maquinista conterrâneo João de Barros, auxiliado por Lourenço de Sousa, sob a direção do Engenheiro inglês William Game.

Foram empregados 21.800 metros de tubos de aço, ficando situada a *tôrre* com o reservatório, na atualmente chamada Avenida João Machado.

Seria de 116 metros cúbicos, a capacidade do referido reservatório.

Aquêlê dia significou, por fim, a objetivação da idéia de dotar a cidade com um modelar abastecimento d'água.

Às duas horas da tarde, o Dr. João Machado punha em movimento as bombas, por meio de válvulas da máquina a vapor.

Subiram ao ar os foguetes, traduzindo a alegria natural do povo.

Em seguida, falou o Dr. Miguel Rapôso que relembrou o grande sonho do Senador Álvaro Machado, desaparecido antes de ver realizado aquilo que tanto almejava para a terra que êle tanto quisera.

Também usou da palavra, em nome do Conselho Municipal e do povo, o Dr. Leonardo Smith que exaltou a importância e os benefícios advindos de tal empreendimento.

Finalizando a cerimônia, o Dr. João Machado afirmou que, não obstante os "momentos de desânimo" no início das obras, sempre confiara na inteligência e probidade de seus auxiliares, notadamente de Miguel Rapôso e Vítor Kromenacker, que se tinham atirado à luta, sem esmo-recimentos. Afinal, congratulou-se com a presença do povo ao qual entregava aquêle melhoramento.

E lá no *Buraquinho* está a Usina de Abastecimento de Água, funcionando até hoje, servindo uma população quatro vêzes maior que aquela para que fôra destinada.

CAPÍTULO IX

PERFUMES DE OUTRORA

De início a mulher primitiva, no seu afã de agradar e seduzir, ter-se-ia voltado para a natureza selvática, espontânea e pródiga, na sua flora. Daí, talvez os seus primeiros atavios destinados a impressionar o sentido do olfato. Para trás ficou essa etapa. Já se condensa uma visão; as imagens já cobram nitidez; a mulher judia de Castela, nos séculos XII e XIII, assim como a andaluza, a sevilhana e a de Granada, descendentes dos mouros, dispunham, em larga escala, das artes de mimar o corpo, para deleite do espírito, com as fragrâncias advindas dos segredos industriais, graças à proximidade do Oriente, no seu desenvolvimento afanoso e refinado. A Toledo judaica teria começado a transformar-se numa Roma, Bizâncio ou Jerusalém do judaísmo ocidental; tanto que as mais preciosas e esquisitas essências, importadas do Oriente Próximo e do sul da França eram encontradas nas casas dos negociantes.

Os filhos de Salônica diziam que a espanhola medieval empregava “dez horas do dia para banhar-se, maquilar-se e perfumar-se a fim de conquistar o eleito do seu coração”. Depois de fazer uso dos óleos aromáticos, deixava à sua passagem um perfume suave, e por vêzes exótico, que traduzia a sua personalidade.

De nada serviu o dique, oposto pela Igreja, às influências e aos perigos do perfume, na sociedade do século XIV.

Com as ocasionais caravelas da descoberta e da conquista, atravessou o Atlântico o uso dos aromas finos, não obstante os naturais desta região já conhecerem as fragrâncias da *mangerona* e do *manacá*.

Quase nada encontramos para estabelecer o contacto do Extremo-Oriente, através dos mercadores portugueses, no que se refere aos perfumes, quando do estabelecimento das feitorias na cidade de Nagasaque, cêrca de 1542. É possível que os holandeses na Ásia Oriental e estabelecidos no Pôrto de Hirado, pelos idos de 1600, tenham sido os portadores das essências, por vêzes esquisitas, da terra do Sol Nascente. Aquela transmigração teria ficado limitada aos Países Baixos. Passou longo tempo até que os altos comissários nipônicos apusessem suas assinaturas no histórico documento, “que incluiu o Japão na grande família das nações, em 31 de março de 1854”, graças a um passe de magia diplomática do Comodoro Perry. E, sem dúvida, quando o primeiro *Saragota* da Marinha Americana, naquela missão arriscada, levou para Washington

o precioso documento, que seria ratificado, como o foi, pelo Presidente dos Estados Unidos, levaria em seu bôjo, com os presentes “de arroz, peixe sêco envolto em algas e cachorros de certa raça japonêsa”, as madeiras aromáticas da Ásia milenar. Não estaria ainda aparelhada a indústria



Fonte Santo Antônio, localizada no terreno do Convento Franciscano — 1928. No período chamado de grande sêca, em 1877, forneceu água à população.

dos perfumes americana para tirar partido daquilo que pesquisaram e aprenderam os conselheiros comerciais do Comodoro Perry, no país das cerejeiras. Foi a França quem, como notamos, já liderava a indústria das essências, maior proveito obteve daquele pacto.

Assim é que por nossas plagas apareceram, por obra do engenho industrial de L. T. Piver, de Paris, os perfumes Kananga e “Curiopsis du Japon”, que fizeram época e embal-

samaram os ambientes e os rendados lencinhos das sinhazinhas de então. Quantos romances não foram entretecidos, envoltos naquelas fragrâncias misteriosas de além-mar! O aroma reaviva as ilusões. Muitas vezes, ao sentirmos o odor suave da flor que foi esquecida, há longo tempo, numa gaveta, identificamos, pelo seu perfume, quem ali a teria deixado! E a ilusão, por momentos, põe-nos ao lado a visão de quem partiu para sempre, envôlta na fragrância do passado!

Depois, chegou a vez da Inglaterra, quando os grandes veleiros aqui aportavam, ancorando no “Varadouro” e descarregando, entre outras mercadorias, as criações de Atkinson, de Londres, que, já em 1880, eram as preferidas pelos apreciadores dos extratos que, se dizia, amornavam com suas emanções os recintos.

Por tradição oral e clichês nos jornais, lembramos: “White Rose” e Cravo Branco. Outros países ensaiaram o comércio dos perfumes com nossa terra, todavia, quase sempre, por intermédio da França. Quando da guerra dos sete anos, de 1766 a 1773, os oficiais franceses enviavam para Paris, durante a ocupação da cidade alemã de Colônia, o perfume *Água de La Regina*, que se tornou a conhecida *Água de Colônia*, por proceder daquela cidade, fabricada por Jean Marine Farine, herdeiro do primitivo inventor da fórmula, que foi passando de mão em mão para ser atualizada no produto nacional, assaz preferido. Outros vieram: Légrand,

com sua perfumaria Oriza, criador do produto *Oriza-oil*, de sua exclusiva fabricação, à *Place de la Madaline* n.º 11. Enchendo o comércio da cidade, de *Datura Indien*, viam-se, junto às essências, os sabonetes, o pó de arroz, a Água de Colônia, o óleo e a loção para o cabelo. Ainda tiveram vasta procura, por muito tempo, os *Sachets de oriza* solidificados — plaquetas elegantes, com a variedade de 16 perfumes, e o creme Oriza, que branqueava a pele, dando-lhe a transparência aveludada da juventude.

E a França não se descuidava. Os fatos de repercussão universal logo tiveram sua influência nas indústrias e no movimento dos mercados a conquistar. L. T. Piver nos mandou "*Bouquet*" da *Independência Brasileira*; e, Houbigan, o seu *Maria Teresa*. Inicialmente, não pudemos fugir à crença de que, na nossa vetusta Filipéia, teriam sido os boticários os primeiros introdutores das essências entre os seus contemporâneos. Pela analogia dos produtos, manda a lógica situar os perfumes nas prateleiras dos velhos boticários, que foram, não resta dúvida, os avoengos dos modernos laboratoristas. Era comum, no passado, adquirir-se nas farmácias as essências de bergamota, benjoim, alfazema e mil-flôres.

Houve uma tentativa da indústria perfumista ianque, nos fins do século passado e começos do atual, na nossa terra: é assim que "Colgate", na época, representante exponencial daquela indústria, lançou o seu "Éclat", que não conseguiu firmar-se e não passou das prateleiras dos negociantes e dos seus anúncios, nos jornais daqueles dias. Ainda no início do chamado século da luz, a nossa incipiente indústria do gênero ensaiou os seus primeiros passos, quando Eugênio Samico, de Recife, se aventurou no mercado com os tônicos *Camacan* e *Manacá* cujos rótulos patrióticos lembravam uma nova Iracema envolta naquelas flôres tão queridas dos irmãos de Pirajibe. Por êsse tempo, era aqui distribuído um pequeno jornal de propaganda da Perfumaria Beija-flor, do Rio de Janeiro e de imediato, a rapaziada da terra começou a usar *Priprioca*, esquisita criação daquela firma,



Fonte do "Gravatá", várias vêzes reconstruída nas administrações provinciais desde o século XVIII. Demolida em 1922.

Outro perfume de fragrância maravilhosa e infinita suavidade era *Peau d'Espagne*, de L. T. Piver, cujo sucesso se manteve inalterado por muito tempo. Até agora, é esquecido o nome do fabricante do antigo extrato Patchouli, que inebriou as gerações passadas, perdendo, aos poucos, o seu prestígio.

A essência desse perfume era extraída da raiz de uma árvore, fortemente aromática, originária da Índia. Estamos inclinados a crer que seria de produção francesa o citado perfume, desde que, há oito séculos, “as flôres da França perfumam o mundo” e a cidade de Grassi, debruçada sôbre o Mediterrâneo, vem mantendo o primado na fabricação dos óleos essenciais das rosas e dos jasmims, dos quais não prescinde nenhum perfume, por serem a base técnica de qualquer combinação, quer do passado, quer dos nossos dias. Os da minha geração recordarão, ainda, terem visto, nas páginas do conhecido Almanaque de Bristol, ou adquirido, na botica do Batista, talvez na do velho Rabelo, uma garrafinha da antiga Água de Flórida, de Murray & Lanman. Talvez, seja uma das poucas fórmulas norte-americanas, no gênero, que haja conseguido atravessar os tempos no favor do público e, ainda no presente, se veja exposta à venda nas vitrinas da Farmácia Central. Devemos sempre a Paris a remessa do que de melhor se fabricava ali. Apareceu Deletrez com *Le Trefle Encarnat*, secundando-o *Pinaud*, *Rigaud* e *Bivar*, com as suas novidades constantes de: *Trefle Royal*, *Imperial*, *Chypre Ideal*, *Andréia*, *Aglaiia*, *Cidália*, *Royal Begônia*, *Gardênia*, *Chimère* e *Violeta Fresca*, cujas fragrâncias os vates de então diziam lembrar o “cheiro de bondade”, a “essência da virtude” e o “perfume da inocência”, não esquecendo o “extrato da mocidade”.

Já que chegamos ao terreno da poesia, que é o perfume espiritual da vida, fugir não podemos a um passeio a êsse campo perfumado pela essência do espírito. Mansamente, vem-nos à lembrança, assemelhado ao faiscar da jóia, em ressalto sôbre o escuro do veludo, aquêlê sonêto de quem na vida foi “*padre, poeta e passarinho*”: Matias Freire.

Trabalha, pensador! devora o espaço, investe
As regiões ideais — lá onde reina o clima
Da eterna primavera — acima disto, acima
Do estrépito brutal, que mata como a peste.

Sê poeta! Crê na alma — até na do cipreste,
Que se balouça e geme, ao vento, quase rima
De um verso cujo som, vibrando, nos exprima
Alguna dor terrena, alguma luz celeste.

Perfuma tua vida! exalta o teu destino
Na estética do bem, nutrindo a sêde e a fome
De amor da humanidade, oh, gênio peregrino

Faz ao menos, enfim, um sonêto bonito
Onde caiba o universo, onde fique o seu nome
A fulgir, como o sol na glória do Infinito!

Poeta, sentiu e viveu derramando pela vida um perfume espiritual. Passarinho, gorjeou poesia por uma existência inteira. Padre, viveu dia a dia entre o missal e a prece, envolto nas espirais do incenso.

Prossigamos, então, na trilha, que situamos na lembrança das velhas marcas de perfumes que se evolaram no ambiente dos dias que se foram. Importa que Roger Gallet seja lembrado entre suspiros, pela maravilha da sua concepção, pela suavidade do seu *Fleure d'amour*. E que Coty consiga dominar o mercado, lançando sua criação *L'Origan*. Que, também, a Espanha entre em cena com *Myrurgia*, com os *Embrujos de Sevilha* e com *Madeiras do Oriente*, *Suspiros de Granada*, *Senorial* e *Promessa* que produzem na vida os ortodoxos encantos dos sonhos orientais. E que surja *D'orsay* com o *Chevalière*; que Rigaud não fique atrás, embal-samando os sentidos com a inefável fragrância de "*Un air embaumé*."

Todavia, não importa de onde provieram as suas legendas, pois que cumpriram o destino de suavizar os momentos angustiosos das gerações, conduzindo-as, pela anestesia dos sentidos, ao país da fantasia.

CAPÍTULO X

SENSIBILIDADE POPULAR

Não é fora de propósito evocar, aqui, algo do pensamento e do sentir dos naturais da Paraíba, quando findava o século XIX.

Devo explicar, porém, que não se trata de um estudo aprofundado no setor das superstições, o que importaria num desvio da rota traçada.

São meras recordações daquilo que encontramos fazendo parte de uma coletividade que não pudera fugir à fatalidade das influências marcantes dos antigos cultos trazidos pelos primeiros povos que aqui aportaram.

Os versos e as sentenças usadas pelos velhos curandeiros e benzedeiros, para curar os males do povo, que escutávamos quando criança, estão atualmente quase todos incorporados ao nosso folclore.

Então, nada sabíamos a respeito das tais fórmulas.

Depois chegou o tempo em que algo foi se formando em nosso espírito, quando assistimos uma preta velha benzendo uma *espinhela* caída...

E fomos lendo Rodrigues de Carvalho, um dos nossos pioneiros da pesquisa folclórica, e Alcides Bezerra, ambos magníficos guias situados nesse campo, onde estudaram as influências à luz da ciência e da lógica, do modo de profetizar do nosso homem do povo.

A confirmação disso tivemos muito tempo depois quando lemos Sílvio Romero, Fernando Pires de Lima e Carlos Teixeira, êstes dois últimos de Portugal.

Os naturais da Paraíba também tiveram os seus cultos e as suas superstições, assim como usaram a terapêutica nas suas moléstias, de acôrdo com as derivantes de seus ritos.

NOGELI, da Universidade de Gênova, afirmou: "*Le Brésil est un pays jeune et nous y trouvons encore les aborigenes avec leurs descendants, les traces des Hollandais, les crouances importées par les negres; toutes les idées de ces diferents peuples vont former peu à peu un amalgame dans lequel il sera difficile de se retrouveres.*"

País jovem, não resta dúvida que é um campo ainda fecundo de superstições.

Sondar os arcanos do futuro será, ainda, pelos séculos a fora a preocupação do espírito humano.

E dêsse interêsse do espírito é que provàvelmente surge o profetismo; já disse alguém: "o profetismo é comum mesmo na vida espiri-

tual, assim como a filosofia organiza as relações das coisas no espaço, aquêles regulariza as relações dos acontecimentos no tempo. Estabelecido que existe sentimento entre os sons expressos pela música; harmonia entre as linhas traduzidas pela arquitetura, há também um sentido de conformidade entre os acontecimentos manifestados pelo profetismo, outrora tão cultivado pelos gregos.

A grandiosidade dos profetas de Israel, porém, jamais fôra manifestada nos nossos brancos adivinhos.

Para a nossa gente do Norte, sofredora das calamidades das sêcas, a grande preocupação é o inverno do ano vindouro. Para saber se é rigoroso, escasso, ou sêco, executa diversas experiências — melhor chamadas profecias — das quais a mais conhecida é a de Santa Luzia. À noite, deixam ao sereno seis pedacinhos de sal, representando, da esquerda para a direita, os seis primeiros meses chuvosos do ano. Pela manhã saberão, com certeza, quais os meses chuvosos ou secos, de acôrdo com as pedrinhas de sal, dissolvidas ou não.

Quanta alegria quando amanheciam tôdas dissolvidas! Então o ano seria invernososo.

Existe outra variante reconhecida como muito boa. O dia de Santa Luzia ou melhor, treze de dezembro é representado pelo mês de janeiro, o dia 14 será fevereiro, o 15 representa março e, dessa forma, cada dia, até 19, de acôrdo com a metereologia cabocla, será um mês.

Se chover, ou mesmo neblinar, nos dias 13, 14 e 15 etc., haverá bom inverno nos meses que aquêles números representam.

Em Portugal, segundo abalizados folcloristas, existe — parecido a essa última experiência — a dos primeiros sete dias do mês de janeiro, e também há uma outra que se faz pelos festejos de São João, pondo-se doze pedras de sal sôbre uma tábua que passa pelo fogo das fogueiras em honra àquele querido apóstolo.

Em todos êsses experimentos levados a efeito, quer em Portugal, quer no Nordeste do Brasil, recordamos que são praticados durante os solstícios.

Provavelmente, são, por isto, superstições solares, resquícios do culto solar dos lígures, os habitantes que cruzaram a Europa em época remota.

Conhece ainda o sertanejo paraibano e também o brejeiro, a experiência do dia 22 de cada mês, que não falha conforme o pensar daqueles supersticiosos. Se nesse dia chover, o mês seguinte será chuvoso. Mas, será preciso, que a pessoa tenha jejuado ao fazer a experiência. Já Euclides da Cunha, o mestre do estilo, nos fala, em “Os Sertões”, sôbre a verificação, por meio de higrômetros bizarros, da secura dos ares através de cadáveres mumificados pelo sol havia dois meses.

Os nossos conterrâneos de além Borborema também têm os seus higrômetros: as tanajuras e as formigas pretas. Quando estas carregam os filhos e aquelas abandonam os formigueiros, voando sem destino, anunciam chuva.

O dia 2 (dois) de fevereiro é a véspera da Senhora da Luz, ou das Candeias. É a Candelária dos Espanhóis.

Teófilo Braga, no seu livro "O Povo Português", diz que a festa da Senhora das Candeias, celebrada a três de fevereiro é uma corruptela da festa Romana da Deusa Fébbrua.

Assevera, ainda, que a Candelária é comum a todo o ocidente, considerando-a como período de observação meteorológica nos clássicos provérbios:

"Se a Senhora da Luz chorar,
Está o inverno a acabar
Se a Senhora da Luz rir
Está o inverno para vir".

Na Itália, na Província da Toscana, citam êste mesmo provérbio:

"Se piove o nevica per la Candelora
Dell'inverno siasmo fora
Se é sole solicello
Siamo in mezzo al verno".

Ainda êste outro, conhecido em tôda a Lucânia:

"Cielo a pecorella
Laqua a fontanella".

Fomos encontrar, também para reforçar a citação de Teófilo Braga — no linguajar simples do meu avô paterno, originário da estremadura espanhola, e que aqui se fixara, o seguinte:

"El dia de la Candelora
Que llova, que no llova, inverno fora
Y se llova Y hace vento, inverno dentro."

Até na França, segundo Max Müller, se escuta dizer naquele período:

"L'hiver se passe ou prende vigueur."

Lembro ainda ALCIDES BEZERRA, o culto beneditino dos alfarrábios paraibanos, fonte onde bebemos algo para estas evocações, citando EMÍLIO BOSSI e EMÍLIO BORNOUF, que nos fala sôbre os estudos daqueles sôbre a cristianização dos deuses pagãos e diz que Santa Luzia é a personificação da festa da luz do politeísmo.

Em consequência da intensa colonização fenícia no velho Portugal, cuja prática do culto Solar, juntamente com o culto Lunar, resulta existirem várias reminiscências em muitas das nossas superstições.

Quem da nossa geração não se lembra da saudação à Lua feita na meninice?

“Deus vos salve Lua Noval
 Há dias que não vos via!
 Quatro coisas quero vos pedir
 Que me livreis
 De dor de dentes
 De fogos ardentes,
 De rios correntes,
 E da língua de má gente.”

E esta outra:

“Salve Dindinha Lua
 Me dê pão com farinha
 Para dá a minha galinha,
 Que está prêsa na cozinha.”

Era comum, nos bons tempos, as mães apresentarem a criança à Lua recitando esta oração:

“Lua, com o teu crescer,
 Lua, com o teu minguar,
 Não me tomeis êste menino
 Mas, ajudai-me a criar.”

Quem tinha uma íngua, cortava-a olhando a estrêla, pondo o dedo indicador na intumescência, dizendo:

“Estrêla!
 Esta íngua diz:
 Que é maior do que vós!
 Eu digo que vós
 Sois maior que ela
 Crescei vós e minguai ela.”

Existiam diversos meios, herança dos nossos maiores, de se curar dor de dentes sem as despesas inúteis com o “barbeiro”. Usavam o palito de osso de sapo cururu, a milagrosa oração de Santa Apolônia, e, ainda, certos indivíduos, no interior, usavam, com grande resultado, o dente de defunto! O dente que doía era esgravatado com o do defunto que adrede se tinha em casa. Então, a dor, por maior que fôsse, passava milagrosamente... pela sugestão. Para se tirar qualquer argueiro dos olhos, enquanto se passava o polegar na sobranceira ia-se rezando, com tôda a fé:

“Corre, Corre cavalheiro,
 Vai na Porta de São Pedro,
 Dizer a Santa Luzia,
 Que venha tirar êste argueiro
 Com a ponta do seu lenço.”

Para soluço era magnífica a fórmula: tomando cinco goles d'água ia-se dizendo:

“Bebo as cinco chagas
De Nosso Senhor Jesus Cristo.”

Ou então:

“Soluço vai
Soluço vem,
Para cima
De quem me quer bem.”

Maneira econômica, prática e fácil era a usada para a cura do cobreiro. Com uns canudos de carrapateira — Mamona — cortava-se a moléstia, perguntando ao doente:

“Que corta?”

E o doente respondia:

“Cobreiro brabo”.

Rezando então a benzedeira ou o curandeiro:

“Cobreiro Brabo
Corto a cabeça
E o rabo.”

Aliás, êste processo de cura de cobreiro é remotíssimo; existiam variantes usadas pelos lusitanos quando aqui aportaram.

Na fórmula de como se curava a hemorragia uterina havia o estribilho:

“Tintim ou Dindim.”

Talvez uma inovação à divindade arcádica: Dingir.

Não é sem fundamento a nossa afirmação, porque outros estudiosos do assunto já verificaram, que em Portugal e entre nós abundam restos de antigos cultos arcádicos que os fenícios por sua vez para lá trouxeram.

Sílvio Romero quando coligiu vários brinquedos infantis, em Pernambuco e Sergipe, o que era comum entre nós, encontrou Dingir na corruptela de

“Dinalin”.

E assim temos:

“Dinglin, Dingues
Maria Pires
Dinalin, Dingues,
Estou fazendo papa,
Dinalin, Dingues
Para João Manco.

Para a cura da azia era a fórmula mais usada:

“Santa Sofia
Tinha três filhas
Uma cosia
Uma bordava
Outra curava
Mal de azia.”

Os últimos vestígios de sistemas culturais estão encerrados muitas vezes nas parlendas infantis.

EUGÊNIO ROLIAND já afirmou subsistirem nas parlendas que se contém nos jogos das crianças, os antigos cultos esconjuratórios. Inúmeras vezes ouvimos citações sobre o Tangro-Mangro, mas, esta divindade está quase morta. Poucas vezes encontramos referências nas cantigas que o velho Portugal nos mandou; somente na antiga canção popular portuguesa ainda se repetem:

“Nasceram dez meninas,
Metidas dentro de um fole,
Deu-lhe o Tangro-Mangro nelas,
Não ficaram senão nove.”

E assim dessa maneira nos versos, Tangro-Mangro vai matando uma a uma até a última da geração, que, acabou em fumaça...

Voltando a recordar o variado modo da medicina popular, lembro-me da querida Bá, a preta d'Angola que acompanhou os passos do galego espanhol, ANTÔNIO RODRÍGUEZ, bisavô paterno deste cronista.

Certa vez, levado por sua mão, tive que botar o anular da mão direita no buraco da tranca do portal da nossa casa e repetir, o que ela dizia, três vezes:

“Nunca vi unheiro verde,
No buraco da parede.”

Superstições, medicina caseira, crendices, ou coisas tais, o certo é que dias depois estava sarado.

No período da dentição, o sistema empregado era o seguinte: atava-se o dente cortado, ou mole, com um pedaço de linha forte, depois de um puxavante, logo estaria fora aquele pedacinho de osso que tantas vezes era motivo da nossa angústia noturna.

Com a satisfação da saída daquele intruso, se completava a cura jogando-o no telhado e dizendo:

“Mourão, Mourão,
Toma seu dente podre,
Dê cá o meu são.”

De recordação em recordação, chega-nos à lembrança o prezado mestre CORIOLANO DE MEDEIROS dizendo algo sôbre as superstições solares e que o lobisomem era um mito solar comum a tôda a Europa.

O lobisomem entre nós se confunde com o caipora. O lobisomem tem-se a crença de ser sempre um indivíduo excomungado pelos pais, ou algum padrinho. Pelo fato da maldição, tem instinto de tornar-se animal; principia por segregar-se da sociedade, até que num dia de sexta-feira, à meia-noite, vai na encruzilhada dum caminho, semeia o solo de cascas de caranguejo, tira a camisa, dá um nó em cada ponta, estende-a sôbre os restos dos crustáceos, formando um leito e começa a cambalhotar sôbre êle murmurando: “encoura mas não enxucha diabo?” e, à proporção que vai repetindo o estribilho, a voz vai-se tornando átona, o corpo cobre-se de pêlos compridos, as orelhas crescem, a cara se alonga tomando a forma do morcêgo, as unhas se transformam em garras. Uma vez metamorfoseado, sai a correr mundo, e suga o sangue de todo menino pagão que encontra e, na falta dêste, ataca qualquer indivíduo. Mas tem mêdo terrível do chuço e na casa que tem esta antiga arma, lobisomem não vai.

As três da madrugada, quando o galo canta, o lobisomem volta à primitiva forma.

Relembro, ainda, Alcides Bezerra, que nos fala sôbre os sonhos.

Na nossa cidade, antes do aparecimento do Jôgo do Bicho, havia um bom número de crendices sôbre os sonhos.

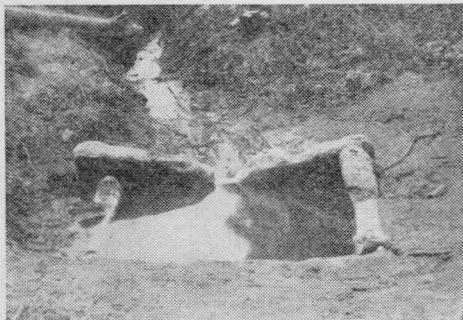
De modo que quando alguém sonhava arrancando dentes era morte na família; com cobra, era prisão.

Durante um sonho, sendo vistas pessoas de prêto, era entêrro de parentes, assim como sonhar com ovos era enrêdo...

Depois porém da infeliz invenção do Barão de Drummond, que se firmou nos hábitos sociais do brasileiro, quem sonha com dentes, joga no jacaré; com cobra, na mesma cobra; com pessoa de luto, no porco; com ovos, no galo e avestruz.



Bica do Tambiá. Século XVIII. Transporte de água por alimárias, em “ancoretas”, para o consumo da cidade, até 1912.



Cacimba do Povo — uma das quatro fontes que abasteciam de água a população da cidade da Paraíba do Norte, até 1912.

Generalizada era a crença de que a antiga moeda de cobre de vinte réis, desaparecida da circulação pois que a última emissão do governo data do ano 1912, teria a virtude de chamar dinheiro.

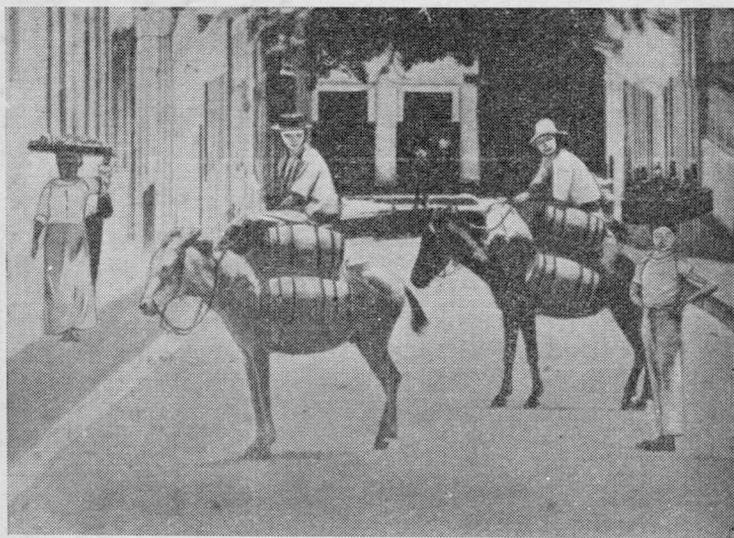
Aquêl vintém, xenxém, era, por isso, conservado na carteira por muita gente. Um povo não se desapega fàcilmente das influências atávicas dos seus maiores. E a consequência disso é que, ainda hoje, moedas outras se encontram servindo de mascote, nas recheadas carteiras dos nossos conterrâneos.

Severino Ramos

CAPÍTULO XI

APELIDOS E TIPOS POPULARES

Recorro à memória e à imprensa provinciana do século passado, numa tentativa de reviver os apelidos e tipos populares da minha cidade. Uma boa parte deles não conheci, senão por citações dos mais velhos. Fizeram parte de outra geração, quando pelos caminhos, ruas e largos,



1910 — Vendedores de Pamonha de milho, água doce e leite.

cresciam e floresciam em sua espontaneidade vegetativa, os “muçambês”, as “chananas”, e os “mata-pastos”. A outra parte, não pequeno contingente, data dos primórdios deste século. Para essa, não foi preciso recorrer à bondade extrema do meu velho amigo Nozinho Londres, fonte perene de conhecimentos. Foram figuras dos meus dias, dos nossos dias. Convivemos com elas, nascidas com os primeiros éditos da Intendência, quando a cidade usava o seu primeiro “rebique” de menina-môça e deitava para a vida, naquela quietude tão ao sabor da época, lânguidos olhares,

escutando as maviosas valsas de Camilo Ribeiro, executadas pela banda de música do Batalhão de Segurança e regidas por êle, no velho e primitivo caramanchão da Praça Comendador Felizardo, atual Praça João Pessoa. Em tôdas as cidades do mundo, existiram e existem os apelidos e os tipos populares e, a Paraíba, jamais poderia fugir a essa convenção tácita da sensibilidade dos povos. Os que aqui viveram, sentiram a vida a seu modo, e tomaram parte nos nossos anseios e nas nossas festas, foram dêsse modo uma parcela da encantadora alma das ruas. Uns pertenceram a famílias de destaque, pouco ou nada levando em conta as alcunhas, algumas vêzes até juntando-as ao nome. Outros, porém, de origens desconhecidas, paranóicos, inveterados alcoólatras, ao pressentirem a citação julgada deprimente, demandavam em impropérios. E as ruas que modorravam, ao calor da tarde, na bucólica vida de então, despertavam para ouvir da molecada:

“Cebola com pão, cebola com pão”,
 “Tambor”, “Dois de Ouros”
 “Manuel Mergulhão”.

O apelido é uma conseqüência da maneira fácil de identificação dos indivíduos nos núcleos sociais em formação, muitas vêzes, sob a influência do comércio, da indústria e do artesanato.

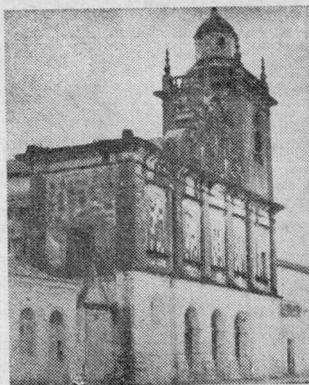
Recordo aqui: Bento Sapateiro, Ricardo Funileiro, Jurubeba Alfaiate, João Viola, Joca da Caieira, Juca da Bicicleta, Fernando da Cacimba, Maneco Pintor, Chico Pathé, Antônio Diarinho, José Lavrador, Cazuza Trombone e Tenente da Gelada.

Não fôssem aquelas e outras influências marcantes do meio ambiente, não teriam talvez surgido os apelidos. Se antepuséssemos ao nome de batismo, ou de família, a profissão, isto não seria uma alcunha, porém indicativo profissional de cada um. Não raro se referem os apelidos a um defeito físico, ou anormalidade do indivíduo, juntando-se-lhe, ao nome, o daquela anomalia, que embora vista por todos, se torna necessária à sua identificação, de vez que os familiares geralmente não retêm na memória os complicados nomes de família.

Logo tivemos: João Mãozinha, Francisco Mão de Pau, Santa Coxa, Afonso Perneta, Serrano Venta Torta, Carvalho 21, Aprígio Cara Preta, Chico Altíssimo, Avelino Magro, Cunha Coxo, Caetano Bolão, As carecas, Gogó de Sola, Gregório Três Beiços, Júlio Catinga, Luís Pata Grande, Júlio Bicudo, Mão de Grelha, Prof. Jockão, Pé de Pato, Viana Pesão, Ventinha, Bandolim, Caveira, Zé Careca, Zé Cangalha, Zé Doido, Amaro Doido, Antônio Cabeção, João Lambi, Cara de Pereba, e Manuel Caraólho.

A terra nativa, também, exerce algo influencial na formação dos epítetos; dêsse modo existiram: As condessas, pertencente a família de proeminência na Vila do Conde e aqui residindo. Elias Turco, Chico Francês, Justino Paraguai, João Cobé.

Outro exemplo é o de José Pereira Neves que, aqui chegando, da Bahia da Traição, foi logo pôsto como aprendiz numa oficina de ferreiro (em cujo prédio, ainda existente, fica o escritório de Antônio Lucena, na Rua Maciel Pinheiro), onde trabalhava outro José — o patrão — velho português; para estabelecer diferença, ficou o primeiro sendo chamado: José O da Bahia. A sua estrêla guiou-lhe os passos na vida comercial, tanto que, por morte do português, adquiriu os remanescentes da oficina e montou seção de vendas para ferragens importadas. Foi de “vento em popa”, no linguajar pitoresco dos seus conterrâneos. Fazia gôsto ver-se aquêlre letreiro que encimava as portas de seu estabelecimento, pintado pelo Martins, cujas letras representavam, fielmente, as diversas ferramentas vendidas ali, formando aquêlre próspero nome: J. Pereira Neves Bahia.



1903 — Convento de S. Bento, construção começada aos primeiros dias da Colônia e terminada em 1799.

Um outro filho do vizinho Estado do Sul, aportando à nossa terra, nos primeiros anos do século atual, tornou-se logo conhecido como bom cozinheiro. Um tanto gabola, embora de boa índole, quando de sua chegada, à guisa de credencial, dissera: sou de Pernambuco. Constituiu família na terra que o acolheu, estimulando-lhe as atividades. Êle, de fato, gostava da cidade, tanto que ouvi, nos seus últimos dias, uma frase sua que é bem um desabafo amoroso pela terra: como gostaria de ser José Paraíba!

Prendendo-se a fatos e incidentes triviais, anotamos os apelidos de: Antônio Pifêsa, Frei José dos Óculos, Avelino Surrão, Dr. Mortalha, Bôlo Doce, Barreto Ferrugem, Avelino Três Larguras, Benedito Fabulagem, Medeiros Pescoção, Antônio Bico Doce, Melo Coringa, Joca Pai Velho, Paiva Jacomeu, Barabelão, João Veludo, João Guibé, Carvalhinho Buriem, Chico Pataca, Chico Diabo, Lulu Sabugo, Mata Cristo, Mata Pinto, Mata Frade, Maria Pé na Parede, Nô Vida, Papai Verdadeiro, Pula Varanda, Rompe Fronha, Pataca Liza, Galizía, Rasga Galo, Vapor, Zé Minha Faca, Come Galinha, Zé Safado, Cazuza Alegria, Chico Mingau, Chico Minha Gente, Compasso Uma Perna De Ferro Outra De Aço, Zumba Mugia, Capitão do Pôrto, Capitão Ventania, Espada d'Água, Gude Naite, João Couro de Lustro, João Ramela, José Cocada, Joca da Beleza, Chico Postal, Joca da Marinheira, José Cafedório, José Laço, Lulu Quantas, Teté Castigo, João Pinga-Fogo, Peguei-te, João Pão de Bico, Marcolino Dobrão, Mocidade, Melé, Anselmo Extraordinário, Frei Mocó, Anulino Bonzinho, Pombu, Carnaval Querido, Baleado, Maroca Jacarandá, Caju Azêdo e Lefron.

Tivemos vários outros, classificados por analogia a animais e semelhança a coisas e complementos indumentários; daí os Chico Cação, Chico Peru, Eduardo Cachorrão, Edivino Canária Fêmea, Rei de Copas, Barbosa Besouro, Chica Bertine, Engole Cobra, Garrafinha, Farofa, Cai-Cai, Cazuzo do Portão, Lulu Belé, Muqueca, Mussupim, Manuel Balaio, Miné, Amoré de Buraco, Antônio Catita, Piaba, Antero Capão, Assis Macaco, Arara, Avelino Morcêgo, Alexandrino Jararaca, Gasolina, Chico do Canto, Coquinho, Oswaldo dez Réis, Yeié, Oscar Gavião, Gavião, Antônio Contra Pêso, Joaquim Doloroso, Panelada, João Goiamum, João Colarinho, João Guaxinim, João Pombu, Joca Calunga, João Birro, João Dendê, Alexandrino Sapucaia, Rei de Paus, João Sioba, Antônio Bacurau, Vovô, Paiva Imundo, Cimento Armado, Alexandre Mutuca, Maria Sanhaçu, Joaquim Condé, Joaninha Cachimbuda, As Pirolito, Lagartixa Barbada, Joana Pé de Chita, Coconho, Noturno de Luxo, José Cachão, José Gato, Peixe Elétrico, Benedito Pipoca, Bôca de Fava, Caravana, Busuleta, As Xaréus, Tegeté, Lívio Cheiroso, Castro Peru, Manuel Canta Galo e Pedro Azulão.

Em refôrço às observações mencionadas acima, vemos que mesmo o progresso, no reverso de sua fase útil, qual seja a da destruição do pitoresco e do bizarro, não modifica, totalmente, a índole do povo. Assim sendo, em seguida ao aparecimento do automóvel, quebrando a pacatez das nossas ruas, logo entre a classe do volante, nasceram os apelidos de: Chico Circuito, José Chaveta, Manuel Meia Mola, José Câmara de Ar, Bezerra Freio de Mão, Chico Bobina, Zé Pára-brisa, Chico Magneto, Peça Perdida, Quirino Macaco Caiu, Chico Chave de Fenda, Manuel Escapção, Manuel Forzinho, Antônio Fon-Fon.

CAPÍTULO XII

ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS

Criada pelo Decreto n.º 468, de 17 de janeiro de 1871, a Escola de Aprendizes Marinheiros, uma das mais antigas nos Estados, aqui funcionou, desde o Império. Inicialmente instalada na Fortaleza de Santa Catarina, em Cabedelo, dali transportou-se para o Convento de São Francisco, parte do qual foi cedida, por empréstimo, ao govêrno, para êsse fim. Ali permaneceu até 11 de abril de 1890, quando, por aviso n.º 1.190 — 8, foi transferida para a cidade de Natal, depois de 19 anos de permanência e bons serviços prestados à Província paraibana onde foi restabelecida, em 20 de setembro de 1.892, pelo art. 2.º, da Lei n.º 87, dessa data, graças aos esforços do Dr. Álvaro Machado.

Nesta capital, foi instalada no *chalet* da Praça da Gameleira (denominada, depois de 7 de Setembro do ano seguinte, de Praça Dr. Álvaro Machado.)

Em 1900, comandava-a o Capitão-Tenente Irênio Américo da Costa.

Considerada de 3.ª categoria, dispunha, ainda, do seguinte pessoal: um cirurgião de 5.ª classe contratado, Dr. Afonso de Moraes; um enfermeiro de 2.ª, Eduardo Gonsalves Cruz; um comissário de 5.ª, guarda-marinha (pôsto que, atualmente, corresponde a 2.º tenente), César Alves; um fiel de 2.ª classe, Virgílio da Silva Ramos; um professor de primeiras letras, Vicente Ferraz de Lemos; um mestre, 1.º Sargento do Corpo de Marinheiros Nacionais, Amadeu da Silva; e mais um cabo, um marinheiro de 1.ª classe, dois cozinheiros, dois despenseiros, e dois criados.

Ainda naquele ano, a Escola funcionou com 56 alunos aprendizes marinheiros. Dispunha de um escaler a oito remos, 50 clavinotes mau-ser, e duas bússolas para exercícios no mar.

Em 20 de março de 1901, deixou o comando da Escola o Capitão-Tenente Irênio Américo da Costa, sendo substituído pelo Capitão-Tenente Azevedo Coutinho. Neste mesmo ano, deixou a Escola, em 27 de abril, o médico contratado, Afonso Gomes Pereira de Moraes, o qual, por longo tempo, vinha exercendo aquelas funções.

No período que decorreu entre outubro de 1902 a agosto de 1903, foi a Escola comandada, respectivamente, pelos Capitães-Tenentes Oscar de Azevedo e Mário Cortez.

Em 27 de agosto de 1903, assumiu aquêlê pôsto o Capitão-Tenente George Americano Freire, juntamente com o comissário, 2.º Tenente Aníbal de Paula Barros e o 1.º imediato, Venceslau Caldas.

No ano de 1906 (no dia 17 de junho), mudou-se a Escola para uma casa da Rua S. José, deixando assim o *chalet* da Praça Alvaro Machado. Graças aos esforços do seu comandante, Capitão-de-Corveta George Americano Freire, e do seu auxiliar imediato Capitão-Tenente Aristides Mascarenhas, o novo estabelecimento ficou bem instalado e em ótima ordem. Ainda em junho de 1906, deixou o comando o Capitão-de-Corveta George Americano sendo substituído pelo Capitão-de-Corveta A. Frutuoso Monteiro.

Em julho de 1907, foram lançadas as bases para o edifício próprio da Escola de Aprendizes Marinheiros, situado na enseada de Tambaú, pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Dr. Frederico Câmara, comissionado pelo Ministério da Marinha. Nesse tempo, era comandada a referida Escola pelo Capitão-de-Corveta Sousa Melo tendo como fiel, Antônio Francisco de Almeida, (mais conhecido por "Come galinha") e como médico o Capitão-Tenente Dr. Malcher Serzedelo. O citado edifício, foi construído em regime de colaboração entre o Estado, que doou o terreno e conduziu todo o material pela Ferrovia Tambaú, e o Govêrno Central que arcou com as despesas de mão-de-obra e material. Em dezembro dêsse ano, foram nomeados instrutor e imediato, respectivamente, os Capitães-Tenentes: Amâncio Augusto dos Santos e Alberto de Lemos Bastos, os quais assumiram em data de 12 do mesmo mês.

Deixa o comando o Capitão-de-Corveta Francisco Agostinho de Sousa Melo, após um exercício de 9 meses, tendo regressado ao Rio de Janeiro em 31-1-1908, pelo paquete "Brasil", do Lóide Brasileiro. Na mesma data, assumiu o comando o Capitão-Tenente Raul Quadros.

A 20 de abril do mesmo ano, o pôsto de Comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros foi ocupado, pela primeira vez, por um paraibano o Dr. Valfredo Guedes Pereira, médico recém-formado. Outro paraibano que aqui veio servir em junho de 1908 foi o 2.º Tenente Honório Neiva de Figueiredo. Ainda no mês de junho (dia 6), assumiu o pôsto de imediato o Tenente Eleutério Barbosa de Gouveia.

Afinal, em 12 de novembro de 1908, mudou-se a Escola de Aprendizes Marinheiros, para o seu novo prédio construído na Praia de Tambaú, a poucos passos do oceano.

Em 31 de janeiro de 1909, foi lançado ao mar, em Tambaú, um dos escaleres de oito remos, construído na Escola de Aprendizes Marinheiros destinado aos exercícios dos seus alunos. Nesse dia, perante assistência seleta, foi descoberta pela Senhorita Leopoldina Fernandes, filha de Eduardo Fernandes, madrinha do barco, a placa, aposta na proa, onde se lia a palavra "Grumete".

Sob o comando do Tenente Gaston Madei, foi feito o passeio de experiência no qual o barco se portou galhardamente, atestando a excelência da fabricação e os conhecimentos dos nossos técnicos navais.

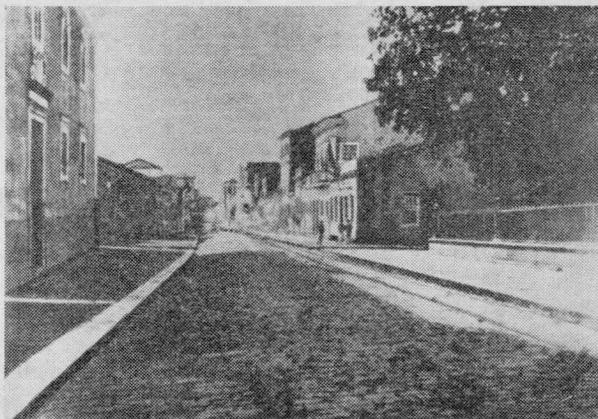
Foi uma festa encantadora, falando na ocasião a madrinha do escaler e o Dr. Miguel da Santa Cruz Oliveira.

Lembramos a gentileza extrema dos oficiais da Escola de Aprendizes Marinheiros nesse dia que já vai longe. Foram solenidades

de cunho cívico e recreativo, desde o lançamento do primeiro escaler ali construído, de nome "Aprendiz" cuja madrinha a Senhorita Eurídice Castro, com palavras de estima e carinho aos promotores daquela festa, disse do seu contentamento e entusiasmo. Na ocasião do batismo, foi usada a água de côco, num requinte de brasilidade, e tiradas várias fotografias por Aurélio Filgueiras e Paulo Drescher.

Apelando para a nossa memória, relembramos a presença das seguintes pessoas: D. Maria de Castro Morais, Sinhá Castro, Cotinha Fernandes, Antônia Lemos, Doquinha Melo, Cacilda Fernandes, Nini dos Anjos, Sinhazinha Santa Cruz, Elisa e Gasparina Lemos, Zefina Lisboa, Eurídice, Irene e Maria Castro, Alice e Aline Melo, Alice Sá, Didita Morais, Odete e Ísis Santa Cruz, Maria do Céu Silva, Senhores Tenente Norberto de Castro Morais, comissário da referida Escola; José Pinto de Castro, Manuel Henriques de Sá Filho, Benjamim Fernandes, Murilo e Pirajibe Lemos, Eduardo Cunha, Ezequiel Machado, Manuel Hipólito, Nélson Morais, João da Santa Cruz, José Fernandes, Alcibíades Silva. Finalizando aquela festinha, tão cheia de encantos para a época, o Comandante, Capitão-Tenente Raul Quadros fez entrega, em nome dos seus comandados, e no seu inclusive, de uma estatueta de bronze que sustentava um magnífico relógio, à madrinha do escaler "Grumete", tendo a data dêsse dia gravada em placa de ouro.

Devido à sua promoção ao pôsto imediato, deixou o comando o Capitão-Tenente Raul Quadros, figura de relêvo da nossa Marinha. Foi o Comandante Quadros, autor de grandes melhoramentos naquela escola de feição moderna para a época. Perdura, ainda, na memória daqueles



1906 — À esquerda o antigo Liceu Paraibano, à direita o Jardim Público, vendo-se o antigo gradil e a seguir o prédio da Imprensa Oficial, com a bandeira hasteada.

que tiveram a sorte de assisti-las, a lembrança dessas belas festas cívicas promovidas pelo ilustre marinheiro que deixou na nossa sociedade um largo círculo de amizades.

Juntamente com o Comandante Quadros, viajaram para o Rio de Janeiro, em janeiro de 1910, os Tenentes Mário Celestino e Gastão Madei que, por algum tempo, privaram da nossa sociedade como distintos cavalheiros.

Ficou no comando interino, o seu imediato, 1.º Tenente Eleutério Barbosa, até setembro de 1910, quando assumiu a direção da Escola o Tenente Alberto Rodrigues.

Por essa época, o Governo estadual, conforme entendimentos com as autoridades da Marinha, mandou reparar e limpar o velho quartel do antigo Corpo de Segurança, para ali alojar a Escola de Aprendizes Marinheiros, em vista da ameaça de ruir o quartel há poucos anos construído em Tambaú.

Assim, em 2 de julho de 1911, mudou-se de Tambaú, em vista da má construção de seu prédio próprio, a Escola de Aprendizes Marinheiros, para o antigo quartel do Corpo de Segurança, situado na Rua Maciel Pinheiro, em cujo lado direito, se encontra a Bica do Gravatá (êste prédio é na atualidade ocupado pelo depósito das Obras Públicas). Os aprendizes, em formação de companhia, marcharam daquela praia, sob o comando do Capitão-Tenente Nélson Jurema Peixoto de Vasconcelos. O prédio então ocupado pela Escola era alugado ao Ministério da Marinha por 300\$000 (trezentos mil-réis.)

Ainda nesse ano, deixa a Escola o 2.º Tenente Mário de Avelar Nazaré, na qual ocupava o pôsto de imediato.

Antes de deixar a direção da Escola, o Tenente Nazaré fêz publicar o seguinte:

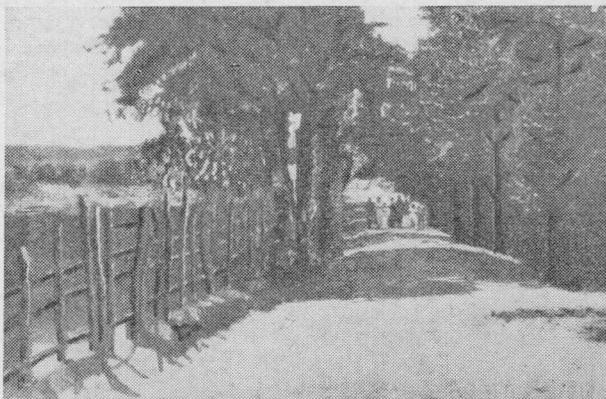
“*AO POVO*: Como medida de caráter patriótico e veneração ao Exército, símbolo da Pátria, peço a todos os cidadãos que costumam assistir aos exercícios de infantaria e esgrima à baioneta, feitos pelos aprendizes marinheiros, na Praça da “Fonte de Gravatá”, a gentileza de tirarem o chapéu, em sinal de respeito, por ser arriada a Bandeira Nacional, símbolo que todos têm o dever de honrar e venerar. A bandeira, sob todos os pontos de vista, é sempre, superior a tudo. Salve. Mário Nazaré — 2.º Tenente, diretor.”

* * *

Por Portaria n.º 2.655, do Ministro da Marinha, foi nomeado comandante da Escola o Capitão-Tenente João Bonifácio de Carvalho que assumiu o seu pôsto a 8 de agosto.

Como sucedeu quando da construção do prédio da Escola, em Tambaú, o governo do Estado doou um vasto terreno, situado na Avenida João Machado, para ali ser construída a nova Escola de Aprendizes Marinheiros.

É então que vamos encontrar êsse núcleo de futuros almirantes, no ano de 1918, instalado em amplos pavilhões, de construção moderna, e aprimorado acabamento. Naquela época era o seguinte o seu quadro: Comandante: Alexandre Paranhos da Silva Veloso; Oficiais: três cargos vagos. Médico: Dr. Valfredo Guedes Pereira; Comissário: 1.º Tenente, Avelino da Silveira Vargas; Professôres: Nestor Antônio de Oliveira e Vicente Ferraz de Lima, (êste último já servindo na Escola desde 21 de junho de 1897); Escrevente: vago; Enfermeiro: 1.º Sargento, Manuel Júlio Seccadio; Fiel: 1.º Sargento, Isidoro José Vieira; Mestre de Natação e ginástica: Honorato Pereira de Oliveira; Mestre de Música, Joaquim Claudino Ferreira.



1910 — Estrada dos Macacos, ou do “Buraquinho”.
No presente transformada em Av. Almeida Barreto,
a caminho do abastecimento d’água da capital.

E assim correu o tempo, até 1931, quando foi extinta a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, sendo os seus dois últimos comandantes o Capitão Ouro Prêto e o oficial de igual patente, José Rodrigues.

Insdiscutivelmente, a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba prestou relevantes serviços à coletividade de nossa terra, tendo dali saído um sem-número de leais defensores da integridade brasileira. Pena é que os nossos representantes no Congresso, não se lembrem de restaurar aquela Escola tão útil sob todos os aspectos. Nas ilustrações dêste volume encontram-se documentário fotográfico de um original flagrante do magnífico desfile realizado por ocasião da missa mandada celebrar e ouvida por 100 aprendizes na Catedral Metropolitana, na manhã do embarque daqueles futuros, “lôbos-do-mar”, dêsse departamento de nossa Marinha de Guerra, infelizmente retirado da nossa cidade.

Severino Ramos

CAPÍTULO XIII

CAIS DO PÔRTO

A nossa terra sempre foi de pouca sorte, no que se refere ao setor dos transportes, quer terrestres, quer marítimos.

O Cais do "Varadouro" que os jornalistas dessa dinâmica geração, Juarez Batista e Dulcídio Moreira, confundem com o barranco do rio chamado "Pôrto do Capim", foi a maior das iniciativas do Presidente Beaurepaire Rohan. Aquêlo trecho de acostamento de barcos, em vista da falta de concorrência à sua "fabricação", foi entregue à competência do nosso já desaparecido conterrâneo, o Engenheiro Francisco da Silva Retumba.

Roham fêz dêle as palavras do seu antecessor o Presidente Pais Barreto, quando, em mensagem à Assembléia, afirmava: "O cais do Varadouro, o constante desejo do povo desta terra, deverá ser levado até a Ponte do Sanhauá. Só assim será possível evitar que as terras arrastadas pelas enxurradas de diversos pontos da cidade alta, possam obstruir o rio."

Durante o ano de 1854, atracaram no nosso pôrto, 54 navios estrangeiros, sendo 20 espanhóis, 29 ingleses, 2 dinamarqueses, 2 franceses e 1 sueco, num total de 16.913 toneladas e 644 pessoas de equipagens.

Para a navegação de cabotagem nacional, aqui aportaram, 143 navios com 3.263 toneladas de registros e 540 pessoas de equipagens, sendo 74 de Pernambuco, 20 do Rio Grande do Norte e 48 dos portos do interior.

A nomenclatura dos diversos barcos ancorados no Cais do "Varadouro", tendo subido o Rio Paraíba, de abril de 1899 a maio de 1902, é a seguinte: Navio a vela "Frederick Lichfield", de nacionalidade inglesa, com 14½ pés de calado; navio inglês, também calando 14½ pés, "L. W. Norton"; o "Magie", com três mastros e calando 12 pés; o patacho "Galatéia", com 4 mastros e calando 12½ pés; o "Lerreru", com 14½ pés; a escuna "Grace", ainda de armadores ingleses, calando 11 pés e trazendo 16 toneladas de gêneros para o nosso comércio; o navio americano do norte, "Emita", calando 13½ pés; o patacho inglês, "Galatéia", com igual calado do navio anterior; o patacho de 3 mastros, com 11½ pés, denominado "May", sob a bandeira britânica; o "Dimère" sob o pavilhão do velho John Bull; o patacho inglês "Blenhein", de 11 pés; o lugar americano, "Dussy-Read", de 14½ pés e mais dois lugares ingleses, "Ichdien" e "Petunia", de 13½ e 12 ½ pés, respectivamente.

Em 1901, o Cais do “Varadouro” foi visitado nos meses de janeiro, fevereiro, março, maio, novembro, dezembro e, em 1902, em abril e maio por bom número de embarcações de variadas classes, inclusive uma grande barca portuguesa. Em suas amuradas de proa e roda de pôpa, estavam pintados os respectivos nomes: “Taimy”, “Neblié”, “Galatéia”, “Silver-Sea” “Lumbeau”, “Mary” “Sea-Wolf” e “Amazonas”.

Todos êsses barcos davam uma média de 12 pés de calado. Em quatro anos e dezessete meses, vinte e cinco embarcações, somando 16 mil e 154 toneladas de registro estiveram, ali, naqueles 99 metros de cais, que a visão de um magnífico e grande administrador, conseguiu fôsse construído então em nossa terra, apesar da política contrária dos invejosos da época que nada construíram.

O Pôrto do “Varadouro” teve um trecho que pertenceu à firma de Cahn Frères, então mais conhecido pelo trapiche dos franceses. Êsse local, posteriormente, chamou-se de “Pôrto do Capim”, assim crismado popularmente, em virtude de ali ficar acumulada grande quantidade daquela conhecida gramínea, mandada, em canoas, pelos proprietários dos engenhos do outro lado do rio, tendo a primazia os envios do Engenho “Gitó” pertencente ao Dr. Barbosa, querida figura de patriarca, venerada pela sociedade da então cidade da Paraíba.

Em um dia de novembro de 1899, ao cair da tarde, lançara âncoras o veleiro mercante de S. M. Britânica “Magie”.

Conduzia para a praça da nossa cidade, 490 toneladas de artigos de variadas espécies. Entre outras, as passas espanholas de “Alcausa Hijos”, tradicionais exportadores daquele país, figos secos, especialidades de “Gross Hermanos”, sucessores de “Pablo Delor” de Málaga, juntamente, vinham as saborosas peras e maçãs, assim também os vinhos de várias procedências do velho reino português.

Êsse sortimento chegara a tempo, pois que se aproximavam as festas do Natal e Ano Novo; como bons descendentes daquele povo, era natural têrmos herdado os seus usos e costumes.

Para nós, para todo o bairro baixo da cidade, logo correu a notícia: o veleiro inglês trazia, vindos da cidade do Pôrto, de Portugal, uma turma de cegos cantores e músicos daquelas plagas.

A meninada e mais alguém do nosso bairro, que era um dos primeiros dos poucos existentes, então na cidade, vibrou de contentamento com aquela notícia.

Porque a pensão de D. Sérvula, ali localizada, não tivesse bastante cômodos para tanta gente, aquela senhora (genitora do saudoso Professor Mateus Ribeiro), encaminhou o grupo, por intermédio do seu dirigente, ao Hotel União, situado na Estrada do Carro, atualmente Rua Barão do Triunfo, no mesmo prédio hoje ocupado pela Joalheria Mororó.

Em 1920, foram contratados, com a firma C. H. Walker & Co., os trabalhos do pôrto, na capital, sendo encarregado do projeto o Dr. Lucas Bicalho.

Em Ofício n.º 1.446, de novembro de 1920, foi entregue àquela firma todo o material existente e oficinas do antigo Melhoramento do Pôrto.

Os orçamentos foram de 15:411:542\$000 e os serviços foram iniciados em 1921.

Trabalharam as dragas Barbosa Gonçalves, Ceará, Imbariê, Marechal Hermes, Majê e, depois, a Paraíba, em setembro, quando os serviços tiveram maior atividade.

Em 15 de novembro de 1922 subia, por experiência, o Rio Paraíba o navio "Campinas", do Lóide, com 12 pés e 94 metros de comprimento, sem o menor incidente e a 24 de dezembro o "Itajubá", da Comércio e Navegação, fazia o mesmo percurso, em ótimas condições.

A 12 de dezembro de 1922, deixou a chefia o Dr. Décio Fonseca passando-a a Misael Domingues da Silva.

A 22 de julho, passava o rio a ser trafegado pelos navios da Costeira e do Lóide, tendo sido anunciado aquêlê tráfego à Inspetoria, pelo Telegrama n.º 200 e confirmado pelo Ofício n.º 134, de 13 de agosto de 1923.

Em 1924 foram suspensos todos os serviços e a firma C. H. Walker entregou à Fiscalização todo o material.

Chegaram a ser executados: dragagem de 3 milhões e 200 metros cúbicos.

* * *

Os primeiros trabalhos do pôrto da cidade, datam de 1862, conforme documentos antigos do relatório do Visconde de Inhaúma ao afirmar "ir em progresso a borda do cais do Varadouro" que corria à conta da Marinha".

Em 1864, Charles Neate e André Rebouças apresentaram ao Gôverno Imperial um projeto de Pôrto em Cabedelo.

Com a República, o Decreto n.º 1.109 de 29/11/1890 dividiu o país em 6 distritos marítimos, e criou, em cada um, uma Inspetoria para serviços de melhoramentos dos portos e canais, ficando a Paraíba subordinada ao 2.º distrito, com sede em Recife, de acôrdo com o Decreto n.º 1.303 de 17/1/1891, sendo aberto um crédito de 200:000\$000 para as obras de melhoramentos do Pôrto da Paraíba.

A chefia foi confiada ao Engenheiro Emilio Joseph Autran sendo sua posse comunicada ao Dr. Venâncio Neiva, Presidente do Estado, em data de 8/6/1891.



Kananga del Japon
RIGAUD y Cia, Perfumistas
Provedores de la Real Casa de España
8, rue Vivienne, PARIS

El Agua de Kananga es la locion más refrescante, la que más vigoriza la piel y blanquea el cutis, perfumándose de lo más delicadamente.

Extracto de Kananga
Suavisimo y aristocrático perfume para el pañuelo.

Aceite de Kananga
Tesoro de la cabellera, que abrillanta, hace crecer y cuya caída previene.

Jabon de Kananga
El más grato y untuoso, conserva al cutis su nacarada transparencia.

Loción vegetal de Kananga
Limpia la cabeza, abrillanta el cabello y evita su caída, tonificándolo.

Depósitos en MADRID: ROMERO y VICENTE
En BARCELONA: CONDE PUERTO y Cia

Anúncio de perfumes, do século passado.



1894 — Anúncio de jornais da época, relativo a perfumes.

de Obras Públicas, do Ministério dos Negócios da Viação, discordou, em parecer, da parte referente à dragagem do canal, por achar que acarretaria muita despesa e trabalho constante. Lembrou, concluindo o parecer, a execução da dragagem nos pontos mais necessários e a imediata construção do cais da cidade.

Assim a Comissão foi autorizada, por Ofício n.º 74 de 23/3/1892, a dar início ao serviço de dragagem, logo que chegasse o material encomendado na Europa e de acôrdo com o Aviso n.º 5, de 7 de janeiro do mesmo ano a encetar os trabalhos de construção do cais projetado, sem prejuízo dos estudos definitivos.

Deixou a Comissão, o Dr. Marcondes Pereira, a 13 de dezembro de 1913, passando-a ao Dr. João Nepomuceno de Melo Rocha que a ocupou até 18 de outubro de 1915, quando foi substituído pelo Dr. José Fernandes Lima.

Atracaram, no trecho construído, nos anos de 1916 a 1917, os vapores "Salamanca", de 5.000; o "Curupi" e o couraçado "Floriano", também de 5.000.

PLANOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PÔRTO NA ENSEADA DE TAMBAÚ

De acôrdo com o orçamento fixado para 1918, mandou o govêrno estudar e fazer projeto para um pôrto, na enseada de Tambaú, entre o farol da Pedra Sêca e o "Cabo Branco", situado a 13 quilômetros, do referido farol.

Foi do mesmo encarregado o Engenheiro Cláudio da Costa Ribeiro, aqui chegado a 30 de junho de 1918. Estudando o assunto, concluiu o Dr. Cláudio que os trabalhos seriam dispendiosíssimos pois se tratava de um pôrto artificial a exigir um quebra-mar e dragagem em formação rochosa.

Foi orçado em 3:525:051\$760, a construção de 99 metros de cais, na cidade da Paraíba e dragagem do rio, (de Cabedelo à cidade da Paraíba) com 17 quilômetros e 2.200.000 metros cúbicos.

O Dr. César Campos, diretor da 2.^a Diretoria

Continuava na chefia o Dr. Fernandes Lima que se ausentando, deixou encarregado do expediente Antônio Augusto de Figueiredo Carvalho, que ali permaneceu até 1/2/1919, quando assumiu Misael Domingues da Silva. Por esse tempo, visitou a Paraíba o Engenheiro Adam Scott autorizado pelo Ministro da Viação a colher dados para uma empresa construtora de obras hidráulicas para, oportunamente, fazer propostas ao nosso governo destinadas a levar avante a construção do pôrto. Percorreu Cabedelo, Tambaú e a Capital.

Afinal, por Decreto n.º 15.238, de 31-12-1921, foi criada a Fiscalização do Pôrto da Paraíba, cuja chefia foi confiada a Décio Fonseca que a assumiu a 7-1-1922.



* * *

Continuaram os estudos sob a chefia de Autran até 2 de junho de 1892, quando assumiu Sarjob Barcelos que instalou o marégrafo da capital, efetuando sondagens geológicas no cais projetado e observações meteorológicas e hidrométricas.

Em 14/1/1893, foi Barcelos substituído por Constantino Rondeli o qual tendo sido nomeado Diretor da Estrada de Ferro de Paulo Afonso passou o exercício ao auxiliar-técnico Tranquilino Antônio da Silva que assumiu, interinamente, a 25 de agosto do mesmo ano.

Em 21 de abril de 1893, entrou em Cabedelo o vapor norueguês "Fordem Kjolds" trazendo uma draga e dois batelões consignados a Cahn Frères. Em 15 de junho seguinte foram iniciados os serviços de montagem sob a direção do Engenheiro-mecânico João Holmes.

No primeiro semestre de 1894, foi iniciada a dragagem do pôrto da capital, produzindo 1.707 metros cúbicos, ao preço de 8\$000 e no segundo 7.737 a 2\$559, o que era irrisório dado o total da obra a executar: 2.200.000 metros conforme projeto.

Em 1894 foi iniciada a construção, em Cabedelo, de um edifício para o escritório e Almojarifado da Comissão.



Em 28 de maio do mesmo ano foi nomeado Jerônimo Furtado de Mendonça, que assumiu o exercício do cargo a 13 de agosto.

Em relatório ao Ministro da Viação, foi êsse engenheiro contrário à execução do pôrto da Capital por achá-la dispendiosíssima dada a tendência de aterrar do Rio Paraíba. Voltavam-se as suas vistas para Cabedelo, que considerava um bom pôrto, de bom fundo e bacia de 100 hectares de superfície líquida.

Em 29 de abril de 1895, substituiu Furtado de Mendonça o Engenheiro Luís de Sousa Matos que tendo adoecido passou o cargo ao ajudante Fortunato Fausto Galo, só reassumindo a 15 de agosto de 1896. O Dr. Matos externou as suas simpatias pelo pôrto da Capital; falando sôbre o projeto do Cabedelo disse: "Construído o cais naquela povoação, ou o comércio importador

sujeita-se-á às despesas de baldeação e transporte de suas mercadorias pela estrada de ferro ou terá de mudar-se para lá o que trar-lhes-á grandes despesas sem vantagens para o comércio retalhista."

Em 19 de janeiro de 1901, chegava a Cabedelo, vindo de Santa Catarina, uma draga de Alcatruz, de rendimento horário de 150 metros cúbicos. Devido a reparos de que necessitava, sômente um ano depois foi posta em movimento. Correriam sempre morosos os serviços devido a precariedade do material quando assumiu a chefia, o Dr. Adolfo Costa da Cunha Lima que encareceu, em relatório, a necessidade de atender à construção do Pôrto de Cabedelo.

Logo ficou vitoriosa a idéia do Pôrto em Cabedelo, de preferência ao da capital, pelo Decreto n.º 7.022, de 9 de junho de 1905, sendo aprovado um projeto de cais com o concurso, em sua organização, dos engenheiros Alfredo Lisboa e Luís van Erven e o amparo da opinião do Dr. Francisco de Paula Bicalho. A 16 de outubro de 1909, assumiu o Engenheiro Manuel Antônio de Moraes Rêgo, o qual deixou a chefia em 18 de abril de 1910, quando assumiu Francisco Marcondes Pereira que concluiu 175 metros de cais, onde atracou, em experiência, o navio do Lóide "Pireneus", a 9/7/1911. A solenidade da atracação foi assistida pelo Presidente do Estado e autoridades.

Apresentando algumas falhas, o serviço foi suspenso a 29/7/1912, a fim de ser estudada a substituição das estacas de madeira, por concreto armado.

Suspensos, desde 1912, os trabalhos de construção do cais, tratava-se, sòmente, da conservação do que tinha feito.

CAPÍTULO XIV

CEGOS CANTORES PORTUGUÊSES

Embora passados muitos anos, guardamos nítidas na memória, as imagens dos cegos músicos e cantores que, nos últimos anos do século passado, por aqui costumavam aparecer, vindos de além-mar.

Para revê-los, nada mais precisamos do que nos debruçar sobre o passado, de onde eles surgem, como num passe de mágica, em seus trajes típicos, de mãos dadas, avivando as imagens desses dias já tão distantes.

Embora sob a orientação duma instituição particular que amparava cegos e mutilados dando-lhes trabalho, de acôrdo com suas aptidões, parecia que tôda a nação portugêsa cooperava na seleção desses embaiadores de sua poesia que, periôdicamente, nos proporcionavam êsse festival de beleza e sensibilidade!

Revejo-os, na Rua da Areia, comandados por José Saraiva, o mais velho do grupo, que conduzia, por uma das mãos, a fila de 10 homens com os instrumentos carregados a tiracolo, enquanto, com a outra, segurava o braço do companheiro que seguia em frente. Saraiva, figura simpática de alentejano, o único que, ainda possuía uma vista sã, tornou-se por isso, o condutor físico e moral daquele grupo de denodados representantes da terra do fado e da guitarra.

Paravam na esquina do sobrado de Ioiô Carvalho e, formados em círculo, depois de afinarem os instrumentos, soltavam os primeiros acordes da música típica da velha Lisboa da Mouraria e dos beirais:

“Chorai, fadistas, chorai...
Que a S'vera morreu...”

E gemiam as guitarras unidas, à semelhança de oito peitos que desabafassem, num soluço agudíssimo, a dor de carpir a morte da fadista querida, acompanhada pelos trêmulos graves e baixos dos dois bandolins:

“Fadistas como a S'vera,
Ail nunca o fado, nunca o fado conheceu!”

Naquela hora matinal, a quietude da rua, fazia parecê-la uma aquarela portugêsa, onde surgiam, pelas janelas, fisionomias sonolentas...

Revejo o poeta J. Joaquim de Abreu, correndo atraído pela voz dos seus patrícios, quando cantavam louvores a Coimbra dos doutôres, do

Chopal e das capas dos estudantes, esvoaçando ao vento, em noites de serenatas. No sobrado quase vizinho à nossa casa (por sinal, o único daquele trecho revestido de azulejos, verdadeiramente, azuis) assoma à janela o negociante reinol Adolfo Eugênio Soares, saudoso da terra querida, deixada, há muito, lá longe...

Em trajas endomingados, também, vem parar ali, o solteirão Antônio Maia, outro patricio nostálgico das emoções experimentadas na cidade do Pôrto, terra dos seus amôres e dos bons petiscos.

Então, Saraiva, com um pires de prata, única recordação de sua mãe, quando dos bons tempos da Quinta, lá no Extremoz, vai percorrendo as calçadas de um lado a outro, numa extensão de cerca de cinquenta metros dos músicos cantores, recolhendo as dádivas, em moedas de cobre e níquel, daqueles que escutavam a sua música e canções.

Em seguida, dirigem-se para a Rua do Comércio, quando o jardineiro "Seu" Manuel, jubiloso e atlético patricio beirão, lhes transmite um recado dos seus patrões — os Castro Ferreira — para que fôsem cantar à frente de sua residência, ali perto. O Saraiva, então, conduz os companheiros ao local indicado, onde funciona hoje, a 23.^a C. R. Igual a um dia de festas, tôdas as janelas estão abertas, vendo-se o velho Mateus Ferreira, Joaquim Garcia de Castro, José Ricardo, Eduardo, Manuel, Dona Elisa e os seus sobrinhos — a mocinha Aurora e o galeguinho José Martins. Já ali, também, se encontravam José Varandas e o então Cônsul português, na nossa cidade, Antônio José Gomes.

Então, José Barradas, o mais môço do grupo, simbolizando o Minho na indumentária clássica, na qualidade de tenor do conjunto, canta o fado:

"Oh! minha mãe, minha mãe!
Oh! minha mãe, minha amada..."

E seus companheiros, com os olhos da alma, talvez vissem, naquele momento, a figura distante duma velhinha, na roca a fiar... enquanto, abafando quase a harmonia das guitarras, cantavam em côro abaritonado:

"Quem tem uma mãe tem tudo,
Quem não tem mãe não tem nada!"

Por muito tempo, ficaram cantando nos meus ouvidos, aquela voz dolente e cheia do tenor minhoto e aquelas estrofes singelas, plenas do sentir peculiar dum grupo de cantores cegos.

Foi através dêsses artistas, dos quais só dois nomes a memória guardou, que escutamos a canção de origem minhota:

"Margarida vai à fonte
Margarida vai à fonte
Vai encher a cantarinha
Margarida vai à fonte
Margarida vai à fonte
Vai à fonte e vem sôzinha."

É da mesma época aquela outra, igualmente, nascida na terra do vinho e do azeite:

“As tuas mãos pequeninas
Parecem branco cetim.”

Depois, quando o Saraiva passava, de pires na mão, guitarra à ilharga, suspensa por uma fita encarnada, oferecia, por um tostão, as letras e músicas cantadas por êle e seus companheiros. Entre outras, recordo “Costureirinha” e “Manuela”.

Nessa ronda retrospectiva, ainda recordo as serenatas realizadas pelos cegos cantores, na calçada da pensão de Dona Sérvula.

Lá ficavam todos, sentados em banquinhos e tamboretetes, tendo, à sua volta, a quase maioria dos moradores daquela artéria.

E, no silêncio da noite, a voz do tenor cego suplicava, irmanada com o chorar das guitarras:

“Só peço quando eu mor...rer,
Que meu caixão tenha uma forma bizarra”

ouvindo-se, em surdina, o côro:

“A forma dum coração
a forma duma guitarra.”

E, finalizando, essa noite, recordo que um menino de seis anos, adormeceu embalado pela maviosa harmonia de guitarras e bandolins, gemendo as mágoas de um povo irmão, mágoas então incompreendidas, cuja tradução sòmente os anos trariam...

E, à distância, o côro repetia: “Quem tem uma mãe tem tudo...”

CAPÍTULO XV

O MÊS MARIANO NA ANTIGA IGREJA
DA MÃE DOS HOMENS

Narram as remotas crônicas que, durante o paganismo, a festa da primavera das messes fecundas já seria então uma tradição secular.

Em Freiberg, grupos de môças refugiavam-se num castelo ornamentado e municidas com cestas de flôres.

Guapos mancebos da terra, com botões recedentes, iam atacá-las. O combate terminava quando as sitiadas ficavam incapazes de repelir os gentis assaltantes dado as imensas pilhas de flôres em volta.

Mas a austeridade do Catolicismo não suportou essas manifestações da juventude e para sufocá-las foi o mês de maio consagrado à Virgem Mãe de Deus.

Entre nós, por herança dos portugêses, o mês dedicado à Maria, teve sempre a primazia.

A desaparecida igrejinha de N. S. Mãe dos Homens, no Tambiá, jóia da arquitetura do século XVIII que o impiedoso progresso fêz demolir, era, na direção do venerando Padre Marcelino, o núcleo de almas afeitas e acordes na veneração do culto em honra à virgem das virgens.

Em consequência da demolição em 1925, adiante alguns metros do primitivo local, foi edificada a atual igreja com a mesma invocação à Virgem Mãe dos Homens.

Por todos os motivos deveriam ter conservado o mesmo estilo na nova edificação e não aquêle de capela de aldeia bretã, onde jamais encontramos traços de afinidades, na arte, ou na tradição, à sensibilidade do nosso povo.

Aquêle templo pequenino e singelo acolhia, porém, na sua humildade a fina flor da sociedade de então, que, no bairro, tudo fazia para que os festejos tivessem sempre o realce fora do comum das solenidades religiosas de nossa terra.

A mimosa nave, em uma noite de maio de 1909, regurgitava de fiéis. Lá estavam: a família Lira Tavares, M. J. de Sousa Lemos e família, As Y Plá, Dr. Clemente Rosas e família, a família Carlos Maul, Firmo de Melo e filhas, Maroca Mesquita, a família Deodato de Almeida, Vicente Amaral e família, Alfredo Fonseca e irmãs, Paulino de Figueiredo, senhora e filha, os garotos Atoalba Rosas, Jorge Maul Stanford, Arnaldo

Amaral e Antônio Bôto de Meneses e tantas outras figuras que formavam então o escol notável do Tambiá e adjacências.

Juntamente aos que ali compareceram, recordamos ainda de João de Brito Lima e Moura, General Bento Luís da Gama e Desembargador Aguiar Bôto de Meneses.

Nós os revemos, aureolados pela melancolia, na memória daqueles que aqui na terra, ficaram carpindo saudades.

Começara o ato religioso e Maria, a nossa advogada, era glorificada e bendita com o fervor próprio das almas carinhosas e puras.

Diante de nossos olhos, agora, cobram nitidez as imagens dêsse passado relembrado com oportunidade e carinho.

Nessa época, o côro estêve sob a direção de Mariana Soares e Zaida Gama as quais tornaram irrepreensíveis e artísticos os trabalhos orfeônicos, ali efetivados.

Esse conjunto coral se compunha da organista Ambrosina Lira, das vozes de Lili, Neném, Pequena, Amália e Sinola Rosas; Maria Rosa e Laura Lira, Geraldina Sousa, Nini, Iaiá e Dondon Fonseca e Ambrosina Melo.

Iniciados os cânticos com o "Veni Creator Spiritus", seguem-se a coroação da Virgem pelas crianças: Maria Dulce e Maria do Carmo, enquanto oito outras meninas ofertaram flôres à Santa Mãe do Redentor.

Ao púlpito, assomou o Cônego Odilon Coutinho, que mais uma vez, dirigiu palavras de fé à assistência.

Em seguida, ouviu-se a maviosa voz de Nini Rosas que, unguida de fé e melancolia, entoou a Ave-Maria Plena.

E por todo o ambiente ressoava aquela voz cheia de misticismo, condizente com o momento, nesse tempo chamada de rouxinol do Tambiá.

A pouco e pouco o nosso embevecimento cresceu e mais ainda quando se ouviu Zaida Gama, cuja voz vinha até nós envôlta em nuvens de incenso assemelhando-se talvez ao perfume celestial.

Como num milagre, parece-me ouvir ainda o

"Tota Pulchra es Maria
Tu gloria Jerusalem".

coadjuvado em segundas vozes por Nini e Neném Rosas:

"Virgo Prudentissima!
Ora pro Nobis!"

Por fim, o "Tantum Ergo" solado por Nini Rosas e o bendito da despedida entoado por tôdas.

A geração atual deveria seguir exemplos como êsses, de religiosidade e fé cristã que tornaram uma época plena de encantos, cujos remanescentes atualmente recordam e bendizem essa quadra.

Assim, o cronista vindouro terá motivos para exaltação dos vazios e melancólicos dias presentes.

CAPÍTULO XVI

TRANSPORTES COLETIVOS

Beirávamos, morosamente, os últimos anos do século dezenove.

A cidade tôda sentia, de há muito, a falta de transportes coletivos. No comércio já soprava a brisa de um progresso que mais tarde se transformaria em vento constante. A indústria então se apresentava como algo prometedora com a extração de calcário nativo e fabricação do cimento. Paralelamente, progredia a agricultura mediante o cultivo da cana-de-açúcar e do algodão cuja seleção a Fiação e Tecelagem do Tibiri, lançava no mercado tecidos de larga aceitação.

Solidarizando-se com a iniciativa da firma mais sólida na praça, no comércio do algodão, ARON CAHN & CIA., depois CAHN FRÈRES & CIA., vários negociantes reuniram-se, na sala da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, em 19 de abril de 1895, com o objetivo de fundar uma companhia de bondes, nesta cidade.

Sob a presidência do Tenente-Coronel da Guarda Nacional, Augusto Gomes e Silva, secretariado por Aron Cahn e José Ricardo de Castro Ferreira, foram subscritos no competente livro, 100 ações de conto de réis, pela já citada firma Aron Cahn & Cia., tendo nessa ocasião assinado 10 ações o Dr. Álvaro Lopes Machado, então na presidência do Estado.

Sob a direção do Engenheiro Antônio Augusto de Figueiredo Carvalho, iniciou-se a construção, no dia 24 de agosto de 1895, do prédio que iria servir de escritório à Companhia Ferro Carril Paraibana — ao lado da antiga estação da Estrada de Ferro “Conde d’Eu”, substituída, na sua denominação, por “Great-Western”, e demolida, na Interventoria de Rui Carneiro. Aquele ato estiveram presentes, afora o povo em geral, os sócios da empresa, os cidadãos Augusto Gomes e Silva, Aron Cahn, Dr. José Lucas de Sousa Rangel, H. Sumer, superintendente da “Conde d’Eu” e Francisco Barroso. A planta do prédio, cujo lançamento da primeira pedra então se inaugurava, fôra de autoria do Dr. Álvaro Machado, competente engenheiro conterrâneo.

A diretoria da Ferro-Carril faz então remessa à firma alemã Katzenstein & Kappel, de Berlim, da importância de 1.116 libras esterlinas como primeira prestação do contrato para fornecimento do material necessário àquela empresa.

Com grande regozijo dos interessados, em 28 de março de 1896, chegou ao Pôrto de Cabedelo, a bordo do navio LUNA, todo o material vindo da Europa para a Ferro-Carril.

Era natural a expectativa de todos da cidade em tórno daquele empreendimento, como o atesta a Imprensa contemporânea que assim se expressava: "Num curto espaço de tempo, esta Capital gozará do importante melhoramento de carros de transportes para passageiros e bagagens, facilitando assim e diminuindo as distâncias no percurso da cidade."

Ainda, a Imprensa de então numa nota publicada em 8 de junho de 1896, declarava:

"Durante as obras da Ferro-Carril, tendo ficado um trole perto da Rua Direita, no cimo da Ladeira do Rosário, à noite, um menino soltou-o às cegas, vindo ter ao Tesouro, em risco de apanhar um transeunte."

E esta outra, em 11 do mesmo mês de junho e ano de 1896:

"O General Bento da Gama, gerente da Cia. Ferro-Carril, explicou que não obstante os troles que ficam fora da linha do trabalho, com as rodas acorrentadas e com cadeados, os meninos quebram, à noite, e os põem na linha para verem descer a Ladeira do Rosário."

Cada dia que se passava crescia o contentamento da então cidade modesta e pacata, diante da organização do seu serviço de transportes a tração animal, levado a efeito por um grupo de homens empreendedores, amantes do progresso da terra comum, de cuja mentalidade tudo de bom se esperava em prol da coletividade paraibana. Dentre aquêles que, no passado, algo fizeram pondo de parte o interêsse pessoal, podemos citar duas figuras de estrangeiros, aqui radicadas, que usaram e abusaram do moderno lema rotariano: "dar de si antes de pensar em si."

Não necessitamos correr os olhos para revê-los, como num sonho, diante da tela retrospectiva da nossa saudade.

Referimo-nos a Aron Cahn, judeu francês, aqui domiciliado desde moço, onde educou os filhos, e deu o melhor de seus esforços à terra que o acolhera, pelo que foi considerado, contemporâneamente, a viga mestra do comércio exportador de algodão e produtos regionais.

O outro que seguia as pegadas daquele era o português José Ricardo de Castro Ferreira, sócio fundador, junto com seu pai, o velho Joaquim Ricardo de Castro, da firma Castro & Irmão e também um dos fundadores da Fábrica de Tecidos Paraibana, no Tibiri.

Era um nome na época, sempre encabeçador das iniciativas do progresso da cidade. Foi presidente da Associação Comercial, tendo se batido, galhardamente, a favor da inteira liberdade do nosso comércio, então sofrendo a concorrência dos interêsses de outras regiões.

Perdemos a sua preciosa liderança quando daqui partiu, em junho de 1908, em procura de minorar os sofrimentos físicos consequentes de uma vida afanosa e dedicada à terra adotiva.

Finou-se dois anos depois na cidade de Lisboa, no Largo dos Loyos, n.º 12.

É de lamentar, atualmente, a ação dos que vieram depois, arrancando a placa que lembrava o nome da família Castro, singela homenagem de

seus contemporâneos, lá daquele beco que ligava o remoto Largo da Quintandinha — atual Praça Antônio Rabelo à Rua Maciel Pinheiro.

Enfim, chegou o dia 6 de junho de 1896, marcando essa data a inauguração do tráfego provisório dos bondes da Empresa Ferro-Carril Paraibana.

Os carros, daquela data em diante, começaram a fazer o trajeto até a Igreja do Bom Jesus, nas Trincheiras, e, para o lado de Tambiá, em frente do Convento do Carmo, na Rua da Cadeia Velha, a Visconde de Pelotas dos dias atuais.

Partindo da Praça Alvaro Machado, a linha passava pela Praça Pedro II (atual 15 de Novembro), subia a Visconde de Inhaúma, curvando à direita pela Rua do Comércio (posteriormente Maciel Pinheiro); subia a curva, à esquerda, pela Estrada do Carro (depois da guerra civil de Canudos denominada de Rua Barão do Triunfo), passando, em curva, à direita, pela frente do antigo Quartel do 27.º Batalhão de Linha, no Largo Cel. Bento da Gama, (na atualidade, Praça Pedro Américo), e daí curvando, à esquerda, subia a Rua do Fogo (Avenida Guedes Pereira dos nossos dias), para tornar a fortemente íngreme Ladeira do Rosário. Ali, bifurcando à direita, seguia pela Rua Direita, passando em frente ao Palácio do Governo, Rua Bom Jesus dos Mártires até a igreja do mesmo nome, onde estavam as pontas dos trilhos.

Foi um dia de festas provincianas, como de outro modo não poderia ser aquêlê em que êsse transporte foi inaugurado.

Foram embandeirados os pontos terminais, e os bondes trafegaram com galhardetes e fôlhas de pitangas; à noite, houve tocata, pelas bandas de música do 27.º da Polícia, tendo sido queimadas várias peças pirotécnicas, que então se chamava fogo de vista.

Não ficaram aí os esforços daquela empresa.

Os serviços de assentamento de trilhos continuaram em ritmo acelerado, de vez que o plano seria ligar o Varadouro, que era a artéria comercial de então, aos dois únicos bairros existentes na cidade alta: Tambiá e Trincheiras.

Por êsse tempo, ocupava o nosso Teatro Santa Rosa, a companhia dos Bemóis empresada por Hércules William, o homem que se dizia com fôrça de 8 cavalos.

Estava êle um dia em frente ao teatro, quando, caindo os tamancos de madeira que serviam de breque a um trole, êste desceu a Ladeira do Rosário carregado de areia. Logo tomou grande velocidade sem que os dois operários dirigentes pudessem paralisá-lo. Nesta ocasião, subia um bonde pela Estrada do Carro, quando, de chôfre, antevendo o desastre, êle pôs a prova sua fôrça física, paralisando, com as mãos o trole, bem ali em frente ao Quartel da Fôrça Federal!

Aquêlê episódio mostrou uma facêta brilhante e humana do Hércules William, figura desconhecida para os paraibanos de então.

Um gesto de tal natureza, naquele tempo, numa cidade pequena, de costumes comedidos não seria fàcilmente esquecido; e não o foi!

Logo que a diretoria da Companhia Ferro-Carril teve ciência, dirigiu-lhe o seguinte agradecimento:

“Secretaria da Cia. Ferro Carril, em 14 de agôsto de 1896.

Ilmo. Sr. William (Hércules)

M. D. Empresário da Cia. de Bemóis

Vimos manifestar a nossa gratidão à pessoa de V. S.^a pelo ato humanitário que se dignou praticar obstando o encontro do trole que se achava em serviços de areias, e que, em vertiginosa carreira, com certeza se chocaria com o bonde que subia da estação, cujos resultados jamais previríamos.

Digno dos maiores elogios é semelhante procedimento, uma vez que V. S.^a pôs em ação a força que dispõe ainda com sacrifício da própria existência, poupando maiores desgraças se não fizesse como fêz.

Por conseguinte esta diretoria cumprimentando V. S.^a lhe patenteia os seus respeitosos agradecimentos.”

aa) MANUEL HENRIQUES DE SÁ
Diretor-Presidente
AUGUSTO GOMES E SILVA
Diretor-Secretário
ANTÔNIO MARQUES DA FONSECA
Diretor-Tesoureiro

* * *



Moeda que circulava na cidade até os primeiros anos deste século, embora impresso em Portugal. Equivalente a cinquenta centavos, atualmente

Em pouco tempo os serviços avançaram, pois que durante os festejos da padroeira da cidade, a empresa anuncia postar os seus carros em frente ao Beco do Carmo, para reconduzir os romeiros por tôdas as linhas, aos seus lares.

O diretor-gerente, General Bento Luís da Gama, com a saúde abalada é substituído pelo Sr. Henriques de Sá.

Já se notava, então, nos domingos, a

concorrência nos bondes. Transparecia o desenvolvimento do prazer pelos passeios aos pitorescos finais dos arbalades de Trincheiras e Tambiá.

A cidade tôda acolheu com simpatia a idéia da numeração dos cupons de passagens que dava direito a um prêmio de 50 réis ao seu possuidor, premiado no sorteio realizado no final de cada mês.

Foi um dia festivo com foguetes, música e

os bondes tráfegando em tôdas as linhas, aquêle 3 de novembro de 1896, quando se efetuou a primeira extração, em máquinas *Fiché*, dos cupons de passagens, nos primitivos bondes da nossa terra.

Foi premiado o n.º 18.871 com 50\$000, pertencente a Clodomiro de Paula Barbosa, sócio da Fábrica de Cigarros "Planêta" que, imediatamente, recebeu do tesoureiro Antônio Marques da Fonseca, aquela quantia. No mês imediato, também recebeu o seu prêmio correspondente ao n.º 8.745, da sétima série, o môço João Petrucci, filho do negociante italiano Francisco Petrucci.

Trafegaram, pela primeira vez, com grande contentamento da população, no dia 1.º de junho de 1897 os prometidos bondes de cargas da Ferro-Carril Paraibana, nos horários de 8 da manhã e 4 da tarde.

Dêsse modo, de progresso em progresso, fazendo jus à confiança dos seus acionistas e com os aplausos da população da cidade a novel empresa Ferro-Carril transpõe o século XX com ótima eficiência, no setor dos transportes citadinos.

Jamais se poderá estabelecer um comparativo entre a Ferro-Carril Paraibana e as atuais empresas que exploram os serviços de transportes em nossos dias.

Bem outros eram os alvos e motivos. Tinham-se em vista, principalmente, o progresso da coletividade, e o bem-estar de uma população, sem diferenciações de qualquer ordem.

Não existiam imunidades diante do condutor; todos pagavam a sua passagem.

Proporcionalmente aos rendimentos da Companhia iam sendo prolongados os trilhos dos percursos de Trincheiras e Tambiá.



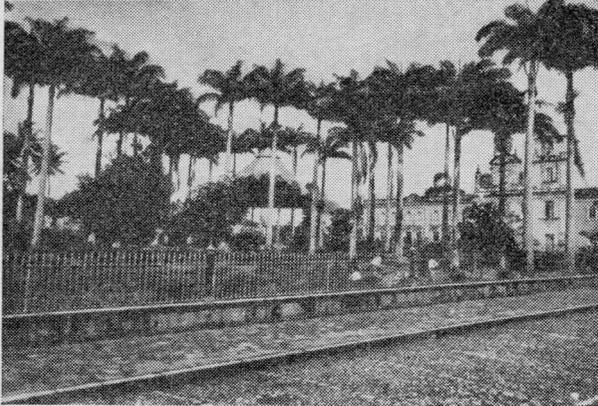
20\$000 réis. Dinheiro impresso no regime imperial e que circulou, por muito tempo, na República, no Norte e Nordeste do Brasil.

Do ponto de parada na Rua Maciel Pinheiro, às 3 horas da tarde, do dia 24 de agosto de 1902, partiram dois carros conduzindo a banda de música da Escola de Aprendizes Marinheiros e os convidados pela

gerência da citada Ferro-Carril, para a inauguração do novo trecho de prolongamento da linha de Trincheiras.

Satisfeito com o acontecimento, de vez que o final da linha chegava em frente a sua residência, o Sr. Neófito Bonavides ofereceu aos presentes uma refeição apropriada à hora e regada a cerveja.

O gerente Augusto Camará, depois de percorrer o aludido prolongamento declarou-o inaugurado. No ponto



1908 — Jardim Público. — Praça Comendador Felizardo.

referido, permaneceu a banda de música da Escola de Aprendizes Marinheiros, executando várias peças do seu repertório que se prolongou até a noite.

Os serviços de assentamento dos trilhos foram dirigidos pelo Sr. Joaquim Tôrres que, atualmente tem o seu nome ligado ao Bairro Tôrres e não Torre como erroneamente se vem chamando e até escrevendo nos ônibus que fazem aquêlê trajeto.

Aquêlê operário foi, posteriormente, substituído por Amadeu Severo, no pôsto de ferrador quando do contrato da Empresa San Juan.

Quantas vêzes, nos dias trepidantes que atravessamos, ao passar por ali, nos tem assaltado as recordações e as saudades daquele tempo.

Quanta poesia, e quanto encanto, encontrava a nossa alma de adolescente naqueles passeios por entre as copadas cajazeiras e mangabeiras, sob as quais passavam puxando o bondezinho aquelas parselhas de animais orelhudos!

Os paraibanos não regateavam aplausos às iniciativas daquela empresa de transportes em sua cidade.

Tendo em vista a pouca eficiência da linha da Rua da Areia, a gerência dinâmica de Augusto Camará manda arrancar os trilhos dali e construir um desvio, em frente à Igreja da Mãe dos Homens, o que muito melhorou o percurso do Tambiá tornando desnecessária a espera dos bondes circulares, na curva em frente ao Convento do Carmo.

Tempos depois, foi anunciada a venda da Ferro-Carril tendo a Assembléia Geral dado a necessária autorização à Diretoria, que tomou conhecimento das propostas, em 16 de setembro de 1904.

Causou grande surprêsa à população contemporânea, aquela deliberação de vez que a situação da empresa marchava, financeiramente, em progresso. Tanto que é, ainda, a gerência de Augusto Camará que leva a efeito, em 21 de agosto de 1905, o rebaixamento da Ladeira do Rosário e Rua da Baixa, melhoramentos de há muito reclamados, dada a natureza de forte declividade daqueles terrenos.

Ali, onde ficava antigamente, a "Casa Ferreira", na então Travessa da Macaíba, moderna Aristides Lôbo, existia uma palhoça, encostada no oitão da casa fronteira onde ficavam os burros descansados

para ajudarem os que vinham puxando o bonde do Comércio, na subida da Ladeira do Rosário. Vencida esta, a mansa burrama era solta ali e, já conhecedora do trajeto, logo voltava no faro do verde capim das cocheiras da estação, lá na Praça Álvaro Machado.

Enquanto prosseguiam os serviços, permaneceram dois bondes na Rua Direita os quais seguiam para Tambiá e Trincheiras, assim que os passageiros chegavam, fazendo pequeno percurso a pé de vez que o bonde do Varadouro, ou Comércio, ficava no começo da ladeira, justamente em frente ao atual Grupo Escolar Tomás Mindelo.

Recordando aquêles trabalhos, constata-se a eficiência dos mesmos, considerando-se o tempo relativamente curto numa época cuja mão-de-obra, apesar dos preços irrisórios, não era especializada.

Com os aplausos da população, efetuou-se a inauguração, em 23 de setembro de 1905, daquela iniciativa que permitia aos bondes voltarem a subir a ladeira, completamente cheios e puxados por quatro burros, para dezesseis passageiros, o que anteriormente não se dava, sendo necessário três parselhas de burros para a mesma lotação.

Atendendo desejo do Govêrno Álvaro Machado de ligar a cidade, por meio de uma ferrovia, à aprazível Praia de Tambaú, a diretoria da



Tipos populares. O leiteiro, cidade da Paraíba do Norte. 1918.



Tipos populares. — Vendedor de cajus. 1929.

Ferro-Carril, já autorizada por sua Assembléa Geral resolveu fundir as duas emprêsas.

Enquanto seguiam as negociações, foi iniciado, em 16 de outubro de 1905, o serviço pre-falado, concretizando-se a idéia do notável engenheiro de então o Dr. Álvaro Lopes Machado.

No antigo Sítio “Cruz do Peixe”, onde, atualmente, se encontra o Colégio das Lourdinhas, compareceu o ilustre paraibano acompanhado do diretor das Obras Públicas, o alemão Ernesto Emílio Kauffmann. Naquela ocasião, foi apresentada a planta do traçado, executada pelo Dr. Miguel Rapôso que explicou a finalidade do referido empreendimento. Foi um momento festivo e histórico, no setor dos trans-

portes da cidade, o que ora evocamos tomados de saudades iguais, talvez às emoções da juventude quando ali nos encontrávamos.

Ao som de músicas executadas pela banda do Batalhão de Segurança, foi servido um copo de cerveja aos presentes. À cerimônia compareceram além do povo em geral, os Srs. Dr. Seráfico da Nóbrega, Antônio Baltar, Pedro Pedrosa, Xavier Júnior, Pedro Bandeira, Carlos Albuquerque, Eutíquio Autran, Artur dos Anjos, Ivo Borges, Américo de Carvalho, José Moura, Manuel Lemos, Antônio Lira, F. Coutinho, Álvaro Monteiro, Maximiano Machado, Carlos Machado, Minervino Cruz, Coriolano Medeiros, Artur Carlos, Cleodon y Plá, Araújo Bezerra, Eduardo Fernandes, Dr. Joaquim Hardman, Inácio Evaristo, Manuel Henriques de Sá Filho, Antônio Henriques, Rômulo Pacheco e José de Figueiredo.

O Batalhão de Segurança acampara, pela manhã, naquele sítio, que pertencia a Manuel Deodato de Almeida, cujas praças colaboraram materialmente, na terraplanagem da ferrovia Tambaú, há anos desaparecida.

Enfim, depois de ultimadas as negociações e legalmente autorizado pela Lei n.º 248 de 18 de setembro de 1906, coube ao Monsenhor Walfredo Leal, Vice-Presidente do Estado, no exercício da presidência, anexar ao Patrimônio do Estado a Companhia Urbana Ferro-Carril.

O ato de assinatura da escritura de compra da referida emprêsa, efetuou-se a 25 de setembro de 1906, sete dias depois de publicada a aludida lei.

Por parte do Govêrno, assinou o Dr. Isidoro Gomes da Silva, então Procurador Fiscal e pela emprêsa vendedora os Srs. Antônio de Brito Lira, diretor-presidente, Antônio José Rabelo, diretor-secretário, e Inácio Evaristo Monteiro, diretor-tesoureiro, que receberam a importância de

quarenta contos e quinhentos mil-réis, ficando, ainda, o govêrno, responsável pela dívida da mesma emprêsa, do Sr. Manuel Henriques de Sá Filho.

Naquela tarde assumiu a direção da emprêsa o Professor Ernesto Emílio Kauffmann, então diretor das Obras Públicas, a cargo da qual ficou a dita companhia.

Nota-se então a eficiência da nova administração dos serviços de transportes coletivos na cidade. A sede dos serviços foi instalada numa das velhas casas, junto à Igreja do Rosário, situada ao sul do atual pavilhão da Praça Vidal de Negreiros, na antiga Rua da Baixa que era também um ponto para abrigo dos passageiros dos bondes. Nesse lugar, eram vendidos cupons e ministrados todos os informes referentes aos mesmos serviços.

Com a brevidade requerida no caso, foi adquirida, na Inglaterra, e fabricada por "Rogers Sons" uma locomotiva que aqui chegou em 21 de setembro de 1906 tomando, como homenagem, o nome de Álvaro Machado.

Trafegando pelas ruas da cidade, sôbre as linhas do bonde, ela foi pessoalmente conduzida, pelo diretor Emílio Kauffmann, até a ponta dos trilhos na "Cruz do Peixe", lá em Tambiá. Ali era então o ponto inicial da ferrovia Tambaú, estando em construção bem adiantada a respectiva estação.

Pondo de parte o motivo sentimental, por acaso existente nessas recordações, poder-se-á avaliar a alegria natural dos contemporâneos naquele domingo, 21 de outubro de 1906, quando da inauguração do primeiro trecho da ferrovia Tambaú. Chegaram sômente até o sítio de Antônio Domingos dos Santos os trilhos assentados num percurso de três e meio quilômetros, custando a passagem 500 réis ida e volta.

Ao ato inaugural do provisório trecho, compareceram Monsenhor Walfredo Leal, Presidente do Estado; Dr. João Machado, Presidente da Assembléia; Seráfico da Nóbrega, Diretor da Instrução Pública; Xavier Júnior, Prefeito da Cidade; Francisco Gouveia Nóbrega, Juiz Seccional; Deputado Inácio Evaristo; Olavo Pinto Pessoa, Comandante do Batalhão de Segurança; Álvaro Monteiro; Carlos Xavier; Rômulo Pacheco.

O trem que levava um carro de 1.^a classe e um de 2.^a, tinha ainda atrelado um bonde, onde se encontrava a banda de música do Batalhão de Segurança, foram arrastados pela citada locomotiva "Álvaro Machado".

Ainda recordamos nos carros, onde tomaram lugares, as famílias de Tito Silva, Honório de Figueiredo e Floripes Rosas. Lá no Sítio "Imbribeira" estava armada uma cobertura de zinco, tendo havido, à tarde, retrêta pela banda do Batalhão de Segurança, onde todos se abrigaram e serviram-se num bem montado *botequim*.

Durante todo o dia, o trem viajou de meia em meia hora, repleto de passageiros.

Com júbilo sincero a população da cidade viu a realização daquele sonho acalentado por todos: o transporte fácil para a aprazível Tambaú.

No ano seguinte, no mesmo mês de outubro, comemorando a data do descobrimento da América, foi aberto o tráfego da ferrovia que, definitivamente, chegou, depois de ter sido aterrado o maceió existente, até o cômodo da Praia de Tambaú.

O progresso continuava naqueles serviços. Trazido pelo vapor “Kar-tago”, da Alemanha, aqui chegou em 10 de abril de 1908, o maquinismo do relógio destinado à nova Estação da Ferro-Carril, no Tambaú, o qual foi pôsto a funcionar no mês de maio do mesmo ano.

Quando da direção daquela emprêsa, no regime de sociedade de ações, quaisquer modificações e ordens de serviços, emanavam da gerência, por um simples memorando.

Depois a coisa foi mudando de aspecto. Tudo tinha de ser por decreto. Daí ter o govêrno baixado o regulamento sob o Decreto n.º 383, com a data de 28 de agôsto de 1908. A inspeção suprema seria da competência do Presidente do Estado e a administração compreenderia duas secções, com um gerente para Tráfego e Oficinas, e Pessoal, assim discriminado: Gerente: 200 mil-réis mensais; Despachante: 100 mil-réis mensais; Fiscal: 100 mil-réis mensais; Administrador de Cocheira: 100 mil-réis mensais; Administração de Carros e Seleiros: 120 mil-réis mensais. Em seguida, vinha o pessoal diarista: 4 condutores efetivos, a 2:660; 4 ditos de reserva: a 2:000 e 5 serventes de cocheira, a 1.500 réis. Os vencimentos do gerente e despachante eram pagos pelo Tesouro do Estado e os demais por décadas, os reservas só teriam direito, quando em serviço.

Nesse retrospecto, chegam-nos as visões de um acidente de consequências dolorosas, quando, na noite de 25 de setembro de 1908, o bonde que fazia o serviço extraordinário, na festa da Mãe dos Homens, às 8 horas, apanhou a criança Félix Gonçalves de Medeiros, em frente a sua residência, à Rua Duque de Caxias, do que resultou o esmagamento de sua perna direita. Socorrido, teve a perna amputada no têrço superior, pelos saudosos facultativos Joaquim Hardman e Flávio Maroja, auxiliados pelo Dr. José Maciel, figura acatada no seio de sua classe.

Dos cocheiros do bonde, Manuel Francisco, chapa n.º 5, fôra prêso, enquanto seu companheiro, o condutor Galdino Limeira de Araújo evadira-se. A criança que teria então 8 anos, resistiu galhardamente, sendo hoje, um cidadão sadio e forte à frente de suas atividades comerciais, nas quais é tido como elemento probo e prestigioso.

Deixemos que se desfaça a melancolia dessa evocação, para seguir a rota traçada neste setor das nossas memórias da cidade.

O govêrno nomeia, a 3 de novembro de 1908, gerente da Ferro-Carril, o Capitão Meira Lima.

No mês de dezembro dêsse ano, no intuito de melhorar e facilitar as condições do veraneio na Praia de Tambaú, são postas à venda, passagens assinaturas, para os criados domésticos, a 10 mil-réis mensais, sem limites no número de viagens.

Foi completado o trajeto da ferrovia de Tambaú, com novo trecho compreendido entre a parada do maceió e a Escola de Aprendizes Marinheiros, a qual já não existe ali, desde sua mudança, em 2 de julho de 1911, quando se transportou para o antigo Quartel da Polícia.

Aquela inauguração foi efetivada a 6 de dezembro de 1908, com a alegria condizente à época.

Para qualquer setor de atividade que olhamos no passado de nossa cidade, constatamos a vanguarda da iniciativa particular. Porém, entre as obras iniciadas e realizadas nos governos de Álvaro Machado e Walfredo Leal, faz-se justiça destacar uma das que conseguiram mais aplausos e simpatias populares: a ferrovia TAMBAÚ.

Com a mentalidade contemporânea, quando de sua instalação, numa observação superficial, pareceria que emprêsas dessa natureza seriam olhadas num plano secundário aos interêsses vitais da coletividade, como se o veraneio nas praias estivesse situado entre as diversões.

A cidade de então, pequena e pobre, ia crescendo pouco a pouco, nas suas diversas atividades.

A necessidade já palpitante de um transporte urbano às margens do Atlântico próximo, se fazia sentir.

Não podia, entretanto, ser tão cedo efetivado em virtude de razões inerentes ao tempo e que aqui não cabe discriminá-las.

Ficou tolhida a iniciativa particular, de vez que semelhantes emprêsas pondo de parte todo o idealismo, não se justificam pela utilidade imediata, mas tão-sòmente pela compensação proporcional do capital empregado.

Da maneira como foi instalada, vimos como foi a nossa única via de transporte à encantadora Praia de Tambaú.

Depois, o tempo, na sua eterna marcha natural, foi destruindo material e vontades. Imperou, então, o desânimo e a desordem nos diversos departamentos da emprêsa.

Em junho de 1909, pessoalmente, o Dr. João Lopes Machado governando os negócios do Estado, contraiu a obrigação de ir todos os dias dirigir a restauração daquela ferrovia, num veemente atestado de zêlo e dedicação aos dinheiros públicos e aos interêsses de seus cidadãos. Foi uma verdadeira ressurreição, no espaço de poucos dias!

Máquinas restauradas, chaminés aperfeiçoadas, evitando as fagulhas da queima da lenha que já não estragariam as roupas dos passageiros como outrora. Carros pintados e com novas cortinas brilhando ao sol tropical. Por tôda parte, reinou a higiene, o confôrto, a harmonia e a ordem.

No intuito de modernizar o transporte urbano, antes mesmo de realizar o contrato dos bondes elétricos, o govêrno teria encomendado dois bondes-automóveis, destinados ao tráfico entre o Varadouro que era o bairro baixo e comercial e a parte da cidade alta. Ficara patente a impossibilidade de rápida comunicação em carros a tração animal por

demais brutal, numa ladeira de forte declive como a do Rosário, no mencionado percurso.

Os referidos bondes chegaram quando estávamos já no regime de contrato de viação elétrica.

A 15 de fevereiro de 1911, foi inaugurado o serviço daquele trajeto tendo comparecido ao ato, convidado pela novel *Empresa Tração, Luz e Fôrça*, o Dr. João Lopes Machado, que se fêz acompanhar do fiscal, junto à mesma empresa, João de Lira Tavares.

Compareceram, ainda, Inácio Evaristo, Drs. Joaquim Hardman, Otacílio de Albuquerque, Guedes Pereira, José Maciel, Barnabé Gondim, Álvaro Monteiro, José Pereira Lima, Pedro de Barros, Oscar Soares, José de Almeida, Tomás Beltrão, Eutíquio Autran e o representante da casa inglesa que forneceu os automóveis.

Finalmente, em 10 de dezembro de 1910, antes daquela inauguração, foi entregue aos Engenheiros Alberto San Juan, Tiago Vieira Monteiro e Júlio Bandeira de Melo, mediante inventário, os imóveis, móveis e semoventes da antiga Ferro-Carril e via férrea Tambaú, de acôrdo com a cláusula XIII, do contrato celebrado, em 4 de outubro do referido ano.

Essas visões, lentamente, se esbatem na névoa remota donde surgiram depois de tantos anos de quietude e esquecimento.

CAPÍTULO XVII

TRAÇÃO ELÉTRICA

Finalmente, com êxito absoluto, teve início a experiência oficial dos bondes elétricos na nossa cidade.

Um bonde especial saído da frente do Palácio, conduziu o Presidente Dr. Castro Pinto, à Usina de Tambiá, poucos minutos antes daquela cerimônia. Logo em seguida, tomaram assento, no primeiro carro elétrico, as pessoas cujos nomes temos na memória, auxiliada por notas daquele tempo. São elas: Dr. João Pereira de Castro Pinto, Presidente do Estado; José Rodrigues de Carvalho, Secretário Geral; Antônio Massa, Chefe de Polícia; Seráfico da Nóbrega, Deputado Federal; Francisco Xavier Júnior, Diretor Geral da Instrução Pública; Alfeu Rosas Martins, Oficial de Gabinete; Desembargador Caldas Brandão; Dr. Artur dos Anjos; Senador Pedro da Cunha Pedrosa; Leonardo Smith, Redator do jornal "A União"; Cel. Aquiles Coutinho, Comandante interino da Fôrça Policial; Dr. José Américo de Almeida, Procurador Geral do Estado; José Frutuoso Dantas Júnior, Inspetor do Ensino; Cel. João Lira Tavares, Fiscal do Govêrno junto à Empresa de Luz; Artur Carlos de Gouveia, Delegado Fiscal; Cap. Álvaro Monteiro; João de Sousa do Ó; Sebastião Paiva, Inspetor da Alfândega; Cap. Adolfo Massa, Comandante da 4.^a Cia. Isolada de Caçadores; Dr. Oscar Soares, Redator-Chefe de "O Norte"; Tenente Alexandre Veloso, Imediato da Escola de Aprendizes Marinheiros; Cícero Caldas, funcionário dos Telégrafos; José Bezerra Cavalcânti, Prefeito da cidade; Dr. Eduardo Pinto Pessoa, Inspetor do Tesouro; Manuel Carvalho Júnior, Presidente da Associação Comercial; Dr. Miguel Rapôso, Encarregado das Obras Públicas; Eduardo Cunha; Ildefonso Bezerra, guarda-livros da E.T.L.F.; Ulisses d'Oliveira, Redator de "O Operário"; Anísio Borges, Secretário da Prefeitura; Drs. Armando e Joaquim Hardman, médicos da mesma empresa; Eduardo Fernandes, Deputado Estadual e Manuel da Cunha, negociante em nossa praça.

Percorrendo o roteiro previamente traçado, o bonde trafegou sem nenhum acidente, apenas parando para dar lugar, nos cruzamentos, à passagem dos antigos bondes a tração animal que, ainda se encontravam em trânsito.

De volta, depois de ter percorrido as Ruas Duque de Caxias, Ladeira do Rosário, Barão do Triunfo, Barão da Passagem, Visconde de

Inhaúma, Praças Álvaro Machado e 15 de Novembro, chegou à usina, às 14,30 horas da tarde.

Lá, em improvisado "buffet", foi oferecido pela direção dos serviços, um copo de cerveja aos presentes. Usou da palavra, naquela ocasião, o Dr. Pedro Pedrosa, saudando o Presidente Castro Pinto.

Em seguida, como era de praxe, o chefe do govêrno agradeceu, elogiando com a sua eloquência de estadista e amante do torrão natal, os diretores da Emprêsa que, independendo de capitais estrangeiros, dotaram a cidade de um dos seus grandes melhoramentos.

* * *

O ato da inauguração ocorreu no prédio da Subestação, no dia dezoove de fevereiro de 1914.

A banda de música da Fôrça Policial executou uma marcha à entrada do Presidente do Estado, falando, na ocasião, o advogado da emprêsa, Dr. Leonardo Smith, o qual disse do pleno cumprimento das cláusulas do contrato celebrado entre aquela entidade e o govêrno do Estado, no prazo legal.

Reportou-se, ainda, o orador às vantagens dos serviços elétricos como fator social de civilização e progresso.

Em seguida, em feliz improviso, o Presidente Castro Pinto lembrou aquela outra figura de estadista conterrâneo, João Machado, a cujas iniciativas a cidade devia o seu atual progresso. Finalizando congratulou-se com a população da cidade que ali acorrera, na quase totalidade de suas classes.

Às 10 horas, começou então o tráfego dos bondes, em tôdas as linhas, com concorrência extraordinária, intensificada à noite, quando a vibração popular era imensa.

Recordamos, ainda, passados tantos anos, a nota dissonante daquele dia festivo, quando o Cel. Aquiles Coutinho, Comandante da Fôrça Policial, se dirigia ao quartel e teve o seu carro, então puxado por dois cavalos, completamente inutilizado devido a uma colisão com um elétrico que descia a Ladeira do Rosário.

O maior culpado, no caso, foi o próprio boleeiro que se aventurou a cortar um bonde elétrico, em local pouco apropriado, e dirigido por um motorneiro sem grande prática.

Felizmente, a não ser o prejuízo daquela viatura, o Cel. Aquiles nada sofreu no acidente.

CAPÍTULO XVIII

EVOCAÇÕES SÃO-JOANINAS

A memória de João Lélis.

Como tôda gente, tivemos uma afeição igual a que se dedica a um bom irmão. Quando êle apareceu com aquela modéstia tão sua, no nosso convívio, de pronto, laços de afinidades nos uniram. Irmanados espiritualmente caminhamos juntos, todavia foi pequeno o percurso. Porque tarde chegara e cedo partira para a grande viagem, pois que assim determinara o destino.

A saudade é como o reflexo impreciso de um sonho que não perdura, mas que se não esquece.

Certo dia... tal qual nos contos de fadas estropiadas pelas pretas mucamas da nossa meninice, quando na alfaiataria do José Eduardo, confrontávamos velhas notas, nos lembramos do pedido daquele amigo que se fôra e que se chamou João Lélis, para desenterrar os defuntos são-joaninos de algumas décadas passadas...

Então, dali mesmo, levados pelo tapête mágico das recordações, iniciamos o nosso passeio retrospectivo.

Seguimos pelas redondezas da Rua dos Portões, como era então conhecida a Rua do Mata Negro, atual Cardoso Vieira, alcunha muito a propósito, seja dito num parêntesis, pois que tôdas as residências das Ruas da Areia e Viração iam ter ali os seus portões. Chegamos à venda de Álvaro Frederico de Almeida e Albuquerque, mais conhecido por Ioiô Belisário — devido a uma preta que, ao ir buscá-lo na escola, sendo inúmeros os Ioiôs, identificava-o juntando ao seu dengo o nome do seu pai, comandante do Batalhão de Segurança. Ali era o nosso centro de atração, não só pela maneira cavalheiresca daquele velho comerciante tratar a sua numerosa freguesia, como pelo modo de aconselhar e saber fazer amigos. Êle, conhecedor das nossas inclinações, aproveitava-nos, de comum acôrdo, para os primeiros arranjos das decorações são-joaninas.

Os seus filhos, Durval e Duarte podem testemunhar o carinho que o desaparecido amigo votava às festas são-joanescas. Era então assim, que, ao raiar do dia 23 de junho, a pre-falada rua ainda existente, porém, sem os velhos portões, ostentava o tom festivo de aldeia portugêsa de Trás-os-Montes.

Por não existir calçamento, podíamos enterrar, em tôda a rua, bananeiras revezadas com mamoeiros e vários mastros cheios de pa-

pos de papel colorido, encimados por grandes bandeiras de ganga multicolor e, ainda, por cordões com bandeirinhas e lanternas de papel de sêda e côres variadas, desde onde demora o atual edifício da Secretaria das Finanças, até a esquina do Beco da Catedral, onde existia uma casa alta, olhando para aquela artéria, então residência do Sr. Francisco Paiva, ao tempo, único marchante de carne e possuidor de vários açougues, no Largo da Viração, onde o velho Apolinário gritava para acabar a tarefa: “320 réis o quilo”.

No correr do dia, então, viam-se atarefados os empregados e os meninos das casas no arranjo das respectivas fogueiras e correspondentes mastros, cada qual mais interessante, deixando flutuar, lá no alto, a bandeira com a efigie do apóstolo querido, d’Aquêlê que aconselhava aos homens “se amassem mùtuamente”.

Alguém já disse que, sem o passado, não haverá futuro. Por isso, inclinamo-nos, sempre, pelo presente, aos dias que se foram, evocando a singeleza daquela vida sem maldades, num comparativo atualizante. E, em conseqüência do modo por que muita gente já se vai acostumando a olhar as tradições, marca imperativa duma raça e dum povo, é possível que, em 1995, um garôto “por defastio da vida moderna” que, então, atravessa, queira fazer um inquérito sôbre como viveu o seu avô, mais ou menos, em junho de 1945... Com alguma dificuldade (já que os arquivos por serem velharias devem desaparecer), encontrará um môço ainda hoje; sim, porque os môços de hoje, também chegarão à idade da razão, que lhe dirá: “em 1945, nós, eu e seu avô, lembro-me bem, no dia 23 de junho, fomos assistir, no Rex a um filme de Dorothy Lamour e, depois, tomamos uns aperitivos no “Cassino do Parque”.

Remontando a rota que vínhamos seguindo, com os olhos cerrados aos dias presentes, vendo aquelas imagens que se foram, tão nítidas, tão alegres e tão cheias de vida, encontramos Luís Amendoim, trabalhando na tenda de fogos, lá numa casa onde fôra cacimba do sítio de Ioiô Carvalho, no Beco do Tanque. Tôda a cidade conheceu a mestria de Amendoim na feitura de balões, o único, aqui, que fêz um perfeito boi de papel, no tamanho natural e que voou mesmo... Foi, segundo dizem, o primeiro, na época, depois daquele mandado fazer, nas festas de Nassau, em Pernambuco, quando do domínio holandês.

Deparamo-nos, também, com Antônio Maduro, morador do Beco dos Três, em cuja casa, ainda existente bem atrás da atual Capitania, reunia-se a nossa turma cotizada para ajudá-lo na confecção dos busca-pés que, seriam queimados em várias esquinas, desde o acender das fogueiras, em nossa rua, onde deixávamos a meninada de calça curta soltando mijões e quebra-canelas, nos intervalos dos balões, soltados na subida pelos gritos da garotada, “Cai Balão!” As mocinhas queimavam os “craveiros”, as “pistolas” e as “rodinhas”, ajudadas e sob os olhares das mães que, por sua vez, evocavam o seu tempo... Até o Pátio do Palácio — hoje Praça Venâncio Neiva — em revezamento, por Chico Lima, Antônio Meneses,

Janson Lima, Delmiro de Andrade e outros, causavam inveja a muitos rapazes que naquele tempo não conheciam as vantagens do cooperativismo...

Os "limalhas" de Antônio Maduro nada ficavam devendo aos afamados "fogos" de Zezé Medeiros e Teodomiro Neves, nos célebres "combates" em frente ao velho Clube Astréia, na Rua Direita (no sobrado onde está o Instituto Histórico), e a esquina do "Café Chic" de Joca Aranha, atualmente, Cinema REX.

Formavam-se os partidos de espectadores e, não raro se ouvia a vaia de assobios quando, ao queimar a escorva do busca-pé, havia demora em acender outro. Então, cortava o ar uma ferina voz: "Bota sebo de anum! Pra dizer que só tem um!"

Era no tempo em que o Silvino Lopes, morando na Rua Direita, justamente, onde fica hoje, o "*CAFÉ ALVEAR*", pulava junto com Adolfo de Vasconcelos, o muro do quintal que dava para a Rua do Sertãozinho e abafava vários "limalhas" de Cândido Pessoa e sua turma que ao conhecer a mercadoria, quando era queimada no Pátio das Mercês, obri-gava o troncado Silvino a deixá-la e desabalar numa louca carreira até a casa.

De volta, às vezes, aceitávamos os vários convites para provarmos das canjicas, acompanhadas do vinho velho do Pôrto. Entre êles, certo dia, tivemos o da mulata Liliosa, na sua residência atrás do Palácio do Govêrno, onde nos esperava lauta mesa de incontáveis pratos de canjica, pamonhas e filhoses.

Em nossa companhia, a mesma turma unida deixava a cidade alta em demanda da nossa zona residencial.

Que espetáculo encantador para os nossos olhos! As fogueiras já não tinham chamas; eram grandes braseiros. Vistas de longe, pareciam monstruosos olhos que nos fitavam na escuridão da noite! À distância, percebíamos as silhuetas das meninas ainda no ritual das adivinhações: do ovo, ou o benzimento da faca nova, para enterrar na bananeira, onde o milagroso santo desenhava o nome do futuro noivo...

E lá encontrávamos em nossa casa a juventude vizinha que ainda não usava meias de sêda, nem batom, deliciando-se com a leitura dos livros de sortes da autoria de Ildefonso Bezerra...

E eram assim os festejos são-joaninos do nosso tempo.

CAPÍTULO XIX

VISITAM S.S. M.M. IMPERIAIS À CIDADE PROVINCIANA
DA PARAÍBA DO NORTE

Corria célere a notícia, naquela manhã de 24 de dezembro de 1859.

A população, na sua totalidade, postou-se nas eminências na ânsia de avistar o navio que conduzia os “sagrados penhores da felicidade e prosperidade dos brasileiros.”

E assim não podia deixar de ser.

Às 12 horas do dia, foi assinalada, na tórre do antigo Colégio dos Jesuítas, a mesma que, atualmente, existe (remodelada em 1928, por João Pessoa e anexa à Secretaria do Interior) a esperada esquadrilha ainda viajando ao sul do Cabo Branco.

Uma hora depois, a Fortaleza de Cabedelo salvava pela primeira vez; da tórre da Capela da Conceição subiram ao ar os foguetes alvissareiros da chegada. Quando o “APA” defrontou a barra e logo passou em frente, ouviram-se as segundas e terceiras descargas de baterias da citada fortaleza.

Era uma longa fila de canoas, jangadas e outros pequenos barcos que ali estavam estacionados e apinhados de gente para aclamação aos reais visitantes.

Ao mesmo tempo, aqui no Cais do Varadouro o povo, conjuntamente com as autoridades, os representantes da nobreza se comprimiam ansiosos pela chegada do “APA”.

Assim que foi divisada a nave, contornando o ponto do “Boqueirão”, de todos os pontos viam-se nos céus da cidade as riscas e flocos brancos das inúmeras bombas dos foguetes que estouravam.

O monarca brasileiro e sua consorte pisaram a terra paraibana às 4 e meia da tarde, sendo recebidos pelo Presidente Leitão da Cunha, pela Câmara Municipal e demais autoridades civis, militares e religiosas.

Em seguida, subiu ao trono armado ali, num pavilhão preparado, segundo se dizia, com o madeirame de uma fragata chilena aqui naufragada.

Depois de ajoelhados, e após beijarem o crucifixo apresentado pelo frade visitador, S.S.M.M. receberam as simbólicas chaves da Cidade, apresentadas em salva de prata pelo Sr. Dr. Francisco Alves de Sousa Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, o qual leu extensa e gongórica felicitação.

Então, movimentou-se o préstito seguindo Suas Majestades sob o pátio, conduzido pelos componentes da Câmara Municipal.

Esse pátio, ricamente confeccionado, era sustentado por varas de prata, posteriormente doadas à Matriz pelo Presidente Leitão da Cunha.

É impossível que as mesmas ainda existam; talvez o espírito reformador e utilitarista atual as tenha substituído por outras de metal branco; talvez sejam as que na última Semana Santa, vimos cobrindo o Senhor Morto.

Abria o préstito os quatro juízes de paz da cidade que, com dificuldades, se moviam devido ao povo pouco afeito a êsses atos.

Passados os primeiros momentos de indecisão, ordenou-se a marcha pelas Ruas do Passo, Varadouro, Areia, dobrando pela da Conciliação (atual Santa Rosa), Largo do Quartel, Ladeira das Pedras (hoje Carioca) e Rua Nova, até a Matriz.

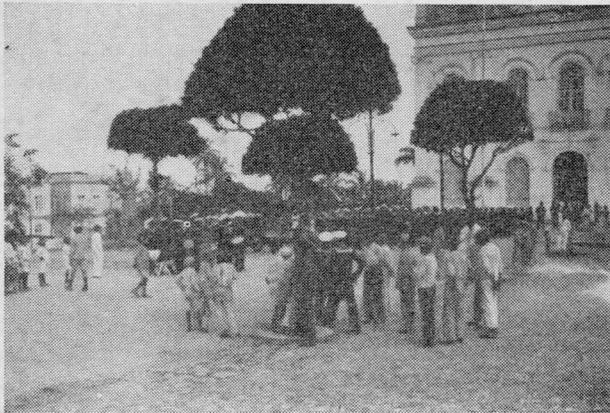
Tôdas as casas ostentavam colchas multicores em suas janelas e sacadas. Colaborando para êsse momento festivo, os moradores teriam mandado pintar de vivas côres, ao gôsto da época, as fachadas de suas residências. Bem perto do pavilhão estava armado um arco decorativo, feito às expensas do Comércio e com dizeres alusivos aos régios visitantes.

A Rua da Areia, naquele tempo, não estava completa em sua edificação, até ao alto da Ladeira chamada das Pedras. Por isto foi armado

um arco na entrada da Rua da Conciliação, em frente da posterior residência da família de Cândido Jaime Seixas, precisamente, onde nos dias que correm é uma pensão familiar.

Nesse arco estavam vinte crianças trajando branco e de cabelos soltos com fitas verdes e amarelas, onde se viam os nomes das Províncias do Império.

À passagem do cortejo, a criança representando a Paraíba, saudou o Imperador, ofertando-lhe um ramo-



1931 — Última Missa assistida pelos Aprendizes Marinheiros, quando da extinção de sua Escola.

lhete de flôres naturais, pelo que teve a honra de beijar a mão de Sua Majestade.

Ouviram-se, então, os vivas de entusiasmo partidos de seis mil bôcas dos que ali estavam na ânsia, muito brasileira, de homenagear o senhor de seus destinos.

Não comportou a Matriz a massa do povo que ficou na Rua Nova, no mesmo entusiasmo a fim de acompanhar o régio casal.

Durante a cerimônia do *Te-Deum*, ouviram-se as músicas sacras mais em voga da época, finalizando às 7 horas da noite, com a patriótica oração do Pregador da Capela Imperial, o nosso conterrâneo Padre Dr. Lindolfo José Correia das Neves.

À saída da Matriz foi indescritível o entusiasmo da população, vivendo o Imperador e a Imperatriz.

Refeito o cortejo seguiu pela Rua da Misericórdia, repetindo-se no terceiro arco ali armado, a cena das homenagens prestadas com a recitação de versos alusivos aos altos personagens que nos davam a honra da visita, sendo, novamente, ofertados outros ramalhetes de flôres naturais.

Desde o pavilhão, lá no desembarque, que a brigada da Guarda Nacional estava formada de um lado e de outro das calçadas, até o palácio da presidência, juntamente com os soldados da primeira linha, num total de seis mil homens.

Todos estavam uniformizados em grande gala, com galhardetes e flôres nas bôcas das espingardas "Milnier", usadas por êsse tempo.

Logo que o cortejo volteou em frente da Igreja da Misericórdia, entrando na Rua da Baixa (trecho compreendido entre aquêlo templo e o atual "Ponto de Cem Réis) ouviram-se repicar, festivamente, os sinos daquela tôrre singela, mandada erigir nos primitivos tempos, por Duarte Gomes da Silveira.

Chegados ao palácio, Suas Majestades assomaram às janelas, de onde, ainda, receberam as ovações do povo estacionado no Campo Comendador Felizardo, assim então chamado o local da atual Praça João Pessoa.



Mercado do Tambiá, construído em 1893, na administração do Presidente Dr. Álvaro Machado, demolido em 1932. No passado, ali se encontravam variedades de frutas européias para as festas do Natal.

No trono que fôra armado na sala principal do antigo Convento de S. Gonçalo, o Imperador como era do protocolo deu a beijar as mãos. Primeiro às senhoras, em seguida o Corpo Consular aqui credenciado, falando, nessa ocasião, o Dr. Henrique Kraussé representante britânico em nome dos demais cônsules.

Espectáculo até então desconhecido para os paraibanos, foi a iluminação com lanternas multicores à luz de velas penduradas nos arames, entre as varas de bambus, circundando os campos, aos lados do palácio.

As bandas de música pertencentes às tropas estacionadas aqui, executaram as peças clássicas dêsse tempo, nos respectivos coretos armados em frente ao palácio. Até alta noite, também tocou ali a banda de música que saltou do navio "APA".

Ao beija-mão, compareceu a Assembléa Provincial tendo discursado o Padre Galvão. O padre visitador Vigário Chacon e vários outros também ali foram introduzidos.

Os matriculados na Capitania dos Portos, e diversos outros cidadãos em número superior a trezentos, formados em batalhão, depois de percorrerem as ruas da cidade foram de dois em dois com os oficiais, primeiramente, levados a beijar as augustas mãos, do filho do fundador do Império do Brasil.

À meia-noite, passando à porta que, naquela época, ainda ligava o palácio à Igreja de S. Gonçalo, então pertencente à Irmandade da Con-

ceição, desde 1852, o Imperador e a Imperatriz e demais membros da comitiva, ouviram a "Missa-do-Galo".

Depois, recolheram-se ao leito.

Terminou, assim, o dia 24 de dezembro de 1859, tão grato aos provincianos da Paraíba.

Amanhecera a cidade ainda em festas.

Acordara S. Majestade bem cedo, pois às 6 horas da manhã chegara montado a cavalo, ao Cais do Varadouro,

AVISO AOS CONHECEDORES E ÀS DONAS DE CAZA

Exija-se em cada lata a Marca da fabrica abaixo

Para fazer **Boa Cosinha** é preciso **Boa Manteiga**

USA!, POIS, A

MANTEIGA PURA EXTRA DE ISIGNY

de **BRETEL FRÈRES**

em VALOGNES (França)

A MAIS IMPORTANTE CAZA DO MUNDO

Manteiga garantida absolutamente isenta de ácido Bórico, Margarina, Azeite e qualquer corpo gordo.

GRANDE PREMIO Exposição Universal de Paris 1889.



1894 — Anúncio de jornais da época, relativo à manteiga francesa, não obstante, conhecida como inglesa.

onde embarcou no "APA", acompanhado do Presidente da Província, do Ministro do Império, do Senador Almeida e Albuquerque, do Vice-Almirante Marques Lisboa e dos oficiais de seu Estado-Maior, em demanda do Cabedelo.

Lá foram recebidos pelo comandante da fortaleza, Capitão Estanislau Rodrigues Chaves que, dignamente, solícito prestou os devidos informes ao Imperador e a todos de sua comitiva sôbre as necessidades daquele comando.

De volta à cidade, o Imperador monta a cavalo, sendo seguido até o palácio por um esquadrão de cavalaria adrede organizado e pôsto ao serviço de S. Majestade. À tarde, o monarca e sua comitiva visitaram o Mosteiro de S. Bento, Conventos de S. Francisco e o do Carmo.

Continuando, estiveram na Santa Casa de Misericórdia e hospital anexo, na Igreja das Mercês e na do Rosário dos Pretos.

Muito se falou então do “cuidado e atenção” do Imperador, em anotar tudo que viu nas diversas visitas.

Já passava das cinco horas da tarde, quando, no Quartel da 1.^a linha, os clarins anunciavam a régia visita.

Lá, tudo fôra encontrado em forma e nada escapou aos olhos pesquisadores do neto de D. João VI. Os livros do batalhão, a conservação do arrumamento, a reserva, as munições e até o café destinado aos soldados foi provado por S. Majestade.

Dali saindo, visitou a cadeia nova, situada no antigo Sítio “Portinho do Sanhauá” e construída em 1857.

Tendo voltado bem impressionado com o estado das prisões, não se conformara todavia com o serviço de esgôto, achando deprimente o sistema de *cubas* onde se *guardavam* as dejeções por vinte e quatro horas.

Ficara, porém, nas promessas feitas ao Imperador, pelos nossos dirigentes, de minorar aquêle desumano serviço. (Sòmente sessenta anos depois, coube ao benemérito General Dr. Camilo de Holanda, concretizar o humaníssimo pensamento do 2.^o Imperador do Brasil, instalando, na Cadeia da cidade da Paraíba, o serviço de Saneamento.)

Em seguida, entrou no quartel onde estava o Corpo Policial instalado na antiga casa remodelada depois de adquirida a Joaquim Batista Avoudono, em 1850. Esse próprio provincial estava situado ao lado norte da Bica do “Gravatá”, fazendo esquina com o primitivo trecho da Rua das “Convertidas”, atual Maciel Pinheiro. Lá no mesmo prédio se encontra, atualmente, o depósito das Obras Públicas. Percorrendo as instalações e verificando o material existente, então, o régio visitante recebendo as continências do estilo, retirou-se em demanda do palácio.

No dia seguinte, 26 de dezembro de 1859, o Imperador visita a Vila do Pilar, onde pernoita e, às 4 da madrugada, dali viaja a cavalo para Mamanguape, onde recebeu as homenagens condizentes à sua pessoa e de acôrdo com as posses da então próspera cidade litorânea; às 11 e meia da manhã do dia 28, regressava o Imperador à nossa cidade.

Nesta noite, os imperantes e todos os membros de sua comitiva assistiram, das janelas do palácio, ao magnífico fogo de artifício queimado, ali no campo adjacente em sua homenagem.

Não tendo acompanhado o Imperador às visitas do interior da Província, a Imperatriz D. Teresa Cristina, dirige-se à Igreja da Ordem Terceira do Carmo, da qual era priora perpétua, segundo o aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, datado de 26 de dezembro de 1847.

Recebida pelos irmãos presentes, considerou-se empossada, assinando o respectivo termo, juntamente com a sua comitiva. Eis os nomes: D. Teresa Cristina, Josefina da Fonseca Costa — dama de S. Majestade; Luís Pedreira do Couto Ferraz — viador de S. M.; Antônio Manuel de Melo — guarda-roupa do Imperador; Dionísio da Cunha Ribeiro Feijó — secretário geral interino do Ministério do Império; Cônego Antônio José de Melo — capelão de S.S.M.M.; Joaquim Marques Lisboa, vice-almirante; Francisco Manuel Barroso da Silva, Chefe de Divisão; Francisco Eduvigés Brício, Capitão-Tenente; Antônio Marcelino da Ponte Ribeiro, 1.º Tenente Ajudante de Ordens; Dr. Propício Pedrosa Barreto de Albuquerque, 1.º Cirurgião da Armada; o Prior da Ordem: Bento José Ferreira Ponteiro; Frei Herculano do Coração de Jesus Brito, Prior comissário; Antônio Ferreira Serrano, 2.º Definidor; Francisco José Figueiredo, Procurador; Marinho da Silva Medeiros, Procurador; Cristiano dos Fojos Correia César, Mestre de Novços; Padre Antônio de Melo Muniz Maia.

Sua Majestade o Imperador, na manhã do dia 29 de dezembro, visitou, ainda, o armazém de artigos bélicos, mais conhecido por “trem de guerra”, construído ao mesmo tempo que o Quartel da 1.ª linha, em 1810, cujo terreno teria pertencido, por doação, desde março de 1793, à Irmandade do Senhor dos Martírios. No mesmo local, atualmente, está instalado o salão de ensaios da banda de música da Fôrça Policial.

Seguidamente, estêve na Fonte de Tambiá, na Tesouraria da Fazenda, situada no Largo do Erário, cujo prédio era uma jóia de arquitetura da época seiscentista, (foi depois do incêndio neste século, em 1915, demolido para ali se erguer o caixão de casa dos nossos dias), onde se encontra funcionando a Delegacia Fiscal, na Praça Rio Branco.

Visitou, também, o Tesouro Provincial, que, nessa época, estava num prédio na Rua do Passo, em frente ao Pôrto do Varadouro, e cuja construção fôra começada em 1857, por ordem do 2.º Vice-Presidente Manuel Clementino Carneiro da Cunha, por contrato com Francisco Soares da Silva Retumba pela importância de 38:000\$000.

Para ali passaram as vistas de Sua Majestade, inteirando-se do movimento financeiro de então.

Depois, foi até o velho edifício da Alfândega, onde tudo achou conforme à praxe.

Voltando à cidade alta, percorreu o velho Liceu que, a êsse tempo, demorava na ala norte do Convento dos Jesuítas, terminando as visitas nas duas escolas de primeiras letras instaladas na cidade. A primeira cadeira de ensino primário dirigida pelo Padre Vítor Pereira, tinha por

sede um prédio, no bairro alto, alugado à Minervino Pessoa Lins, o qual pertencendo ao mesmo, fôra, posteriormente, adquirido pelos cofres provincianos, em 25 de junho de 1872; situado na antiga Rua das Mercês, depois Visconde de Pelotas, fazendo esquina com o Beco do Rosário. Ali, no mesmo, no começo dêste século estivera por alguns anos, a Biblioteca Pública, depois, o Despacho dos Serviços Elétricos, e uma tentativa de armazém cooperativista e, ainda, uma filial da Caixa Econômica Federal, pertencendo, afinal, nos dias presentes, ao patrimônio da Prefeitura Municipal que ordenou a sua demolição para dar lugar a ampliação do Paraíba Hotel. A segunda cadeira primária no Varadouro, na antiga Rua da Areia, esquina do Beco do "Tanque", em uma casa alugada a Francisco de Sousa Carvalho, era dirigida pelo Professor Amaro Soares de Alencar.

No dia seguinte — 30 de dezembro de 1859 — pela manhã, no navio "APA", embarcaram Suas Majestades e comitiva, em demanda da Província das Alagoas.

CAPÍTULO XX

MINISTRO DO CHILE

A cidade da Paraíba, mais uma vez, teve a honra de hospedar um visitante ilustre, o Sr. Dr. Francisco J. Herboso, Conde de S. Miguel de Carma, enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Chile, junto ao govêrno do Brasil.



Palácio do Govêrno engalanado por motivo da posse do 1.º Presidente republicano, Dr. Venâncio de Figueiredo Neiva — 1889.

composta dos Srs. Drs. Otacílio de Albuquerque, Neiva de Figueiredo, Santos Neto e Major Lindolfo de Holanda e o repórter do jornal “A União”, Acadêmico Antônio Espínola.

Em Cabedelo, ainda a bordo, foram recebidos pelo ilustre diplomata e sua Exma. Sra. D. Maria Corrêa de Herboso, Condessa de S. Miguel de Carma.

Logo se formou seletto grupo que demandou à estação local, donde partiu o trem às 2 horas e 35 minutos da tarde, conduzindo os ilustres hóspedes a esta cidade.

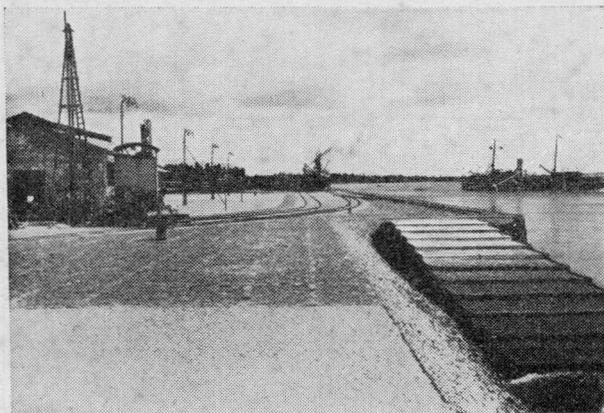
Na velha estação da Praça Álvaro Machado, o Presidente João Machado, ladeado por Inácio Evaristo, secretário geral, Pedro Cunha Pe-

O eminente diplomata viajou a bordo do paquete “Pará” e excursionando por tôdas as capitais do nosso país, destinou um dia para visitar a nossa cidade, em 8 de maio de 1909. Nesse dia, o povo da pequena terra deu provas espontâneas de alta significação pelo muito que nos merece a nação chilena.

Em trem especial, conduzido pela locomotiva n.º 4, da “Great Western”, partiu a comissão que representava o govêrno do Estado,

drosa, vice-presidente e Carlos Cavalcânti, Chefe de Polícia e da quase totalidade seletiva da sociedade de então, aguardavam a chegada do ministro chileno.

Estava postada ali, uma guarda de honra do Batalhão Policial que prestou as continências do estilo, sob o comando do Capitão Ricardo da Silveira.



Trecho do cais de atracação, inaugurado em 1911, construído sob a orientação da extinta Comissão de Melhoramentos do Pôrto.

Como já era de praxe, o ministro recebeu, ao saltar do trem, as boas-vindas do Presidente do Estado.

Nessa ocasião, a Condessa Mme. Herboso, foi cumprimentada e recebida por D. Maria Isabel Figueiredo Machado e Mme. Deodato Monteiro.

Quando o Dr. Herboso assomou à porta da estação, grande era a ânsia do povo para ver de perto o ministro da nação amiga.

Então, ouviu-se os sons do hino chileno executado pela banda de música do Batalhão Policial.

Formando-se o cortejo tomaram assento no primeiro carro que era a "VITÓRIA", do palácio do governo, a Condessa Mme. Herboso, tendo, à direita, Mme. Lopes Machado e, em frente, Mme. Deodato Monteiro. No segundo, que era um *Landeau*, também pertencente ao palácio, seguiram o Ministro Herboso, tendo ao lado o Dr. João Machado, e, em frente, o Dr. Cunha Pedrosa e o Capitão Milanês, ajudante de ordens do governo. No terceiro carro, pôsto à disposição do Estado pelo seu proprietário o Cel. Bahia, tomaram lugar Dário Ovalle, secretário do ministro, Otacílio de Albuquerque e Carlos Cavalcânti. No quarto e último carro, um "Cabriolet", acomodaram-se o Major Lindolfo de Holanda, Dr. Santos Neto e Antônio Espinola.

Os carros, cujas "parelhas" trotavam, vagarosamente, possibilitavam o acompanhamento por outros tantos bondes da antiga Ferro-Carril, onde seguia grande massa do povo.

As famílias, em todo o percurso, estavam debruçadas nas varandas e janelas, e não regateavam aplausos aos simpáticos visitantes que agradeciam sorrindo e de mãos ao peito, num gesto de fidalguia e cavalheirismo.

Estacionaram, por fim, no palacete de Eduardo Fernandes, em Trincheiras, onde ficaram hospedados, precisamente, onde hoje funciona o Departamento de Saúde Pública.

Após alguns momentos de descanso, o Ministro, Secretário, Presidente do Estado e exmas. consortes, percorreram tôda a cidade, visitando os Bairros de Tambiá e Trincheiras, dos quais tiveram agradável impressão pelo pitoresco de então.

Regressando àquela mansão, logo se estabeleceu franca tertúlia incentivada pela vontade do Ministro em conhecer os nossos costumes e usos.

Às 6 horas da tarde, realizou-se o banquete oferecido pelo Presidente João Machado, ao ilustre casal visitante.

A sala e dependências do palacete estavam ornamentadas a capricho, vendo-se, ali, artística distribuição das bandeiras do Chile e do Brasil. Palmas e galhardetes completavam a ornamentação da mesa, que tinha a forma de H., com maravilhoso efeito.

Foi excelente o serviço, cujo *menu*, guardado em nosso arquivo, confirma esta recordação: "Paraíba, 8 de maio de 1909.

Banquet offert par le President de l'Etat Mr. Le Docteur João Lopes Machado á son Excellence Mr. Le Ministre de Chile, Francisco Herboso.

Potage

Creme de Aspèrge

Hors doeuvre

Poisson sauce mayonnaise — Viandes froides

Entrées

Grabe. Patée de poulets aux petits pois.

ROTIS

Dinde au jambon. Crissot de cochon.

Selades

Desserts variés

Frenits. Fromages, Puding, etc.

Vins

Haut Santren, Graves (Blanc)

Bordeaux "Margaux" et Collares Touge, Moscatel.

Champagne — Liqueurs.

Chegada a hora dos brindes, falou o Dr. João Machado tecendo louvores ao trabalho de união sul-americana desenvolvido pelo homenageado ali presente.

O Dr. Otacílio de Albuquerque, em nome da cidade, brindou o ilustre diplomata.

Em seguida, o poeta Dr. Santos Neto, brinda à alma da mulher chilena na pessoa da Senhora Condessa de S. Miguel de Carma.

Por último, pela ética, agradece o Dr. Herboso a manifestação carinhosa que acabava de receber da “pequenina terra brasileira”, donde partia levando o coração pleno da mais viva recordação.

Em volta da mesa, em forma de H., era essa a colocação dos convidados: 1 — Ministro Francisco Herboso; 2 — Condêssa Mme. Herboso; 3 — Dário Ovalle, secretário; 4 — Dr. Cunha Pedrosa; 5 — Dr. Carlos Cavalcânti; 6 — vago; 7 — Inácio Evaristo; 8 — Dr. Flávio Maroja; 9 — Dr. Xavier Júnior; 10 — Dr. Artur dos Anjos; 11 — Cap. Manuel Milanês; 12 — vago; 13 — Dr. Miguel Rapôso; 14 — Dr. Neiva de Figueiredo; 15 — vago; 16 — vago; 17 — Eduardo Fernandes; 18 — Mme. Benjamim Fernandes; 19 — Mme. Artur dos Anjos; 20 — Mme. Eduardo Fernandes; 21 — Senhorita Edite Moreira; 22 — Srta. Pupu Fernandes; 23 — Srta. Marieta Moreira; 24 — Acadêmico Aprígio dos Anjos; 25 — Acadêmico Alexandre dos Anjos; 26 — Alfredo Cerf; 27, 28, 29 — vagos; 30 — Afonso Figueira Machado; 31 — Tito Silva; 32 — Antônio Minervino; 33 — João Lira Tavares; 34 — Padre Matias Freire; 35 — Heli Silva; 36 — José Fernandes; 37 — Dr. Olavo Magalhães; 38 — vago; 39 — Dr. Santos Neto; 40 — Acadêmico Jorge Figueira Machado; 41 — vago; 42 — Acadêmico Antônio Espínola; 43 — Dr. Orris Soares; 44 — Murilo Lemos; 45 — Capitão Nicanor Guedes, comandante da 4.^a Cia. de Caçadores; 46 — Dr. Otacílio de Albuquerque; 47 — Desembargador Cândido Pinho; 48 — Desembargador Heráclito Cavalcante; 49 — vago; 50 — Mme. Manuel Deodato; 51 — Mme. Dr. João Lopes Machado; 52 — Dr. João Lopes Machado.

Seguiram-se cordiais palestras, nas salas do palacete Fernandes até que, às 8 e 50 da noite, o Ministro Herboso e senhora, despediram-se de todos os presentes, sendo acompanhados à estação da estrada de ferro pelo Presidente Machado, Dr. Cunha Pedrosa e Cap. Milanês, seguidos de três carros e dois bondes especiais.

Igualmente, à chegada, a Senhora Condêssa de S. Miguel de Carma, foi acompanhada, na volta, até o Cabedelo, por Mme. Lopes Machado e Senhor Manuel Deodato.

Antônio Justino, chefe do tráfego da “Great Western”, pessoalmente, dirigiu o serviço do expresso que foi puxado pela locomotiva 48, tendo como condutores Artur Tiné e Eleseu Videres.

O tempo não apagou da nossa memória essas recordações, fatos comuns na atualidade, porém, algo importante para a nossa vida de antanho, daí talvez a razão da sensibilidade do poeta quando diz: que “recordar é viver novamente”.

Tôda a sociedade paraibana se fêz representar, nas despedidas ao ministro chileno.

A 4.^a Companhia de Caçadores aqui estacionada, foi representada pelo Capitão Nicanor Guedes, 1.^o Tenente Adolfo Massa, 2.^{os} Tenentes João da Costa Vilar, Gama Cabral e Alfredo Pinto.

“O Tiro Paraibano” estêve presente nas pessoas de Rabelo Júnior, Gustavo Galvão, Francisco Coutinho, João Peixoto e Rômulo Pacheco.

O jornal o “O Norte”, foi representado pelo seu diretor Orris Soares, e a fôlha do Partido Republicano Conservador a “A União”, estêve representada pelo Acadêmico Antônio Espínola.

O Vice-Consul da França, Alberto Cerf, levou ao ministro e exma. consorte os cumprimentos oficiais de seu país.

O Dr. Cunha Lima, chefe da Comissão de Melhoramentos do Pôrto, mandou, pelo seu ajudante Dr. Isidoro Leite, pôr à disposição do Estado as lanchas daquela repartição, para levar a bordo do “Pará”, os eminentes visitantes, uma vez que àquela hora, o navio estava fundeado ao largo.

À semelhança de um elo simbólico fechando a cadeia de recordações, vem-nos à memória, ainda:

Quando passava o carro conduzindo o representante do povo chileno, em frente a “Chapelaria Pena”, no mesmo prédio onde, durante algum tempo também estêve a “Drogaria Caino”, cuja fachada estava ornamentada com as bandeiras chilena e brasileira, o Dr. Diógenes Pena, sócio da mesma casa, tirando da lapela, linda rosa, jogou-a, num gesto de cortesia, aos pés do eminente hóspede que, compreendendo a atitude cavalheiresca daquele nosso conterrâneo, agradeceu de pé, e com as mãos no peito, cruzadas, sob retumbantes palmas dos presentes.

CAPÍTULO XXI

PRESIDENTE AFONSO PENA

Severino Ramos

Na manhã enevoada de 7 de junho de 1948, deixo-me ficar em casa, com os meus pensamentos e as minhas recordações.

No caderno onde tenho anotado antigos acontecimentos da minha querida cidade, encontro uma data igual, mas no ano de 1906. Logo, transporto-me àquele dia, quando aqui chegava o Conselheiro Afonso Pena, eleito Presidente da República, em 1.º de março de 1906.

De início, as imagens têm tons de cinza, próprios das coisas distantes, nas perspectivas do tempo. Logo, na continuidade da leitura daquelas notas, se aclaram, no íntimo e adormecido "ecran", as visões dos fatos passados, quando daquelas festividades provincianas.

Desde a velha e desaparecida Estação da Estrada de Ferro "Great-Western", seguindo pela Praça 15 de Novembro, Ruas Visconde de Inhaúma, Maciel Pinheiro, Barão do Triunfo, Largo do Quartel (Praça Pedro Américo, desde 1919), Rua do Fogo, Ladeira do Rosário e Rua Duque de Caxias, até em frente do Palácio do Govêrno, foram colocadas grinaldas naturais de fôlhas de pitangueiras, entre postes embandeirados, junto aos meios fios das calçadas. A dois terços de altura dos postes, estavam colocados escudos pintados com as côres nacionais e os nomes dos municípios e dos vultos proeminentes da política estadual, os quais demonstravam, também, o bom gôsto e a arte do venerando mestre do desenho — Professor Genésio de Andrade.

Agora, estou completamente identificado com aquêle passado. Re-vejo a natural satisfação do comando da Escola de Aprendizes Marinheiros, ali na Praça Álvaro Machado, no velho *Chalet*, ainda existente, quando o Conselheiro Afonso Pena dissera não ter encontrado instalações condignas, não sòmente lá, como no velho pardieiro da Capitania dos Portos, que demorava à beira do Sanhauá. Prometera, então, que a Escola teria a sua sede no Cabedelo.

Naquela manhã, visitara as oficinas da Comissão de Melhoramentos do Pôrto, instaladas em frente ao velho Cais do "Varadouro", no espaço hoje correspondente ao inacabado frigorífico pertencente (quem sabe?) a um infeliz cooperativismo piscatório de nossa terra. Ali, foi recebido pelo engenheiro-chefe, Adolfo Cunha Lima, que prestou as informações de praxe, pedidas por Sua Exa.

Visitou o Telégrafo Nacional, cuja estação funcionava no sobrado da Rua Maciel Pinheiro, n.º 50 (atual tipografia de Petrucci & Cia.) do qual se utilizou para conversar com sua família, residente em Belo Horizonte, inteirando-se, inclusive, da saúde do seu irmão, Cel. Domingos Pena, que se encontrava convalescente. Na mesma rua, no prédio onde se encontra, atualmente, o Armazém Paraibano, situava-se a Associação Comercial, onde foi saudado pelo Secretário, Dr. Rodrigues de Carvalho, em nome do comércio local. Depois, esteve na Alfândega e na Capitania, tendo discordado da compra de um terreno adjacente para a construção do novo edifício; concordou, porém, com a instalação da nossa aduana, no Pôrto de Cabedelo.

Visitou, ainda, a Saboaria Paraibana pertencente naquela época, a Lemos & Cia., tendo ficado vivamente impressionado pelo que ali lhe foi mostrado.

Era o segundo dia da estada do Conselheiro Afonso Pena, entre nós. Acompanhado de Monsenhor Walfredo Leal e das seguintes pessoas: Dr. Sá Freire, Dr. Antônio Baltar, Dr. Pedro Pedrosa, Paulo Vidal do "Jornal do Brasil" e Rômulo Pacheco, de "A União" partiram, em carros "vitória", do Govêrno, para visitar as repartições.

O carro do Dr. Afonso Pena era seguido de um piquete de cavalaria do Batalhão de Segurança. No Correio, situado na Praça da Intendência, presentemente Rio Branco — no remodelado prédio, em frente à Delegacia Fiscal, Sua Exa. percorrera tôdas as seções, das quais dissera, ao despedir-se do diretor, Dr. Alfredo Espínola: "ficarei muito satisfeito se tôdas as repartições tiverem a ordem desta". Chegou a vez da Delegacia Fiscal que funcionava no antigo e majestoso prédio colonial construído para a extinta Provedoria da Fazenda, por lei de 4 de outubro de 1831. (Dez anos depois daquela visita, em dezembro de 1916, pavoroso incêndio destruiu a casa que abrigara vários governos, no século XVIII, e que era uma obra-prima da arquitetura seiscentista. A "beleza" que dali surgiu nos mostra bem a quanto chegamos no sentido de construções.) Recebido pelo então Delegado Manuel Guimarães Ferreira e demais funcionários, teve palavras de estímulo ao zêlo e eficiência dos que ali mourejavam, colaborando com o Govêrno para o engrandecimento da Pátria.

No Paço Municipal (situado no mesmo local da atual Prefeitura, porém, com as feições da antiga "Cadeia Velha", construída em 1703) foi recebido pelo prefeito, Dr. Xavier Júnior, por Inácio Evaristo Monteiro, Presidente do Conselho e pelos Conselheiros Manuel da Cunha, José da Bahia, Antônio Pinho, Manuel Henrique, Tito Silva, Carlos Alverga, Pirajibe Lemos, 2.º Tenente Gama Cabral, e Dr. Joaquim Hardman, médico do município, e secretário Pedro de Barros.

O Presidente Pena foi ali saudado pelo advogado, Dr. Miguel Santa Cruz, ao qual respondeu com desvanecedoras expressões para o povo paraibano.

Daquela visita, teria sido lavrada uma ata, assinada por Sua Exa., por Monsenhor Walfredo e demais presentes.

Não será de admirar, que êsse “papel velho” não mais exista no arquivo daquela Câmara, se por lá, também, passou o “espírito môço” e ventilado de certo escrivão da Santa Casa de Misericórdia, que um dia quase queima todos os documentos de três séculos de vida da pia instituição.

Religioso e criado nos ditames da lei cristã, o velho Presidente não esqueceria de avistar-se com aquêlê condutor das almas paraibanas, o Bispo D. Aduino, que o recebeu na Igreja do Carmo, admirando-se da majestosa obra dos Carmelitas, e orando, por instantes, no altar de Nossa Senhora. Voltando dali, o Conselheiro Pena, estêve na Escola Normal, então na Rua Nova, onde funciona, atualmente, a Biblioteca Pública. Lá se encontrava o diretor Cel. José Francisco de Moura, que o recebeu e o acompanhou por tôdas as dependências do prédio.

Poucos são os rapazes da atual geração que têm lembrança dum sobrado existente no mesmo lado de quem vem do atual Cinema “REX”. Êle ficava em frente à Rua Nova, quase fechando-a, dando lugar sômente a um estreito “beco” que fôra a avoenga Rua do Sertãozinho, a posterior da “Medalha”.

Pois era ali a residência, por aquêlê tempo, do Dr. Antônio Simeão dos Santos Leal, deputado federal, onde se encontravam hospedados os jornalistas que compunham a comitiva presidencial.

Foi Sua Exa., pessoalmente, democraticamente, como diríamos hoje, visitar o decano dos jornalistas, Ernesto Sena, do “Jornal do Comércio” que se encontrava ligeiramente enfêrmo.

Visitou, por fim, o Liceu Paraibano, então naquele mesmo prédio que ouvira a voz de Malagrida e do Padre Manuel dos Santos, e onde agora se encontra a Faculdade de Direito.

Ali, foi recebido pelo diretor Dr. Seráfico da Nóbrega e por vários lentes e funcionários.

Em seguida a essa visita recolheu-se ao Palácio.

Quarenta e dois anos são passados e relendo aquêlê retalhos das reportagens de então, transporto-me aos acontecimentos festivos que movimentaram a pacatez da nossa vida, no ano de 1906. Continua o prês-tito das evocações: no dia 8 de junho, realizou-se, no salão do Tesouro, no primeiro andar, no velho prédio que, passados 22 anos, o Presidente João Pessoa, reconstruiria aformoseando suas linhas arquitetônicas e nêlê instalando várias secretarias — o banquete oferecido pelo Estado da Paraíba ao emérito visitante. Constou de 120 talheres, com a mesa em forma de I, ficando Sua Exa. ladeado pelo Monsenhor Walfredo Leal e Seráfico da Nóbrega, 1.º e 2.º Vice-Presidentes do Estado. Ao champagne, o Conselheiro Pena, respondendo ao brinde de Monsenhor Walfredo, afirmou sua “fé nos destinos da Pátria e a confiança na Providência Divina que rege o futuro e o progresso do nosso país”. E, numa

linguagem simbólica disse: “que todos os pais de família interessavam-se pelos filhos, geralmente, os mais fracos e necessitados, da mesma maneira que êle, ao investir-se das funções do alto cargo, para o qual acabava de ser eleito, tomaria interêsse principal pelos Estados mais pobres da comunhão brasileira”. Quando os aplausos serenaram, o Dr. Seráfico da Nóbrega levantou o brinde de honra, já clássico naquela época, ao então Presidente da República, Conselheiro Rodrigues Alves.

No dia imediato, domingo, mal a cidade abria os olhos para a vida singela daqueles dias idos, o Dr. Afonso Pena, notando a beleza do céu límpido, parecendo de estio, desejou fazer um passeio de bonde.

Em seguida, em carro especial, puxado pela melhor parelha de burros da “Ferro Carril”, partiu de frente da Igreja da “Misericórdia”, acompanhado do Presidente Walfredo, seu filho Dr. Álvaro Pena, Dr. Aarão Reis e de outras pessoas de sua comitiva, em demanda do “Tambiá”.

Logo se generalizou a palestra sôbre os nossos costumes e ao ser encontrado um vendedor de “pitombas” o Conselheiro Pena, disse desconhecer aquela fruta, pelo que lhe foi oferecido um “cacho”, achando-as deliciosas na expressão do seu regionalismo mineiro. De volta, foi o bonde ao Bairro das Trincheiras, onde várias famílias afluíam às janelas, com a curiosidade de ver o Presidente da República.

Agora, vejo novamente, o movimento de solidariedade da pequena imprensa local, em homenagem aos jornalistas que integram a comitiva do Dr. Afonso Pena. Aquela fraterna festividade, foi levada a efeito na residência do Cel. Eduardo Fernandes.

A mesa tinha forma de E., em honra a Ernesto Sena, o mais velho dos jornalistas do “Jornal do Comércio”. Estiveram presentes os representantes da “Gazeta de Notícias”, de “O País”, de “O Jornal do Brasil”, de “A Tribuna”, de “O Malho”, de “O Dia”, de “A Província” da “Fôlha do Norte” e “Jornal do Pará”, de “A Gazeta de Leopoldina”, de “O Correio da Manhã”, do “Kosmos”, da “Revista da Época”, da “Novidades”, do “Minas Gerais”, do “Correio do Recife”, de “A Bahia”, de “A Capital”, de “A Fôlha” e de “A União”.

Todos assinaram uma ata, na seguinte ordem: Lemos Brito, Francisco Bandeira, Miguel Barros, Mário Soares, Artur Gurgulino, Alegria Júnior, Abelardo Tavares, Paulo Vidal, Lindolfo Azevedo, Manuel Caetano, Oswaldo Carijó, Paulino Botelho, fotógrafo de “O Malho”, Rafael Pinheiro e Ernesto Sena.

Sentaram-se à mesa: Francisco Bandeira, Pardo Vieira, João Américo de Carvalho, Maximiano Machado, Severino Régis, João Lira, Elói de Sousa, Pedro Pedrosa, Ernesto Sena, Seráfico da Nóbrega, Alcides Baltar, Mateus de Oliveira, José Inojosa, José de Melo, Lindolfo Azevedo, Paulo Vidal, Moura Carijó, Cleodon y Plá, Rodrigues de Carvalho, João Vieira, D. Mariquita Carvalho, Abelardo Tavares, Pereira Pacheco, Américo Falcão, João Demétrio, Mário Soares, Gurgulino de Sousa, Coriolano Medeiros, Artur dos Anjos, Manuel Tavares, Miguel Barros, Martins

Barros, Lemos Brito, Rafael Pinheiro, Gustavo da Silveira, D. Iaiá Castro, D. Dulce Silva, Eduardo Fernandes, Manuel Caetano.

Foi servido o seguinte *Menu*: *Entrada*: Peixe ao forno, à “Jornal do Comércio”; Camarões, à “Gazeta de Notícias”; Fritada de Caranguejo, ao “País”. *Pratos*: Pastelões de Galinha, à “Tribuna”, Lombo de Porco, a “O Malho”, Rosbife, a “O Dia”, Peru Cheio à “Província do Pará” e a “O Jornal”, Fiambre, ao “Jornal do Brasil”; Salada, à “Gazeta de Leopoldina”. *Sobremesa*: Frutas, ao “Correio da Manhã”; Canjica de Milho Verde, ao “Kosmos”, Pudim, à “Revista da Época”; Bolos, ao “Novidades”; Queijos, ao “Minas Gerais”; Compota, ao “Club dos Repórteres”; Sorvetes, à “Fôlha”; Vinhos, a “A União”; Champanha à “Imprensa Brasileira”, Café e Licores, a Ernesto Sena.

Liderava, na imprensa de então, Rodrigues de Carvalho, o querido poeta do “Coração”, que em saudação aos confrades do Sul, fez a mensagem seguinte, lida pelo mavioso vate de Lucena, Américo Falcão.

Antes, abro um parêntesis, nesta seqüência de recordações para consignar as saudades do meu sentir, em sincera homenagem à memória daquelas duas expressões máximas das letras e da poesia conterrânea, desaparecidas do nosso convívio:

“ A M E N S A G E M ”

Senhores, a Paraíba
Velhinha, quase vovó
Vivendo na “pindaíba”
Pobrezinha como Jó,

Às vèzes, de seu marasmo
A cabeça também ergue,
Vibrando de entusiasmo
Quando fala em Guttembergue.

E, tal se usa por cá,
Vem render-vos homenagens,
Com peixes do Sanhauá
Com suas frutas selvagens.

É certo que ainda ensaiamos
O b, a, bá do jornal;
Mas, há ninhos pelos ramos,
Favônios no coqueiral...

E quem tem brisa e coqueiros,
Céu azul, manhãs serenas,
Pode ter seus “jornaleiros”,
Com arcos e cocar de penas...

Pamonha e canjica, verde
 Tudo nosso... mas tão pouco!
 Xerez, não, mas, tendo sêde
 Bebereis água de côco.

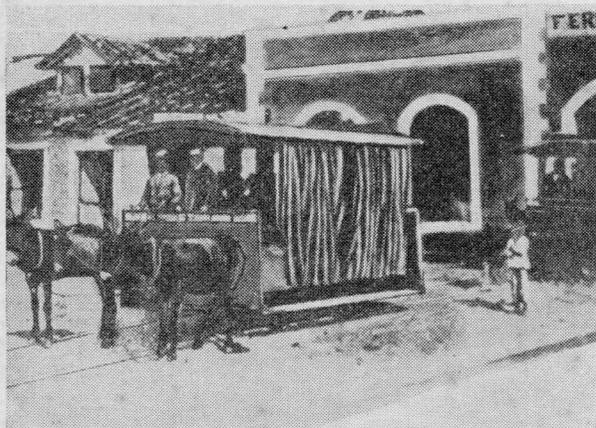
Ao querido Ernesto Sena
 Que já prateia o cabelo,
 Para dar mais fogo à pena
 As ostras do Cabedelo.

E aos demais de pouca idade
 Pilhas febris de paixões
 Pra atijar a mocidade
 Camarões, sim, camarões!

Crustáceos viris guerreiros,
 Irmãos do herói de Marengo
 Com que Vidal de Negreiros
 Deu que fazer ao Flamengo.

Hurra! pois, que a alma se banhe
 Neste brinde; e se o beberdes
 Sejam taças de *champagne*
 Os patrícios côcos verdes.

R. C.



1903 — Tipo de bonde da extinta Ferro-Carril Parai-
 bana, usado até 1912.

A referida mensa-
 gem foi então distribuí-
 da entre os presentes,
 passando de mão em
 mão, para que, numa
 imorredoura lembrança
 levassem as assinaturas
 do próprio punho de
 todos os que haviam
 comparecido àquela en-
 cantadora festa.

Tendo uma senhori-
 ta pedido a Rafael Pi-
 nheiro a sua assina-
 tura, êle, num rasgo
 próprio de cavalheiris-
 mo espanhol do século
 XVIII, furou com um

broche da gravata o braço e, com sangue, escreveu no *menu* o seu nome. Para finalizar a maravilhosa reunião, Paulino Botelho fotografou os presentes, à sombra das velhas mangueiras da confortável residência da família Fernandes, que nucleava a sociedade paraibana, no ano da graça de mil novecentos e seis.

Confirmando a verdade histórica dêsse relato, o prezado mestre Coriolano de Medeiros, um dos presentes àquela festa, citou-me, a propósito, um trecho da palestra que tivera com o seu companheiro de mesa,

Miguel Barros, representante da "Fôlha do Norte" e do "O Jornal", do Pará, palavras que jamais se apagaram de sua memória, pela sinceridade por que muito de perto falaram à nossa alma de nordestino. Fôra a citação elogiosa daquele jornalista, referente ao nosso conterrâneo, poeta Eliseu César, atuando no referido Estado, que êle não sabia paraibano e tendo sido quem melhor soubera empolgar aquela turma de valores, ali presente, com um discurso que dissera bem do conceito que se vinha firmando sôbre êsse esquecido rincão do Brasil.

Chega, enfim, o dia da despedida. Inspirado no gesto "guasca" identificando o homem dos "Pampas" ao jornalista Rafael Pinheiro, o nosso Américo Falcão, que se tornaria o querido cantor das belezas de Lucena em o posterior "Soluços de Realejo", compôs o sonêto "Letras de Sangue", oferecido ao insinuante delegado da imprensa carioca daqueles dias.

"LETRAS DE SANGUE"

Alma que vibra encantadas harpas,
Tu que de longe vens, alma fremente,
Ora pisando ríspidas escarpas
Ora cantando ao sol aurifulgente;

FERRO VIA TAMBAÚ

21-10-1906 Horario

DIAS UTEIS

Partida da Cruz do Peixe Partida Imbiribeira

MANHÃ

6 HORAS E 30 MINUTOS	7 HORAS E 15 MINUTOS
7 « « 30 «	8 « « 15 «
8 « « 30 «	9 « « 15 «

TARDE

4 HORAS E 30 MINUTOS	5 HORAS E 15 MINUTOS
5 » « 30 «	6 « « 15 «
6 « « 30 «	7 « « 15 «
7 « « 30 «	8 « « 15 «
8 « « 30 «	9 « « 15 «

Domingos e dias santificados

Das 6 horas da manhã até 11 horas do dia, de meia em meia hora.

Das 3 horas da tarde até 10 horas da noite de meia em meia hora.

Parahyba 1 de Dezembro de 1904.

O Director das Obras Publicas

EMILIO KAUFFMAN.

Tu que descantas ao teu ninho ausente,
Afastarás ao certo as duras farpas
Dêsse caminho interino inclemente,
Alma que vibras encantadas harpas;

Ao fino azul do céu da Paraíba
Cantaste! E, hoje, talvez, que suavidade!
Cantes, quem sabe... solitária riba

E, agora, essa lembrança me consome...
Ai se eu pudesse te escrever: Saudade
Com a mesma tinta que escreveste o nome!

E foi assim, que a minha Cidade, por um dos autorizados representantes do seu sentimentalismo, retribuiu àquela vibrante caravana da arte e do saber, as homenagens tributadas à mulher e à imprensa contemporânea.

Afinal, tôdas aquelas visões foram-se confundindo com as névoas dessa manhã, e adormeceram novamente, no caderno das recordações.

CAPÍTULO XXII

FESTA DA PADROEIRA N. S. DAS NEVES

Desde o Império que o dia 1.º de agosto era dedicado à classe dos militares, pela organização do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Neves, no período dos festejos à Virgem nossa padroeira.

Afastemos a cortina do tempo para dar lugar à ronda das evocações, quando decorria o ano da graça de 1902.

A comissão encarregada da noite distribuída aos militares havia anunciado e convidado o povo, bem assim todos os clubes literários, para acompanharem a trasladação da bandeira, cujo ponto de saída seria o Quartel do Batalhão de Segurança.

De lá, com itinerário pelas principais ruas da cidade, seria conduzida até a catedral, onde no respectivo mastro, deveria ser hasteada.

De início, lembremos as principais figuras dessa comissão: Coronel

Manuel Joaquim de Sousa Lemos, Major Manuel Maurício Lopes Lima, Capitão Antônio dos Santos Coelho, Capitão-Tenente Francisco dos Santos Mata, Coronel Augusto Gomes e Silva, Tenente Augusto Alfredo de Lima Botelho, Capitão Antônio Manuel Fernandes, Coronel Manuel Genuíno de Araújo, Capitão Vitorino Toscano de Brito, 2.º Tenente Oscar de Azevedo e Alferes Antônio Inocêncio de Carvalho Costa.

A chuva que prometia embaraçar a saída da passeata, talvez que à força de tantas preces, balbuciadas pelos lábios das nossas gentis conterrâneas, estancara de todo.



Em 1904, a Rua Direita, quando a cidade, ainda, era servida com bondes a burro e iluminação a querosene.

Organizam-se os diversos elementos e, às 5 horas da tarde, começa o desfile pela rua próxima, Barão do Triunfo, seguindo o itinerário pelo Bairro do “Varadouro”.



Rua Direita, vista tomada do Sul para o Norte, vendo-se o sobrado onde funcionou o Clube Benjamim Constant, no primeiro plano à esquerda — 1904. Esta rua era então servida pelos bondes a tração animal.

Belo e longo o prês-tito, por onde vai passando, recebe as aclamações de entusiasmo.

A marcha era aberta por dois clarins, montados em árdegos cavalos, cuja indumentária era azul, com longa capa encarnada.

Eram seguidos por um guapo esquadrão de lanceiros, montados em cavalos negros.

Vinha, depois, um navio puxado por Aprendizes Marinheiros e logo seguidos por lindas mocinhas trajadas, corretamente, à maruja. A banda do “Clube Astréia” composta, então,

de rapazes da família paraibana, na sua maioria empregados no comércio, precedia uma bonita charola representando uma fortaleza (magnífico trabalho do nosso coestaduano Professor Genésio de Andrade), em homenagem ao Exército brasileiro.

Cerremos os olhos para melhor ver tudo que nos ficou sôbre aquêlê grupo encantador de meninos trajados à marinheira que desfilavam atrás daquela fortaleza, miniatura da nossa arruinada e vetusta S. Catarina, relembrando os feitos heróicos da nossa gente no Cabedelo.

Em seguida, vem o símbolo representante dessa terra: a bem feita bandeira da noite, organizada pela classe dos defensores da nossa soberania.

Sôbre lavôres dourados em sêda azul chamalotada, destaca-se a efígie da Virgem das Virgens — Nossa Senhora das Neves. Colocada sôbre uma rica charola era conduzida por um grupo de senhoritas.

Ladeando a mesma, seguia dois cordões de môças entoando o hino à excelsa Virgem Mãe de Deus.

Após, se fazia ouvir no acompanhamento musical, a banda de música do Batalhão de Segurança.

Espoucam no ar as bombas dos foguetes; já vão longe os dois clarins dianteiros. Aproxima-se o primeiro carro alegórico. Nêlê, a gentil Her-

melinda, filha do Capitão Antônio Manuel Fernandes, que representava Marte, o deus da guerra.

Sôbre a toga purpúrea, ressaltava o brilho de ouro da cota de malha.

Ao lado do carro, como guarda de honra, dois oficiais a cavalo.

Em refôrço, seguia uma bôca de fogo com sua respectiva guarnição composta de praças do Batalhão de Segurança, que também puxavam a carrêta de munições.

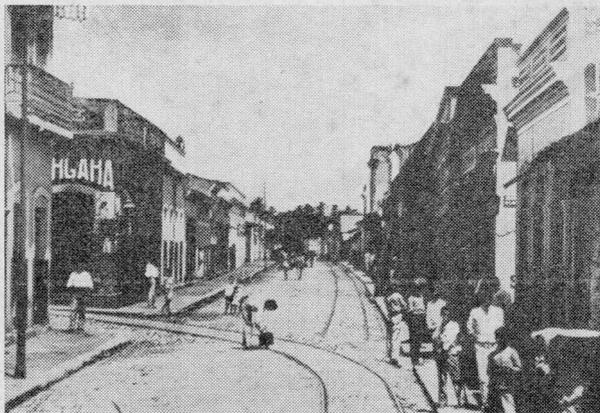
Guardando distância, aparecia um carro tirado a dois cavalos brancos, ornamentado, com arte e capricho, conduzindo a figura da República, representada pela interessante jovem, ornamento da sociedade de nossa terra, Anência Costa, que, em pé, trazia à mão direita o pavilhão nacional. Na boléia do carro, sentadas e ricamente trajadas, vinham duas crianças.

Esse carro tinha como guarda um canhão puxado por Aprendizes Marinheiros. Já os fogos do ar eram queimados no alto da Rua da Areia e ainda se podia ver a multidão, que acompanhava aquela procissão cívica, dobrando pela Rua Maciel Pinheiro.

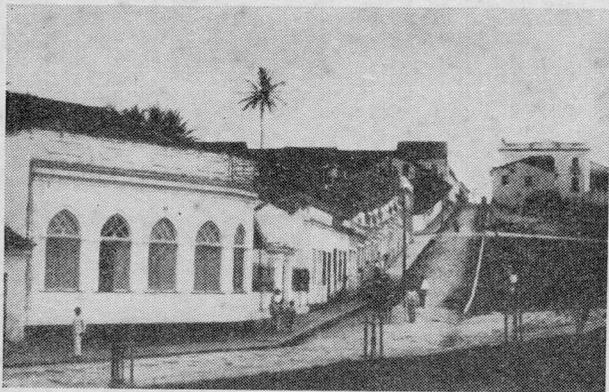
Enfim, com muita ordem, deu entrada à noite, na igreja, onde, depois da bênção, foi hasteada a bandeira, queimando-se na ocasião inúmeros "fogos-de-bengala".

No pátio, ornado com várias colunas e ladeados com longas guirlandas de pitangueira, sobressaía bonito coreto, em forma de navio, cujo trabalho honrava os artesãos da cidade. Ali, nessa noite, que estamos relembrando sem saudosismo piegas, que nada traduz, revezaram-se as bandas de música do Batalhão de Segurança, da Escola de Aprendizes Marinheiros e a da Fábrica de Tecidos Tibiri.

Os acordes das maviosas valsas regidas por Camilo Ribeiro, José Rodrigues Correia Lima (Zé Grande) e Manuel Carneiro fizeram as delícias da concorrência numerosa dos que estiveram lá, na Rua Nova, onde, depois da novena, reinou a alegria nos festejos da mencionada noite dos militares.



Trecho da Rua Maciel Pinheiro, vendo-se os trilhos da Carril, (tração animal) subindo a estreita Rua Barão do Triunfo. 1910.



1905 — Ladeira das Pedras, depois do Consumo, da Carioca e, atual Peregrino de Carvalho.

Nesse ano, a briosa Guarda Nacional, representada pela maioria dos oficiais das diversas armas, compareceu tendo à frente o seu comandante superior: Coronel Manuel Joaquim de Sousa Lemos.

Podemos citar os nomes dessas figuras então em evidência:

Coronel Francisco Coutinho de Lima e Moura, Capitão Ezequiel Machado, Capitão Manuel Maria de Figueiredo, Capitão Manuel Marinho, Coronel Manuel Henriques de Sá Filho, Major Henrique de Almeida, Coronel Manuel Martins Viegas, Coronel José Pereira Neves Bahia, Tenente Júlio de Vasconcelos, Tenente Antônio Daniel da Cruz, Capitão Fernando Rosas, Major João Davino Flôres, Capitão Paulino de Figueiredo, Capitão Antônio Mendes Ribeiro, Coronel Cândido Jaime da Costa Seixas, Major Brabância Pirajibe de Sousa Lemos, Major-Ajudante José Luís Castanhola, Coronel Manuel Genuíno de Araújo, Coronel Comandante da 2.^a Brigada de Infantaria Antônio Soares de Pinho, Coronel-de-cavalaria Eulálio de Aragão e Melo, Capitão Elvídio de Andrade, Capitão Gregório de Oliveira, Capitão Trajano da Costa Pessoa, Coronel Antônio de Brito Lira, Capitão Antônio Veríssimo de Luna, Capitão Antônio Bezerra de Araújo, Major Eduardo de Melo Fernandes, Capitão Francisco de Assis Bezerra, Capitão Manuel José da Cunha, Coronel Severino de Castro Régis, Major Artur Aquiles dos Santos, Capitão Henrique de Sá Leitão, Major Carlos Coelho de Alverga e Tenente Antônio Pena Filho.

Era um sem fim de fardas de várias tonalidades que brilhavam seus alamares e botões dourados, aos reflexos dos bicos de luz e carboreto.

Em grupos, ali e acolá, passeavam cumprimentando o belo sexo presente e recebendo as continências de praxe, dos seus inferiores.

E nas estreitas calçadas da Rua Nova de então, nos tijolos vermelhos, retiniam as ponteiras das espadas da briosa Guarda Nacional, num vai-vém constante, até que, subindo nos ares os foguetes da grande girândola, finalizou com estampidos e lágrimas luminosas a festa dessa noite.

CAPÍTULO XXIII

DO TEATRO — HISTÓRIA DE UM LUSTRE

Ao escrever sôbre o passado do rincão querido, evocando certas particularidades de sua vida provinciana, procuro sempre ter por guia a luz da verdade.

Descendente de modestíssimos anotadores de fatos, mais para deleite próprio, sem outras pretensões, da vida citadina da Paraíba, era natural que às minhas mãos viesse ter algo de interessante, certas notas manuscritas, daqueles dias em que ainda eu não tinha visto a luz na terra que êles me ensinaram a querer. Depois, foi se desenvolvendo certo prazer íntimo inerente às mesmas notas recolhidas, lembradas sempre e comentadas nos nossos serões familiares. Daí, o enlêvo que de mim se apodera ao evocar os acontecimentos desenrolados nos idos da antiga cidade. E ainda mais me sinto à vontade, pois que não pertencendo a nenhuma grei, estou por isto mesmo isento dos distúrbios emocionais consequentes, às vêzes, de outras ordens de coisas, causadores da inversão da verdade nos relatos históricos.

Na longínqua decorrência do ano de 1873, em 2 de agôsto, uma sociedade aqui constituída de amadores da arte dramática, tendo a liderança do talentoso paraibano José de Lima Penante, solenizou a colocação da primeira pedra do seu edifício de teatro, que tomou o nome de Santa Cruz, por influência religiosa da maioria dos seus associados.



Uniforme de rigor usado pelos milicianos da Guarda Nacional. Segundo-Sargento Francisco Fernandes da Costa Cabral.

Foi então encerrado numa caixa de zinco um impresso, cujas letras diziam: “Para memória do acontecimento de tanto regozijo para esta cidade a edificação do Teatro Santa Cruz — mandou a associação para tal formada, colocar esta pedra em grande solenidade e contentamento público, na administração do Exmo. Sr. Dr. Francisco Teixeira de Sá.” Discursaram naquela ocasião os Drs. Lindolfo J. Correia das Neves, Félix Antônio Pereira Lima e o Major Francisco José do Rosário. O tempo correu célere na costumeira rotina da provinciana cidade.

Não cabem aqui os pormenores da não objetivação da belíssima e oportuna idéia dos que sonharam dotar a nossa cidade com uma casa de espetáculos que se dignificasse como escola coatora dos maus costumes, de vez que os dirigentes de então nada haviam realizado naquele sentido.

Quem poderá dizer — passados tantos anos — das intenções daqueles que, aproveitando-se do ensejo e lançando mão de parte da verba destinada a socorros públicos, enviada pelo Imperador em 1888, adquiriram com o abatimento de 50% as ações da citada sociedade, as quais davam direito à posse daquele caixão de casa, cujas paredes na altura da coberta jaziam sem rebocos desafiando as intempéries por quinze anos e meses?

Por essa maneira adquirido aquilo que fôra um sonho de um grupo de bons paraibanos, os amigos do Presidente Francisco Luís da Gama Rosa julgaram cumprir a promessa primitiva feita da edificação de um teatro na capital pela Lei n.º 20 de 8 de julho de 1852, sancionada por Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, então presidente da Província. Ainda nesse sentido Beaurepaire Rohan sancionara as Leis ns. 25 e 26, respectivamente de 10 e 12 de 1858, que jamais chegaram a ser totalmente executadas.

Contornadas ou vencidas as divergências reinantes naquele ano de apreensões, foi inaugurado o nosso atual Teatro Santa Rosa em agosto de 1889, nome êsse dado pela corrente dominante de então em homenagem àquele presidente.

Dando-se o acabamento das obras e instalações internas, a comissão encarregada para tal adquirira por intermédio do negociante de nossa praça, Manuel Henriques de Sá, um magnífico lustre de cristal, obra reputada de fino acabamento e maravilhoso efeito. Constava de doze braços que sustinham igual número de depósitos para querosene, de forma esférica, achatada, de gomos reentrantes e circulados de pingentes piramidais e pontiagudos. Do centro que era em forma de balaústre de metal amarelo revestido porém de cristal facetado, desciam centenas de pedras de formato elíptico, engastadas como que em grinaldas de flôres, caindo molemente junto aos referidos depósitos. Custara a importância de um conto e quinhentos mil-réis, quantia que fôra julgada exorbitante pelos *engenheiros de obras feitas*, maldizentes daquele tempo.

Na noite da inauguração, com a casa à cunha — no dizer da crônica contemporânea — ostentava-se lá no alto da platéia, faiscando de luz refletida pelas facêtas de seus pingentes de cristais da Boêmia, o lustre,

produto do artesanato daquele país, desaparecido do mapa europeu desde a guerra de 1914.

Documentadamente vou seguindo a vida daquele prédio, então já pertencendo à administração pública, sem apreciar os seus dias de glória de casa de espetáculos. Tenho em mira, porém, relatar a existência daquela peça que no passado fôra o principal ornamento da iluminação do nosso uniteatro. Ela decerto foi alvo da admiração de todos que ali acorreram depois. Logo passou ao *lugar-comum* das coisas de uma coletividade.

Até que a “A Gazeta do Comércio”, jornal que aqui se editava sob a responsabilidade do Professor Francisco Barroso, em nota de 28 de janeiro de 1896, chamou a atenção de quem competia para a corda que sustentava o lustre do Teatro Santa Rosa, que parecia ressequida e ainda poderia causar grande desgosto em noite de espetáculos. E logo depois no dia 30 do mesmo mês e ano, ainda a Gazeta insere, destacadamente, um agradecimento ao engenheiro diretor, Antônio Augusto de Figueiredo Carvalho — *Carvalho vinte e um* para tôda a gente — pela solicitude com que se houve na substituição da corda do citado lustre por uma corrente de ferro. E, ainda mais, teve o comentarista daquele jornal a satisfação de registrar o melhoramento introduzido lá no teatro pela inauguração de dois bonitos lampiões que ficaram a embelezar e iluminar os terraços que ladeavam o “Santa Rosa” — êsses lampiões depois desapareceram misteriosamente.

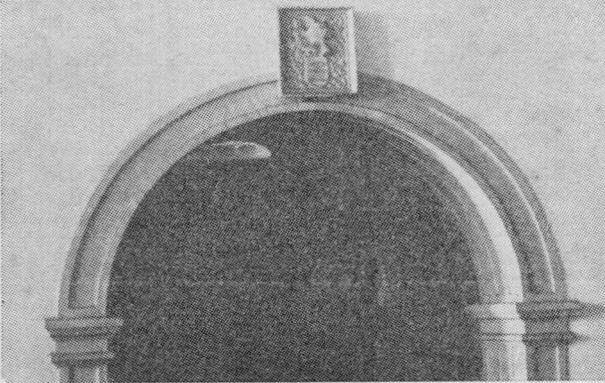
O tempo foi passando, o destino impondo a cada um a sua tarefa e nos cruzamentos da vida as despedidas, onde ficam as saudades do nunca mais.

Por necessidade dos negócios do meu saudoso pai, Emiliano Rodríguez Pereyra, arrendatário do *botequim* do teatro, tornei-me então, criança ainda, freqüentador daquela casa de que guardo gratas recordações. Assisti ser retirado na manhã de 16 de setembro de 1902, pelo diretor da *Companhia de Arte e Bioscope*, José Felippi, ajudado pelo velho zelador Joaquim Domingos Polari, o grande lustre da platéia para ser substituído temporariamente, por uma grande lâmpada elétrica à arco voltaico de duas mil velas, que iluminou o recinto quando das exhibições do cinematógrafo *Bioscope Inglês* — o primeiro que ali se instalara, por algum tempo, já neste século.

Em seguida, no ano de 1903, em junho, a Empresa Gomes da Silva & Cia., de acôrdo com a administração presidencial, instalara em substituição à velha iluminação a querosene lá naquela — que fôra o sonho da vida do então desaparecido artista paraibano, José de Lima Penante — dezessete lâmpadas grandes a álcool, na platéia, e dezenove outras pequenas, distribuídas respectivamente na bôca de cena e nas gambiarras. Tôdas elas eram do tipo *Monopol*, ficando então encostado o tal lustre com todos os candeeiros satélites da iluminação antiga. Quando estreou o Cinematógrafo *Lumière*, da Empresa E. Hervet, em 7 de agosto de 1904, foi novamente repetida a operação de retirada do sistema de iluminação

pertencente ao teatro, para dar lugar as exhibições cinemáticas da referida empresa itinerante.

Tendo o Dr. Alfredo Deodato Espínola, administrador dos Correios, adquirido e mandado instalar, por Braz Iacelli, um aparelho de luz a carboreto, ficou provada a eficiência dêsse sistema de iluminação; a inauguração ocorreu a 14 de julho de 1904, quando dos festejos de aniversário da tomada da Bastilha.



Arco da Capela do Salvador do Mundo, na Igreja da Santa Casa de Misericórdia, vendo-se o Escudo de armas de Duarte Gomes da Silveira, fundador da referida Igreja.

Assim, em referência a tal iluminação, o govêrno do Dr. Álvaro Lopes Machado manda adquirir ao mesmo artesão italiano, já então radicado na coletividade paraibana de Campina Grande, a apalhagem para a iluminação do nosso único templo de arte, cidadão.

Não sendo possível adaptar o referido sistema iluminante ao tipo de lustre existente — ou seja o tal de que me ocupo — pois que os seus braços de cristal eram nucleados de maciço metal não dando assim passagem ao gás. Logo o contratante dos serviços entrou em entendimentos com a firma fornecedora da referida peça, para que fôsse importados, como realmente foram, outros braços revestidos porém de canos de metal, capazes de remediar semelhante inconveniente. Pouco tempo depois, inaugurou-se a nova iluminação do “Santa Rosa”, onde se viu, lá no alto, o mencionado candelabro iluminando a platéia, sem contudo, ter perdido o primitivo estilo, tendo sido, porém, diminuído o número original de bicos de luz, para dez, ficando então satisfazendo a necessidade a que se destinava.

Até que, depois de ter montado o primeiro cinema fixo na capital paraibana, que foi o *Pathè*, na antiga Rua da Baixa — mais conhecida e chamada de Rua Direita — Manuel Garcia de Castro contratou com o govêrno a primeira iluminação elétrica do Teatro Santa Rosa. No porão, por baixo do palco, foi instalado um motor *Crossley* de 30 H.P. Para atender a técnica, o pre-falado lustre foi substituído por outro de oito focos de luz, pois que, os canos de seus braços não davam passagem aos fios duplos necessários à corrente elétrica.

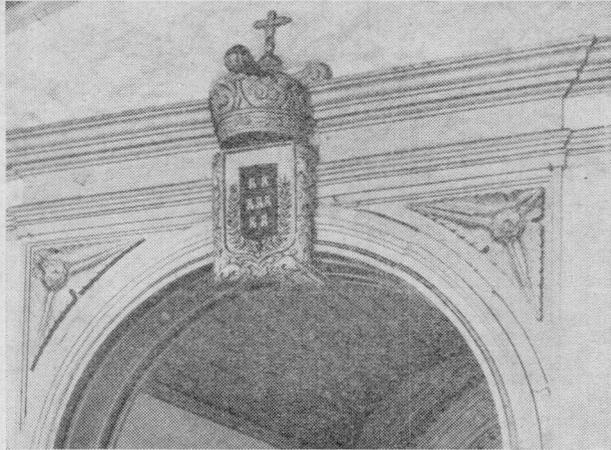
Eu poderia estender-me, transcrevendo documentos que possuo e citando ajudado pela memória, outros tantos detalhes; todavia, resumo na medida do possível.

Em continuação, relembro o General Dr. Camilo de Holanda que, em 1917, cumprindo o programa de seu governo progressista, manda reformar, internamente, as instalações do nosso teatro, quando então foi feita outra instalação, porém, não mais recebendo aquêlê lustre a corrente do velho motor e, sim, da usina da E. Tração, Luz e Fôrça, sob a direção do Engenheiro San Juan.

Não importa saber se é o mesmo lustre que uma emprêsa de cinema, arrendatária do Teatro Santa Rosa, encontrou depois de fevereiro de 1936 ali e, por fôrça de contrato, lá o tenha deixado; sucedem-se, porém, outras visões mais nítidas, porque mais recentes, quando em razão das nunca terminadas obras do mesmo Teatro — que se falava maliciosamente, seria transformado numa escola de dança — o governo, em 1943, ordenou a remoção do lustre que jazia empoeirado com risco de ser totalmente danificado, para ser colocado no Salão Vermelho do Palácio da Redenção. Está vivo, vendendo saúde, no labor diário, nos Serviços Elétricos do Estado o Camilo Lélis dos Santos, que foi quem retirou e instalou no referido salão do Palácio o decantado lustre. Mais ainda, possuo com firmas reconhecidas por tabelião, uma declaração nesse sentido, da-quele profissional, assinada também por seu colega João Chaves, cuja pro-bidade tôda a cidade conhece.

Luís de Oliveira, o antigo tribuno das campanhas liberais, naquele ano, fiscal do Patrimônio do Estado, assinou uma fôlha dos bens existentes no mencionado Palácio onde, entre outras coisas, está registrado o seguinte:

“5 de janeiro de 1944 — 1 (um) Lustre de cristal com pingentes vindo do Teatro Santa Rosa-em serviço-Salão Vermelho-valor Cr\$ 3.000,00.” — comprovado finalmente pela fôlha n.º XVII do inventário



Brasão encimando a portada central da Igreja da Santa Casa de Misericórdia, desde 1612.

mandado fazer com especiais recomendações pela atual administração em 8 de março de 1947, que atesta como existente ali o mesmo lustre.

De modo que, por se tratar de coisas de teatro, deixo cair o pano no final da peça que relatou a história de um lustre, tal qual se passou, e não como a maldade desejaria que ela fôsse.

CAPÍTULO XXIV

A FÔRÇA-DO-QUERER

Frei Vicente do Salvador, nos mostra em suas crônicas coevas, a fôrça-do-querer dos homens que aqui aportaram na época do descobrimento.

Os portugueses e seus decendentes sabiam querer a terra que os abrigava, e também aquela onde viam pela primeira vez, a luz do dia. Duarte Gomes da Silveira, nascera em Olinda, e aqui chegara com os primeiros, para a fundação da cidade, em 1585.

Seguindo o exemplo dos seus contemporâneos, estabeleceu-se na capitania e, de corpo e alma entregou-se à indústria do açúcar. Prosperou, dado o seu vigor de tudo saber dirigir. Porém, o seu feitio moral não seria igual aos outros senhores-de-engenho, que estavam enchendo as arcas de patações e, ao mesmo tempo endurecendo os corações.

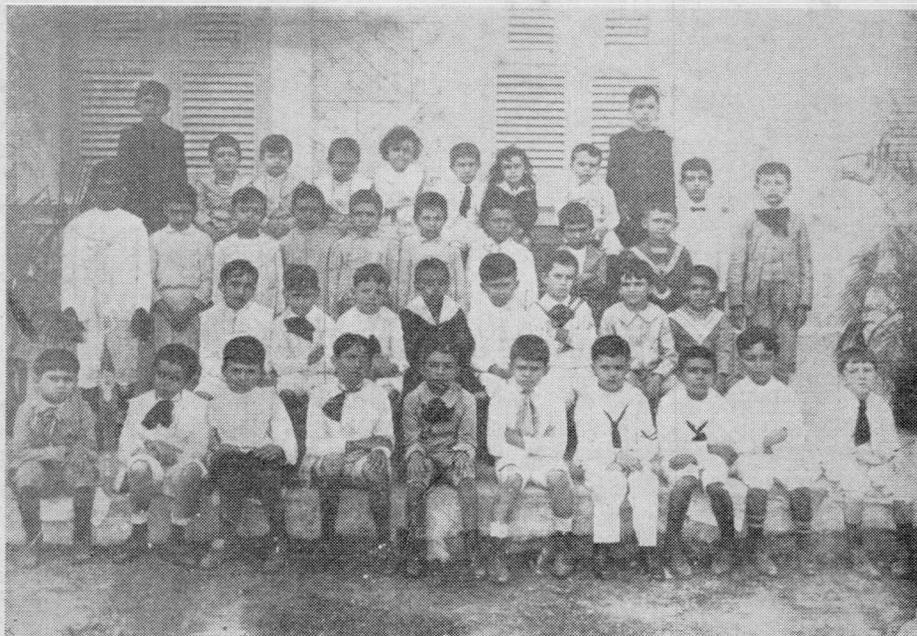
Ele, todavia, continuava liberal, igualzinho àquele môço forte que aqui chegara. Talvez a amálgama do sangue que lhe corria nas veias, fôsse a culpada da sua largueza de vista, como se diz atualmente: da sua mente arejada.

Ele teria visto e compreendido que a nova terra só poderia ir para frente, aumentar, com a compreensão e união de todos os colonos e baseado nessa velha fórmula: a união faz a fôrça, resolveu aplicar com mais constância essa política.

Duarte Gomes da Silveira, certa tarde, aos últimos clarões do sol, olhava de longe, do alto do seu engenho, ali, para as bandas de Várzea Nova, a cidade. Pesou, mediu e contou, todos os elementos e, concluiu que a cidade que êle já tanto queria, não estava progredindo de acôrdo com os recursos econômicos que, a êle lhe pareciam permitir.

E na praça principal, no outro dia, foi anunciado que Duarte Gomes da Silveira, aquêle senhor-de-engenho, que possuía sobrado de sacadas com balaústre de pedra de cantaria, ali na Rua Nova, estava oferecendo prêmios a todos os colonos que levantassem casas para moradas no perímetro central, entre as igrejas e conventos. Por uma casa de pedra e cal, receberia a importância de dez mil-réis, e se fôsse assobradada o prêmio seria de vinte mil-réis. Essas quantias que para a época atual são ninharias, eram para o ano da graça de 1590, consideradas como altas somas.

Assim sonhara, melhor realizara Duarte Gomes. Aceleradamente se transformara o centro residencial, de há pouco composto quase que de moradias de taipa, em formosa cidade nova, de sobradinhos rebrilhando,



Turma de alunos do Colégio de N. S. das Neves, em 1909. Educandário fundado por H. de Beaurepaire Rohan e dirigido por Irmãs da Sagrada Família, desde 1894. Primeira fila, em pé, da esquerda para a direita: Mirocem Navarro, Clóvis Pedrosa, João Barbosa, Mário Bezerra, Adalberto Camará, Otelo Soares, Roberto Cerff, Antenor Navarro, Aquiles dos Santos, Alceu Navarro. Segunda fila, em pé: Severino Mindelo, Epitácio Guarita, Demóstenes da C. Barbosa, Delmiro Coimbra, Rost Lambert, Severino Lambert, Severino Peixoto, Luís Fernandes Pacote, Domingos Paiva. Terceira fila, sentados: Paulino dos Santos Coelho, Epitácio Vidal, Humberto Soares de Pinho, Paul Cerff, Edgard Lira, Henrique Magalhães, Antônio Teorga. Quarta fila, sentados: Néelson Monteiro, João de B. Moreira, Antônio dos Santos Coelho, Francisco Bezerra Filho, Aderaldo M. Alverga, Gazzí de Sá, José Galvão, Francisco Vidal e Orlando Soares.

no seu colorido vistoso, de casinhas faceiras, avivadas em suas côres pelos beijos do sol tropical.

A notícia foi se espalhando, novos colonos chegaram para aproveitar a oferta do rico senhor e bondoso cidadão.

Quando um amigo, que para aqui chegara atraído pelas prodigalidades daquele senhor, perguntara-lhe porque jogava tanto dinheiro fora, êle, com o sorriso próprio do homem que está bem com a sua consciência, respondeu: — imagina o que fôra há bem pouco tempo êsse vilarejo. O meu lucro está nessa irmandade que progride.

Havia um sorriso de satisfação nos lábios do homem que ajudara, que lutara pela conquista da Paraíba, que criara os seus haveres e que concorrera para que do solo inculto nascessem casas e depois frutos saborosos. Agora então, o seu amigo fitando-o teria dito da sua compreensão

e admiração. Com os olhos fitos no seu labor, Duarte Gomes contempla as centenas dos quadrados de luz amarelada, que partiam das janelas das casas. Já se fizera noite na cidade que se poderia chamar de Duarte Gomes da Silveira.

Conta ainda Frei Vicente do Salvador, um caso a título de milagre: no final do século XVI, quando para as costas do Brasil, vinham as caravelas em busca do “pau-de-tinta” e das aves que imitavam a voz do homem, e peles para amenizar o frio europeu, apareceu um degredado português de Leria a quem o bispo dissera, por indisciplina de mau cristão, em tom enérgico, porém, amenizador: siga degredado para o novo Eldorado, por três anos, de onde tornará rico e honrado!

Esse filho da terra onde existe o célebre pinhal, que D. Sancho mandou samear para impedir as dunas de areia, cumpriu à risca a ordem do togado da igreja de Leria e, dos bons negócios de açúcar, madeiras e peles, foram se acumulando os patações em suas arcas em tal quantidade que, no fim daquele tempo, balanceando seus “teres e haveres” teve a alegria de verificar que estava rico.

E no balanço espiritual, também chegou a concluir de que durante três anos não chegara a cometer nenhum crime, e, que em sendo assim, já podia voltar a Portugal, pois que era de novo homem rico e, pensava êle desobrigado do castigo, que, de acôrdo com a palavra do prelado estaria novamente honrado.

Era dessa gente, de têmpera assim, a descendência de Duarte Gomes da Silveira, aquêle que doara à cidade a mais bela jóia da arquitetura colonial, a Santa Casa de Misericórdia.

CAPÍTULO XXV

PRAIAS — MOLDURA VERDE DA CIDADE

PONTA DE MATO

Só depois de a lua surgir na linha d'água do mar infindo, horizonte convencional da nossa vista, milhares de dias, o cajueiro nativo florescer para mais de uma centena de vêzes, desde a expulsão do holandês invasor, foi que Leocádio Alves da Cruz obteve aquela faixa de terra à beira-mar, para ali começar a vida. Imperava lá a solidão e o desconforto; teve de se prover com o necessário para iniciar o mister de seu comércio. Fôra bem empregada a denominação de "Ponta de Mato". Olhada de longe aquela terra, mesmo do mar se assemelhava a um pequeno promontório, cuja densidade do mato, dava melhor impressão de barreiras perenemente verde-escuro. Quando muito tempo depois, em 1877 construíram o farol bem em frente à antiga posse que tinha sido desmembrada de uma sesmaria pertencente a Vidal de Negreiros, os seus descendentes ajudaram no trabalho a pés enxutos tão perto ficava a costa dos arrecifes, daí cognominado de farol metálico da pedra sêca. Que aparelho formidável no seu poder iluminativo! Quantas vêzes, nós ancorados no "alto", há vinte milhas do pôrto, quando as noites eram escuras ouvíamos o velho Zuza dizer para "Tonho Peixinho": "o faró tá lumiando qui nem um fosque prás bandas do su". Era a verdade contida numa linguajar pitoresco.

Tanta inveja causaram aquêles lampejos claros, mantidos religiosamente desde as seis da tarde às cinco da manhã por *Seu* Antônio faroleiro e outros, que uma expressão política sulista em vilegiatura por estas esquecidas plagas do Norte, os achava mais adequados na iluminação dos escolhos de sua terra; claro está que tão patriótico pedido não ficaria no olvido pelas autoridades de então. Por aquela "influência" ou motivos outros, o certo é que a aparelhagem do farol foi substituída por outra bastante modesta.

Muitos veleiros fundearam na barra, pelo norte da fortaleza que voltara a ser chamada de Santa Catarina, e nêles embarcavam a boa madeira ajudados pelos nativos. A paisagem ia se transformando seguidamente: na época das chuvas, as baixadas que ainda se encontram nas campinas da praia, transbordavam e serviam de conduto para transportarem os grandes *paus de lei*, os "Ubirapitã" côr de brasa que desciam empurrados e boiando até à porroca à montante do citado forte. E

era a bordo mesmo, após ter sido guindado o último madeiro do carregamento, a seguir em demanda do Reino, onde muitas quilhas e rodas de proas foram fabricadas, que êle recebia os cruzados e as patacas de prata por aquêlê serviço prestado a El-Rei.

Depois vieram colaborar na desbravação: José da Silva Lisboa, mais ao sul, João Francisco de Lima e Francisco Inácio Peixoto Flôres, sendo considerados os primordiais pioneiros da civilização naquela futura estação balneária.

As barcas e as escunas de Lisboa, as galeras e os brigues de Bordéus ao aportarem ali depois de suas tripulações terem conhecido os horrores dos dias sufocantes na zona das calmarias, em volta do continente africano, já não tinham como ponto de referência aquêlê promontório glauco alongado de atlântico adentro... nem as sombras acolhedoras das velhas aroeiras para os dias de descanso em terra, quando da querena dos navios. Divisavam-se então na orla praiana as primeiras linhas de palmas novas e verdes agitadas pelo Nordeste. Era a encantadora moldura para o quadro da terra jovem que começara a ser trabalhada. Mais além, os capotes verde-louro das palhas nas moradias. Sob os alpendres, em cujos esteios notava-se naquela hora do dia uma rêde para descanso, talvez por esquecimento ali deixada, vez por outra ela era enfunada por uma refrega mais forte do vento, como se fôra uma bujarrona de um barco a singrar, já que o seu dono naquele momento não a ocupava e provávelmente estava no labor cotidiano.

Em julho de 1856, dizia o Vigário Joaquim Antônio Marques, de acôrdo com a lei de registro de terras de 16 de setembro de 1850, que tomou o número 601 e só posta em prática pelo regulamento de 30 de janeiro de 1854: que o sítio de Francisco Inácio Peixoto Flôres, pertencia antes a Esmeraldo Antônio Freire e que o mesmo Peixoto Flôres assinou uma petição de registro a rôgo de Herculano Elias de Figueiredo por não saber ler nem escrever. Assim, Herculano uniu aquelas posses e as benfeitorias ao sítio nas bandas do sul, pertencente então ao seu pai José Elias onde hoje se ergue majestoso o monumento-capela a N. S. Auxiliadora erigido por promessas do Cônego Dr. Pedro Anísio e de Santu Cunha, tendo sido doada e trazida do Rio por Avelino Cunha a imagem de legítimo Carrara. O fornecimento de encantador trabalho artístico, deveu-se aos velhos mestres italianos quando no país da arte o caricato Benito não havia ainda amordaçado a liberdade.

O alvorecer das atividades em nossa região praieira, sempre "nos inspirou algo de veneração e isto não é senão o reclamo dessa fôrça interior que sintetiza o amor por tudo que lembra a terra onde nascemos". Quando as imagens dêsse passado remoto, que alcançamos, reconstituídas em vigílias, consultando velhos alfarrábios, escutando nas "caiçaras" à beira-mar os mais velhos, chegaram a completar o ciclo emocional das nossas evocações sôbre "Ponta de Mato", outras visões surdiram, mais nítidas, e fortemente amparadas pelo recurso da nossa memória, porque

com elas convivemos em nossa juventude e de perto sentimos as suas dores, seus anseios e suas alegrias.

Atraídos pelos meios fáceis de vida, na nascente aldeia, foram chegando os avoengos dos Secundinos, dos Monteiros, dos Cutias, dos Gagos e dos Biquaras; com êles também viera Manuel Cardoso dos Cardosos do “Poço”. São do mesmo tempo os irmãos Marcolino, Agostinho e Francelino sendo que os dois últimos ficaram assistindo lá perto, no Sítio do “Osso” e dedicaram-se à pesca nos mares do norte, onde os caminhos se marcavam pelos “oiteiros” da “Guia”, pelas barreiras de “Meriri” e “Gargaú” quando ainda não havia sentido o machado demolidor, ostentando a pujança de mata-virgem divisada ao longe. Naquela mancha verde-azulada por entre as brumas matinais do Rio Paraíba, êles, os indômitos e requeimados mareantes, punham os olhos para a *marcação* da rota no mar de fora. Aos seus descendentes juntaram-se: Luís Rainha, com especialidade em tirar “Itapitangas” a pedra vermelha para fins decorativos, semelhantes a uma pequena árvore sem fôlhas, que retirada d’água e exposta ao relento se tornam lindamente numa coloração branco-leitosa os seus múltiplos galhos. Tipo interessante, sentimentalista, com leves dosagens de utilitarismo tendo iniciado o comércio de mariscos, búzios e sargaços que juntamente com as referidas pedras supria os “turistas” no “Cabedelo”. Nunca chegamos a compreender por quais meios, êle se havia em sua profissão, porque a sua canoa estava sempre em reparos e várias vezes a vimos naufragada, acorrentada no mourão. Pedro “Bebinho”, Marcolino e Secundino formavam a trindade mais unida naqueles tempos. Entre os velhos, certa vez, correu a notícia recebida com descrença, por ser muito jovem o João “Pampinho” de ter aprendido a pescar na “pedra de fora” ensinada pelo velho “Zuza”.

Aos primeiros dias do século atual, quando já se fazia notar o vera-neio da alta roda, que da cidade de N. S. das Neves se transportava às praias, buscando minorar as noites e os dias de prolongado verão, “Ponta de Mato” alarmou-se com a devastação produzida pelas grandes marés no seu casario.

Manuel Henriques de Sá, conhecido negociante, assistiu com a numerosa família as ondas começarem lavando o alpendre do seu *petit chateau* construído tão longe do mar que jamais teria êle pensado naquela invasão. Ainda pode ser vista atualmente servindo de base ao mastro da Praticagem a alvenaria que fôra a bôca da cacimba daquela residência. Pouco antes do alvorecer as grossas e cilíndricas colunas do alpendre, foram cortadas cerces pelos embates do mar, rolando empurradas pelas maretas para bem longe donde estavam construídas. No mesmo ano, Cândido Jaime da Costa Seixas, cidadão português, único lisboeta aqui domiciliado, cuja prole por consórcio advinda da tradicional família dos Henriques do Catolé, da qual os mais novos rebentos pertenceram à nossa turma na escola do emérito Professor Floripes Pessoa, também voltara dali às pressas em consequência do desabamento de sua residência de verão. Cons-

truída outra residência, o velho Jaime pouco tempo gozara as vantagens do veraneio, vendendo-a em 1905 a Nozinho Londres o farmacêutico querido de tôda a cidade.

Tendo sido previsto os inconvenientes de futuras arremetidas das águas, aquela construção ficara a maior distância. Porém, a luta não cessara, a fossa do quintal da nova e citada mansão há poucos anos encontrava-se sendo batida pelas alvas espumas das marés de agôsto. Desfilam pela nossa retina as figuras daqueles veranistas de “Ponta de Mato” antes da linha de bondes de Manuel Castro e Chico Vergara, quando o juiz aposentado Dr. Ivo Borges que possuía uma casa de palhas, preferia quase veraneiar com o seu amigo o Dr. José Lins da Nóbrega. Do Senador Venâncio Neiva irradiando simpatia e atraindo as amizades. De José Pereira Borges, “aperuando” o jôgo de gamão de Chico Navarro e seu sogro Américo José de França, enquanto Pedro Maul no “Chalet” de Maroca Mesquita narrava tenebrosas aventuras marítimas aprendidas entre os velhos comandantes de navios ingleses...

Depois nas noites de lua, acompanhado de seu Lugar-Tenente Pipio, de José Viana, de Teles e de Chico Pedro que havia tomado café em sua própria cozinha, pedindo à empregada para não dizer à patroa, dirigem-se para a velha ponte do farol para contar outras histórias, mas, de antemão, pelo caminho avisava a Carlos Teles, Melinho e algumas crianças daquele tempo, que a sessão seria imprópria para menores...

Histórias de marinheiros! Contos de pescadores! Fôra sempre a nossa música de acalanto, repetida pela voz macilenta da nossa “Bá” querida. Relembrando nesse morrer de tardes úmidas de junho, nos fica a bailar na mente, assemelhados a longínquos sons de sinos, em dias festivos de nossa terra natal.

Voltaram ao foco na tela do passado; “The Black Hand Castle” era assim que víamos escrito em uma placa encimada numa porta de uma bem arrojadinha casa de palhas, mais ou menos no ano de 1914. “Ponta de Mato” Rua da Poeira. “Mão Negra” só existia no letreiro, talvez por influência da época. Estamos revendo as figuras dos fundadores daquela “República” de verão: Severino Borges, Epitácio Brito, Inácio Montenegro, Vercelêncio César (Vêvê) com a adesão de Atoalba Rosas, Samuel Norat e outros. Ali, à noite nunca faltava depois da sessão do cinema do Cel. Joca Pai Velho, em Cabedelo, o clássico “Sete-e-meio” aperuado pela ordenança do citado coronel que era conhecido por Manuel “soldado”, bem assim por outro rapaz levado para lá pelo Tte. Adolfo Maia, depois Capitão reformado mas ainda sendo chamado de “Zé do Tte.”.

Aquêles movimentos de desagregação do nosso solo praieiro, parecem obedecer a um sistema oriundo das correntes marítimas dos trópicos, embora periódicos, jamais tiveram um olhar do poder público na velha República, que amenizasse com medidas de proteção aos estragos ali produzidos, para que não desapareça de vez os mais lindos motivos pitorescos e tradicionais de marinha nordestina.

OSSO DA BALEIA

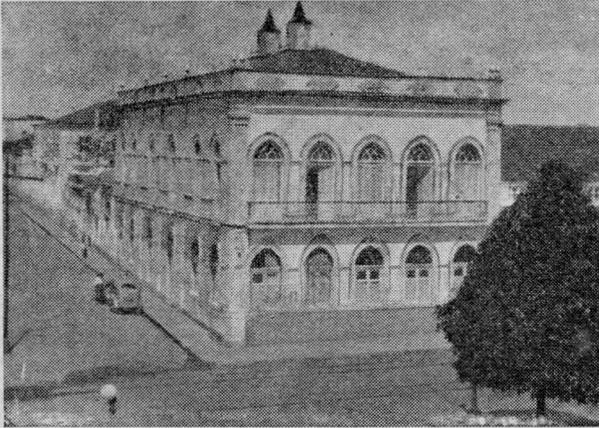
Quem quer que passe pelas nossas praias, rumo ao Norte, depois de ter deixado para trás a Ponta de “Camboinha”, no trecho compreendido entre o grupo de velhos e esguios coqueiros e a curva da estrada, na rodovia que margina aquêlo pedaço de praia, poderá ver, durante a baixa das grandes marés, um grande osso — parte da espinha dorsal duma baleia. Não temos dúvidas de que, embora se assemelhe a um marco, ali não foi pôsto pela mão do homem. Mais de uma vez centenário, jogado pelo destino àquelas paragens, motivou, pelo menos, a denominação do local, dada pela sabedoria popular, no seu modo singelo de batizar as coisas e os lugares.

Quando em 1856, D. Carlota Joaquina Umbelina da Silva houve por herança de seu pai, o Tte.-Cel. Joaquim Justiniano da Silva, o sítio de coqueiros denominado “OSSO DA BALEIA”, o seu marido, Cap. Francisco Félix do Rêgo, homem de teres e haveres na velha cidade da Paraíba, conservador e amante das nossas tradições, fêz questão de registrar e conservar o primitivo nome do referido imóvel.

Sucederam-se as gerações e por um processo natural na pronúncia das palavras, essa denominação se restringiu para pura e simplesmente “OSSO”.

Invocamos o nosso conhecimento do “osso”, quando, na meninice, numa temporada em que a safra de peixes na nossa praia do “POÇO” (que dista uns três quilômetros daquele sítio), fôra quase nula, éramos obrigados a fazer diâriamente, aquêlo percurso até o pôrto do pescador *Agustinho* — o líder de então nas pescarias de “covos” das redondezas — em busca de algum peixe para que, à noite, não nos faltasse, na ceia, um saboroso pirão de *Ariacó*.

Reuníamos, então, o útil ao agradável: enquanto esperávamos a volta das jangadas, à tardinha, escutávamos as histórias dos grandes feitos piscatórios, contados pelos velhos do tempo — que já não iam ao mar — e aprovadas, com um balancear de cabeça dos “novos”. Certa vez, no encontro de uma boa “*parede*” muito longe, no mar de fora, talvez lá no canto sul de “Cardoso”, onde carregaram a jangada a mais não poder de “Ciobas”, “Cirigados” e “Garoupas”, apareceu, quando já davam à vela para terra, a fatalidade simbolizada num tubarão faminto a marcar, nas



Sobrado da família Comendador Santos Coelho. Construção do séc. XVIII, revestido de azulejo português, da fábrica “Devezas”, do Pôrto.

“mimburas” de madeira nova do “paquêto”, o tamanho da sua dupla fileira de aguçados dentes...

Sentados que estávamos na areia do cômodo, em volta do fluente narrador, sentíamos calafrios de vividas emoções como se fôssemos nós os protagonistas daquelas cenas comuns nos mares do Nordeste, compartilhando a mágoa natural do velho pescador, embora não transparecida em sua voz, com o desfêcho do caso. Passando o govêrno do barco ao seu

companheiro o proeiro, fôra o nosso herói atirando, um a um, todos os peixes, produto de um dia de felicidade e labor, enquanto a jangada corria, vela enfunada, por um sudoeste rijo, à bôca do voraz “Galha Preta” que ao tragar a última “cioba” — um bonito peixe de uns quatro quilos — ainda, quase ao transportar a barreta, arremeteu abocanhando a cabaça que, por último, fôra jogada nágua na intenção de despistá-lo.

Enfim, por aquêlo meio, e graças às suas preces a N. S. da Penha, o monstro perdera o rumo da “esteira” da jangada e êle e seu companheiro não tiveram morte tão inglória e trágica!

Pondo de parte qualquer interferência de natureza emocional que muitas vêzes tenta dirigir as observações de fatos do passado para setor diferente, seguimos o roteiro de nossas recordações daquele tempo, quando Eutiquiano Barreto, já possuindo um sítio para veraneio, adquiriu mais quatro carreiras de coqueiros para evitar atritos com o velho pescador Babo, devido às peraltices do seu filho Nabal que, posteriormente, em nossa intimidade, deu boas e gostosas risadas, quando comentávamos aquêles pequeninos delitos de sua meninice...

Que misto de tristezas e alegrias nos envolve a alma ao relembrar aquêles dias! Como o mundo nos parecia bom! Como, então, nos julgávamos seguros, com a nossa mocidade e idealismo!

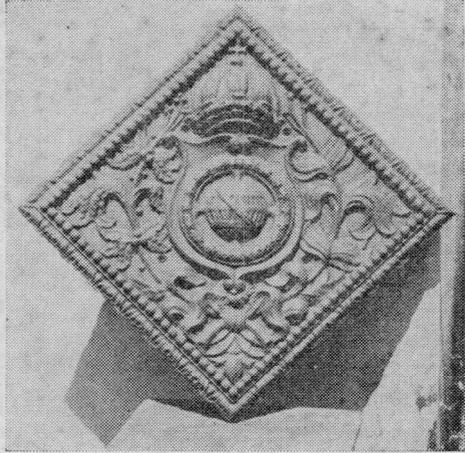
Aquelas figuras dos primeiros que para ali se transportaram no verão imprimiam respeito e veneração. Eutiquiano Barreto, Alfredo Espínola, Dr. Carvalhinho, Sebastião Paiva, Lima Filho, Venâncio Neiva, Augusto Gomes — o primeiro agente do Lóide que conhecemos na cidade

— Gouveia Nóbrega, Walfredo Leal — o querido padre que a Paraíba cristã jamais esqueceu — Tito Silva, Dr. João Machado, Sebastião Amaral, Heráclito Siqueira, Felice di Belli, e Dr. Camilo de Holanda, figura insinuante de médico e estadista, amante de sua terra natal, que, mesmo em atividade profissional no Sul, jamais deixou de vir veranear em sua querida Praia Formosa. Era uma boa parte da sociedade paraibana em veraneio naquele recanto de mágicas quietudes e que, tôdas as tardes, fazia alegremente, o trajeto de dois quilômetros, da Estação da “Great Western”, no Cabedelo, às clássicas casinhas de alpendres!

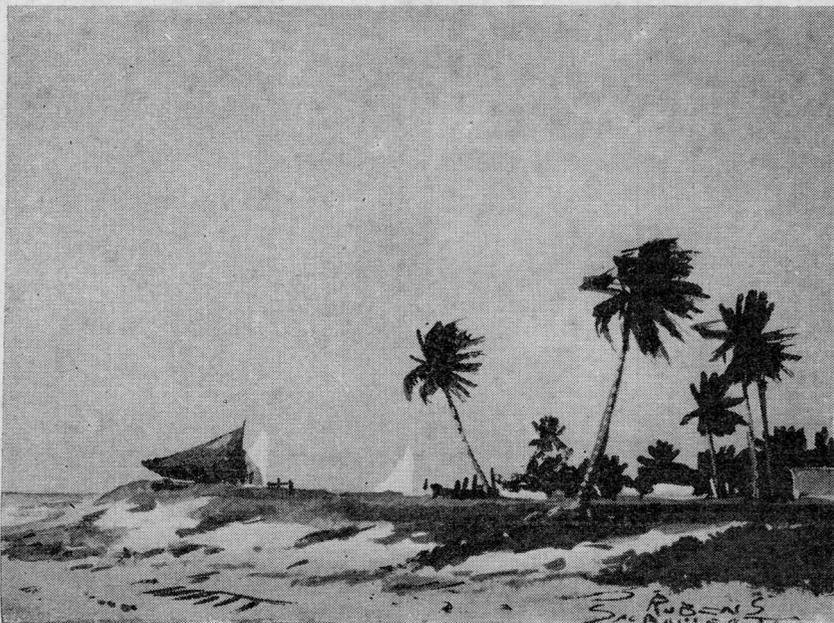
Foi num inesquecível verão de 1904 que, certa tarde, numa roda à beira-mar, presente a mocidade sonhadora de então, diante da paisagem cheia de luz tropical e da música acariciadora do vento no coqueiral, que alguém sugeriu que se devia dar um nome exprimindo a beleza daquela praia. A *velha guarda* defendeu a tradição, porém, teve de recuar diante dos argumentos apresentados pela legião dos jovens defensores do belo. E foi assim que surgiu “Praia Formosa”, numa feliz lembrança da alma sonhadora de Castro Pinto, nosso mestre querido, secundado pela família Carvalhinho e com o amparo vitorioso dos presentes! Depois de conversa vai, conversa vem, ficou acertado o dia do crisma, o qual ocorreu a 15 de janeiro de 1906. Uma crônica da época elucida melhor o que foi aquela festividade, divulgada nos jornais, pela seguinte nota:

“PRAIA FORMOSA. Anteontem com grande concorrência de pessoas gradas desta capital, e dos habitantes do POÇO, BESSA, CAMBOINHA, OSSO e PONTA DE MATO foi solenemente inaugurada a PRAIA FORMOSA sendo, em imponente passeata, composta em sua maioria, de gentis senhoritas desta cidade, conduzidas as placas com a nova denominação “PRAIA FORMOSA” que foram pregadas nos limites da referida praia.”

Era encantadora aquela tarde de 15 de janeiro! O sol derramava-se sobre o verde-louro dos coqueiros, enquanto a extensa região compreendida entre as praias de “Ponta de Mato” e “Osso”, recebia festiva e oficialmente o batismo de PRAIA FORMOSA. Na pitoresca residência do nosso



Placa de ferro fundido, presenteadada por S. M. D. Pedro II ao farmacêutico Batista. Figurou na fachada da Botica Imperial, desde 1860.



Praia "Ponta de Campina". Aquarela de R. Sacramento, 1960.

distinto amigo Sr. Tito Silva reuniram-se os convidados e os *habitués* da estação balneária, em grande número, entre respeitáveis cavalheiros e alegres senhoritas que acompanhados da banda de música do Corpo de Segurança, se dirigiram para os limites Norte e Sul, em imponente passeata, formada por duas alas de gentis conterrâneas conduzindo as placas com a denominação definitiva desse aprazível lugarejo; carregavam ricos estandartes as Senhoritas Dulce Silva e Onaldina Machado. Ao Sul, após belíssimas frases pronunciadas pelo Dr. Clemente Rosas, em nome da comissão promotora da festa, o Dr. João Américo de Carvalho (Carvalhinho) colocou solenemente a primeira placa e, num surto de retórica, concitou os presentes a respeitarem a denominação apropriadíssima de PRAIA FORMOSA dada àquela região. Depois, ao Norte, no local em que ia ser colocada a segunda placa foi aclamado o talentoso jornalista Acadêmico Oscar Soares, que em oração vibrante de entusiasmo, saudou os recreantes que concorreram espontaneamente para o deslumbrante realce de tão inesquecível momento. Colocando a segunda placa, o ilustre Prefeito da Capital, Dr. Xavier Júnior, encerrou a solenidade com uma comovente oração.

A noite, abriram-se os salões da moradia do Dr. João Américo para imponente baile que deixou nos corações de todos uma saudade infinda.

Depois de firmado o prestígio da Praia "Chic" outros veranistas apareceram: Dr. Constantino Pereira, Álvaro Lemos, Celso Peixoto, Gui-

Iherme Kroncke, Dr. Sindulfo Santiago, Lourival e Raul Carvalho chefiando uma “república” da qual me recorde: Jack Romangueira, Celso Afonso, Hermes Cunha, Delmiro de Andrade, José Fernandes Barbosa, Feliciano Cunha, Alcibiades Silva, Janson Lima, Alfredo Moura, Chico Lima, Manuel da Cunha, o môço, Alfeu Rosas, Aluísio Magalhães e Nino Pinto.

Muito tempo se passou até que o Cel. João Viana, para tôda a gente o “*Joca pai velho*”, sem favor, baluarte da velha política e de tudo o que se relacionasse com as lides praieiras no litoral norte da Paraíba, acatasse as reiteradas sugestões do negociante Manuel Garcia de Castro, para que encampasse ao seu patrimônio a Empresa “Ferro Carril de Cabedelo”.

Dêsse modo *Praia Formosa* teve assegurado o seu transporte por pitoresco bondezinho puxado por infeliz burro caído nas unhas do seu condutor, o não menos infeliz *Zé do Bonde*, e assim, entre as alegrias dos veranistas e as incertezas dos nativos, correu o tempo... e como no final de grande peça, o pano caiu! Os artistas tiveram os seus aplausos. E a vida continuou correndo mansamente naquele seio de Abraão.

Deixemos por enquanto os sonhos e abramos os olhos à realidade dos dias presentes. O transporte fácil, a proximidade da capital, o saneamento de suas redondezas, restauraram Tambaú no fausto de sua antiga nobreza. A estrêla de “*Praia Formosa*”, de “*Ponta de Campina*”, de “*Camboinha*” e do “*Poço*” empalideceu. Mas não as abandonaram os apaixonados de sua beleza simples e calma, de seus mares piscosos, enlêvo dos amantes de seus encantos.

Cada um as louva, as exalta, as venera a seu modo. E como diz o rifão: “cada qual enterra seu pai como pode”. Encontramos na graça de sua formosura modesta e distante, motivos da Paraíba dantanho para os gabos de nossos amôres da juventude, das inclinações do nosso esforço artístico e temperamental.

Por isso mesmo é que foi tão grata aos nossos corações aquela notícia alvissareira de que a interferência desvelada e cuidadosa do Interventor Rui Carneiro alcançara a boa vontade das autoridades no sentido de evitar as contínuas mutilações geográficas daquela região, onde as marés em seu vaivém constante cada vez mais a agravam e deformam. A erosão, com efeito, abrangeu velhos solares daquelas paragens. Derrubou coqueiros vetustos plantados bem longe ainda do cômore da praia! E, já agora, invadiu o próprio leito da rodovia que liga essa praia à capital. Impedir tal obra de devastação é uma iniciativa de caráter preservativo do nosso patrimônio histórico, tão esquecido ali pela crônica da bravura indígena, oposta ao invasor holandês. Não seria descabido aqui registrarmos aquêlê gesto de brasileiro do interventor paraibano naqueles dias de competições, de interesses outros.

PONTAL DA CAMBOINHA

No decorrer do ano de 1755, o emprêgo do capital em escala mais extensa e o desenvolvimento do trabalho agrícola, teriam de fazer prosperar o comércio e os cofres públicos, tal não se dava, porém.



1920 — Maceió da praia da Camboinha mais conhecido pelos coevos: Maceió do Bôto.

célebre, dados os grandes privilégios concedidos à mesma pela política da época.

De logo, só ela podendo comprar por atacado e vender a melhores preços, os produtos dos campos encaminharam-se novamente para o mercado da capital.

Alentou-se o comércio, notando-se de pronto a melhoria das casas no centro e a construção de outras.

O pôrto chegou a ser freqüentado por grandes veleiros, sendo então precisa a criação do pôsto de pilôto prático, titulado de patrão-mor, com ordenado certo, pago pelo Estado e ficando estabelecido o impôsto de tonelagem para os barcos que fundeavam e carregavam no pôrto da cidade.

Era de penúria a situação da antiga capitania da Paraíba. Devia-se êsse estado de coisas, ao fenômeno comum da emigração dos produtos para o mercado do Recife, concorrendo para tal, a lábria empregada pelos atravessadores do comércio exportador.

No intuito de minorar aquela situação, o tino do infatigável Sebastião de Carvalho, perspicaz ministro de D. José, criou a “Companhia” que se tornou

Os navios que para lá navegavam, somente ancoravam no trapiche dos franceses — pois que nada oficialmente existia que se pudesse chamar de ancoradouro — e mesmo porque naquele tempo só ali, o rio seria bastante profundo para os grandes calados.

Não há que negar, quanto aos benefícios à Paraíba, relativamente as primeiras operações daquela poderosa “Companhia”. Adaptou um espaçoso sobrado numa das ruas centrais da cidade para o seu escritório.

O referido imóvel ainda existente, em mãos do govêrno estadual, é o mesmo que serve há vários anos, todavia precariamente aos serviços da chefia da Polícia Civil.

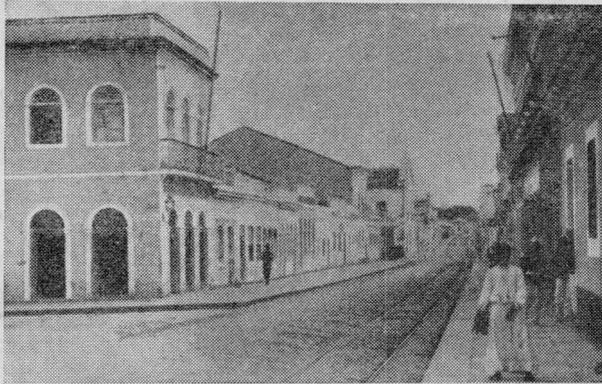
Pelo “Beco da Companhia” tornou-se então conhecida a travessa que fica ao norte do pré-falado sobrado.

Essa alcunha muito ao gôsto da sensibilidade popular que, por questão de orientação, encontra mais acêrto em batizar uma rua, ou um local, lembrando um facto, acidente geográfico, ou ainda entidade coletiva, que adular vultos sem expressões...

Com o nosso interêsse voltado desde o “tempo dos Muçambês” aos arquivos da cidade, sabíamos que fazia parte do patrimônio daquela “Companhia” um sítio lá para as bandas do norte da praia do “Poço” onde existiram vários armazéns para o empilhamento e guarda dos côcos.

As pesquisas sôbre a história dos paraibanos, para as quais sempre senti atração, e são anotações que possuímos dos nossos maiores, e, que de há muito procurávamos confirmações em fontes insuspeitas, numa tentativa, de acôrdo com a facêta temperamental, de amenizar a “secura” dos relatos, com a poesia nativa e com a preocupação única de não nos afastarmos jamais da verdade.

Com os intervalos oriundos de trabalhos dessa ordem, elas, as pesquisas, figurativamente nos dão a impressão, às vêzes, de uma grande vela de barçaça, arriada à falta de ventos e em repouso sôbre o “pau-da-retranca... De tempos em tempos, porém, o vento volta soprando novamente, abre-se então a vela para enfunar-se orgulhosa, empurrando



Vista da Rua Direita, em 1904, tendo à esquerda o sobrado onde então funcionava o Correio Geral e à direita, a Chefatura de Polícia, cujo titular, naquela época era o Comendador Santos Coelho. Este prédio pertenceu à “Companhia de Comércio”.

o barco das evocações, que desliza em busca de outro pôrto abrigado, para novas conquistas.

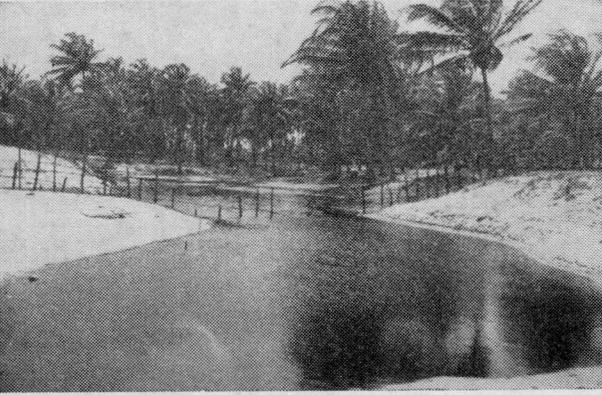
Certo dia tivemos grande satisfação com o encontro de amarelado papel deixado por meu avô paterno:

“Aos dez dias do mês de agosto de 1855 o abaixo-assinado declara que é possuidor e senhor do sítio de coqueiros que houve dos remanescentes da extinta “Companhia” cuja situação é: Ao norte, o Sítio “Osso”, ao sul, o Sítio “Camboinha” de minha propriedade, a leste, o mar, e a

oeste, o rio, que tem o tamanho de 950 braças de norte a sul, e 370 de leste a oeste. Carlos Holmes; nada mais se continha em a dita declaração que me reporto. O Vigário Joaquim Antônio Marques.”

Anexado então o “Companhia” ao Sítio “Camboinha”, logo perdeu aquêle nome muito embora maior em vinte e cinco braças que este.

Carlos Holmes, filho de ingleses, com entranhado amor à terra que acolheu os seus



1930 — Saída para o mar do Maceió do Matias, situado entre as Praias Ponta de Campina e Bessa.

maiores, que era bem sua, onde pela primeira vez os seus olhos viram a beleza natural das terras tropicais.

Na sua condição de católico fervoroso, jamais admitiria outra referência que não fôsse a Companhia de Jesus, dos adeptos de Loyola, e mais ainda a ojeriza que se positivava na criação da já citada “Companhia” pelo incorruptível inimigo e fomentador da expulsão dos Jesuítas de Portugal e de suas colônias.

Mais uma razão teve Carlos Holmes em conservar o nome de “Camboinha” advindo de um acidente geográfico, conhecido tradicionalmente e de importância no tempo: a depressão natural que no inverno se torna reservatório d’água doce, servindo à economia doméstica, não só com o precioso líquido, como também pela abundância de peixes e camarões brancos.

Bem comuns em nossas praias são êsses lagos, aos quais denominam de Maceiós, sendo geralmente conhecidos pelas alcunhas dos seus proprietários. De acôrdo com o seu tamanho, também chamam-no de camboa, daí o acêrto dos nativos da região crismando aquêle sítio de “Camboinha”

que ainda na atualidade perdura. Tôdas essas propriedades à beira-mar tiveram os seus dias de grandezas e também as suas decadências.

Em seguida, "Camboinha" passou ao domínio do Dr. Sá Andrade que, adorava batizar os cajus da propriedade com nomes que se tornaram famosos pelo seu sabor, assim conhecemos: Estrelinha, Manuel Carlos em homenagem ao seu colega e vizinho de posses praieiras.

O tempo passou então, ligeiro como passa aguaceiro de verão no alto-mar...

Depois chegam as imagens de "Camboinha" quando dos seus grandes dias do Governo Suaçuna.

Verão de 1926. Casa grande de telhas, com alpendres. Risos matinais de crianças, alegria enfim. Saulo, João, Lucas, brincando de vaqueiros, lembrando os nomes mais conhecidos da fazenda distante, lá longe no "Taperoá". Ao centro do terraço, em descanso domingueiro, a figura insinuante de João Suaçuna.

Em cada vaivém da rêde, trazia um chiste das suas bem vividas e melhor contadas histórias sertanejas. A roda que ali se deliciava naquela tertúlia, era a mais seleta de então.

Mme. Suaçuna, (Dona Ritinha para os íntimos), com a sua bondade natural das filhas de além-Borborema, multiplicava-se em atender aos presentes que eram então os amigos do seu idolatrado espôso.

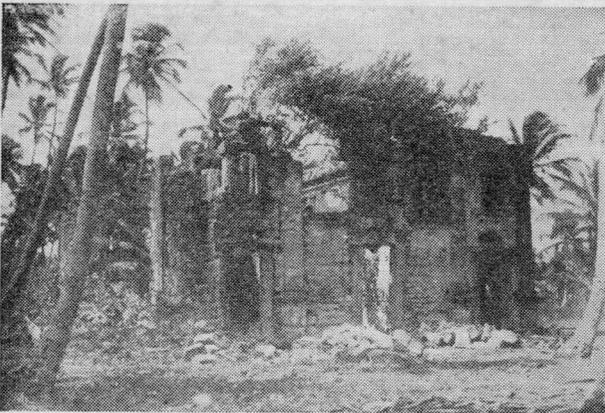
A memória jamais poderia guardar o número dos automóveis estacionados em volta daquele solar de veraneio. Contudo nos lembramos das figuras que lá se encontravam: João Espínola, Alfeu Domingues, Xixi Cabral, Gilvandro Pessoa, Arsênio Lins, Antônio Bôto, Januário Barreto, Júlio Lima, João Franca, Moreira Lima, João Ferreira, Jorge Vidal, Silvino Olavo, Adalberto Pessoa, Elísio Sobreira, Severino Procópio, Nélson Lustosa, Antônio Suaçuna, Cristiano Suaçuna e Ferreirinha das "Sêcas".

Quanta pena faz ao conhecedor daquelas plagas, nos dias que correm, olhar a decadência, o abandono da antiga mansão, outrora tão bem cuidada, que escutou as teses brilhantes de um médico caridoso e ilustre e ver agora aquelas paredes corroídas pelo "nordeste" implacável, talvez guardando ainda o eco da voz acolhedora e vibrante de um dos seus presidentes, cujas virtudes a Paraíba não soube compreender!

Como nuvens que os ventos fortes carregam para o infinito, tudo se evola mansamente da retina.

POÇO

Para sentir outras emoções na juventude, idade dos sonhos róseos, voluntariamente, me exilei da Paraíba. Fui mais além das fronteiras da terra estremeçada. Conheci os hábitos exóticos dos nossos irmãos e vizinhos do Sul, remanescentes dos Guaranis e Parecis. Mal senti a tirania da ausência, voltei para encontrar “chorando em cada canto uma saudade”. Como aquarela desbotada e esmaecida pela ação do tempo, ficou para longe a ilusão da mocidade. Não foi “longo nem tenebroso o inverno”, porém não pude evitar o anseio de “rever o ninho antigo”: a Praia do Poço. Cheguei. Nem “fatigado e triste eu vinha”. Já não “tinha a mente de sonhos povoada” porém, trazia os olhos cheios das imagens que me embalaram os dias da meninice e que jamais se apartaram de mim.



1920 — Antigo Convento do “Almagre”, atual ruínas de N. S. de Nazaré, na Praia do Poço.

O cenário era quase o mesmo: o mar gemendo e rendilhando de espumas a praia e os arrecifes, como se fôra um grande artesão, mas sem apagar os rastros dos velhos frades da Igreja de N. S. de Nazaré. Lá estava, junto aos arrecifes, a areia vermelha, coroa de terra primitivamente chamada de Almagre, nome pelo qual era, também, conhecida a praia e o convento.

Encontrei resistindo às intempéries e a toda sorte de vandalismo, porém num adiantado estado de ruínas, o belo retiro espiritual erigido pelo misticismo dos adeptos de Loyola, sob a

invocação de N. S. de Nazaré. No comêço do século, estavam bem conservadas as coberturas e, ainda, a parte oeste assoalhada, em cujo pavimento, nós, os Rodríguez, diàriamente, quando íamos em busca das saborosas ameixas nativas, abundantes em volta do primoroso claustro, brincávamos de *manja de esconder*, juntamente com os filhos do velho Cardoso.

Quantas vêzes, menino metidigo a reconstruir o nosso passado, ficara a pensar a quantos dramas de amor ao solo pátrio não foram testemunhas inertes e mudas aquelas paredes, próximo às quais me encontrava, séculos depois da invasão dos batavos, quando, na enseada do Bessa, lutavam juntos, silvícolas e jesuítas!

Quase nada mudou no ambiente: nota-se, sòmente, a ação do tempo na moldura da paisagem. E foi então, sob o ângulo da visão de môço precocemente envelhecido e curvado ao pêso das desilusões e incompreensões tão comuns à vida do artista, que tentei, amparado na sensibilidade, na memória e no amor à terra, evocar figuras e cenas que já não se reproduzem mais...

Detive-me, como outrora, à sombra do coqueiro amigo, que não mais arrastava as suas verdes palmas sôbre as dunas da praia, como da primeira vez que o vira. Não contive a admiração para o seu grandioso porte e a majestade de sua copa farfalhante, ainda, presentemente em desafio aos ventos fortes do Sul...

Encostado ao anoso tronco, com os olhos semicerrados, vi deslizar o cortejo das emoções passadas: as primeiras pescarias, a vau, nos velhos tocos de curral, de parceria com a meninada filha daquele povo simples e bom: do Vitorino e do Manuel Cardoso; do velho Basto; dos Nóbregas; dos Balanço; dos Deó; dos Frazão; dos Tavares; dos do Bêco; dos *Ogênio*; e dos Nicolau.

Revejo-me, com o contentamento da primeira *Baúna* pescada, em carreira louca, na companhia dos mesmos solícitos companheiros, para



Comenda da Ordem da Rosa. Em 1859, S. Majestade D. Pedro II, condecorou vários titulares da capital paraibana, com esta ordem nos graus de Cavaleiro, Oficial, Comendador, Grande Oficial e Gran Cruz.



Tiro Paraibano 1907. Armando Hardman Monteiro, Manuel Henriques de Sá Filho, Diogo Sá, Antônio Rabelo Júnior, Antônio Lima, Alcibiades Cartaxo, Tenente João da Costa Vilar, Aurélio Filgueiras, Eunápio Castelo Branco, Rodolfo Galvão, Floriano Mendes, Eutíquio Autran, Joaquim Schuller, Artur de Barros, Francisco Sales Cavalcante, Heitor Hardman Monteiro e Abdon Maciel.

levá-la ao preparo, entre fôlhas novas de cajueiro, de acôrdo com a receita e ritual culinário da velha e querida praieira Maria de “Ogênio”.

O velho Sítio do Poço, na posse do Padre Leonardo Antunes de Meira Henriques, quando o comprou, em junho de 1857, não era mais que vasta área de grossa capoeira, à beira-mar, e ubérrima mata para as bandas do poente. De tal posse, pouco ou nada usufruíra o conhecido prelado paraibano; daí passar às mãos de José Cosmo que destinou aquêlo trato de terra à sua afilhada Guilhermina, quando esta se casou com Joaquim, cuja aliança tornou possível o enraizamento da árvore dos Cardosos na região, onde os seus descendentes ainda hoje mantêm a tradição de bons marujos. As afinantes do Poço, naquele tempo, eram nos sítios de Ponta de Campina, dos herdeiros de Francisco Luís Nogueira de Morais e de Camboinha pertencente a Carlos Holmes, ao Norte. Para reforçar melhor o domínio dos Cardosos, Vitorino adquiriu, de José Cosmo, um pedaço da propriedade por *duzentos mil-réis*, fincando um marco de pedra, junto ao qual, muitos anos depois, os primeiros veranistas erigiram a primitiva capela de palha, com cobertura de zinco e situada no alto duma duna. Ainda hoje, aquêlo marco é visto ao pé do pôsto de pescada da Cooperativa, bastante corroído pelos ventos, com o desaparecimento das dunas que o protegiam.

Começou então a luta pela subsistência. Caboclo de fibra, não esmoreceu; limpou o capoeirão. Aproveitou a madeira para as armadilhas de pescas. Levantou a primeira casa de telhas, no extremo norte de seu sítio. O esforço era grande, pois que sozinho tinha de atender também à venda do pescado, o que não se fazia como hoje. Logo que comia alguma coisa, rumava à cidade, vergado ao pêso do calão, com rodas de xaréus, afora as infieiras de carapebas para vender na Cruz do Peixe...

Com a vida afanosa que levava, não esqueceu o plantio do coqueiral. Com o crescimento da família, novos braços surgiram para ajudá-lo. Naquele afã de vida, foi imitado por seu irmão Sebastião que adquiriu, pelo lado sul, também, uma faixa de terra, até onde, presentemente, fica a porteira de Olavo Novais.

Quando os jovens grã-finos da geração atual, chegam por entre os esguios e velhos coqueiros, num carro moderno, e saltam exibindo os colantes calções de banho e vão em busca de água dos côcos tirados por *Mulatinho*, jamais cogitaram de homenagear o esforço empregado pelos Cardosos, pioneiros no desbravamento daquela zona.

Como a bruma matinal de junho, beirando os arrecifes da Costa, que o vento terral tenta empurrar para longe, assim aquelas lembranças tão antigas foram recuando, também, para o passado distante. Abri os olhos e a realidade era outra. Custei a crer que me encontrava na Praia do Poço. Já não vi os usos e costumes dos nossos pais, no Poço que conheci quando veraneavam Dr. Novais, Ascendino Cunha, Francisco Figueiredo, Lima Filho, Joaquim Barbosa (que viajavam nos trens da "Great-Western" juntamente com Verelêncio César) J. Joaquim de Abreu, o poeta, Augusto Pires, João Augusto, Dr. Dias Cardoso, Alfredo Cerf. Como era pinturesca a parada do trem, pela manhã, com a chegada daqueles que vinham montados em jumentos e burras. Lembro-me bem de Araújo Bezerra, Manuel Moreira, Henrique Siqueira, Emiliano Rodríguez, Vítor Fialho e Sebastião do Amaral, complacente proprietário do burrinho "Relâmpago" assim apelidado por ter feito, várias vêzes, o seu dono perder o trem para a cidade. Que gostosas risadas demos no trem, já em movimento, quando víamos aparecer, por entre os cajueiros da "parada", sem agilidade bastante, dado o seu tipo de homem gordo, para desmontar! Por mais que empregasse fôrças às rédeas, o animalzinho não mais avançava nem recuava, somente, depois de receber as devidas *ovações* dos seus amigos que partiam, conseguia êle fazer voltar o *elétrico* burrico para a praia.

Sempre pelo verão, quando volto ao Poço, vivo num mundo de recordações e sou seduzido a tornar ao passado.

Às vêzes, ao cair da tarde, quando o sol se despede numa ausência temporária, para logo voltar a vivificar a terra, as sombras alongadas dos coqueiros são como grandes mastros de veleiros adernados na praia...

É o momento das evocações, de comêço indecisas, na penumbra do poente, depois sucedendo-se rapidamente, na tela do passado. Assim,

passaram Maria do Carmo Tavares, sorridente e tímida, Berlita César, graciosa, lembrando uma princesa gitana, embora democraticamente com os pés descalços, e curvando-se para rascar, na areia úmida do mar, um pensamento: “No amor, como num caldo saboroso e quente, as primeiras colheradas...” e não foi possível ler o resto, porque, por maldade talvez, Janson Lima, Pedro Barbosa e Rui Bezerra passaram com suas bicicletas sôbre o restante da frase. Aproxima-se um grupo onde vejo Santa, Mocinha e Nazinha Barbosa, Tilinha Belmont, Carolina Moreira, Alaíde e Sinhazinha P. da Silva; escuto o cascatear dos risos, e ouço os comentários bem femininos e humanos que elas fazem sôbre o “Serenó” do último baile, no Astréia. Absolutamente não me julgo sôzinho no querer e admirar a Praia do Poço, evocando a verdade do seu passado, na contribuição singela dos fatos para nossa história. Seria demasiado egoísmo esquecer os nomes daqueles que algo e bem disseram sôbre o lindo “jardim à beira-mar plantado” no dizer do poeta. Relembro José Rodrigues de Carvalho, que todo ano, ao pé do oceano infindo, ali observava, rodeado daquele povo, aprendendo e ensinando as sutilezas do folclore...

E Coriolano de Medeiros, o mestre querido, que tôdas as tardes olhava, do terraço de sua casinha de verão, os últimos raios do sol, dou-rando os triângulos de velas ao longe...

Lembro-me de Avelino Cunha medindo um novo e mais curto caminho entre sua residência temporária e a “Parada”; recordo a palavra entusiasmada e patriótica do Cel. F. Coutinho de Lima e Moura, sôbre a fundação do Tiro Paraibano; escuto as emboladas e as danças com Pedro Oscar que carregou Catarina Moura, numa cadeira, para assistir a uma festa de aniversário no original e único sobrado coberto de palhas do Professor Eduardo Medeiros.

Lembro o nosso Poço de então, quando não se contentando com os deliciosos cajus, acompanhados de uma tal “Santo Amaro” o Possidônio, o Pedro Henriques e companheiros resolveram, às escondidas, ordenhar e tomar todo o leite das vacas do Professor Sizenando da Costa, quando os galos já amiudavam o canto...

Afinal, ainda o Poço que se interessou pela idéia de Dr. Luna Pedrosa para a construção da nova capela.

Na presente estação de veraneio, a ronda das emoções, num misto de sonho e magia me envolveu a imaginação: num canto de sala jogavam “Solo” — Manuel Moreira, Antônio Justino Pereira, o velho homeopata e seu Alvaro das Marés; no alpendre contíguo, pairava no ar os últimos acordes do bandolim de José Emiliano e dos violões de Pedro Serafim e Emiliano Rodríguez, também, assim as derradeiras estrofes da modinha de Castro Alves “Boa noite, Maria” cantada por Celina Feitosa... Ao mesmo tempo, fora, no pátio, brincavam de *Amigo e Amiga*: Diva Fialho, Eleonora Rodríguez, Adelaide e Rosinha Meneses, Aidê Figueiredo, Isabel, Ondina e Julieta Machado.

Bem perto, julguei ouvir sons de música conhecida, parecendo-me um choro muito em voga na época executado no “*Calofone*” de D. Neném Moreira, em disco da “Casa Edison”; porém, a minha sensibilidade auditiva havia sido ludibriada: era uma cortina musical moderna, já muito cacête, devido à voz antipática do locutor regional anunciando um ingrediente adesivo para cabelo, no rádio de Romualdo Rolim...

B E S S A

Numa tentativa de firmar o domínio holandês no norte do Brasil, Van Schkoppe recebeu ordens de completar por terra o cêrco da Fortaleza de Cabedelo.

Sondando a costa encontrou uma enseada com boa profundidade para os seus navios, mais ainda: uma barra de rio doce. Era o Jaguaribe, que naquela época corria perene para o mar.

Na orla praieira, que fica ao sul da citada barra, a gramínea do cômore se emaranhava às aroeiras irmanadas com os imbés, alongando-se aos recortes da mata, as maçarandubeiras pontilhavam o verde-escuro de sua folhagem com o laranja-avermelhado de seus frutos.

Diante do movimento de sêres estranhos, a vida animal retraíra-se; pairava no ambiente a quietude dos lugares abandonados...

O português Antônio Bessa não havia ainda se instalado naquele Éden do Nordeste. Talvez, por isto, os calvinistas guerreiros de van Schkoppe, quando no acampamento, em descanso e saudosos de sua terra longínqua, entoando canções de amor, não tiveram o acompanhamento da música farfalhante do coqueiral...

Por bons serviços prestados a el-rei, obteve uma sesmaria e fundou então Antônio Bessa o seu pôsto de pesca. Plantou a bromélia, cujo apelido áspero de "unha-de-gato" vem de seus espinhos recurvos; durante a faina outros espinhos rasgaram-lhe a pele amorenada de homem forte.

Com a fibra da bromélia e ajudado por uma hélice de madeira, ainda hoje empregada, impelida pelo vento, torcia o fio para fazer as rêdes que usava nas pescarias.

O tempo corria, e com êle o consumo das velhas aroeiras nas tinturas das armadilhas de pesca. Agora em volta de casa, já não era o mato bravio que encontrara; cheio de natural orgulho contemplava a vasta clareira, que o machado cortara, tangido pelos seus braços vigorosos.

Foi ali que plantou o seu coqueiral. Pouco custou o primeiro curral de pescaria, onde vinham morrer as bicudas, os xaréus e as anchovas, porque as varas, os moirões e os cipós estavam atrás de casa...

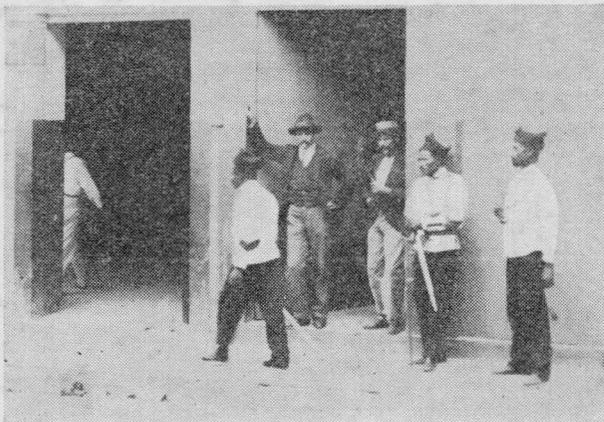
Nas campinas arenosas, nascia espontâneo o cajueiro; da polpa de seus frutos, os indígenas ensinaram-lhe a fazer uma bebida deliciosa, de sabor agridoce, usada como refrigerio para os abrasados dias de verão e, conjuntamente fabricava o vinho, bálsamo insubstituível, então no esquecer e matar as saudades da pátria distante...



Cômodo da Praia do "Bessa". Aquarela de Sacramento, 1959.

Aprendeu o requeimado desbravador da marinha nordestina, a moda indígena de marcar as estações e as oscilações do tempo, com a floração dos vegetais.

Aos primeiros dias de labuta, havia plantado uma castanha de caju ao pé de sua casa e, com o passar do tempo, tornou-se dadivosa árvore conhecida dos pósteros e relembrando o seu nome: Bessa. Era, então, no tronco já envelhecido, que a talho de facão, marcava, mal caía o último



Na porta do jornal "O Comércio", quando do seu empastelamento por soldados disfarçados, ao mando do Capitão Vitorino Toscano de Brito. Ali estão o alemão Ernesto Emílio Kauffman e Antônio Paiva, amigos do jornalista proprietário Artur Aquiles. 1904, 28 de julho.

Praia do Bessa não podia fugir à essa tácita promessa coletiva. Por isso, no verão quando os avoengos dos Goianas e dos Costas voltavam à tarde do alto-mar, guiavam-se pelo vulto da capela branquejando entre o coqueiral...

Aquêl majestoso e abandonado recanto do nosso litoral, cujas dunas brancas, batidas pelas espumas do mar, em noites de lua parecem grandes lençóis rendilhados e esquecidos a secar... A Praia do Bessa conheceu épocas de felicidade. Seus filhos, humildes futuros pescadores, que seriam citados nas toadas de côcos e emboladas, foram levados à pia batismal por várias sinhás das famílias de veranistas em evidência naqueles tempos; eram os Estrêlas, Gama e Melo (o velho), os Neivas, Clemente Rosas, os y Plá, Antônio Massa, Quinquim Pinho, Isidro Gomes, Joca Casado, João de Brito de Lima e Moura, Pereira Pacheco, José de Barros, Tomás Moura, as Caçador e Francisco Ramalho.

Era lá que o jornalista Artur Aquiles meditava embalado pelo marulho das ondas na praia, refazendo o espírito para o embate que lhe deu ganho de causa, na campanha presidencial levantada pelo seu jornal o "O Comércio" em 1904. A decadência do Bessa data desde que retificaram o curso do Jaguaribe, em 1922; a partir de então êle não desagua na barra, que sem a devida correnteza se tornou um dos maiores focos de quantos anófeles existem no norte do Brasil.

fruto, mais um ano de exílio...

E assim, sempre a recordar a terra lá longe, o seu Portugal querido, amenizava então a cruciante saudade tangendo as cordas da guitarra, tornando mais dolorida a lembrança dos amôres de sua mocidade ali deixados...

E os anos passaram como passam os cardumes de agulhas brancas, mal chega o inverno, no mar! Devido ao espírito religioso do praieiro, em toda a praia do Nordeste, em homenagem àquele que em Betânia também pescou, existe uma capela e a

T A M B A Ú

Para finalizar essa moldura verde composta das praias, onde os paraibanos veraneiam, e que envolve a cidade, do sul ao norte, debruço-me na simbólica varanda das evocações para rever aquêlê cortejo que empolgou os meus olhos de adolescente, em um verão, na praia tão querida, berço dos bravos e velhos pescadores, das gerações desaparecidas dos Monteiros e Costas.

O trem que partiu da “Cruz do Peixe”, lá na cidade, às seis e meia da tarde, chegara apinhado de “demoiselles” e cavalheiros. Era a fina flor da sociedade de então, conjuntamente a diversos músicos do Batalhão de Segurança que, adrede convidados se dirigiram para a residência do Cel. Antônio Lyra. Ali, iria realizar-se um baile de máscaras, oferecido à elite da capital paraibana, por aquêlê cavalheiro e o Major Eduardo Fernandes, em comemoração pela entrada do novo ano da graça de 1907.

Bambus em arcos, guirlandas de fôlhas de pitangueiras e flôres, decoravam a chácara inclusive a entrada onde se realizou a referida festa. Como nas festas pagãs, no antigo Império Romano, mil fantasias vêm deslizando mansamente ante os meus olhos, e vou revendo e identificando-as: Nini dos Anjos, Cacilda e Eurídice Castro, Dulce Silva, Amélia Mendes, Sinhá Trindade, Nena Galvão, Pupu Fernandes e Marion Soares, tôdas trajando lindas fantasias de “*Folias*”, onde bem se casavam carnavalescos às côres vivas dos tecidos.

Agora vem surgindo Tatá Soares, em dominó amarelo com aplicações pretas; Sinhá Trindade, era uma perfeita “florista” romana.

Outra “florista” com saia de sêda azul e casaco róseo, atraía os olhares embevecidos para a sua linda cesta de flôres. Lila Andrade, era a cópia fiel das Samaritanas dos tempos do meigo Nazareno. Em passo lento vem chegando Nevinha Melo, pastôra napolitana, e com ela um sussurro de elogios...

Então pairou no ar o silêncio, para sômente se ouvir Nevinha Carvalho na sua algaravia própria das filhas de Judá que, com a sua roupagem característica dizia: “sinõr quiere qui jo leia la suia buena dicha, solamente sinõr, cinco tustõns... jo lo direi cosas mui lindas...”

Fôra a nota pitoresca e cômica daquela noite, que novamente estão os meus olhos vendo, auxiliado pelo subconsciente, sempre fiel às emoções passadas.

E o desfile encantador daquela festividade continua: Carminha Melo, graciosa na sua indumentária das filhas de Constantinopla, Donzinha Cunha, de azul e bolero grená, capuz escarlate, era a clássica “cartomante” valsava no momento com um “dominó” prêto, no qual estava vestido o Capitão-Tenente Venceslau Caldas, da Escola de Aprendizes Marinheiros. E dizia-se quando passavam: que lindo par!...

Sinhá Castro, Maricota Stuckert, Sinhazinha Lyra, Cotinha Fernandes, passaram como num “caleidoscópio” trajando elegantes toaletes. Antônio Lyra, o anfitrião da inesquecível noite, agora revisto pela auréola da saudade, aproxima-se como posando para primeiro plano, na tela das reminiscências — vívido e sorridente, de braço com a sua gentil filhinha Berta. Ele na sua fantasia de “grego” e ela com rico vestido de baile. O Dr. Carvalhinho, encarnava bem o tipo de velho pescador. Sá Leitão trazia rica fantasia turca; Otávio Mesquita, lembrava certo marquês... Diógenes Pena, sempre jovial, encarnando a nossa jovem República, cujas armas trazia acima do coração, como para fazê-lo mais forte... Ainda estou revendo:

Eduardo Fernandes, Artur dos Anjos, Alberto Tigre, Ivan Lyra, Piragibe Lemos, Sólon Sá, Odilon dos Anjos, Augusto dos Anjos, Antônio Mendes, Antônio de Melo, Manoel Mendonça, José Pinto, Eduardo Stuckert, Antônio Pena, Roderico de Carvalho, Castelo Branco, Alexandre dos Anjos, José Fernandes, Carlos Soares, Hermes Cunha e Alcebíades Silva, trajando fantasias de “dominó”, “marinheiros”, “apaches” e “piratas”.

Num dos intervalos das danças, a nota chique:

Da autoria do sonhador Augusto dos Anjos, então já festejado poeta, foram distribuídos uns versos dedicados a cada uma das senhoritas presentes.

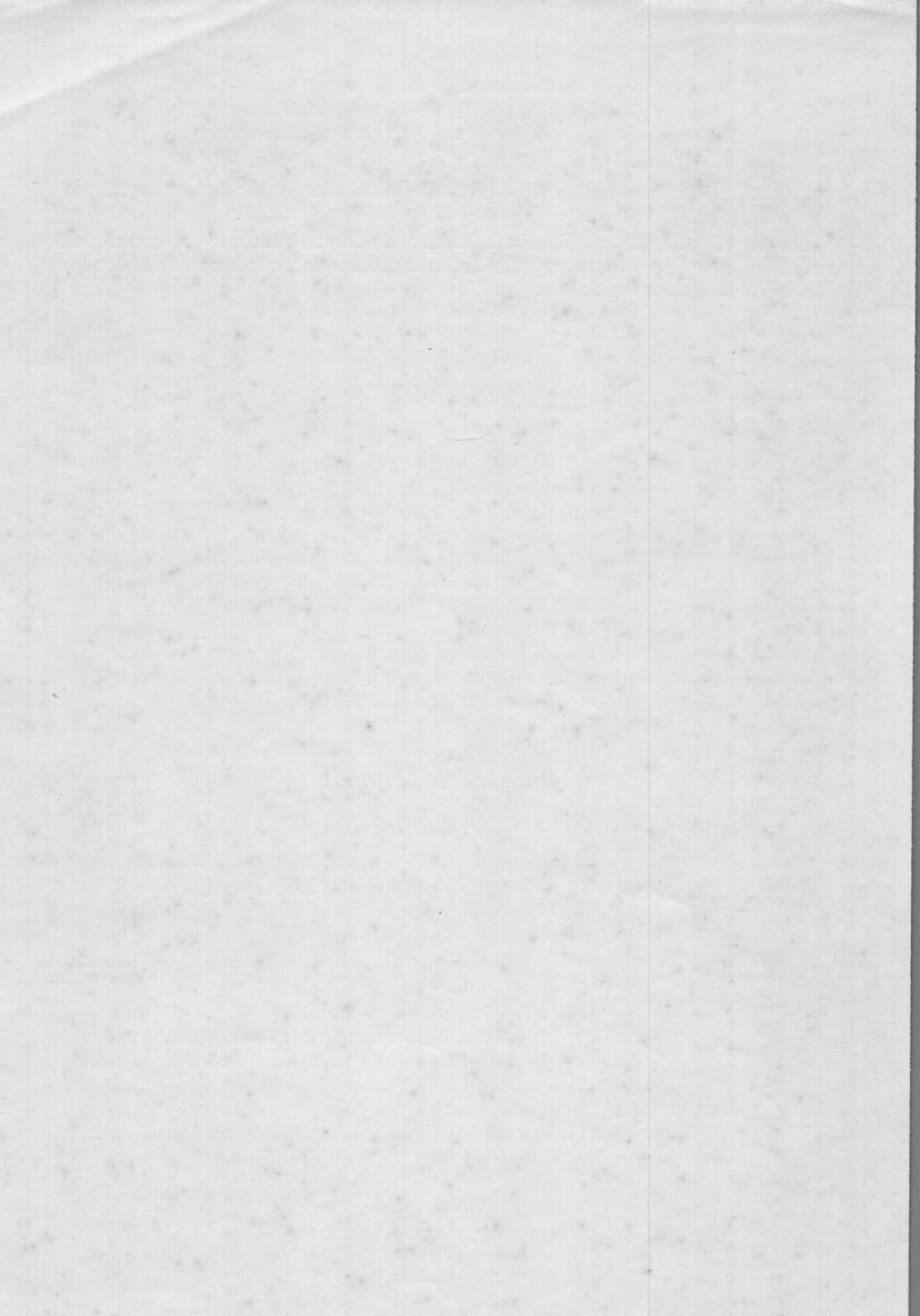
Em socorro da memória, destaco do meu arquivo, já amarelecido pelos anos, entre tantas, pela sua originalidade a quadra dedicada a Marion Soares:

No ardor de ingenuidades folgazãs
Vive entre fartas ilusões travessas,
Parece que possui duas cabeças
E é a mais formosa das maracanãs!

E ao som dos últimos acordes da orquestra que executava a “Quanto dói uma saudade” valsa que se tornou coqueluche, no final das danças,

aquela ronda sentimental se foi diluindo para dar lugar à luz forte do sol que emergiu do oceano.

Na atualidade, lá, no Tambaú, Bairro de Santo Antônio, se conserva a referida casa de alpendre com balaustrada que, o mesmo sol desde então beija tôdas as manhãs.



JUIZOS SÔBRE O AUTOR

Escritor Walfredo Rodríguez.

João Pessoa, PB.

Acabo de receber, com justificada satisfação, sua "História do Teatro da Paraíba", precioso trabalho que, pela feliz evocação do passado, documentação e justeza de comentário, muito honra ao Estado e ao escritor. Como estudioso da nossa História, sempre achei que nos escasseiam escritos dessa índole, que nos outros países, auxiliam a obra de outros historiadores.

Assim, venho cumprimentá-lo pela realização cultural e agradecer a bondade que teve oferecendo-me um exemplar de tão oportuna pesquisa.

São Paulo, abril de 1961.

AFONSO SCHMIDT

(Escritor e tradutor do Clube do Livro)

HISTÓRIA DO TEATRO DA PARAÍBA

"Para mim, entretanto, o seu trabalho tem um sabor particular, uma vez que me veio reavivar saudades dos meus tempos de infância e da adolescência, contando coisas que ainda me estão na retentiva e que me fazem viver um pouco do passado da nossa terra.

Considero o seu livro um repositório de memórias sentimentais, cuja leitura para os especializados no assunto há de ser tão grata quanto proveitosa.

Como pesquisador das coisas da ribalta e amigo das verdades históricas, com a publicação, na Paraíba, do primeiro livro sôbre teatro, tornou-se, sem favor, merecedor dos nossos aplausos."

SEBASTIÃO VIANA

(Da "A União", de João Pessoa)

HISTÓRIA DO TEATRO DA PARAÍBA

Quando nos vem às mãos algo de longe, dos rincões distantes de nossa terra, exultamos emotivos; tratando de teatro, então, nossas emoções se desdobram atingindo o máximo de encantamento. História do Teatro da Paraíba, de Walfredo Rodríguez, trabalho cuidadoso de homem de letras e de teatro que perpetua, em páginas sinceras e altamente históricas, a vida, as emoções mais vibrantes daqueles que, na histórica Paraíba, deixaram um rastro de cultura luminosa, através de espetáculos memoráveis e saudosos.

A Pátria se alicerça no passado, através de sua história, graças aos historiadores; o teatro somente poderá subsistir do mesmo modo; oxalá, em cada Estado, houvesse um idealista, um pesquisador como Walfredo Rodríguez; um culto capaz de retratar tão bem os aspectos de nossa vida artística; destino mais belo teria a mais completa das artes e suas memórias seriam lições alertando nossas mentes para um presente precioso e um porvir de glória, educação e fraternidade, pois, somente a Arte em sua expressão mais fecunda, poderá, de fato, unir os homens universalmente.

dezembro de 1961.

VICENTE EDUARDO SCRIVANO
(Do Teatro de Amadores de São Paulo)

HISTÓRIA DO TEATRO DA PARAÍBA

A presente obra, de autoria de Walfredo Rodríguez, constitui volume precioso para a biblioteca dos estudiosos do aparecimento e evolução do teatro em nosso País.

Traçando a história do teatro na cidade da Paraíba, onde no século XVIII já se contavam as representações catequistas, igual como se passou em outros Estados, Walfredo Rodríguez relata-nos a luta inicial, em que se passou a negar apoio a tais iniciativas, por parecerem de incio contrárias a certos cânones. Contudo, a Paraíba não podia constituir uma exceção, dentro do Brasil, e da luta de seus líderes surgia lentamente o teatro para seu povo, permitindo que Walfredo nos lembre agora, num passeio histórico pontilhado de reminiscências, a pas-

sagem dos artistas que, no período de 1831, foram aclamados nessa cidade.

OSÓRIO CÉSAR

(Crítico de Arte no Jornalismo de S. Paulo)

HISTÓRIA DO TEATRO DA PARAÍBA

Acabo de reler sua monografia "História do Teatro da Paraíba" e quero manifestar o encanto que senti não só ao conhecer com todos os detalhes a evolução da arte cênica em nossa Província pequenina, como ao rememorar, pela sua mão, inúmeros fatos e incidentes vinculados ao Santa Rosa em tempos que bem distantes vão. A sua crônica vivaz está plena de sentimentalismo sadio, como salientou no prefácio o Virgínius da Gama e Melo, um dos abalizados críticos contemporâneos. Conhecedor dos segredinhos dos bastidores, o "sanctu sanctorum" da arte, fêz-nos lembrar como grandes eram no nosso tempo de foga da imprensa as esplendorosas noites de Itália Fausta. Tudo foi novidade, boa, saborosa, desejada. Descreve a história teatral da cidade com a minúcia e os requintes de perfeito conhecedor, rico de elementos documentários e dosando as notações com a emoção vocacional que sempre cultivou frente ao tema. Aqui na Paraíba tem sido o que é Waldemar de Oliveira no Recife, e, no particular, devemos-lhe os paraibanos uma grande fôlha de serviços abnegados, inclusive a própria reconstrução recente do Teatro da Praça Pedro Américo.

É tão do teatro, participa tanto dêle, está identificado com a difícil e bela arte do palco, que seu estilo descritivo assimila a adjetivação hiperbólica dos anúncios das recitas do passado, modo de expressão personalista que ainda constitui uma sedução para o espírito. Apesar dos pesares, o teatro cai. Mas dêle muito há de ficar na monumentalidade dos fatôres eternos de libertação intelectual e de cultura. Deu sua contribuição. Deu-a forte, esperada e bela.

OSÍAS GOMES

(Da Academia Paraibana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico)

Caro Walfredo Rodríguez:

Conheci pessoalmente quase tôdas as figuras sociais e artísticas citadas no seu minucioso e brilhante trabalho e assisti, na minha mocidade vivida ali, a diversos espetáculos no Teatro Santa Rosa. O seu livro é uma lúcida e brilhante afirmação de sua paciente qualidade de garimpeiro da história, fazendo pepitas de ouro para enriquecer a vida cultural paraibana.

A história no mais das vêzes é feita por monografias, vidas e memórias que se perpetuam através do tempo, alimentando a vida dos povos na sua perene difusão. O seu original trabalho deve ser lido e carinhosamente guardado, pois em cada página não é só a saudade que se sente, é também tristeza, pois são poucos os historiadores do seu feito intelectual e da sua minuciosidade nos detalhes. No teatro é que a cultura universal se movimenta vivendo através das suas figuras e das suas cenas, na interpretação viva dos seus episódios. Uma qualidade que o seu brilhante e detalhado trabalho tem evidenciado: o seu poder de descrever com lucidez e brilho evitando a confusão que outros escritores criam na inteligência dos seus leitores. A Paraíba tem tido grandes e honestos historiadores: Maximiliano Machado, Irineu Jofilly, Retumba, Coriolano de Medeiros, Irineu Pinto, Alcides Bezerra, Celso Mariz, João Lyra Tavares, aos quais você se junta.

Com a certeza de que outros trabalhos de igual ou mais pesado quilate, venham enriquecer a cultura do Brasil, ainda não atingida pelo mercantilismo que faz fenecer tantas esperanças e embrutecer tantas inteligências.

Mui cordialmente, firmo-me seu velho amigo e grande admirador

OSCAR SOARES

Diretor-fundador-proprietário do jornal "O Norte" — Deputado Federal em várias legislaturas pela Paraíba — Secretário do Conselho Diretor da Cruz Vermelha Brasileira.

ÍNDICE

I — Primeiros Dias	3
II — Depois do Domínio Holandês	15
III — Últimos Dias do Século XIX	31
IV — Passeio Retrospectivo	45
V — Nomenclatura das Ruas	67
VI — Urbanismo dos Dias Passados	85
VII — Iluminação Pública	91
VIII — Água — Antigo Abastecimento	107
IX — Perfumes de Outrora	125
X — Sensibilidade Popular	133
XI — Apelidos e Tipos Populares	143
XII — Escola de Aprendizizes Marinheiros	149
XIII — Cais do Pôrto	157
XIV — Cegos Cantores Portugêses	167
XV — O Mês Mariano na Antiga Igreja da Mãe dos Homens	173
XVI — Transportes Coletivos	177
XVII — Tração Elétrica	191
XVIII — Evocações São-joaninas	195
XIX — Visitam S.S. M.M. Imperiais à Cidade Provinciana da Paraíba do Norte	201
XX — Ministro do Chile	211
XXI — Presidente Afonso Pena	219
XXII — Festa da Padroeira N. S. das Neves	229
XXIII — Do Teatro — História de Um Lustre	235
XXIV — A Fôrça-do-Querer	243
XXV — Praias — Moldura Verde da Cidade	249

Este livro foi composto e impresso na

GRÁFICA URUPÊS S. A.

Rua Pires do Rio, 338

São Paulo

1962

★